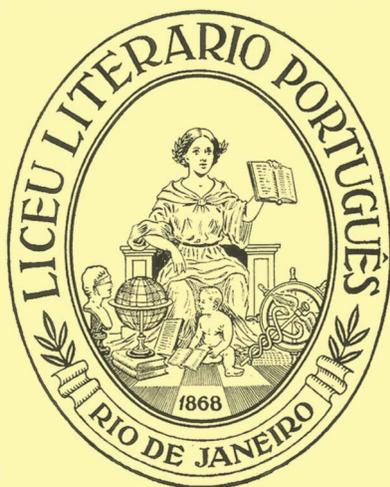


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.ºs 27 e 28 - 2004 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.ºs 27 e 28 - 1.º e 2.º semestres de 2004 - Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO – 2003/2004

DIRETORIA

Presidente: Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente: Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário: Arnaldo de Figueiredo Guimarães
2.º Secretário: Francisco José Magalhães Ferreira
1.º Tesoureiro: Manuel Lopes da Costa
2.º Tesoureiro: Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador: Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário: Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural: Carlos Alberto Soares dos Reis Martins
Diretor Escolar: Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação: João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Manuel Paulino
1.º Secretário: Maria Lêda de Moraes Chini
2.º Secretário: Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: Albano da Rocha Ferreira
Ronaldo Rainho da Silva Carneiro
Antonio da Silva Correia

Suplentes: José Gomes da Silva
Paulo Valente da Silva
Carlos Jorge Airosa Branco

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

DIRETOR DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*

Prof. Evanildo Bechara

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
Presidente: Francisco Gomes da Costa

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS
Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.
Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva (Diretor Executivo)
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

CONSELHO CONSULTIVO
Adriano da Gama Kury
Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozório Rodrigues
Jayr Calhau
José Pereira de Andrade
Ricardo Cavaliere
Walmírio Macedo

CONFLUÊNCIA
Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

Produção Gráfica
Editora Lucerna
Cx. Postal 32054
CEP 21933-970 - Rio de Janeiro - RJ
Internet: www.lucerna.com.br

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 - Centro
CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 - Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (A. GOMES DA COSTA)	7
J. MATTOSO CÂMARA JR. – Esboço biobibliográfico	
Mattoso Câmara: a Figura Humana e o Professor (CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA)	11
Bibliografia de Mattoso Câmara (CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA)	21
Depoimentos sobre Mattoso Câmara	41
Sousa da Silveira e Mattoso Câmara Jr. Filologia e Lingüística em Perfeita Sintonia (MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA)	49
Mattoso Câmara e a História da Língua Portuguesa (ROSALVO DO VALLE)	67
Contribuição de Mattoso Câmara aos Estudos de Fonologia Portuguesa (HORÁCIO ROLIM DE FREITAS)	75
Mattoso Câmara Estilicista (CASTELAR DE CARVALHO)	85
Mattoso Câmara e os Ambíguos Primeiros Passos da Lingüística Sincrônica no Brasil (1940-1960) (OLGA COELHO)	95
Aplicação da Crítica Textual a textos científicos como o de <i>Princípios de Lingüística Geral</i> , de Mattoso Câmara Jr. (NILDA CABRAL)	105
ARTIGOS	
A Propósito dos Pronomes Possessivos do Português (LUIZ M. M. DE BARROS / TEREZINHA BITTENCOURT)	119
Variação de Timbre das Vogais Médias no Percurso Diacrônico dos Pronomes Portugueses (VIVIANE CUNHA)	149

A Propósito de se Rever um Algoritmo de Transcrição para o Português Brasileiro: Considerações sobre o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (1998) (JEDICAIA SABARÁ SILVA / MARIA CARLOTA ROSA / FERNANDO GIL V. RESENDE JR / FILIPE LEANDRO BARBOSA)	157
O neologismo na cobertura jornalística da Guerra do Iraque: Ruídos da Comunicação Internacional? (MARIANA REIS)	167
Análise Crítica do Projeto de Ortografia Unificado da Língua Portuguesa (EDMILSON MONTEIRO LOPES)	175
A Interjeição à Luz da Semântica Argumentativa (RICARDO CAVALIERE)	199
O Discurso Atributivo em <i>Esau e Jacó</i> (MARIA DA PIEDADE MOREIRA DE SÁ)	209
Modificações na <i>Grammatica Expositiva</i> de Eduardo Carlos Pereira (MÁRCIA A. G. MOLINA)	223
De Moraes Silva a João Ribeiro – contribuição à história da gramática no Brasil (LEONOR LOPES FÁVERO)	251
A comparação. A imagem, A Metáfora (SEGISMUNDO SPINA)	263

ARQUIVO MATTOSO CÂMARA

A alternância portuguesa “fui: foi” (1943)	277
Discurso de paraninfo na Faculdade Nacional de Filosofia (27 de dezembro de 1954)	286
Para uma Estilística Estrutural (1967)	298
Os Estudos da Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil (1967)	307
Filologia (1949)	316
Bibliografia	324

COLABORADORES	371
---------------------	-----

EDITORIAL

O PORTUGUÊS PRIMEIRO, DEPOIS AS OUTRAS LÍNGUAS

Dr. Antônio Gomes da Costa

A propósito da celeuma criada em torno da decisão do Ministro das Relações Exteriores de não considerar mais eliminatória a prova de Inglês nos concursos para ingresso no Instituto Rio Branco, o Prof. Hélio Jaguaribe escreveu um artigo muito interessante publicado em *O Globo* de 21 de janeiro.

É sobre esse artigo que nos permitimos fazer algumas considerações. Primeiro, para confessar que sempre aprendemos com o mestre, não só quando faz suas avaliações históricas e o contraponto das culturas e das civilizações que contribuíram para o progresso da Humanidade, mas também quando interpreta, numa perspectiva enriquecida por sólidos conhecimentos sociológicos, o processo de formação da nacionalidade brasileira.

No artigo, o Prof. Hélio Jaguaribe, começa por se referir ao predomínio de diversas línguas através dos séculos, desde o aramaico, na Antiguidade, ao Inglês, em nossos dias. Esta sucessão dos idiomas que predominaram como os mais importantes do mundo em diversas épocas é resultante de muitos fatores e contribuições, que vão do poder político à expansão econômica, da força militar à produção científica, da Literatura às Artes, da Música à Religião. Foi assim com o Grego, com o Latim, com o Espanhol e com o Francês – e agora está a acontecer o mesmo com o Inglês, que se universaliza de uma forma quase espontânea.

Por isso, na opinião do Prof. Hélio Jaguaribe, não considerar eliminatória a prova de Inglês no concurso de acesso à carreira diplomática só se justifica na medida em que, mais adiante, no currículo do Instituto Rio Branco, se venha a dar nas aulas mais ênfase e mais tempo à aprendizagem daquele idioma, compensando-se, porventura, as deficiências toleradas na entrada. Um diplomata decerto que não precisa ser especialista no glossário do inglês medieval, mas deve dominar a língua de Shakespeare o suficiente para poder participar,

sem intérpretes, de uma reunião da ONU, ou de uma negociação com os representantes de outros países.

Não há como discordar do ponto de vista do mestre: democratize-se, querendo, o acesso ao Instituto Rio Branco, mas não as aprovações finais do ensino.

No entanto, no mesmo artigo, o Prof. Hélio Jaguaribe faz uma proposta que nos causou alguma perplexidade. É quando sugere que o Brasil, como país latino-americano, deve assumir o Espanhol como o idioma que expressa a nossa identidade – pelo menos enquanto a Língua Portuguesa não alcançar o nível internacional de que dispõe o Castelhana.

Ora, se isto viesse a acontecer e o Brasil começasse, no plano internacional, a fazer opção pelo Espanhol, seria o mesmo que desistir para sempre de alcançarmos o Português, como uma das Línguas mais faladas no mundo, ao seu “status” natural e merecido. A lusofonia iria perder o seu mais importante argumento para se posicionar no mundo lingüístico e abrir mão nos foros internacionais do uso de que já desfruta.

Mas não só: estaríamos a dissolver um dos elementos mais fortes da nossa identidade nacional. Nunca fomos um país hispânico – e desde a escola primária aprendemos e verificamos as diferenças existentes entre uma América portuguesa, com um território imenso mas uno, e uma América espanhola, dividida em vários países. E a língua valeu tanto como as fronteiras geográficas para forjar identidades próprias.

Ao se admitir, portanto, a idéia de uma língua comum no plano internacional para realçar a condição de sermos um país latino-americano, estaríamos a concorrer para a perda de uma identidade que foi construída ao longo de 5 séculos. Diz o Prof. Hélio Jaguaribe que os cuidados devem começar por casa e é inadmissível o abuso de estrangeirismos a que recorreremos sem o menor sentido. Está certíssimo, mas não deixemos que lá fora o vernáculo se esconda e fique na mala dos diplomatas.

**NÚMERO EM HOMENAGEM A
JOAQUIM MATTOSO CÂMARA JR.**



JOAQUIM MATTOSO CÂMARA JR.
(1904 – 1970)

MATTOSO CÂMARA: A FIGURA HUMANA E O PROFESSOR

Carlos Eduardo Falcão Uchôa
UFF/ILP do Liceu Literário Português

Quero, nestas páginas, lembrar Mattoso Câmara, com um depoimento sobre a sua figura humana e sobre o professor que ele foi. Neste depoimento, não posso deixar de falar de mim, pois o que me move, nesta nova oportunidade de homenageá-lo pelo centenário de seu nascimento, é testemunhar o convívio com o mestre: atitudes, opiniões e hábitos seus, que guardei na memória, no período em que estive muito próximo dele, entre 1958, então seu aluno na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, quando cursava o 3º ano de Letras Clássicas, e os anos de 1965-1967, ao atuar como seu assistente.

O historiador José Honório Rodrigues, muito amigo de Mattoso Câmara, desde a juventude, tendo sido agraciados ambos, em 1943, com uma bolsa de estudos nos Estados Unidos (Nova Iorque), pela Fundação Rockefeller, prestou, num número especial dedicado ao lingüista brasileiro pela revista *Vozes* (nº 5 de 1973), um depoimento extremamente significativo sobre ele e sua obra, em que lhe ressalta o caráter, a formação moral, além do seu valor intelectual, o seu saber, fazendo questão de ressaltar o quanto aprendeu com Mattoso Câmara a amar a Lingüística e a sentir ainda mais as extremas ligações das duas disciplinas humanísticas que cultivavam, a Lingüística e a História. Meu depoimento já traduzirá a visão do aluno, do discípulo, que teve o privilégio de se ter iniciado no estudo e no ensino da Lingüística com um mestre do valor intelectual e da experiência docente dele.

A primeira vez que vi Mattoso Câmara foi numa sala da Biblioteca Nacional, no final de 57, quando ainda aluno de Letras Clássicas. Celso Cunha, na época, diretor da Biblioteca, convidara a Eugenio Coseriu, lecionando naquele tempo na Universidade Nacional de Montevidéu, para proferir uma palestra, lembro-me bem, sobre a famosa tricotomia do lingüista romeno *sistema, norma e fala*. Fui chamado para a palestra pelo professor Rosalvo do Valle, que tinha sido meu professor de Latim. Ele era ex-aluno e amigo de Mattoso, seu colaborador no *Dicionário de fatos gramaticais* (assim se chamava a primeira edição do *Dicionário*, de 1956). Recordo-me de que o professor Rosalvo estava, à época, às voltas com a elaboração de verbetes da obra, chegando a ler

comigo alguns desses verbetes. Parecia-me uma obra bastante singular. O certo é que Mattoso já começava, a partir daí, a exercer sobre mim certa atração intelectual. Embora bem conhecida, muito adotada, no ginásio, nos anos 50, não estudara em sua *Gramática*, que integrava o *Curso de língua pátria*, obra escrita em colaboração com Rocha Lima, responsável pela *Antologia*. Fui mais à palestra na Biblioteca Nacional para ver, conhecer Mattoso Câmara.

Coincidência curiosa de que me daria conta bem mais tarde: vim a conhecer, no mesmo dia, no mesmo evento, a Mattoso Câmara e a Eugenio Coseriu, os dois lingüistas que certamente maior influência exerceram sobre a minha formação: Mattoso Câmara numa primeira fase, Coseriu, numa segunda; Mattoso falecido em 1970, Coseriu, em 2002. A palestra de Coseriu foi, evidentemente, para iniciados nos estudos lingüísticos modernos. Presentes algumas das figuras mais representativas da filologia brasileira da época: Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha... Após a palestra, Mattoso teceu algumas considerações; creio que outros também. Minha atenção estava, no entanto, fixada nele, que anos mais tarde exporia para mim a sua posição ante a tricotomia coseriana, desnecessária, em sua avaliação crítica, em relação à conhecida dicotomia do mestre genebrino entre *língua* e *discurso*.

Pouco tempo depois, no ano letivo de 58, vim a ser, então, aluno de Mattoso Câmara. Éramos uns 7 ou 8 na turma. Já adquirira os *Princípios de lingüística geral*, tentando iniciar a leitura desta obra, mas pouco conseguindo avançar em suas páginas. O texto era, na verdade, ainda pouco acessível para mim. De modo que fiquei assustado quando Mattoso, na primeira aula, nos comunicou que o programa do curso era o seu livro. Mas logo também ele se mostraria um expositor claro, com raro senso didático, expondo com muito entusiasmo sobre um universo conceitual novo para todos nós. À medida que as aulas se sucediam (duas por semana, e sempre ocupando os 50 minutos), a leitura de *Princípios* tornava-se mais acessível.

O mestre brasileiro era uma figura circunspecta, de postura austera, embora de nenhum modo antipática, mas que, em sala de aula, projetava um sentimento espontâneo de informalidade, com um sorriso muito típico dele. Pilheriava mesmo às vezes. Era um professor assíduo, pontual, que não consultava nada durante as aulas (nem mesmo o relógio). Meia hora antes da aula, já estava sentado numa longa mesa existente no corredor do 8º andar do prédio da Faculdade Nacional de Filosofia (a atual Casa de Itália), na avenida Antônio Carlos, no centro do Rio de Janeiro. Não dispunha de uma saleta que fosse para aguardar a aula. Ficava, então, ali sentado entre os alunos, muitos sem saberem quem ele era. Nos dias das nossas aulas, vinha de Petrópolis, onde lecionava Português na Universidade Católica de lá. Mas não se mostrava cansado. Saliente-se que Mattoso Câmara, apesar da extensa e significativa obra

que nos legou, sempre teve de dar muitas aulas no ensino secundário, oficial e particular, para poder manter a família.

O curso de Lingüística me encantava, não só por ser Mattoso excelente professor, mas também porque se ia descortinando para mim, e meus colegas, um enfoque inteiramente novo sobre o estudo da linguagem: as funções da linguagem, as dicotomias saussurianas, a Fonologia, a abordagem, com fundamentação que desconhecia, sobre a classificação de palavras, o empréstimo lingüístico, a lei fonética e tanto mais exerciam, na visão e na palavra do lingüista, um imenso fascínio em mim – não esqueçamos, estávamos em 1958; hoje, funções da linguagem, por exemplo, é matéria do ensino médio. Se a iniciação à Lingüística atualmente se apresenta para os alunos de Letras, em grande parte, como uma novidade no estudo da linguagem, embora com uma divulgação bem maior de alguns de seus fundamentos, através de livros didáticos de Português, o que dizer de sua iniciação no final dos anos 50? Era um novo mundo mesmo de estudo que se abria para nós. Se Sousa da Silveira confessa que a leitura das *Lições de filologia portuguesa*, de Leite de Vasconcelos, é que lhe veio mostrar que havia, realmente, uma ciência da linguagem, posso afirmar que foi o curso de Lingüística feito em 1958, com Mattoso Câmara, que me convenceu de que a linguagem e o estudo de uma língua podiam ser objeto de um estudo científico.

Na época, o regime do curso era anual, com duas provas. Para se entrar em prova, como se dizia, tinha de fazer-se um estágio. Para cumpri-lo, Mattoso exigia a resenha de obras por ele indicadas. Lembro-me de que me coube a leitura de *A linguagem e a vida* de Bally, na tradução de Amado Alonso para o espanhol, e *A linguagem; introdução ao estudo da fala* de Sapir, na tradução do próprio Mattoso. Duas obras notáveis, muito importantes para a minha formação. Ele lia atentamente as resenhas, aponto, no final, sua impressão sucinta do trabalho. Já nas provas, fornecia, previamente, uma lista de dez pontos (um seria sorteado no dia); em cada um constava o que ele chamava de tese (por exemplo, “O vocábulo formal não é a unidade elementar ou forma lingüística mínima” ou “É a fixidez aparente da língua que a faz o meio primordial de comunicação social”) e o que ele chamava de problema, na verdade, uma questão prática, em geral, com base no grego ou no latim, pois éramos alunos de Letras Clássicas (por exemplo, “que morfemas podemos depreender em *tango* e *tetigi*?” ou “Por que a forma de imperativo *fac* não é constituída apenas de semantema?”).

Não fazíamos perguntas durante a aula de Mattoso. Havia dificuldade de dissipar alguma dúvida, porque nos achávamos muito crus ante uma matéria nova e complexa e também pelos comentários que ouvíamos acerca do professor: irritava-se com as perguntas, que prejudicariam o fluxo de sua exposição,

irrepreensivelmente concatenada. Ficávamos, então, temerosos de pedir-lhe esclarecimentos durante a aula. Ao seu final, contudo, mostrava-se receptivo a uma conversa.

A carreira de Mattoso Câmara, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, não pode deixar de ser comentada, brevemente, neste depoimento, pois dela fui aluno num período conturbado da vida do lingüista na instituição.

Começemos por lembrar que ele tinha sido professor de Lingüística, em 1938, na antiga Universidade do Distrito Federal, extinta no início de 1939; em seu lugar, instalou-se, neste mesmo ano, a Faculdade Nacional de Filosofia, em cujo currículo de Letras não se incluía a Lingüística. Só em 1948, depois de cursos de especialização nos Estados Unidos (1943-44), é que Mattoso Câmara é convidado para professor da disciplina de Lingüística na Faculdade Nacional, a princípio apenas para os alunos de Letras Clássicas, tornando-se, a partir daí, o pioneiro do ensino regular de Lingüística no país. Durante pouco mais de dez anos, ficou sendo o único curso de Lingüística ministrado no Brasil. Em 1949, concluiu o seu doutorado em Letras Clássicas com a tese pioneiríssima *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, e, em 1952, obtém a título de livre-docente em Língua Portuguesa, com a tese, também com a sua marca pioneira, *Contribuição para uma estilística da língua portuguesa*.

Apesar de, em pouco tempo, de professor da Universidade do Brasil, ter defendido duas teses pioneiras; apesar de sua correção exemplar na atividade docente, sempre exaltada pelos seus alunos, que, com muita freqüência, o elegiam paraninfo; apesar do altamente expressivo número de publicações com que, a cada ano, enriquecia a sua produção acadêmica; apesar de se ter tornado um nome com projeção internacional, Mattoso Câmara permaneceu, ao longo de sua vida acadêmica, como mero regente ou responsável por uma disciplina, nunca tendo conseguido que a Lingüística viesse a ser uma cátedra; morreu como professor-adjunto, não participando da Congregação, sequer das reuniões departamentais – restava-lhe, então, o corredor...

Em 1956, ano em que ingressei na Faculdade, abre-se o concurso para a cátedra de Língua Portuguesa, vaga com a aposentadoria de Sousa da Silveira, que, ressaltasse, nutria grande admiração por Mattoso Câmara: incentivou-o a publicar o livro, que se chamaria *Princípios de lingüística geral; como fundamento para os estudos superiores de língua portuguesa* (1941), que teria como base as aulas do curso, a que o próprio Sousa tinha assistido, em 1938, na Universidade do Distrito Federal, chegando mesmo a prefaciar a obra com um texto altamente significativo sobre a importância da Lingüística no currículo de Letras e sobre o valor intelectual do autor. Mattoso se candidata à cátedra com a tese *Uma forma verbal portuguesa (estudo estilístico-gramatical)*.

Inscreveram-se, também, o já eminente filólogo Celso Cunha, responsável pelo ensino de Português no Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional, livre-docente em Literatura Portuguesa, e Amália Beatriz Cruz da Costa, livre-docente em Língua Portuguesa, que respondia interinamente pela cátedra. Posso apenas testemunhar que, na época, chegavam a nós, estudantes, comentários, veiculados também na saudosa Livraria Acadêmica (hoje, Padrão), então ponto de encontro de professores e alunos de Letras do Rio de Janeiro, de que Mattoso não era a pessoa indicada para a cátedra de Língua Portuguesa; ele era, alegava-se, de Lingüística, ou seja, um estudioso que se situava no plano geral das idéias sobre a linguagem, e não propriamente um especialista em Língua Portuguesa. O certo é que, por questões de política universitária da época, Mattoso Câmara resolve não concorrer à cátedra de Língua Portuguesa. Muito rapidamente, fui esclarecendo-me, pelo maior conhecimento da produção mattosiana, sobre seu permanente interesse pelo estudo e pelo ensino do Português. Era, há muito, professor de língua materna no ensino médio e superior (Católica de Petrópolis); autor de duas séries didáticas (*Elementos da língua pátria*, nos anos 30, e *Gramática, em Curso da língua pátria*, esta, dos anos 40, que, através de edições sucessivas, exerceu forte influência sobre o ensino do vernáculo, no Rio de Janeiro, nos anos 40 e 50); defendeu, como já se disse, duas teses de inegável valor sobre a Fonêmica e a Estilística da Língua Portuguesa, além de responsável por outros inúmeros e importantes ensaios sobre a língua, como os estudos estilísticos sobre Machado de Assis, a rima na poesia brasileira e o verso romântico; enfim, foi ele, e a primeira edição do seu *Dicionário*, justamente de 1956, já evidenciava isto, quem descreveria a língua em outras bases, com reflexos evidentes no ensino universitário de Língua Portuguesa, quando os estudos sincrônicos ganham novo interesse. Não foi, então, por falta de uma capacitação altamente qualificada que Mattoso Câmara não veio a concorrer à cátedra de Língua Portuguesa, em 1956. Continuou, no entanto, a exercer a sua docência de Lingüística na Universidade, com todo o empenho, prosseguindo, com a mesma determinação e seriedade, em suas pesquisas, voltadas, sobretudo, para o campo da... Língua Portuguesa.

Mas por que, na verdade, a resistência a Mattoso Câmara?

A obra dele, nas décadas de 40, 50 e 60, contrastava nitidamente com as tendências mais expressivas dos estudos então chamados filológicos desenvolvidos em nosso país: os relativos à história da língua e ao estudo da língua literária, do século XVI aos inícios do século XX, de orientação, ambos, atomista. Eduardo Portela, que foi Diretor da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, continuação da Universidade do Brasil, em lúcido artigo, dos anos 70, sobre o lingüista brasileiro, atribui precisamente ao pioneirismo de Mattoso esta resistência:

Suas aberturas teóricas e metodológicas colheram a universidade brasileira – sempre retardatária ou inerte – de surpresa. Se o surto provocado pelo novo ideário abalou a sonolência reinante, a lição inovadora não encontrou a acolhida correspondente. O estudo das linguagens era uma contradança tranqüila que reunia de um lado a Gramática sobrevivente, e sempre prestigiada, e do outro a Filologia, gloriosa e fáustica, alçada ostensivamente à condição de carro-chefe das “ciências do espírito”. A instituição universitária, que patrocinava essa estranha contradança, foi para Mattoso Câmara a república do silêncio. Mas a sua ciência se impôs e a sua lição expandiu-se.¹

Mas mestre Mattoso Câmara, como disse, jamais esmoreceu, continuando a trabalhar e a pesquisar com afinco, como se pode constatar, acompanhando, ano a ano, a sua produção acadêmica; e crescia a projeção nacional e internacional de seu nome, sobretudo depois da inclusão obrigatória da Lingüística no currículo mínimo de Letras, em fins de 1962. O interesse pelos estudos lingüísticos modernos, iniciados por Saussure, cresceria, a partir de então, expressivamente entre nós.

Mattoso Câmara torna-se, então, o grande nome da década de 60 (e ainda na de 70, embora já falecido) no cenário dos estudos sobre a linguagem em nosso país. Ele era o nosso lingüista. Participa de uma verdadeira peregrinação por este país, figura obrigatória em quase todos os seminários e cursos que passaram a se suceder em diversos estados brasileiros.

Assim, pôde ele experimentar também grandes alegrias em sua carreira. O coroamento dela, segundo ele próprio confessa em carta que me dirigiu de Bucareste (de 4 de setembro de 1967), a que já fiz referência nos *Dispensos* que dele organizei (2004: 18-19)², se deu por ocasião de sua escolha para membro do Comitê Internacional Permanente de Lingüistas, reconhecimento inequívoco do seu valor e do prestígio internacional que alcançara. Dizia-me, com imenso e natural júbilo:

com completa surpresa para mim fui eleito membro do Comitê Internacional Permanente de Lingüistas, como representante da América Latina, ao lado de cinco lingüistas de acordo com o plano de ampliar o quadro do Comitê. Considero intimamente isso uma espécie de coroamento de minha carreira, tão cheia de vicissitudes em meu país: ser proposto espontaneamente por um comitê de 12 membros, reunindo as mais prestigiosas figuras internacionais da lingüística contemporânea e ser aceito pacificamente por uma assembléia de 1500 lingüistas do mundo inteiro. Assim, o Brasil vai figurar no Comitê, como o único da América Latina...

Um ano e pouco depois, Mattoso Câmara se aposenta na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sem ter atingido a compulsória; na época, o habitual, no ensino universitário, era a aposentadoria se dar ao se chegar aos 70 anos.

Em 1965, com o aumento expressivo do número de alunos e por ter de viajar com frequência para ministrar cursos no exterior, Mattoso Câmara consegue, finalmente, obter a contratação de um professor-assistente, com a aprovação do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia da UFRJ. Fez-me o convite por telefone. Tomado totalmente de surpresa, disse-lhe que gostaria de conversar com ele. Em sua casa, ponderei-lhe que me julgava ainda muito pouco preparado para a função de substituí-lo em seus impedimentos, afinal, lecionava Lingüística na Universidade Federal Fluminense há apenas dois anos, era uma responsabilidade demasiada para mim. Depois de me ter ouvido, Mattoso, mais do que incisivo, foi categórico, como, na verdade, era sempre em situações de decisão; não aceitava a minha recusa. Quero, justamente, alguém jovem, que tenha sido um bom aluno comigo, a quem possa ir orientando, que tenha o domínio da tradição gramatical e que pretenda ampliar o estudo sobre a linguagem, como sei que você tem feito, argumentou ele.

Meu convívio com Mattoso estreitou-se evidentemente e, desnecessário dizer, foi muito enriquecedor para mim. Claro, poderia ter sido mais, se não estivesse no início da minha vida de magistério, tendo de trabalhar em vários outros lugares, dispersando-me tanto, na luta pela sobrevivência, num país sempre muito pouco estimulador a quem quer dedicar-se ao estudo. Assim, nunca pude frequentar o Museu Nacional para ver de perto o trabalho que Mattoso lá desenvolvia no Setor Lingüístico, ou seja, conhecer este outro aspecto de sua vida de estudo junto aos antropólogos. Foi no Museu que Yonne Leite, ex-aluna do curso de Neolatinas da Faculdade Nacional, sem ter, contudo, sido lá aluna de Mattoso, pois a Lingüística só foi incluída no currículo deste curso em 1958, foi bater, em fins de 1959, para transmitir ao lingüista brasileiro a sua disposição de estudar as línguas indígenas brasileiras. No Museu, Yonne Leite, tão bem acolhida por Mattoso, faria a sua carreira de lingüista, tornando-se uma das nossas mais abalizadas autoridades neste campo de pesquisa. Em texto recente (Leite, 2004: 9-33)³, a referida lingüista relata o seu convívio, durante dez anos, com Mattoso, e fala do trabalho por ele lá desenvolvido (ler especialmente o item “A reinvenção das línguas indígenas”, pg. 20-27).

No estreitamento de minha relação com Mattoso, passei a frequentar a sua casa (na Gávea), a me relacionar com a sua família, a conhecer, assim, alguns de seus hábitos. A Lingüística era o centro do seu mundo. Ouvia, às vezes, música sinfônica. Mas gostava sobretudo de conversar sobre lingüística: sobre os lingüistas estrangeiros que conhecera (por exemplo, o então

jovem Chomsky), congressos de que participara, artigos que estava escrevendo ou estava para escrever, episódios de sua vida acadêmica... Aprendi muitíssimo com ele sobre as obras dos principais estudiosos brasileiros da linguagem. Pena não ter gravadas as sínteses críticas que costumava fazer de vários trabalhos de antepassados e contemporâneos seus. De cada trabalho elucidava o objeto, o objetivo e o seu valor no cenário dos estudos sobre a linguagem entre nós. Passava-me a impressão de ter lido tudo de todos, desde uma obra de maior peso acadêmico até uma de intenção didática. Não escondia a sua admiração maior por Said Ali, Antenor Nascentes e Sousa da Silveira. Nas resenhas e notícias, inúmeras, que escreveu a propósito de publicações de amigos e colegas, pode-se constatar a sua preocupação de ressaltar sempre os aspectos positivos delas e a intenção de manifestar, apesar dos reparos feitos, o apreço, a afeição mesmo por vários estudiosos do país. É só ler, por exemplo, as doze breves notícias que redige para *A Cigarra* (1956-1960), objeto de um estudo meu (Uchôa: 2000).⁴

Mattoso Câmara manifestava um carinho particular pelos seus ex-alunos, mormente pelos que continuavam a procurá-lo. Preocupava-se com alguns deles: se o casamento não ia bem, se estava em dificuldades... Estava sempre mandando separatas, para o exterior, para os amigos brasileiros e também para ex-alunos. Entusiasmava-se com qualquer conquista deles: aprovação em concurso, um artigo, uma entrevista... Ficava feliz quando os alunos comentavam com ele que gostavam de minhas aulas, ao substituí-lo.

Redigia seus textos sem fazer rascunho, com extrema fluência, sempre na máquina, com uma cópia, sem se atormentar com o burilamento da frase. Quando se levantava para qualquer consulta, ia direto ao local da sua estante onde estava o livro em que encontraria a citação que desejava. Detinha uma memória prodigiosa, na verdade. Sabia de cor vários sonetos de Bilac e de Raimundo Correia.

Como lingüista se interessava muito pela realidade oral viva, corrente, da língua, mas tinha preferência pela leitura de nossos poetas parnasianos e simbolistas e, sobretudo, era leitor assíduo de Machado de Assis, cuja obra lhe mereceu sugestivos ensaios estilísticos. Dos modernos, só me lembro de ele mencionar, com simpatia, a Manuel Bandeira. Mário de Andrade também era lembrado, mas pelas suas considerações metalingüísticas. Era, então, o lingüista aberto às inovações da língua, mas era também o lingüista que cultivava a tradição literária.

Mattoso tinha um conceito próprio de professor-assistente: devia estar presente às aulas dele (o curso era de sua responsabilidade!), ajudá-lo nas tarefas de correção de trabalhos e provas e substituí-lo quando fosse preciso. Lu-

crei muito com tal orientação: ia acompanhando seus cursos, ficando ciente de alguns posicionamentos dele, obras que citava...

O nosso relacionamento nem sempre foi fácil. Diria, dada a diferença de idade entre nós, que foi um pai autoritário, severo. Assim, não aceitou bem a minha saída de casa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A UFRJ, na verdade, não me oferecia um contrato de trabalho confiável. Mas continuamos ligados por fortes laços afetivos. Sempre me estimulou muito a escrever (não quero um assistente ágrafo!), a ir a congressos, mas sobretudo a estudar. Tem estudado o quê, perguntava-me às vezes?

Mattoso era, no fundo, um homem tímido. Uma vez me comunicou que não iria à Universidade por uns quinze dias. Pensei que fosse alguma viagem; tratava-se, contudo, de uma operação a que se submeteria. Só num segundo momento, esclareceu-me a causa do afastamento e, a pedido meu, mencionou o nome do hospital em que se internaria. Da cirurgia feita, dela só fiquei sabendo pela sua filha, ao ir visitá-lo no hospital.

Como quase todo homem tímido, ele, às vezes, se mostrava agressivo, mormente em situações em que, por qualquer razão, julgava a sua autoridade desrespeitada, como na ocasião, creio que em 1967, em que um grupo de estudantes irrompeu no salão da aula (mais de 100 alunos), querendo interrompê-lo, para falar aos colegas. Mattoso não consentiu: na verdade, não admitia a sua aula ser interrompida e, como os estudantes insistissem, reagiu descontroladamente, a ponto de passar mal, até que, por mediação minha e de alguns alunos, o grupo se retirou. Tal episódio foi, aliás, aproveitado por razões políticas da época, por um jornal, para mostrar a falta de respeito que campeava nas universidades. Mattoso ficou indignado com a exploração pública deste fato, pois sua reação não tinha outra explicação que a de não permitir (nunca permitia!) a interrupção de sua aula por pessoas estranhas ao espaço da sala de aula.

Encerrando este meu desprezioso depoimento sobre Mattoso Câmara, diria, como palavra final, que ele era um homem que tinha convicção de seu valor, o que não o tornara, de nenhum modo, arrogante. Seu temperamento, às vezes irritadiço sim, jamais ofuscou para mim o que ele representava para o estudo da linguagem em nosso país e para o ensino universitário brasileiro. Com o correr dos anos, minha admiração pelo professor e pelo intelectual só fez crescer: pela sua seriedade, pela sua dedicação ao estudo, pela sua competência, pelo seu zelo na atividade docente, pela sua disponibilidade de ajudar os que o procuravam atrás de uma palavra orientadora, pela sua alegria ao ficar ciente de algum êxito de um ex-aluno. Mattoso Câmara, soube, em sua época, pensar diferentemente a linguagem em nosso país. A autonomia da Linguística, em relação à tradição dos estudos da linguagem, alcançada institucionalmente entre nós só a partir do ano letivo de 1963, foi conseguida, em boa parte,

graças à sua intensa atividade de pesquisador e de professor, à maneira de uma missão que ele se impunha, e ao prestígio decorrente que ele ia alcançando. Todos que gostamos de estudar o fenômeno lingüístico no Brasil, com intenções e perspectivas diversas, ficamos, por isso mesmo, tanto a dever a ele.

Naquele final de tarde quente, de 4 de fevereiro de 1970, quando um pequeno grupo de amigos e colegas compareceu ao seu sepultamento, no cemitério de São Francisco Xavier, tinha eu já a certeza do que, em 1975, Eduardo Portella então vaticinaria, e, hoje, 34 anos após a sua morte, todos nós reconhecemos: a sua ciência se imporia e a sua lição se expandiria.

Referências Bibliográficas

1. Universo da linguagem em Mattoso Câmara. In: *7º Congresso Brasileiro de Língua e Literatura*. Rio de Janeiro: Novacultura, 1975, p. 71.
2. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Nova edição revista e ampliada. Carlos Eduardo Falcão Uchôa (org.). Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
3. LEITE, Yonne. Joaquim Mattoso Câmara Jr.: um inovador. In: *D.E.L.T.A.*, vol 20: especial – 2004 (Homenagem a Mattoso Câmara, 1904-1970), p. 9-33. São Paulo: EDUC, 2004.
4. UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. A colaboração de Mattoso Câmara em *A Cigarra* (1957-1960). In: *Confluência*. Rio de Janeiro: ILP do Liceu Literário Português, nº 20/2º semestre de 2000, p. 45-54.

BIBLIOGRAFIA DE MATTOSO CÂMARA

Carlos Eduardo Falcão Uchôa
UFF/ILP do Liceu Literário Português

1934:

Pequenas lições de português – Alguns exemplos expressivos. In: *Correio da Manhã*, 25/1/1934.

Pequenas lições de português. In: *Correio da Manhã*, 28/1/1934.

Pequenas lições de português. In: *Correio da Manhã*, 1/2/1934.

Pequenas lições de português. In: *Correio da Manhã*, 6/2/1934.

Pequenas lições de português. In: *Correio da Manhã*, 9/2/1934.

Pequenas lições de português – Alguns exemplos expressivos: “inconteste”. In: *Correio da Manhã*, 16/02/1934.

Pequenas lições de português. In: *Correio da Manhã*, 22/2/1934.

Pequenas lições de português – Alguns enganos expressivos: “Revisar”. In: *Correio da Manhã*, 25/2/1934.

Pequenas lições de português – Um equívoco de três “caturras”. In: *Correio da Manhã*, 7/3/1934.

Pequenas lições de português – A propósito de “estadia”. In: *Correio da Manhã*, 14/3/1934.

Pequenas lições de português – Futebol. In: *Correio da Manhã*, 15/3/1934.

Pequenas lições de português – Um erro de prosódia: “espírita”. In: *Correio da Manhã*, 22/3/1934.

Pequenas lições de português – Regime ou regimen? In: *Correio da Manhã*, 14/4/1934.

Pequenas lições de português – Regimen ou regime? In: *Correio da Manhã*, 20/4/1934.

Pequenas lições de português – A propósito de uma “chapa” literária. In: *Correio da Manhã*, 22/4/1934.

Esta bibliografia consta de *Dispensos de J. Mattoso Câmara Jr.*, nova edição revista e ampliada, Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. Foram acrescentados aqui pelo organizador dois trabalhos do lingüista brasileiro (de 65) e mencionada a segunda edição da *Fonêmica* (de 77).

Pequenas lições de português – Idólatra e alcoólatra. In: *Correio da Manhã*, 5/5/1934.

Pequenas lições de português – Regimen ou regime? (sinopse da questão). In: *Correio da Manhã*, 17/5/1934.

Pequenas lições de português – O ensino do tupi. In: *Correio da Manhã*, 15/7/1934.

Pequenas lições de português – Por que “quatriênio”? In: *Correio da Manhã*, 22/7/1934.

Pequenas lições de português – “Progenitora”. In: *Correio da Manhã*, 1/8/1934.

Pequenas lições de português – Um neologismo abstruso: “brasilidade”. In: *Correio da Manhã*, 18/8/1934.

Pequenas lições de português – A etimologia de “escapar”. In: *Correio da Manhã*, 22/8/1934.

Pequenas lições de português – “Água fervendo” ou “fervente”? In: *Correio da Manhã*, 29/8/1934.

Pequenas lições de português – A expressão popular: “menino levado”. In: *Correio da Manhã*, 9/9/1934.

Pequenas lições de português – “Romancismo” e “romancista”. In: *Correio da Manhã*, 15/9/1934.

Pequenas lições de português – “A dupla negação”. In: *Correio da Manhã*, 07/12/1934. Obs: Todos estes artigos publicados no *Correio da Manhã* não eram assinados. No final da maioria deles constava apenas um C.

1935:

Elementos de português, 1ª série. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1935. Na 2. ed. (de 1938) passou a chamar-se *Elementos da língua pátria*.

Premières leçons de français, méthode directe, 1^{ère} année. Rio de Janeiro, Livraria Jacinto, 1935.

Páginas inglesas. De colaboração com Carlos Ramos. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1935.

Elements of English, 1ª série. De colaboração com Carlos Ramos. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1935.

Língua brasileira do Distrito Federal. In: *Diário de Notícias*, 14/7/1935.

Carta ao Vereador Romero Zander (a propósito do projeto que exigia o nome de *língua brasileira* nos livros didáticos). In: *Atas da Câmara Municipal* (ata de 18/7/1935).

Língua brasileira. In: *Jornal do Brasil*, 24, 25, 26, 27, 28 e 31/12/1935.

1936:

Elementos da língua pátria, 2ª série. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1936.

Elements of English, 2ª série. De colaboração com Carlos Ramos. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1936.

Lei constitucional e absurda (carta aberta ao Dr. Barbosa Lima Sobrinho). In: *Jornal do Brasil*, 30/1/1936.

A pronúncia “espírita”. In: *O Contador* (órgão dos alunos da Escola Amaro Cavalcanti). Rio de Janeiro, número especial de junho/1936.

1938:

Elementos da língua pátria, 3ª série. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1938.

Elements of English, 3ª série. De colaboração com Carlos Ramos. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1938.

Um caso de regência. In: *Miscelânea de estudos em honra de Manuel Said Ali*. Rio de Janeiro, 1938. p. 49-59.

1939:

Lições de lingüística geral (I). In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 13 (146): 99-104, 1939.

Lições de lingüística geral (II). In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 13 (147): 138-89, 1939.

Lições de lingüística geral (III). In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 13 (148): 216-22, 1939.

Lições de lingüística geral (IV). In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro. 13 (149 e 150): 279-84, 1939.

Lições de lingüística geral (V). In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 13 (151): 43-7, 1939.

Lições de lingüística geral (VI). In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 13 (152, 153 e 154): 81-6, 1939.

Lições de lingüística geral (VII). In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 13 (155 e 156): 177-85, 1939.

Una alternativa portuguesa: fui-foi. In: *Revista de Filología Hispánica*, Buenos Aires, 1 (3): 257-61, 1939.

Obs: Reproduzido, com leves acréscimos, em língua portuguesa. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 17 (201): 98-106, 1943.

1940:

Lições de lingüística geral (VIII). In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 14 (157): 21-7, 1940.

Lições de lingüística geral (IX). In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 14 (158): 83-8, 1940.

Lições de lingüística geral (X). In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 14 (159-160): 141-6, 1940.

Lições de lingüística geral (XI). In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 14 (161-162): 202-8, 1940.

Lições de lingüística geral (XII). In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 14 (163): 11-7, 1940.

Programas (carta aberta ao Dr. Frota Barbosa). In: *Jornal do Brasil*, 12/6/1940.

1941:

“Cão” e “Cachorro” no Quincas Borba de Machado de Assis. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 15 (174): 298-302, 1941.

“Cão” e “Cachorro” no Quincas Borba de Machado de Assis. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 15 (175): 56-8, 1941.

“Cão” e “Cachorro” no Quincas Borba de Machado de Assis. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 15 (176): 72-6, 1941.

O estilo indireto livre em Machado de Assis. In: *Miscelânea de estudos em honra de Antenor Nascentes*, Rio de Janeiro, 1941, p.19-30.

Resenha: Ernesto Faria – O latim e a cultura contemporânea. In: *Revista de Filologia Hispánica*, Buenos Aires, (3): 395-6, 1941.

Princípios de lingüística geral (como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa). Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1941. Houve uma reimpressão em 1942, com capa idêntica.

Obs: Este livro reúne, muito “melhoradas e ampliadas”, as Lições de lingüística geral, publicadas pelo Autor na *Revista de Cultura* nos anos de 1939 e 1940. Com o subtítulo modificado para – *Como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*, a

obra passou, a partir da 2ª edição (1954), a ser editada pela Livraria Acadêmica, na coleção Biblioteca Brasileira de Filologia (Rio de Janeiro), tendo alcançado, sempre revista e aumentada, duas outras edições em vida do autor: a 3ª (1959) e a 4ª edição (1964). As edições publicadas após a sua morte reproduzem o texto da quarta edição.

1942:

A pronúncia do latim. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 16 (185): 264-6, 1942.
Bibliografia: Serafim da Silva Neto, Manual de gramática histórica portuguesa. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 16 (186): 327, 1942.
Carta ao Professor Sílvio Elia. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 16 (187): 60-1, 1942.

1943:

Bibliografia: Rocha Lima – Anotações a textos errados. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 17 (194-195): 140, 1943.

1944:

Carta dos Estados Unidos. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 18 (206): 66-7, 1944.
Linguística e etnologia. In: *Revista do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 1 (2): 27-31, 1944.
Gramática, em *Curso da língua pátria, 1. e 2. séries ginasiais* (em colaboração com Rocha Lima, responsável pela *Antologia*), Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1944.
Obs: Tal obra chegou a alcançar a 6. edição (1959).

1945:

Gramática, em *Curso da língua pátria, 3. e 4. séries ginasiais* (em colaboração com Rocha Lima, responsável pela *Antologia*), Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1945.
Obs: Tal obra chegou a alcançar a 5. edição (1959).

Os estudos lingüísticos nos Estados Unidos da América do Norte, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1945 (Publicações Avulsas, 1).

Notas gramaticais de sânscrito I. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 19 (219): 114-8, 1945.

Notas gramaticais de sânscrito II. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 19 (220-221): 137-41, 1945.

Notas gramaticais de sânscrito III. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 19 (222): 237-42, 1945.

1946:

Resenha: Roman Jakobson-Kindersprache, Aphasie und Allgemeine Lautgesetze. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1(1): 37-40, 1946.

Resenha: Morris Swadesh, La nueva filología. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1(1): 40-7, 1946.

Resenha: Jacques Van Ginneken, La reconstruction typologique des langues archaïques de l'humanité. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1(1): 47-51, 1946.

Machado de Assis e suas referências ao leitor. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1(2): 75-86, 1946.

Resenha: N. S. Trubetzkoy, Grundzüge der Phonologie. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1(2): 97-107, 1946.

O ensino de línguas na América do Norte. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1(3): 145-8, 1946.

Otto Jespersen. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1(3): 149-52, 1946.

Resenha: Friedrich Kainz, Psychologie der Sprache. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1(3): 186-9, 1946.

Sobre as consoantes palatalizadas. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1(4): 225-9, 1946.

Resenha: M. Rodrigues Lapa – Estilística da língua portuguesa. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1(4): 233-6, 1946.

Tradução da resenha de Paul L. Garvin: J. Capistrano de Abreu – Rã-txa hu-ni-ku-i. A língua dos Caxinauás do Rio Ibaçu, afluente do Muru. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1(4): 231-3, 1946.

Obs: O nome do tradutor não ocorre. O próprio Mattoso Câmara foi quem nos comunicou ter sido de sua autoria a citada tradução.

Imperfect Rhymes in Brazilian Poetry. In: *Word* (Journal of the Linguistic Circle of New York), New York, 2(2): 131-5, 1946.

1947:

Os estudos lingüísticos regionais. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 2(5): 3-17, 1947.

Tradução da resenha de Paul L. Garvin: Plínio Ayrosa e “alii” – Etnografia e língua tupi-guarani. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 2(5): 37-40, 1947.

Obs: O nome do tradutor não ocorre. O próprio Mattoso Câmara foi quem nos comunicou ter sido de sua autoria a citada tradução.

Sobre a classificação das palavras. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 2(6): 87-91, 1947.

Resenha: Manuel de Paiva Boléo – Introdução ao estudo de filologia portuguesa. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 2(6): 113-6, 1947.

Resenha: Edgar H. Sturtevant – The Indo-Hittite laryngeals. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edição Dois Mundos, 2(6): 116-7, 1947.

Quincas Borba e o humanitismo. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 2(7): 131-8, 1947.

Tradução da resenha de William L. Wonderly: Mapas lingüísticos de la República Mexicana. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 2(7): 172-9, 1947.

Obs: O nome do tradutor não ocorre. Foi ainda Mattoso Câmara quem nos comunicou ter sido de sua autoria a citada tradução.

Tradução da resenha de George L. Trager: J. Philipson – O parentesco tupi-guarani. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 2(7): 180-1, 1947.

Obs: O nome do tradutor não ocorre. Mais uma vez foi Mattoso Câmara quem nos comunicou ter sido de sua autoria a citada tradução.

1948:

Tradução do artigo de Morris Swadesh – Notas sociológicas sobre as línguas obsoletas. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 2(8): 195-211, 1948.

Obs: O nome do tradutor não ocorre. Mas a autoria desta tradução fica esclarecida, pois, em nota de rodapé, há o seguinte comentário do tradutor: “Sobre o autor deste artigo (Morris Swadesh)... consultar a minha resenha neste Boletim (1, 1946), ao seu livro, escrito em espanhol, *La nueva filología*”. Ora, foi Mattoso Câmara o autor da resenha aludida.

Resenha: A. Benvenuto Terracini – Qué es la lingüística? In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 2(8): 249-51, 1948.

Inexeqüível no Brasil (entrevista sobre o Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro). In: *A Noite*, 22/11/1948.

1949:

Para o estudo da fonêmica portuguesa: os fonemas em português. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 3(9): 1-30, 1949.

Obs: Este trabalho é o último dos três capítulos da tese com que o autor obteve o grau de Doutor em Letras Clássicas na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1949. Na oportunidade, Mattoso Câmara Jr. apresentou à Faculdade cinco exemplares datilografados.

Resenha: N. S. Trubetzkoy – Principes de phonologie. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 3(9): 53-4, 1949.

Para o estudo da fonêmica portuguesa. Fonética e fonêmica. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 3(10): 71-99, 1949.

Obs: Este trabalho é o primeiro dos três capítulos da já referida tese com que o autor obteve o grau de Doutor em Letras Clássicas. O segundo capítulo versava sobre *Os estudos fonéticos em português*.

Resenha: Aurélio Buarque de Hollanda – Edição crítica de Contos gauchescos e lendas do Sul de J. Simões Lopes. In: *Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 3(10): 123-7, 1949.

Filologia. In: *Manual bibliográfico de estudos brasileiros* (dirigido por William Berrien e Rubens Borba de Moraes), Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949. p. 257-84.

Resenha: Paul Angiolillo – Armed Forces foreign language teaching. In: *Cultura*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do MES, 1(3), 1949.

Resenha: Leo Spitzer – Essays in historical semantics. In: *Cultura*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do MES, 1(3), 1949.

A rima na poesia brasileira. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1: 298-333, 1949.

1950:

Discurso de paraninfo. In: *Traço de União*, órgão das alunas do Colégio Jacobina, Rio de Janeiro, (1), 1950.

1952:

Manual de expressão oral e escrita. Ministério da Aeronáutica, Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Rio de Janeiro, 1952.

Obs: Trabalho impresso em multilite para uso dos oficiais-alunos da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. A partir, contudo, de 1961, é que a obra se torna mais divulgada através da edição de J. Ozon Editor, Rio de Janeiro.

Contribuição para uma estilística da língua portuguesa. Tese apresentada à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil para a livre-docência de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, 1952.

Obs: Na oportunidade, o autor fez uma pequena edição de 150 exemplares. Em 1953, com o título *Contribuição à estilística portuguesa*, sai, “revista e um pouco ampliada”, a 2ª edição desta obra, pela Organização Simões, Rio de Janeiro (Coleção Rex).

1953:

Para o estudo da fonêmica portuguesa. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953. (Coleção Rex).

Obs: Trabalho, como já dissemos, com que o autor obteve o grau de Doutor em Letras Clássicas, em 1949. Nesta edição, foi deixado de lado o segundo capítulo da tese (*Os estudos fonéticos em português*). Em compensação, foi acrescentado, como terceiro capítulo, o estudo sobre *A rima na poesia brasileira*, que, ligeiramente remodelado, é a tese apresentada por Mattoso Câmara Jr. ao Congresso Brasileiro da Língua Vernácula, em 1949, em homenagem ao centenário de Rui Barbosa. Em 1977, sai uma segunda edição da obra, preparada por Raimundo Barbadinho Nato, conforme indicações deixadas pelo Autor. (Rio de Janeiro: Padrão)

Da Mofina Mendes ao Padre Mendes. In: *Verbum*, Rio de Janeiro, Universidade Católica do Rio de Janeiro, 4(10): 503-506, 1953.

1954:

Tradução da obra de Edward Sapir – A linguagem. Introdução ao estudo da fala. MEC, INL, Rio de Janeiro, 1954. (Biblioteca Científica Brasileira).

Obs: A obra conheceu uma 2ª edição (1969) da Acadêmica, Rio de Janeiro. Em 1980, saiu uma outra edição, pela Perspectiva, São Paulo, acrescida de um apêndice de autoria do tradutor: Um século de estudos lingüísticos nos Estados Unidos da América (1860-1960), p. 183-205.

Apêndice à gramática, 4ª série ginásial e 1ª série colegial. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1954.

Obs: Trata-se de noções sucintas de história da língua, como complemento aos dois volumes de *Gramática*, que fazem parte, por sua vez, do *Curso da língua pátria*, escrito por Mattoso Câmara Jr. em colaboração com Rocha Lima, este responsável pelos dois volumes da *Antologia*, que integram o mesmo *Curso*.

1955:

Crônica lingüística: O Sexto Congresso, Internacional de Lingüistas. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1(1): 53-9, 1955.

Recensão crítica: Joseph Niedermann-Kultur, Werden und Wandlungen des Begriffes und Seiner Ersatzbegriffe von Cicero bis Herder. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1(1): 61-4, 1955.

Recensão crítica: Edgard H. Sturtevant – An introduction to linguistic science. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1(1): 64-6, 1955.

Crônica lingüística: A Conferência de Indiana entre antropólogos e lingüistas. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1(2): 187-95, 1955.

Relatório de antropologia. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1(2): 251-60, 1955.

Morfologia e sintaxe. In: *Jornal de Filologia*, São Paulo, Saraiva, 3(3-4): 177-82, 1955.

A língua literária. In: *A literatura no Brasil*. Direção de Afrânio Coutinho, Rio de Janeiro, Editorial Sul-América S/A, 1(1): 101-11, 1955.

O verso romântico. In: *A literatura no Brasil*. Direção de Afrânio Coutinho, Rio de Janeiro, Editorial Sul-América S/A, 1(2): 602-12, 1955.

Carta aberta a José Simão Leal (a pedidos). In: *Diário de Notícias*, 07/06/1955.

Resenha: Amadeu Amaral – O dialeto caipira. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 3(2): 143-145, dez. 1955.

Tradução de George Trager e Henry Lee Smith – Uma cronologia do indo-hitita. In: *Letras*, Universidade do Paraná, (3): 87-96, 1955.

Língua e cultura. In: *Letras*, Universidade do Paraná, (4): 51-9, 1955.

Obs: Deste artigo, há uma versão inglesa, feita por Paul Garvin, para uso de seus alunos do Institute of Languages and Linguistics da Georgetown University, Washington.

1956:

Crônica lingüística: Roman Jakobson. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 2(1): 55-64, 1956.

Recensão Crítica: Alonso Zamora Vicente – Las sonatas de Valle Inclán. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 2(1): 102-6, 1956.

Crônica lingüística: A teoria sintagmática de Mikus. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 2(2): 245-59, 1956.

Recensão Crítica: Diego Catalán Menendez-Pidal – La escuela española y su concepción del lenguaje. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 2(2): 261-4, 1956.

Dicionário de fatos gramaticais. MEC, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1956. (Coleção de Estudos Filológicos).

Obs: Em 1964, com o título de *Dicionário de filologia e gramática* e com o subtítulo *Referente à língua portuguesa*, sai, com “uma revisão cabal”, a 2ª edição desta obra (J. Ozon Editor). Revisto e aumentado, o *Dicionário* alcançou a 3ª edição, J. Ozon Editor (1969), última versão da obra, de responsabilidade do autor.

Teoria de análise léxica (para os exames de admissão ao curso ginásial e ao curso normal). Rio de Janeiro, Acquarone-Cuñarro-Salaberry, 1956. (Biblioteca Escolar Brasileira).

Uma forma verbal portuguesa: estudo estilístico-gramatical. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1956.

Obs: Em 1967, esta obra é reimpressa, com o título *A forma verbal portuguesa em -ria*, nos Estados Unidos da América, pela School of Languages and Linguistics da Georgetown University, Washington.

História externa da língua portuguesa. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 21(242): 56-61, 1956.

Discurso de paraninfo na Faculdade Nacional de Filologia. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 21(243): 103-13, 1956.

O consonantismo histórico português. In: *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 21(244-245-246): 166-75, 1956.

Gonçalves Viana and the phonic sciences. In: *For Roman Jakobson on his Sixtieth Birthday*, The Hague, Mouton & Cia., 1956, p. 328-31 (texto baseado no segundo capítulo da tese de doutoramento do autor, 1949). Transcrito em *Confluência*, Rio de Janeiro, 23: 45-51, 2002.

1957:

Sobre o futuro romance. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 3(2): 221-5, 1957.

Manual de transcrição fonética. Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1957. (Manuais do Museu Nacional, Série A, nº 2).

Um soneto de Machado de Assis. In: *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, INL, 2(5): 69-73, 1957.

A coroa de Rubião. In: *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, INL, 2(8): 105-9, 1957.

Sur la neutralization morphogique. In: *Travaux de l'Institut de Linguistique*, Faculté des Letters de l'Université de Paris, C. Klincksieck, (2): 76-77, 1957.

Ele comme un accusatif dans le Portugais du Brésil. In: *Miscelânea Homenage a André Martinet. Estruturalismo y História*, Canárias, Univ. de la Laguna, 1: 39-46, 1957.

Erros escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Rio de Janeiro. In: *Romanistisches Jahrbuch*, Hamburgo, (8): 279-86, 1957.

Notícia crítica: Tulo Hostílio Montenegro – A análise matemática do estilo, aplicação do processo de Fucks a obras literárias em português e espanhol. In: *A Cigarra* (revista da Editora O Cruzeiro), Rio de Janeiro, set./1957.

Notícia crítica: Gladstone Chaves de Melo – Iniciação à filologia portuguesa. In: *A Cigarra* (revista da Editora O Cruzeiro), Rio de Janeiro, ago./1957.

Notícia crítica: Teatro de Martins Pena, edição crítica de Darcy Damasceno, com a colaboração de Maria Filgueiras. In: *A Cigarra* (revista da Editora O Cruzeiro), Rio de Janeiro, jun./1957.

Notícia crítica: M. Said Ali – Dificuldades da língua portuguesa (Estudos e observações), edição de Maximiano de Carvalho e Silva. In: *A Cigarra* (revista da Editora O Cruzeiro), Rio de Janeiro, dez. 1957.

1958:

Machado de Assis e 'O Corvo' de Edgard Allan Pöe. In: *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, INL, 3(11): 101-9, 1958.

Tradução do artigo de Joseph H. Greenberg – Sobre a natureza e o uso das tipologias lingüísticas. In: *Revista de Antropologia*, Universidade de São Paulo, 6(1): 1-14, 1958.

Tradução do artigo de Dale Kietzman – Tendências de ordem lexical da aculturação lingüística do Terena. In: *Revista de Antropologia*, Universidade de São Paulo, 6(1), 1958.

Notícias críticas: Sílvio Elia – O ensino do latim (Doutrinas e métodos) e Leodegário Amarante de Azevedo Filho – Didática especial de português (Para o curso secundário). In: *A Cigarra* (revista da Editora O Cruzeiro), Rio de Janeiro, mar.1958.

Notícia crítica: Ismael de Lima Coutinho – Pontos de gramática histórica. In: *A Cigarra* (revista da Editora O Cruzeiro), Rio de Janeiro, 1958.

1959:

Para a análise mórfica do verbo em português. In: *Resumos das Comunicações* (IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros), Salvador, 1959.

Do estudo tipológico em listas de vocábulos indígenas brasileiros. In: *Revista de Antropologia*, Universidade de São Paulo, 7(1-2): 23-30, 1959.

Classificação das línguas indígenas do Brasil. In: *Letras*, Universidade do Paraná, (10): 56-66, 1959.

Recensão crítica: José G. Herculano de Carvalho – Fonologia Mirandesa I. In: *Letras*, Universidade do Paraná, (10): 143-5, 1959.

Alguns radicais Jê. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1959. (Publicações Avulsas, 28).

A obra lingüística de Curt Nimuendaju, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1959. (Publicações Avulsas, 29)

Entrevista sobre a nova nomenclatura gramatical a Zuenir Carlos Ventura. In: *Tribuna da Imprensa* (tablóide), 25/06/1959.

Notícias críticas: M. Cavalcanti Proença – Exercícios de português e Hamilton Elia e Sílvio Elia – 100 textos errados e corrigidos. In: *A Cigarra* (revista da Editora O Cruzeiro), Rio de Janeiro, ago.1959.

Notícia crítica: Antenor Nascentes – Dicionário de sinônimos. In: *A Cigarra* (revista da Editora O Cruzeiro), Rio de Janeiro, mar. 1959.

Notícia crítica: Adriano da Gama Kury – Pequena gramática para explicação da nova nomenclatura gramatical. In: *A Cigarra* (revista da Editora O Cruzeiro), Rio de Janeiro, 1959.

1960:

Crônica lingüística: glotocronologia e estatística léxica. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 5(1-2): 209-15, 1959-1960.

Recensão crítica: Instituto de Filosofia de la Academia de Ciências de la URSS – Pensamento y lenguaje. Dirección de D. P. Gorski. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 5(1-2): 217-20, 1959-1960.

Nomenclatura gramatical. In: *Letras*, Universidade do Paraná, (11): 1-16, 1960.

Notícia crítica: Vakomomo Oti, 1, Cartilha Terena, publicação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. In: *A Cigarra* (revista da Editora O Cruzeiro), Rio de Janeiro, abr. 1960.

Notícia crítica: Th. Henrique Maurer Jr. – Gramática do latim vulgar. In: *A Cigarra* (revista da Editora O Cruzeiro), Rio de Janeiro, out. 1960.

1961:

O coloquialismo de Machado de Assis. In: *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 6(1): 33-42, 1961.

As idéias gramaticais de João Ribeiro. In: *Letras*, Universidade do Paraná, (12): 22-35, 1961.

Said Ali e a língua portuguesa. In: *Vozes*, Petrópolis, 55(6): 415-19, 1961.

Considerações sobre o estilo. In: *Vozes*, Petrópolis, 55(11): 823-9, 1961.

Obs: O texto inicial deste artigo (aula proferida por Mattoso Câmara Jr., em 1960, nos Cursos de Aperfeiçoamento de Ensino Comercial do MEC) aparece transcrito na revista *Littera*, Rio de Janeiro, Grifo, 1(2): 87-92, 1971.

Edward Sapir: Lingüística como ciência: ensaios. Seleção – Tradução – Notas por... Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1961. (Coleção Filologia e Lingüística)

1962:

Da natureza das línguas indígenas. In: *Revista de Letras*, Assis, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, (3): 17-29, 1962.

Obs: Tal artigo reaparecerá, com ligeiras alterações, como o capítulo 5 da obra *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, Rio de Janeiro, 1965. O próprio título sofre pequena modificação: passa a ser *Em que se caracterizam as línguas indígenas?*

Ensaio machadiano (*Língua e estilo*). Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1962 (Rumos)

Obs: Nestes *Ensaio*s, o autor reuniu alguns trabalhos já publicados em revistas e miscelâneas, e mais *A gíria em Machado de Assis*, ainda inédito.

1963:

Europäische Sprachen in Übersee: Das brasilianische Portugiesisch. In: *Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Literaturen*, 200 (5): 321-37, dez. 1963.

Obs: Palestra pronunciada no Seminário Românico da Universidade de Bonn em maio de 1963. Em 1965, é publicado na *Revista do Livro* (“Línguas européias de ultramar: o português do Brasil”), Rio de Janeiro, INL, 8 (27-28): 107-18.

Resenha: Académie de la République Populaire Roumaine. Mélanges linguistiques, publiés à l’occasion du VIII^e Congrès International des Linguistics à Oslo, du 5 au 9 août 1957. In: *Romance Philology*, Berkeley, Cal. 17(2): 449-53, 1963.

Comentário do co-relator J. Mattoso Câmara Jr. ao relatório de Aryon dall'Igna Rodrigues, *Revista de Antropologia*, São Paulo, 11: 17-19, 1963.

1964:

Resenha: Roman Jakobson-Selected writings, I. Phonological studies. In: *Word* (Journal of the Linguistic Circle of New York), New York, 20(1): 79-89, 1964.

Obs: Reproduzido em língua portuguesa, como apêndice, no volume *Roman Jakobson: Fonema e Fonologia: ensaios*. Rio de Janeiro, 1967, com o título *Os estudos fonológicos de Roman Jakobson*.

O espanhol no Brasil e a conexão entre o português e o espanhol na América do Norte. In: *Presente y futuro de la lengua española*, Madrid, Ediciones Cultura Hispánica, 1: 337-43, 1964.

Une catégorie verbale: le futur du passé. In: *Proceedings of the Ninth International Congress of Linguistics*, The Hague, ed. by Horace G. Lunt, 1964.

1965:

À propos d'un vulgarisme du portugais du Brésil. In: *Omagiu lui Alexandru Rosetti, la 70 de ani*, Bucaresti, Editura Academiei Republicii Socialiste România, p. 543-5, 1965.

A locução "A olhos vistos". In: *Miscelânea Filológica em Honra à Memória do Professor Clóvis Monteiro*. Rio de Janeiro, Editora do Professor, 1965. p.103-5.

Introdução às línguas indígenas brasileiras (com um suplemento sobre A técnica de pesquisa por Sarah Gudschinsky). Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1965.

Obs: Saiu desta obra, neste mesmo ano de 65, uma 2ª edição revista, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro.

Panorama da evolução da lingüística nos Estados Unidos da América. El Simposio de Cartagena, Informes y Comunicaciones. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1965, p. 199-229.

Obs: Texto reproduzido, com algumas modificações, como apêndice da tradução de *A linguagem; introdução ao estudo da fala* de Sapir, edição da Perspectiva (1980), com o título "Um século de estudos lingüísticos nos Estados Unidos da América (1860-1960)", p. 183-205.

Resenha: William A. Read. Louisiana French. In: *Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Literaturen*, 202: 474-475, 1965-66.

Resenhas: André Martinet – A functional view of language e Bertil Malmberg – Structural linguistics and human communication. In: *International Review of Applied Linguistics (IRAL)*, Heidelberg, 3(3), 1965.

Pesquisas dialetológicas no português do Brasil. In: *O Setor Lingüístico do Museu Nacional* (organização e objetivos). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1965, p. 41-43. Publicações avulsas nº 49.

Plano de estudo para estagiários-bolsistas estrangeiros. In: *O Setor Lingüístico do Museu Nacional* (organização e objetivos). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1965, p. 45-46. Publicações avulsas nº 49.

1966:

Resenha: Language in culture and society. A reader in linguistics and anthropology, ed. by Dell Hymes. In: *Linguistics* (An International Review), (28): 106-11, 1966.

Para o estudo descritivo dos verbos irregulares. In: *Estudos Lingüísticos* (Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada). São Paulo, Centro de Lingüística Aplicada, 1(1): 16-27, jul. 1966.

Resenha: M. Paiva Boléo – Algumas tendências e perspectivas da lingüística moderna. In: *Estudos Lingüísticos* (Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada), São Paulo, Centro de Lingüística Aplicada, 1(1): 41-2, jul. 1966.

Considerações sobre o gênero em português. In: *Estudos Lingüísticos* (Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada), São Paulo, Centro de Lingüística Aplicada, 1(2): 1-9, 1966.

Antenor Nascentes e a filologia brasileira. In: *Vozes*, Petrópolis, 60(6): 459-62, 1966.

1967:

Notícia: Maurício Swadesh. In: *Estudos Lingüísticos* (Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada), São Paulo, Centro de Lingüística Aplicada, 2(1-2): 112-5, jul./dez. 1967.

Um caso de colocação. In: *Estudos Filológicos* (Homenagem a Serafim da Silva Neto), Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 101-6, 1967.

O estruturalismo lingüístico. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, (15/16): 5-43, [1967]. *Roman Jakobson: Fonema e fonologia: ensaios. Seleção, tradução e notas com um estudo sobre o Autor*, por..., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1967. (Coleção Filologia e Lingüística)

Para uma estilística estrutural. In: *Lengua-Literatura-Folklore* (Estúdios Dedicados a Rodolfo Oroz), Facultad de Filosofía Y Educación, Universidad de Chile, 1967, p. 291-299.

Os estudos da língua portuguesa em Portugal e no Brasil. In: *Actas, Informaciones y Comunicaciones*, El Simposio de Bloomington, Instituto Caro y Cuervo, Bogotá, 1967. p. 154-65.

Resenha: W. Humboldt – Schriften zur Sprachphilosophie. In: *Linguistics*, An International Review, (33), 1967, p. 101-103.

A note on Portuguese noun morphology. In: *To honor Roman Jakobson – Essays on the occasion of his seventieth birthday*, The Hague, Mouton, 1967, p.1311-4.

1968:

Brazilian linguistics. In: *Current Trends in Linguistics*, The Hague, Mouton, 4: 229-247, 1968.

Obs.: Traduzido para o português (“A Lingüística Brasileira”) em *Tendências atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil* (org. de Anthony J. Naro), Rio de Janeiro, 1976, p. 47-66.

Discurso na sessão de encerramento do 1º Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea. In: *Actas*, Coimbra, 1968. p.313-15.

‘*Muta cum muta*’ in Portuguese? In: *Word* (Journal of the Linguistic Circle of New York), New York, 24: 49-52, 1968.

Resenha: Eric H. Lenneberg. New directions in the study of language. In: *Linguistics*, 44: 96-97, 1968.

1969:

Problemas de lingüística descritiva. Petrópolis, Editora Vozes, 1969.

Obs: Este livro reúne dez artigos que foram publicados na revista *Vozes*, nos anos de 1967 e 1968.

Resenha: Adam Schaff – Introdução à semântica (trad. Célia Neves). In: *Vozes*, Petrópolis, 63(4): 364, 1969.

Os Estudos de Português no Brasil. In: *Letras*, Universidade do Paraná, (17): 23-52, 1969.

1970:

Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis, Editora Vozes, 1970.

Obs: Obra inacabada, de edição póstuma.

Roman Jakobson e a lingüística. In: *Roman Jakobson. Lingüística. Poética. Cinema*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1970. p.165-74.

Obs: É, com poucas alterações, a crônica lingüística escrita por Mattoso Câmara sobre Roman Jakobson, publicada na *Revista Brasileira de Filologia*, 2(1): 55-64, 1956.

Dois palavras acima. Apresentação do livro de Madre Olívia: *Nova análise semântica*. J. Ozon Editor, 1970. p.7-9.

1971:

Carta a Paiva Boléo, a propósito da Nomenclatura Gramatical Portuguesa. In: *II Congresso Brasileiro de Língua e Literatura*, Rio de Janeiro, Edições Gernasa, 1971. p.33-7.

Obs: carta, até então inédita, datada de 24/5/1965.

A análise literária (súmula). In: *Littera*, Rio de Janeiro, Grifo, 1(2): 93-8, 1971.

Obs: Súmula, até então inédita, de uma aula proferida por Mattoso Câmara, em 1960, nos Cursos de Aperfeiçoamento de Ensino Comercial do MEC.

Uma evolução em marcha: a relação entre *este* e *esse*. In: *Sprache und Geschichte festschrift für Harri Meier zum 65 Geburtstag*. Wilhelm Fink Verlag, München, 1971.

1972:

The Portuguese Language. Translated by Anthony J. Naro. Chicago/London, the University of Chicago Press, 1972.

Obs.: Com o título *História e estrutura da língua portuguesa*, esta obra foi editada, em 1975, pela Padrão, Rio de Janeiro.

Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr. Seleção e introdução de Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.

Obs.: A obra teve uma 2ª edição (1975), idêntica à 1ª, como nova capa.

1975:

História da lingüística. Petrópolis, Vozes, 1975.

Obs.: Escrita em inglês, como fruto de sua experiência docente na Universidade de Washington, em 1962. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo.



Em pé, J. Mattoso Câmara Jr. Na primeira fila, da esquerda para a direita: professores Aloísio Trinta, Maria Helena Silveira, Rosa Louro e Matilde. Na segunda fila: professores Edwaldo Cafezeiro, Maria Filgueiras e Alice Pitombeira de Freitas. Na última fila: professores José Pereira de Andrade, Therezinha Marinho e Lauriston Gomes Guerra.



Na frente, da esquerda para a direita: professores Matilde, Filomena Filgueiras, Alice Pitombeira de Freitas, J. Mattoso Câmara Jr., Rosa Louro, Maria Filgueiras, Maria Helena Silveira e Lauriston Gomes Guerra. Atrás, os professores Edwaldo Cafezeiro, José Pereira de Andrade, Therezinha Marinho e Aloísio Trinta.

DEPOIMENTOS SOBRE MATTOSO CÂMARA *

A grandeza de Mattoso Câmara, homem e sábio, fica e vai ser inesquecível. Os inseparáveis problemas da linguagem e do espírito humano animaram e fortaleceram o nosso estreito contato em Nova Iorque, dentro dos muros da École Libre de Hautes Études e da Columbia University.

Tais questões constituíram, igualmente, o tema vital das entrevistas que tivemos em nossos encontros, depois da guerra, na América do Norte e na América do Sul.

A esse fiel companheiro e amigo dedico, pois, o presente trabalho [“As características fundamentais e específicas da linguagem humana”], esboçado alguns meses depois de ter gozado, no Rio, de sua sabedoria e de sua hospitalidade, bem como do ar vivificador de seu esplêndido país.

Roman Jakobson, 1973

[...] desde a segunda edição (Rio, 1954) tornou-se [PLG] o melhor manual para a introdução da lingüística até então publicado em país latino. Baseado em informação sólida, bem selecionada e bem elaborada, este livro mantém um equilíbrio inteligente entre a lingüística tradicional e a estrutural e, dentro desta última, entre o estruturalismo europeu e o norte-americano, o que parece bastante razoável para um manual introdutório.

Eugenio Coseriu, 1976

* Depoimentos selecionados por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, que procurou escolher alguns textos que focalizassem expressivamente a figura humana, o professor e o lingüista que foi Mattoso Câmara, em seu papel de incontestável pioneiro dos estudos da Lingüística moderna em nosso país.

A obra de J. Mattoso Câmara Jr. abriu desde cedo novos e seguros caminhos para a descrição sincrônica da língua portuguesa e seus reflexos no adequado ensino do idioma. Desta influência benéfica se tem valido minha *Moderna Gramática* desde sua primeira versão de 1961. A morte prematura em 1970 não lhe permitiu oferecer contribuição ainda mais profunda para a renovação da gramaticografia brasileira em todos os seus domínios. Aconteceu no momento em que as reflexões do notável lingüista e filólogo começavam a chegar à sua plena maturidade e originalidade. A obra que deixou não foi ainda totalmente explorada em suas muitas intuições e sugestões. Resta aos discípulos explorar essa preciosa mina.

Evanildo Bechara, 2005

Certa vez, no mesmo ano estiveram no Brasil Harri Meyer, romanista alemão, discípulo de W. Wartburg, e Francis Rogers, Professor da Universidade de Harvard. A ambos fiz a mesma pergunta: quem achavam eles as maiores figuras da lingüística no Brasil. A resposta foi idêntica: Serafim Silva Neto na lingüística portuguesa, e Mattoso Câmara na lingüística geral.

No seu campo de estudo, ninguém adquiriu a reputação e o renome que Mattoso conseguiu, com todo seu escrúpulo, sua objeção à publicidade, sua timidez. Professor universitário em Lisboa, nos Estados Unidos, poderia viver em qualquer desses países como *full professor*, com alta remuneração e estabilidade, mas sempre preferiu ensinar por períodos curtos, para poder viver e inspirar-se no convívio com a sua gente, sua língua, sua cultura.

[...]

Antes de partir para ensinar na Universidade de Columbia, em janeiro de 1970, havia eu conversado com alguns companheiros da Academia Brasileira de Letras sobre a concessão do Prêmio Machado de Assis a Mattoso Câmara. A receptividade fora ótima. A notícia de sua morte, em 5 de fevereiro, foi um choque para todos os seus admiradores, privando a Academia de prestar-lhe esta homenagem que ele tanto merecia.

A consciência histórica das variações dialetais e sociais, a percepção de que uma língua não muda em bloco, mas, aos poucos, ora um, ora outro grupo de elementos, foi uma lição que o convívio com Mattoso Câmara me ensinou, fazendo-me confiar na possibilidade crescente da ajuda mútua entre a lingüística e a história.

José Honório Rodrigues, 1973

Em 1960 o Prof. Mattoso Câmara assumiu um novo encargo [no Museu Nacional] – o de proporcionar aos estudiosos em geral e em particular aos estudantes de etnologia brasileira um curso de pós-graduação, de caráter introdutório, sobre o método lingüístico e sua aplicação ao estudo das línguas indígenas. O caráter revisionista do histórico das pesquisas lingüísticas no Brasil, a análise crítica das diferentes orientações teóricas de projeção internacional e a segurança das diretrizes traçadas para o encaminhamento da solução dos nossos problemas deram a esse curso um valor que a todo custo se impunha preservar. A gravação das aulas permitiu que o curso fosse transformado em livro, para a satisfação e o júbilo de quantos não tiveram o prazer de ouvir o Prof. Mattoso Câmara. A Divisão de Antropologia tem para com este mestre uma dívida que não sabe como saldar. Em troca do muito que nos dá só lhe oferecemos o ambiente de trabalho, a respeitosa admiração e o caloroso tributo do nosso reconhecimento.

L. de Castro Faria, 1977

Mattoso Câmara Jr. é, indiscutivelmente, o fundador brasileiro da Lingüística. Suas aberturas teóricas e metodológicas colheram a universidade brasileira – sempre retardatária ou inerte – de surpresa. Se o susto provocado pelo novo ideário conseguiu abalar a sonolência reinante, a lição inovadora não encontrou a acolhida correspondente. O estudo das linguagens era uma contradança tranqüila que reunia de um lado a Gramática sobrevivente, e sempre prestigiada, e do outro a Filologia, gloriosa e fáustica, alçada ostensivamente à condição de carro-chefe das “ciências do espírito”. A instituição universitária, que patrocinava essa estranha contradança, foi para Mattoso Câmara a república do silêncio. Mas a sua ciência se impôs e a sua lição expandiu-se.

Eduardo Portela, 1975

Concluindo, vê-se que a positiva valoração crítica do livro [os PLG], segundo o julgamento unânime e abalizado de autores nacionais e estrangeiros, não se exprime em termos ociosos. Trata-se de uma obra pioneira, porque introduziu a Lingüística moderna nos meios universitários brasileiros. O seu autor, além disso, escreveu vários outros volumes em que volta aos temas de Lingüística, revelando sempre a segurança de sua formação científica, em contribuições inestimáveis à cultura brasileira.

Leodegário A. de Azevedo Filho, 2004

Dentro de três semanas se completarão dez anos do falecimento de Joaquim Mattoso Câmara Jr. São dez anos de ausência física do professor consciencioso e metódico, do conferencista profundo e agradável, do *scholar* criativo e estimulante, que, além dos sessenta anos de idade, mostrava mais iniciativa, mais entusiasmo e maior operosidade que a maioria dos estudiosos da língua e da lingüística neste país, muito mais jovens e muito mais presunçosos que ele. Mas são dez anos, também, de presença continuada e atuante daquele que foi não apenas o pioneiro, mas o propugnador constante e imbatível dos estudos lingüísticos sérios, cientificamente bem fundados. Essa presença que tem estado no espírito e no trabalho dos poucos que tiveram o privilégio de conviver e de cooperar com Mattoso e dos muitos que muito aprenderam da lingüística e da língua portuguesa nas aulas, nas conferências e, sobretudo, na ampla obra escrita, substancialmente voltada para a informação, para a instrução, para a formação lingüística de mais de uma geração de estudiosos brasileiros; essa presença que se evidencia na reiterada reimpressão de suas obras por diversas editoras, que se disputam um autor verdadeiramente procurado; essa presença que nos levou ao consenso fácil de que os esforços empreendidos para a realização do V Instituto Interamericano de Lingüística e do VII Instituto Brasileiro de Lingüística deveriam ser consagrados à memória daquele que vale como exemplo para todos nós, lingüistas e estudantes de lingüística, que no Brasil procuramos contribuir para a compreensão da linguagem e, através dela, para a compreensão e a intercompreensão da humanidade.

Aryon Dall'Igna Rodrigues, 1984

A personalidade de Mattoso-colega projetou-se sobremodo a partir dos sucessivos simpósios do PILEI e dos Seminários Brasileiros de Lingüística, estes promovidos anualmente pelo Instituto de Idiomas Yázigi a partir de 1965. Mattoso Câmara pronunciou conferências em todas as iniciativas do Yázigi em prol da lingüística, dispensando sempre uma atenção e carinho especiais aos colegas de magistério. Respeitado como verdadeiro ‘conselheiro’, costumava insistir, junto aos recém-iniciados no ensino da lingüística, que a leitura dos clássicos da literatura especializada deveria ser mais que um simples desiderato – uma obrigação no caso de professores de uma disciplina com uma notável tradição de estudos sincrônicos e diacrônicos.

[...]

Coexistiam em Mattoso-docente, a presença circumspecta, por vezes aparentemente austera, do professor e a projeção de um sentimento espontâneo de informalidade, manifestado por uma ou outra singela anedota lingüisticamente

motivada mas de grande efeito psicológico. Suas aulas constituíam modelos de apresentação expositiva que, mesmo sob o controle pedagógico do roteiro, ofereciam aos alunos mais perspicazes não só valiosas intravisiões como sugestões para trabalhos de natureza eminentemente sincrônica, preocupação primordial de Mattoso, descritivista por formação e desempenho.

[...]

Em Mattoso-conferencista temos, por um lado, a segurança de seus conhecimentos, oriundos de uma perspectiva ampla e multifacetada sobre o fenômeno linguagem; por outro, sua capacidade de estimular nos ouvintes uma reflexão instantânea, numa moldura estilística pessoal inconfundível.

Francisco Gomes de Matos, 1973

A análise de Joaquim Mattoso Câmara [da flexão nominal em português] constitui considerável progresso em relação à análise tradicional, por considerar a expressão oral, por incorporar fatores antes não considerados e também por introduzir considerável simplicidade na descrição do processo.

Essa análise teve forte repercussão, e reflete-se na quase totalidade dos trabalhos sobre morfologia do português publicados posteriormente, entre 1973 e 2000, tornando-se a análise padrão da flexão nominal em português.

Geraldo Cintra, 2004

Repensar a obra de Joaquim Mattoso Câmara Jr. não é tarefa das mais fáceis, pois significa percorrer os vários caminhos por ele trilhados durante sua intensa vida de professor e pesquisador. Se, por um lado, há a alegria de constatar a perenidade que o trabalho acadêmico confere àqueles que se desempenham com seriedade e eficiência, por outro, fica a tristeza das lembranças de alguém com quem convivi por 10 anos no *Setor de Lingüística do Museu Nacional* e que não mais está entre nós: seus cabelos brancos, seu porte meio curvado, sua leitura constante, silenciosa e tranqüila, sua lhaneza no trato são recordações que guardarei aliada à sua maestria de exposição oral, suas aulas perfeitas, seu desejo intenso de transmitir tudo o que sabia, tudo o que lia.

[...]

Privei com o professor Mattoso Câmara durante os últimos anos de sua vida. Um convívio diário no *Setor de Lingüística do Museu Nacional*, do qual foi o organizador. Dele herdei a sala e a mesa de trabalho, a cadeira giratória, as

estantes e guardei na memória os ensinamentos e o exemplo, o desejo de sempre querer saber mais, a vontade de sempre ler mais. Gostaria imensamente de ter herdado também o espírito lúcido, a clareza da exposição e o amor ao trabalho.

Yonne Leite, 2004

O presente artigo [“O conceito de vocábulo na obra de Mattoso Câmara”] é um tributo à memória do Prof. Mattoso Câmara Júnior, certamente o nome mais relevante na história da lingüística em nosso país.

Conheci o Prof. Mattoso Câmara como professor de Introdução à Lingüística Geral, quando cursava o último semestre de Letras Clássicas da PUC-RJ, em 1967. No ano seguinte, ingressando no Mestrado em Lingüística do Programa Unificado de Pós-Graduação em Lingüística do Museu Nacional, em 1968, ainda teria eu o privilégio, por mais dois semestres, de ter o Professor Mattoso Câmara como professor, nos cursos de História da Lingüística e Estrutura da Língua Portuguesa.

[...]

Não há outro epíteto para Mattoso Câmara senão *O Grande Mestre*. O domínio absoluto de todos os temas que abordava, a farta erudição, os comentários fundamentados e bem elaborados, a solidez da argumentação; e também os detalhes pitorescos, um leve tom de humor, pequenas pausas amenas quando via que não podíamos mais acompanhar o ritmo das reflexões teóricas. Sim, Mattoso Câmara não foi apenas o grande pioneiro da Lingüística no país; foi, também, um professor perfeito.

Mudaram-se os paradigmas, a Lingüística teve no Brasil um desenvolvimento ímpar, juntamente com a evolução planejada do sistema de pós-graduação no país; alargaram-se os domínios da investigação, novos métodos de análise são privilegiados. Mattoso Câmara passou de precursor a clássico. E sua obra mantém a relevância de sempre.

Margarida Basílio, 2004

Tem-se dado pouca importância à contribuição de Mattoso Câmara no que se refere aos estudos de sintaxe (e, principalmente, da sintaxe portuguesa), considerando-se que os trabalhos do autor se concentram na fonêmica e na morfologia.

Não resta dúvida de que, no período em que os textos de Mattoso Câmara foram publicados, a lingüística estrutural privilegiava os campos da fonologia

(ou fonêmica, para os norte-americanos) e da morfologia, o que explica o maior desenvolvimento que esses estudos receberam por parte do autor. Contudo, é conveniente lembrar que a sintaxe não foi tão negligenciada por Mattoso quanto se pode pensar.

Partindo da noção de frase como unidade do discurso, com seus quatro elementos essenciais: o falante, o ouvinte, o assunto e a situação, bem como a especial importância atribuída à manifestação psíquica e ao apelo, integrados à simples informação (na esteira da *Sprachtheorie*, de Karl Bühler), Mattoso Câmara estabelece a interpenetração entre as frases intelectual e afetiva, propondo, assim, uma sintaxe vinculada à estilística. Essa posição vai impedi-lo de aderir à sintaxe formalista dos bloomfieldianos, embora, como o mostraremos, não se possa deixar de reconhecer a proposta mattosiana de uma sintaxe rigorosa, elaborada e, sobretudo, explorável.

Válter Kedhi, 2004

O curso de Mattoso de 1938-1939 na Universidade do Distrito Federal, entretanto, embora efêmero, marcou, ao mesmo tempo, nas décadas seguintes, o que a literatura crítica considerou o início do processo de institucionalização da Lingüística no Brasil e o início de uma nova orientação teórica e metodológica para os estudos lingüísticos efetuados até então. Mattoso é consensualmente apontado como pioneiro dos estudos propriamente lingüísticos no Brasil, seu primeiro divulgador e o primeiro professor de Lingüística de uma Universidade brasileira.

Cristina Altman, 1998

Conheci o Professor Mattoso Câmara por meio de suas publicações. Aprofundei-me em seus trabalhos na época em que ingressei na Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de São Paulo e optei por estudar sua obra do ponto de vista da historiografia da lingüística. O contato com os escritos de Mattoso Câmara efetuado para a dissertação de mestrado (1998) levou-me, na investigação para o doutorado (2003), à questão do aparecimento de critérios fonológicos, e não apenas fonéticos, aplicados na descrição do português brasileiro. Se, por um lado, *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa* (1953) representa a ruptura com a tradição de pesquisa sobre os sons no mundo lusófono, por outro lado, marca a continuidade de seus ensinamentos, tal como se observa em trabalhos atuais sobre fonologia do português do Brasil: é ponto de partida e referência fundamental. Sou, assim, grata herdeira do legado deixado

pelo introdutor da lingüística estruturalista em nosso país e das mudanças introduzidas por ele não só no estudo das línguas e da linguagem, mas também no ensino de língua portuguesa em seu funcionamento.

Angela França, 2005

A formação propriamente lingüística se iniciou nos anos 30. Em 1938, Mattoso Câmara Jr. ministrou, na Faculdade de Filosofia e Letras do Distrito Federal, o primeiro curso de Lingüística no Brasil, aliás logo suprimido com o desaparecimento daquela Faculdade. Do currículo da Faculdade Nacional de Filosofia, que então se criou, não constava a matéria.

Essas lições de Mattoso Câmara, divulgadas também pela *Revista de Cultura*, constituiriam, em 1942, os *Princípios de Lingüística Geral*, que, como bem dizia o subtítulo, eram de fato um “fundamento para os estudos superiores de língua portuguesa”.

E o eram, quer pela divulgação da teoria dos mais notáveis lingüistas europeus e norte-americanos, quer pela organização didática da teoria lingüística mais em voga.

Destinada, pois, expressamente, aos cursos superiores da matéria, constituía também indispensável subsídio para todos quantos se dispusessem a caracterizar a língua do Brasil. A estes, proporcionava mais do que isso, oferecendo também um modelo de estilo e de abordagem adequados a ensaios de língua.

Edith Pimentel Pinto, 1981

Ao tempo em que os filólogos historicistas construía sua obra, respaldados então pelo prestígio dessa orientação dos estudos lingüísticos, Mattoso Câmara Jr., no seu percurso à parte, nos legava uma obra fundamental que, sem dúvida, como prenunciou Sousa da Silveira, ‘pôs ordem dentro de muito cérebro’, numa orientação estruturalista plural, calcada em um saber lingüístico fundamentado e sedimentado. Dentre os muitos títulos, e conhecidos, de Mattoso Câmara destaco aqui a sua *História e estrutura da língua portuguesa*, elaborada entre 1963 e 1965, editada primeiro em inglês, em 1972, pela Chicago University Press; em 1975, traduzida e publicada no Brasil. Ambas as edições já póstumas. Esse livro representa, a meu ver, uma isolada aplicação a aspectos da história do português do estruturalismo diacrônico, que aqui divulgou-se quando a Lingüística brasileira já buscava outros caminhos.

Rosa Virgínia Mattos e Silva, 1999

SOUSA DA SILVEIRA E MATOSO CÂMARA JR.
FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA EM PERFEITA SINTONIA

Maximiano de Carvalho e Silva
UFF / LLP-ILP

1. No centenário de nascimento de Matoso Câmara.

Como era natural que acontecesse, mobilizaram-se no ano de 2004 vários dos mais devotados amigos e admiradores do Professor Joaquim Matoso Câmara Jr., o maior dos nossos estudiosos da teoria da linguagem, para a comemoração do centenário do seu nascimento na cidade do Rio de Janeiro, a 13 de abril de 1904. Daí resultaram, entre outras, as celebrações a ele dedicadas pela Academia Brasileira de Filologia, entidade a que pertenceu, no Congresso Internacional da Língua Portuguesa, de 19 a 23 de julho, e o volume 20 de *D.E.L.T.A.: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, onde se reuniram importantes depoimentos e estudos sobre a vida e obra do homenageado (São Paulo, EDUC, 2004, 166 p.).

A verdade é que, já decorridos mais de 34 anos da sua morte, nesta mesma cidade, a 2 de fevereiro de 1970, e apesar dos grandes avanços doutrinários e metodológicos da Lingüística Geral e da Lingüística Portuguesa, as suas obras principais continuam a despertar as atenções dos leitores, que nelas podem continuar a colher ensinamentos da maior atualidade.

A Diretoria do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, integrada por bom número de ex-alunos e discípulos e também amigos e admiradores de Matoso Câmara, que tiveram o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, na sua profícua atuação de professor de Lingüística Geral da Faculdade Nacional de Filosofia e da Universidade Católica de Petrópolis, não poderia deixar passar a grande data sem as comemorações que merece.

Em primeiro lugar, tendo em vista o propósito da alta direção do Liceu de realizar o I Colóquio Internacional “A Língua Portuguesa no Mundo da Lusofonia”, ficou decidido que a sessão de encerramento seria de homenagem ao autor dos *Princípios de Lingüística Geral (Como Introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa)*, do *Dicionário de Filologia e Gramática Referente à Língua Portuguesa* e de tantas outras obras ainda hoje de fundamental importância para o progresso dos estudos filológicos, lingüísticos e

literários. O Colóquio, marcado para o mês de novembro, teve por circunstâncias várias de ser adiado para o final de março de 2005, mas conservando entre as suas finalidades a de homenagear Matoso Câmara e assim reavivar a sua memória de insigne servidor da cultura brasileira.

Resolveu ainda a Diretoria do ILP dedicar a Matoso Câmara todo o presente número da revista *Confluência*, levando em conta que é preciso ensinar sempre, aos alunos dos cursos superiores de Letras e aos que têm particular interesse em aprofundar os estudos já feitos, o conhecimento das grandes contribuições do passado aos avanços das ciências da linguagem.

Parece-me oportuno e necessário, num momento em que se desenvolve a preocupação com os estudos historiográficos relativos a essas contribuições no Brasil, e em que tantos trabalhos se publicam, aqui e ali, para pôr em realce o pioneirismo como marca da atuação dos grandes Mestres, trazer à baila uma série de dados e de inter-relações que ajudarão a proporcionar com mais clareza e exatidão a visão do contexto em que surgiu e teve destacada presença a figura de Matoso Câmara. Só assim se corrigirão informações e avaliações erradas ou incompletas, ou omissões, como as que se observam em alguns trabalhos recentes, feitos sem o mais cuidadoso e completo levantamento das fontes de informações, sem o aprofundamento das noções históricas e cronológicas que devem nortear tais investigações, ou até mesmo com a falha de omitir dados e nomes com intenções inexplicáveis.

No que diz respeito a Matoso Câmara, por exemplo, é necessário dizer, no retrospecto da sua vida, que para alcançar sem demora, com menos de 40 anos de idade, o altíssimo prestígio que o aureolou, ele sem dúvida alguma contou entre os anos de 1937 e 1938 com a oportunidade da rara experiência proporcionada pela condição de aluno-ouvinte e logo em seguida de professor da pioneira Universidade do Distrito Federal (UDF) e do primeiro curso superior de Letras na cidade do Rio de Janeiro, onde encontrou um grupo de colegas de magistério que o receberam de braços abertos. Não se pode deixar de realçar o firme e decisivo apoio que lhe deu o catedrático de Língua Portuguesa da UDF, o filólogo Sousa da Silveira, como procurarei comprovar com as citações inquestionáveis que faço no correr deste artigo. De Sousa da Silveira, o grande renovador dos estudos de Lingüística Portuguesa e de Crítica Textual no Brasil, recebeu Matoso Câmara o convite para ocupar a cátedra de Lingüística Geral na UDF. No ano seguinte, por interferência de Sousa da Silveira, abriram-se as páginas da prestigiosa *Revista de Cultura*, dirigida pelo Padre Tomás Fontes, para a publicação em fascículos, de 1939 a 1940, das *Lições de Lingüística Geral* proferidas por Matoso Câmara nas aulas da UDF. Quando em 1941 a livraria Briguiet lançou a primeira edição em livro dessas lições, com acréscimos e correções, o volume estampava consagrador prefácio de Sousa

da Silveira, que revelava acima de tudo a noção exata da relevância do conhecimento dos fundamentos da Teoria da Linguagem na formação do profissional de Letras.

Portanto, só a ignorância de tais fatos e outros, de que tratarei mais adiante, pode explicar em estudos historiográficos recentes a omissão do reconhecimento de que a obra de lingüista de Matoso Câmara teve por parte dos nossos melhores filólogos e especialistas em Lingüística Portuguesa o melhor acolhimento, sem restrições descabidas. Entre os professores e ensaístas que desde logo em Matoso Câmara perceberam a singularidade da sua atuação estavam Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Ismael de Lima Coutinho, Gládstone Chaves de Melo, Sílvio Elia, Rocha Lima, e tantos mais.

Gládstone Chaves de Melo, que em artigos nos jornais da época se tornara conhecido pelo tom e agudeza das suas críticas aos trabalhos publicados, na primeira edição do livro a que deu o nome de *Iniciação à Filologia Portuguesa*, datada de 1951, e lançada como volume de uma coleção da Organização Simões sob a direção de Sousa da Silveira, reconheceu logo no capítulo II, sob o título “Filologia e Lingüística”, as nítidas distinções entre os dois campos de estudos e a relevância de cada um deles, para dizer em seguida, ao relacionar uma bibliografia mínima destinada aos estudiosos da língua portuguesa: “é indispensável ter conhecimentos básicos de Lingüística, que o interessado poderá haurir inicialmente nos *Princípios de Lingüística Geral*, do nosso Matoso Câmara Júnior (Briguiet, Rio, 1941)”. Na 4ª. edição da *Iniciação*, de 1971, com o título modificado para *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*, Gládstone confirma a indicação dos *Princípios* “do nosso atualizadíssimo e seguro J. Matoso Câmara Júnior” (em quarta e definitiva edição, datada de 1964) ¹. Note-se nestas duas citações o emprego afetivo do possessivo *nosso*, por parte de uma pessoa tão sóbria em manifestações de afetividade como era Gládstone Chaves de Melo, e veja-se o alcance desse emprego da palavra,

As harmoniosas relações que uniram Matoso Câmara e Sousa da Silveira e as suas decorrências não foram convenientemente focalizadas nos ensaios historiográficos de que tenho notícia. Na verdade, tinham ambos a noção exata de que as ciências da linguagem em sua variedade se interligam necessariamente para a mais ampla compreensão do mecanismo da comunicação que se opera entre os seres humanos.

¹ Cf. p. 64. A matéria desse capítulo “Filologia e Lingüística” é repetição do que se lê no artigo do mesmo autor estampado anos antes no jornal *Correio da Noite* de 27/3/1947. Na 4ª. edição da *Iniciação* se confirma a referência a Matoso Câmara como “a nossa maior autoridade em Lingüística” (p. 76).

Na convicção de que essas duas grandes figuras merecem igual atenção dos que se propõem a escrever com exatidão a história dos estudos e pesquisas filológicos, lingüísticos e literários no Brasil, procurarei apresentar aos interessados uma série de dados e reflexões que possam propiciar uma avaliação do que já se publicou a esse respeito e do que ainda é preciso fazer com urgência.

Matoso Câmara começou a alcançar justa projeção nos anos da segunda metade da década de 20, com a experiência do exercício do magistério secundário por vários anos, que lhe permitira aprofundar os seus conhecimentos de língua portuguesa e de língua inglesa. Em sua atuação sempre se notou ser ele acima de tudo – o professor – que com a maior seriedade, a revelação do apreço aos alunos, o interesse em acompanhar os seus progressos, o permanente empenho de se atualizar, sabia transmitir não apenas conhecimentos apurados e renovados, mas também neles despertava com os recursos didáticos utilizados o gosto dos estudos, o prazer de saber sempre mais.

Esse professor modelar encontrou no exercício do ensino da língua portuguesa em nível secundário, em estabelecimentos da rede pública e particular, a primeira oportunidade de contato com os alunos, aos quais conseguia ministrar aulas numa linguagem ao mesmo tempo clara e fluente e recheada de proveitosos ensinamentos, envolvente, e acessível à compreensão de todos. Era de fato um excelente didata, como tão bem o caracterizou Carlos Eduardo Falcão Uchôa, dos seus discípulos o que mais teve ensejo de atuando a seu lado observar as características do professor em sala de aula.

Nos distantes anos do final da década de 30, portador dos diplomas dos cursos superiores de Arquitetura e de Direito, percebeu com nitidez a sua vocação especial para os estudos de lingüística teórica e aplicada, e cuidou logo de aparelhar-se bibliograficamente para uma caminhada mais longa. Passados anos, essa caminhada o levou aos Estados Unidos entre os anos de 1943 e 1944, dando-lhe ensejo de entrar em contato com algumas das maiores figuras nos campos da etnografia e das ciências da linguagem, de cujas obras viria a ser o grande divulgador no Brasil.

2. Os tempos da Universidade do Distrito Federal (UDF)

Em 1935, já com os seus estudos e pesquisas de Lingüística Geral bem adiantados, desejoso de estabelecer maior contato com as grandes figuras no mundo das Letras, Matoso Câmara certamente terá acompanhado com interesse as notícias da criação das primeiras verdadeiras Universidades brasileiras – a de São Paulo, em 1934 (USP), e a do Rio de Janeiro então capital da República, e por isso Universidade do Distrito Federal, em 1935 (UDF).

É sabido que o ensino superior de Letras no Brasil só se iniciou tardiamente, no início da década de 30 do século passado, como decorrência no

plano cultural e educacional das idéias de renovação inspiradoras do movimento político que derrubou a República Velha.

Uma das reivindicações mais fortes dos que sonhavam com a renovação da vida política e cultural brasileira era a criação no governo federal de um Ministério para cuidar dos problemas da educação, como tivera ocasião de afirmar o médico e educador Miguel Couto, em discurso proferido com muita ênfase no ano de 1928.

Logo depois de empossado na Presidência da República, o político gaúcho Getúlio Vargas, líder civil da revolução de 1930, criou por decreto o Ministério da Educação e Saúde, cuja direção foi confiada ao político mineiro e jurista Francisco Campos. A esse homem público se devem entre outras iniciativas a da feitura de uma lei orgânica para reger o sistema universitário no país, que funcionava muito precariamente. Era uma lei que obrigava o ensino universitário a cuidar não apenas da formação profissional, mas também da formação de pesquisadores em todas as áreas do conhecimento, tendo em vista o progresso cultural, científico e tecnológico de que o país necessitava.

No Rio de Janeiro havia uma Universidade que era simples agregação de cinco faculdades apenas, voltadas para o ensino profissional. Porém, antes que o governo federal pudesse cuidar da sua transformação no que viria a denominar-se Universidade do Brasil, duas experiências pioneiras no âmbito estadual e no âmbito municipal vieram mostrar o que deveriam ser as novas Universidades brasileiras.

Em São Paulo, por iniciativa do Interventor do Estado, o político Armando de Sales Oliveira², assessorado por alguns dos pioneiros da educação nova, entre os quais se destacava o Professor Fernando de Azevedo, foi criada através do Decreto nº. 6.283, de 25 de janeiro de 1934 a primeira das nossas Universidades cuja organização correspondia às exigências da nova lei federal. Para constituir o corpo docente da Universidade de São Paulo (USP) foram convocadas grandes figuras do magistério nacional, e contratada no estrangeiro uma plêiade de pesquisadores e professores europeus (portugueses, franceses, italianos, alemães e de outras nacionalidades) para darem ao ensino e à pesquisa das mais diversas ciências o caráter de renovação de todos desejado.

No ano seguinte, 1935, o Prefeito do Distrito Federal (ou seja, do Rio de Janeiro como capital da República), Pedro Ernesto, um dos principais líderes da Revolução de 30, sob a inspiração do pensamento do seu Secretário da

² Armando de Sales Oliveira exerceu o cargo de Interventor federal e em seguida governador constitucional do Estado de São Paulo entre os meses de agosto de 1933 e dezembro de 1936.

Educação, o Professor Anísio Teixeira, instituiu pelo decreto municipal nº 5.513, datado de 4 de abril, a chamada Universidade do Distrito Federal (UDF).

Constituíam a UDF cinco unidades de ensino e pesquisa: o Instituto de Educação, a Escola de Ciências, a Escola de Economia e Direito, a Escola de Filosofia e Letras e o Instituto de Artes. Para compor o corpo docente dessas unidades universitárias, foram convidados professores de renome, vários dos quais já pertenciam aos quadros do magistério municipal ou federal, e também professores estrangeiros. Por felizes circunstâncias, num primeiro momento entre os professores da Escola de Filosofia e Letras estavam como catedráticos conhecidas figuras, como Sousa da Silveira (Língua Portuguesa), José Oiticica (Linguística Geral), Cecília Meireles (Teoria Literária), Alceu Amoroso Lima (Literatura Brasileira), Ernesto Faria (Língua e Literatura Latina), Padre Augusto Magne (Filologia Românica). A esses nomes se acrescentariam nos anos seguintes os dos professores estrangeiros contratados Georges Millardet, Jacques Perret e Jean Bourciez, integrantes da chamada “missão francesa”.

Os cursos regulares de Letras da UDF, de cujo corpo discente fizeram parte Othon Moacir Garcia, Antônio de Pádua, Antônio Houaiss, Celso Cunha, Maria Inês e Maria Amélia de Pontes Vieira e outras expressivas figuras do magistério, também tiveram como ouvintes vários professores de educandários da rede oficial de ensino secundário municipal ou federal (entre os quais o Colégio Pedro II), igualmente interessados em aprimorar os seus conhecimentos filológicos e literários. Três deles foram Sílvio Elia, Serafim da Silva Neto e Matoso Câmara. Mas até mesmo alguns docentes da própria UDF, atraídos pelo nível das aulas, assistiram a algumas delas, como as de princípios de Crítica Textual aplicados à exegese de textos de Gil Vicente, preparadas por Sousa da Silveira, que contaram com a presença de Manuel Bandeira e Mário de Andrade, duas das mais eminentes figuras que o Ministro Gustavo Capanema convocara para a realização do seu plano de renovação cultural e educacional do país³.

Depoimentos de professores e alunos do curso de Letras da UDF apontam o nome de Sousa da Silveira, catedrático de Língua Portuguesa, como o que firmou maior prestígio, respeitadíssimo pela correção de atitudes e alto senso profissional demonstrados, mas sobretudo pelas lições magistrais que proferiu, no campo da Linguística Portuguesa ou aplicando princípios de Crítica Textual à preparação e à exegese de textos de autores brasileiros e portugueses, o que era uma atraente novidade na ocasião. Atentos observadores do que se passava, dois ilustres professores da UDF, o romancista Otávio de Faria

³ Segundo o testemunho dos alunos da então UDF, Othon Moacir Garcia e Mário Camarinha da Silva.

e o crítico literário Alceu Amoroso Lima, que seriam mais tarde membros da Academia Brasileira de Letras, haveriam de reconhecer esse lugar de primazia de Sousa da Silveira entre os seus pares, em expressivos depoimentos. Otávio Faria, que fora Diretor da Escola de Filosofia e Letras da UDF, em artigo publicado poucos dias depois da morte do filólogo, a ele se referiu como “um grande nome, talvez o mais brilhante naquela novel e efêmera instituição”⁴. Alceu, que também exerceu o cargo de Reitor da UDF, lembrando o que foram as suas aulas, assinalou:

estas é que o revelaram ao grande público. Tornaram-se famosas. Reuniam não apenas discípulos, mas escritores e homens de cultura, que encontravam nelas novos horizontes, não de todo alheios ao movimento de brasileiro linguístico que o Modernismo trouxera, principalmente pela pena e pelo entusiasmo revolucionário de Mário de Andrade.⁵

Na UDF, teve ainda o autor consagrado de primorosos livros, como as *Lições de Português*, e de bom número de artigos em revistas especializadas, o encargo de desempenhar outras funções, em situação de emergência, como as de Professor-Assistente de Filologia Românica (em 1936), de Professor responsável pela cadeira de Linguística (logo em seguida ao afastamento de José Oiticica) e de Professor Chefe da 2ª Seção Didática – Letras Clássicas e Vernáculas.⁶

3. Sousa da Silveira e Matoso Câmara: o encontro na UDF

A UDF proporcionou a Matoso Câmara a primeira grande oportunidade de se relacionar mais proximamente com os profissionais de maior categoria da área de Letras.

No ano de 1937, tendo sido contratado o professor Georges Millardet, catedrático da Sorbonne, para ministrar na UDF um curso de Filologia Românica, dispôs-se Sousa da Silveira, com a humildade e o desejo de aprender que o caracterizavam, a ouvir as excelentes preleções do grande linguista francês. Foi então que encontrou entre os frequentadores do curso duas extraordinárias figuras, com quem logo estabeleceria estreitas relações: Serafim da Silva Neto e Joaquim Matoso Câmara Júnior.

⁴ Otávio de Faria, “Memórias de Sousa da Silveira”, in *Jornal do Brasil*, 29 / 10 / 1967.

⁵ Alceu Amoroso Lima, “Sousa da Silveira – O Professor Sousa”, in *Companheiros de Viagem*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1971, p. 258-259.

⁶ Cf. “Dr. Sousa da Silveira – Homenagem da *Revista de Cultura* ao Seu Erudito Orientador Filológico” (dados biobibliográficos), in *Revista de Cultura*, fasc. 155-156, nov.-dez. 1919, p. 33-39.

No que diz respeito a Matoso Câmara, assim relataria Sousa da Silveira as circunstâncias e as decorrências principais dessa aproximação:

Comecei a conhecer de perto e admirar o professor Joaquim Matoso Câmara Júnior no ano letivo de 1937, da Universidade do Distrito Federal. O ilustre romanista Georges Millardet dava então na Escola de Filosofia e Letras daquela Universidade um curso de Filologia Românica, que o Dr. Matoso Câmara acompanhava como ouvinte inscrito, e eu como simples curioso que aproveitava a oportunidade de assistir às lições do grande mestre francês.

Nesse ano de 1937, a UDF, já com conceito firmado pela excelência das atividades culturais e científicas nela desenvolvidas, teve no entanto de enfrentar graves crises decorrentes da demissão do Secretário de Educação Anísio Teixeira (no final de 1935), da prisão do Prefeito Pedro Ernesto (em abril de 1936), e do afastamento do Reitor Afrânio Peixoto. O Prefeito fora injustamente acusado de envolvimento na malograda tentativa do Partido Comunista liderado por Luís Carlos Prestes de tomar o poder pelas armas, em novembro de 1935.

Um novo Reitor, o escritor e homem público Afonso Pena Júnior, teve a árdua incumbência de solucionar os principais problemas da instituição. No curso de Letras, problema sério a ser enfrentado era o do afastamento dos professores José Oiticica (Linguística Geral) e Cecília Meireles (Teoria Literária), por motivos que desconheço.

Sousa da Silveira continuava com as suas aulas de Língua Portuguesa, mas tinha sobre os ombros a atribuição que lhe deram de responsável pela solução da vacância da cadeira de Linguística Geral. Tendo plena consciência da importância dessa matéria para a boa formação do profissional de Letras, pois afinal já lhe era familiar o *Cours de Linguistique Générale* de Ferdinand de Saussure, sabia por outro lado das suas limitações e impossibilidades de enveredar pelo campo da Teoria da Linguagem, cujos grandes progressos eram praticamente ignorados no Brasil.

Dele e do seu colega Ernesto Faria, catedrático de Língua e Literatura Latina, partiu então a recomendação ao Reitor do nome de Joaquim Matoso Câmara Júnior para ministrar como professor adjunto as aulas de Linguística Geral na turma de Letras do ano de 1938, aquele que seria o último de funcionamento da Universidade.

O dever funcional, que Sousa da Silveira sempre cumpriu com exemplar devoção, o fez presente em sala de aula, com papel e lápis na mão, durante as aulas de Matoso Câmara, que acompanhou com verdadeiro interesse. Eram aulas para uma turma de poucos alunos, entre os quais Maria Amélia de Pontes

Vieira Alcofra, Aída Batista do Val, Ivete Braga da Costa Pinto, Clemildo de Lira Arruda e alguns outros⁷.

Pelo relato de Maria Amélia Alcofra, sabe-se que o professor de Linguística Geral se mostrou muito tenso e rigoroso, como quem sentisse a imensa responsabilidade de trazer algo de novo ao ensino de Letras, mas conquistou desde logo o apreço da turma pela segurança demonstrada na exposição de matéria teórica de tão alto nível.

Sousa da Silveira explica com as seguintes palavras o que testemunhou:

Depois do ano de 37 sofreu a Universidade do Distrito Federal profunda reforma. Estando esta em vigor, foi o Dr. Matoso Câmara convidado para fazer parte do corpo docente da Universidade. Coube-lhe dar, nesse ano, que era o de 38, o curso de Linguística da Faculdade de Filosofia e Letras.

Em desempenho de funções que eu então exercia na Universidade, tive de assistir a aulas do professor Matoso Câmara. E pelo que observei – erudição comedida, clareza e segurança na exposição, método no desenvolver e encadear a matéria – recebi a agradável impressão de que fora acertada e feliz a escolha que recaíra no nome do Dr. Matoso Câmara. A Universidade do Distrito Federal tinha adquirido um ótimo professor.⁸

Na UDF do ano de 1938, a atuação paralela de Sousa da Silveira e Matoso Câmara imprimiu aos estudos e pesquisas das disciplinas sob a sua orientação o nível desejado para o verdadeiro ensino universitário de Letras. Eram dois professores não preocupados exclusivamente com a boa formação profissional, mas em conduzir os alunos a reflexões e práticas e a uma visão nova necessária à formação de pesquisadores capazes de enfrentar os desafios do mundo científico em permanente evolução. Nesse sentido, são muito expressivos os depoimentos dos ex-alunos da UDF sobre as aulas que deles receberam, como marcas para o resto da vida.

Portanto, naqueles gloriosos e efêmeros quatro anos de existência da UDF, extinta que foi por decreto do governo federal em 1939, ficou-se a dever ao setor de Letras, na verdade, a implantação dos fundamentos do ensino científico de Linguística Geral, de Filologia Portuguesa e de Crítica Textual no Brasil, como tem sido reconhecido pelos que se detêm no levantamento e análise dos dados históricos a esse respeito.

⁷ As três primeiras foram depois de formadas professoras de Língua e Literatura Latina na Faculdade Nacional de Filosofia, trabalhando sob a direção do Professor Ernesto Faria.

⁸ Matoso Câmara Jr., *Princípios de Linguística Geral Como Fundamento Para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1941, p. 5.

4. Nos primeiros anos da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF)

Já se disse que a Universidade do Distrito Federal, apesar do início promissor e do empenho de tantos administradores e de tantos professores, teve os seus alicerces abalados com e a demissão do seu idealizador, o educador Anísio Teixeira, e a prisão do seu criador, o Prefeito Pedro Ernesto, em decorrência de uma rede de intrigas que se armou e do suposto envolvimento do Prefeito na tentativa das lideranças do movimento comunista de se assenhorear do poder federal na chamada “intentona” de novembro de 1935.

No ano de 1937, com o golpe desfechado pelo Presidente da República no dia 10 de novembro, criando a ditadura do chamado Estado Novo, foram confirmados nos cargos que ocupavam os mesmos ministros, com exceção de um só. Permaneceu no cargo de Ministro da Educação e Saúde o político mineiro Gustavo Capanema, cuja atuação anterior se caracterizara por iniciativas de inegável alcance cultural, consagradas por medidas legislativas, para a elaboração das quais contara com a colaboração de eminentes nomes da intelectualidade brasileira. Uma dessas medidas era a que criava em 1937 a Universidade do Brasil, com sede na capital da República, tendo como uma das suas unidades de ensino e pesquisa mais importantes a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras.

Essa Faculdade, no entanto, só entraria em funcionamento em maio de 1939. Antes disso, um decreto-lei extinguiu a Universidade do Distrito Federal, assegurando aos alunos matriculados na UDF a transferência para a nova Faculdade.

Muitos dos professores da UDF foram chamados a ocupar idênticos cargos na Faculdade Nacional de Filosofia. Na organização do Curso de Letras, porém, por motivos inexplicados, não estavam incluídas entre as matérias curriculares as de Lingüística Geral e Teoria da Literatura. Era um deplorável retrocesso, que teria ainda mais tristes conseqüências se não se fizessem sentir as reações dos inconformados.

Um deles foi o Professor Sousa da Silveira. O filólogo das *Lições de Português* tinha plena consciência, pela leitura dos ensinamentos de Saussure e de outros Mestres e pelas lições de Matoso na UDF, que tais ensinamentos, segundo as suas próprias palavras, “não deviam limitar-se ao campo restrito da Universidade e sim estender-se também fora dela, em benefício de tantos estudiosos de idiomas, professores ou alunos, que de certo gostariam de dar um pouco de sistematização aos seus conhecimentos e abarcar, do alto e numa síntese salutar, o mecanismo geral da linguagem articulada”⁹.

⁹ Ibid., p. 5-6.

Nessa linha de pensamento, consultor que era do diretor da prestigiosa *Revista de Cultura*, Padre Tomás Fontes, que acolhia com a maior confiança as suas recomendações, Sousa da Silveira conseguiu abrir as páginas do periódico para a publicação das lições pioneiras de Matoso Câmara, o que se deu em fascículos dos anos de 1939 e 1940.¹⁰

Não lhe foi fácil vencer as resistências do Padre Fontes, espírito conservador, avesso a novidades ainda não consagradas, avesso a polêmicas, e que, para resistir ao assédio de filólogos desejosos de publicar os seus trabalhos na revista, estabelecera o estranho critério de só admitir colaboradores já com livro publicado ou com mais de 40 anos de idade. Como se sabe, Matoso tinha então 35 anos.

A publicação das lições sob a forma de artigos sucessivos da *Revista de Cultura* teve repercussão quase imediata. Em 1941, foram elas reunidas no livro editado pela Livraria Briguiet que recebeu o título de *Princípios de Lingüística Geral (Como Fundamento dos Estudos Superiores da Língua Portuguesa)*. Era uma reedição com muitas modificações e acréscimos. Trazia um consagrador prefácio, de autoria de Sousa da Silveira, que acrescentou mais o seguinte protesto ao que já dissera sobre a ausência lamentável da disciplina de Lingüística no currículo de Letras da FNF:

Enquanto, porém, não se remedeia [essa ausência] as *Lições de Lingüística* do Professor Matoso Câmara Jr., publicadas primeiro na *Revista de Cultura* e agora, depois de melhoradas e ampliadas com um estudo dos fonemas e da evolução lingüística, reunidas em volume, serão lidas e aproveitadas, e o livro em que elas se contêm ficará constituindo não só uma espécie de cátedra pública em que o douto especialista continua a lecionar, suprimindo assim a lacuna universitária, mas também uma advertência às altas autoridades administrativas do ensino, da conveniência de se incluir entre as disciplinas dos cursos da Faculdade Nacional de Filosofia a cadeira de Lingüística.¹¹

Estas palavras são o testemunho da solidariedade de Sousa da Silveira ao colega Matoso Câmara (vinte e um anos mais moço), a quem ele desejava que tivesse sob os seus cuidados não uma simples disciplina auxiliar, mas a “cadeira” ou “cátedra” destinada às matérias principais. Foram suas palavras acima de tudo a grande voz a reconhecer e a proclamar a relevância dos estudos de Lingüística Geral como um valor em si e ao mesmo tempo “como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa”, conforme se lê na extensão do título da obra.

¹⁰ *Revista de Cultura*, fasc. 146 a 156 do ano de 1939, e 157 a 163 do ano de 1940.

¹¹ Joaquim Matoso Câmara Júnior, *Princípios de Lingüística Geral Como Fundamento Para os Estudos Superiores de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1941, p. 6-7.

A partir daí cumpriu esse livro o destino de propagador do significado da Lingüística Geral na formação do profissional de Letras. No Brasil, em Portugal e em alguns grandes centros de estudos da Teoria da Linguagem a obra alcançou a merecida acolhida, e o autor se impôs à consideração especial dos que se dedicavam a tais estudos.

Porém, por um período de cerca de 10 anos – de 1939 a 1948 – Matoso Câmara deixou de lecionar em cursos regulares de Lingüística Geral no ensino universitário, ainda que tivesse grande repercussão a sua atividade de divulgador dos ensinamentos da Lingüística moderna e do que havia de melhor na bibliografia especializada, que ele manteve sempre bastante em dia.

Muito contribuiu para a atualização dos seus conhecimentos a viagem de cerca de seis meses, entre os anos de 1943 e 1944, que, certamente com sacrifícios pessoais, pôde fazer aos Estados Unidos, no afã de aprimorar-se em contato com grandes figuras da etnologia e da lingüística norte-americana.

Uma das provas do seu inegável prestígio entre os colegas de magistério que atuavam no campo da Filologia Portuguesa está no fato de, em 1944, ter sido o seu nome logo lembrado para fazer parte da Academia Brasileira de Filologia, no quadro de fundadores da instituição, de que seria aclamado Presidente na sessão inaugural o Professor Sousa da Silveira, invariavelmente a seu lado em momentos especiais de sua vida profissional. Dos assuntos das suas pesquisas mais avançadas tratava pelas páginas de revistas especializadas a que não apenas deu a sua colaboração, como a *Revista de Cultura*, mas de cuja direção participou, como o *Boletim de Filologia* e a *Revista Brasileira de Filologia* ao lado de outras grandes figuras, como Serafim da Silva Neto.

5. Lingüística Geral no currículo de Letras da FNF

A Faculdade Nacional de Filosofia, embora tivesse iniciado em maio de 1939 as suas aulas em condições bastante precárias, viria logo a alcançar projeção com o funcionamento dos diferentes cursos – História e Geografia, Letras, Matemática, Física, Química, História Natural, Pedagogia, Ciências Sociais – em que atuavam destacadas figuras do magistério brasileiro e alguns professores convidados estrangeiros. Segundo a expressão de um deles, o humanista francês Fortunat Strowski, catedrático de Literatura Francesa da Sorbonne, exilado no Brasil para fugir das perseguições aos judeus na Europa, ver aquele início era como assistir à “naissance d’un monde”.

Ingressei nessa Faculdade como aluno em 1943-44, mas só com o passar do tempo, observando a plêiade de figuras do magistério e da vida cultural brasileira que compunha o seu corpo docente e administrativo¹², e em contato

¹² Naqueles anos, era Diretor da Faculdade o Professor Santiago Dantas, Vice-Diretor Djalma Hasselmann, e faziam parte do corpo docente de outros cursos Antônio Carneiro Leão,

direto com os professores do Curso de Letras, e alargando os meus horizontes com a leitura de jornais, revistas e livros da época, fui-me apercebendo de que com a Universidade abriam-se perspectivas de progresso científico e pedagógico para o país até então insuspeitadas.¹³

Entre os professores que fui conhecendo aos poucos, de 1943 a 1947, eram figuras de maior expressão ou mais conhecidas os professores catedráticos Sousa da Silveira, Alceu Amoroso Lima, Padre Augusto Magne, Thiers Martins Moreira, Padberg Drenkpol, Frei Damião Berge, Ernesto Faria, Madeleine Manuel, José Carlos Lisboa, Manuel Bandeira, Melissa Hull, o professor visitante Fortunat Strowski. No grupo dos professores assistentes estavam Glástone Chaves de Melo, Cleonice Seroa da Mota (mais tarde Berardinelli), Inês Maria e Maria Amélia de Pontes Vieira, Amália Beatriz da Cruz Costa, Roberto Alvim Correia, Jorge de Lima, Aíla Gomes, Matilde Matarazzo Gargiulo e outros.

A organização curricular do Curso de Letras incluía três modalidades de currículos – Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-germânicas. Por outro lado, como já foi dito, a Faculdade não incluía nos currículos de Letras as disciplinas de Linguística Geral e de Teoria da Literatura, a despeito de ter sido compreendida a importância das mesmas na formação dos profissionais de Letras graças ao exemplo pioneiro da Universidade do Distrito Federal.

Durante os dez anos iniciais da FNF, Matoso Câmara, com a Linguística Geral ausente na organização curricular, teve a seu cargo na Faculdade alguns cursos de extensão universitária.

Uma coisa que se deve assinalar é que, projetando-se como a grande figura no campo da Teoria da Linguagem, aceitava Matoso Câmara sem objeção o seu enquadramento no grupo dos chamados “filólogos”, consciente como estava de que a palavra se usava no sentido amplo com que a definiu Leite de Vasconcelos, autor por cuja imensa obra de etnólogo e filólogo tinha profundo apreço. E Matoso era de fato, além de o grande vulto no campo da Linguística Geral, um *filólogo*, tanto no sentido amplo de Leite de Vasconcelos, como no de pessoa versada em estudos de Crítica Textual, que sabia valorizar, como se

Lourenço Filho, Luís Alves de Matos, Djacir Meneses, o historiador Hélio Viana, o geógrafo Delgado de Carvalho, o físico Costa Ribeiro, o químico João Cristóvão Cardoso e outras grandes figuras.

¹³ Quando no ano de 1943 ingressei no Curso de Letras Neolatinas da Faculdade Nacional de Filosofia, com apenas 16 para 17 anos de idade, não podia ainda avaliar devidamente o que representava a Faculdade. Tive a honra de ser aluno do Fortunat Strowski nos anos de 1945 e 1946, e dele obtive o depoimento com o título “La Naissance d’un Monde” que publiquei na revista *FNF*, órgão do Diretório Acadêmico da Faculdade, de que eu era o organizador.

vê pelas referências de seus escritos e por algumas das suas mais importantes resenhas e notas sobre edições críticas em várias ocasiões.

Por motivos que desconheço, no ano de 1948 a disciplina de Linguística Geral foi afinal incluída no Curso de Letras, mas apenas para os alunos de Letras Clássicas. Duas dúvidas gostaria eu de elucidar: quem tomou sob o seu patrocínio a reinclusão da matéria entre as obrigatórias? por que a princípio só os alunos de Letras Clássicas a tiveram em seu currículo?

A Faculdade Nacional de Filosofia atravessava então a fase áurea da sua existência. Um dos seus catedráticos, o de Literatura Portuguesa, Thiers Martins Moreira, promovia espetáculos de teatro, com a participação de alunos e professores, como as de autos de Gil Vicente com o texto rigorosamente estabelecido por Sousa da Silveira; e lançara e dirigia a coleção “Textos Antigos e Modernos” de caráter filológico e literário.

Em 1949, em outros acontecimentos no setor de Letras da Faculdade ainda se envolveu Sousa da Silveira, como por exemplo a realização das provas de habilitação à Livre-Docência em Língua Portuguesa a que se submeteu seu assistente Glástone Chaves de Melo, com a tese *Alencar e a “Língua Brasileira”* (1949)¹⁴.

Foi também nesse mesmo ano que Matoso Câmara lá pôde fazer as provas exigidas para a obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas, a que concorreu com a apresentação da tese *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*, defendida com brilho invulgar perante a banca examinadora que teve em sua presidência o Professor Sousa da Silveira.¹⁵

6. As relações entre o lingüista e o filólogo

Nas páginas acima, ficou patente que Sousa da Silveira, dos anos de convívio com Matoso Câmara na UDF (1937-1938) aos da Faculdade Nacional de Filosofia (de 1939 até a sua aposentadoria no serviço público, em 1952), deu sempre demonstrações de real estima e apreço ao lingüista, e muito mais, foi a voz mais eloqüente no reconhecimento da posição de destaque que cabe à Linguística Geral na organização dos cursos superiores de Letras.

A respeito do que significou a atuação do filólogo em favor do lingüista que se projetava com a aplicação dos princípios da Teoria da Linguagem aos

¹⁴ O Instituto Nacional do Livro publicou em 1950 uma edição crítica do romance *Iracema (Lenda do Ceará)*, de José de Alencar preparada por Glástone Chaves de Melo, que trás apêndice a tese *Alencar e a “Língua Brasileira”*, com correções e acréscimos ao texto original.

¹⁵ A tese só foi publicada como livro em 1953.

estudos da língua portuguesa, o próprio Matoso Câmara haveria de dizer no trecho seguinte da carta que lhe enviou a 16 de junho de 1952:

Nunca esquecerei a sua argüição objetiva, serena e percuciente na Banca Examinadora da minha tese para o Doutorado em Letras Clássicas e o senso crítico com que apreciou a nova doutrina fonêmica e a minha tentativa para aplicá-la ao português do Brasil. Acresce que eu gostaria de vê-lo sempre entrosado no progresso da minha carreira de professor universitário, a qual se iniciou no momento em que o Sr. e o Ernesto Faria me indicaram para professor adjunto de Linguística na antiga Universidade do Distrito Federal em 1937.¹⁶

Percebe-se bem que, estudioso de longa data da língua portuguesa e professor da matéria com larga experiência no ensino secundário, Matoso Câmara, ao se aproximar de Sousa da Silveira na UDF, incorporou-se ao grupo de professores que tinham nos ensinamentos do filólogo um ponto de referência obrigatório, vendo nele as raras qualidades que o distinguiam e lhe davam lugar de relevo e liderança especial, pelas posições seguras e inovadoras assumidas desde o início do seu magistério em 1917.

Matoso Câmara foi um leitor constante das obras do filólogo, um admirador da excelência das suas lições, e nelas inclusive terá compreendido o alcance do trabalho filológico da restituição dos textos à sua forma mais próxima do original, e o valor das edições críticas e comentadas. Em várias ocasiões se referiu às posições de vanguarda de Sousa da Silveira no estudo e ensino da língua e no campo da Crítica Textual.

No artigo sobre “Filologia” que escreveu para o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, dirigido por Rubens Borba de Moraes e William Berrien¹⁷, em que faz o registro de dez trabalhos do filólogo, ressalta em tópico à parte que no “Programa de Português Para o Ensino Secundário” por ele preparado para a reforma promovida pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema em 1942 havia traços muito singulares, como o seguinte: “Orienta os professores de português sobre a conveniente atitude didática de respeitar a língua coloquial no âmbito que lhe é próprio”.

Em parecer datado de 24 de outubro de 1949 sobre a tese de Sousa da Silveira *Fonética Sintática e Sua Utilização na Explicação de Expressões Feitas e na Interpretação dos Textos*, que seria publicada como livro em 1952, afirmou Matoso Câmara:

¹⁶ A carta de Matoso Câmara figura entre os documentos que se conservaram em poder dos herdeiros de Sousa da Silveira.

¹⁷ Rio de Janeiro, Gráfica Editora Sousa, 1949, p. 257-284.

Como era de esperar do grande nome que o firma, o trabalho do professor Sousa da Silveira é lúcido e seguro na doutrina e claro e metódico na exposição, sobre ser altamente original em certos pontos de interpretação de textos literários e de fraseologia popular.

Ressalta das conclusões do parecer a de que esse trabalho “vale ainda como um exemplo de boa filologia, larga e compreensiva, que deve nortear os nossos estudos, em vez do mesquinho critério de correção por bitola estreita, que tanto nos tem prejudicado”¹⁸

No artigo intitulado “Os Estudos de Português no Brasil”, em que Matoso Câmara apresenta uma impressionante visão geral dos trabalhos de lingüística e filologia portuguesa realizados até então, publicado em 1969 na revista *Letras* da Universidade do Paraná, um ano antes da sua morte¹⁹, encontram-se diversas referências à contribuição de Sousa da Silveira que merecem atenta leitura em nossos dias:

a) No tópico em que trata das atividades de Crítica Textual, Matoso exprime com as seguintes palavras o altíssimo conceito em que tinha o filólogo:

... no campo da pesquisa filológica quem mais se salientou foi Sousa da Silveira. São importantes as suas edições críticas da elegia camoniana *Sôbolos rios...* e da égloga *Crisfal*. () É uma faceta relevante da sua atividade intelectual, que se prolongou até o período presente, onde assumiu aspectos novos (p. 239).

Quanto a esses aspectos novos, diz mais adiante:

Do ponto de vista especificamente brasileiro, entretanto, têm maior significação a aplicação da boa técnica filológica aos textos da literatura brasileira, cujas edições no passado vimos muito deixarem a desejar. Aí se destacou Sousa da Silveira, em continuação de uma atividade em que já se tinha salientado antes. A sua edição crítica das obras de Casimiro de Abreu vale como um modelo nesse particular (p. 247).

b) No tópico “Teoria Gramatical”, o autor das *Lições de Português* é apontado como um daqueles cuja ação se fez sentir “através da minimização da análise [sintática] e da ênfase dada a outros setores do estudo lingüístico, como a redação e a leitura comentada” e como o “que levou a grande minúcia o estudo ordenado do vocabulário” (p. 236).

¹⁸ In: *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, III, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1959, p. 417-418.

¹⁹ O artigo de Matoso Câmara está transcrito na íntegra na nova edição revista e ampliada dos *Dispersos* preparada por Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Rio de Janeiro, Lucerna, 2004).

c) No mesmo tópico, tratando da chamada “gramática histórica”, diz Matoso Câmara:

Sousa da Silveira destacou-se nesse âmbito por um espírito de rigor neogramático, que não se encontrava nas obras dos seus antecessores Com ele e com Antenor Nascentes a gramática histórica, reduzida embora a uma divulgação na escola secundária, adquiriu precisão de método e doutrina nas diretrizes neogramáticas, que também eram, no quadro mais amplo do ensino universitário e na pesquisa direta, as da obra de Leite de Vasconcelos em Portugal (p. 236).

d) No tópico “Norma da Língua Literária”, referindo-se à situação presente, Matoso Câmara alude à “responsabilidade de Sousa da Silveira” na elaboração” das diretrizes para o ensino da língua da reforma Capanema (1942):

O ideal classicista caiu afinal no vazio, sem repercussão apreciável. Já se nota igualmente uma melhor compreensão da legitimidade, em sua esfera própria, da língua coloquial em face da literária. O problema é posto claramente nas ‘Instruções’ de 1942 para a execução do Programa de Português para o ensino secundário (p. 243).²⁰



Por todas as razões expostas, entendi que na comemoração do centenário de Matoso Câmara deveriam ser lembrados todos esses aspectos das relações que uniram Sousa da Silveira e Matoso Câmara, na Universidade do Distrito Federal e na Faculdade Nacional de Filosofia, ambos empenhados em valorizar e dar grande impulso à Filologia e à Lingüística Geral, trabalhando em perfeita sintonia, alheios às falsas rivalidades e depreciações preconceituosas que tanto prejudicam a ação conjunta de profissionais de uma mesma área, como infelizmente ainda acontece em setores da vida universitária atual.

Para finalizar, convém dizer, em relação ao artigo “Os Estudos de Português no Brasil”, que é acima de tudo um espelho da extensão e profundidade dos conhecimentos e da probidade intelectual de Matoso Câmara, e do respeito e reconhecimento com que sabia referir-se aos trabalhos realizados. Por isso, esse artigo e vários outros reunidos na edição dos *Dispensos*, deveriam ser objeto de leitura atenta e minuciosa dos alunos dos nossos cursos superiores de Letras, para que tenham em sua justa medida a imagem de Matoso Câmara, figura humana admirável, que deixou inesquecível exemplo de como os conhecimentos científicos podem e devem também ser postos a serviço da formação integral do ser humano.

²⁰ Cf. Maximiano de Carvalho e Silva, *Sousa da Silveira / O Homem e a Obra / Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*, Rio de Janeiro, Presença, 1983, p.

MATTOSO CÂMARA E A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Rosalvo do Valle
(UFF – ABF – ILP)

Em 2004, centenário de nascimento do Prof. Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), lingüistas brasileiros, quase todos seus ex-alunos em cursos de graduação ou pós-graduação, lhe prestaram merecidíssima homenagem com publicações que focalizam diferentes aspectos de sua obra ampla e sempre instigadora na diversidade de assuntos de que tratou o mestre.

Uma dessas publicações é a *Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada (D.E.L.T.A.)*, vol. 20: Especial, 2004, EDUC-SP. Os autores, todos, numa unanimidade inteligente (ao contrário da famosa unanimidade rodriguiana), reconhecem o pioneirismo do introdutor da lingüística estrutural no Brasil; o espírito inovador daquele que nos trouxe um “novo discurso sobre o estudo da linguagem”, tornando-se inquestionavelmente “o inaugurador da lingüística científica” entre nós.

Chega a emocionar o testemunho, também unânime, de ex-alunos, hoje lingüistas respeitáveis, sobre o mestre inesquecível – respeitabilidade que não perdeu a ternura ao evocar o antigo professor: “o professor modelar até o fim da vida” (Carlos Eduardo Falcão Uchoa); “O Grande Mestre”, “um professor perfeito” (Margarida Basílio); o professor de quem Yonne Leite diz com encantadora humildade intelectual que gostaria de ter herdado também “o espírito lúcido, a clareza da exposição e o amor ao trabalho”.

No prefácio (p. XII), o lingüista Aryon Dall’ Igna Rodrigues – a quem igualmente muito devem os estudos lingüísticos no Brasil – , colega e amigo do homenageado, diz que “o espectro de interesses lingüísticos de Mattoso Câmara Jr. era muito amplo, abrangendo tanto a interpretação sincrônica do português, como o seu desenvolvimento diacrônico, estendendo-se também para as línguas indígenas”.

Os artigos de D.E.L.T.A., porém, privilegiam a “interpretação sincrônica”, salvo algumas referências à *História e Estrutura da Língua Portuguesa*,¹ que, citada várias vezes com os merecidos elogios, não teve uma apreciação mais demorada. No primeiro artigo, Carlos Eduardo Falcão Uchoa, ao focalizar “o novo discurso metalingüístico na abordagem sincrônica da língua”, lem-

bra uma crítica no mesmo sentido feita por Sílvio Elia na apresentação da obra editada pela Livraria Padrão. Diz Uchôa: “antes dos estudos descritivos de Mattoso Câmara, a parte do leão nas universidades cabia à diacronia, como objeto central do discurso filológico”. Outros se referem ao livro para documentar aí a posição de Mattoso Câmara sobre alguns pontos críticos, já abordados em outras obras, que mereceram contestações, ou ele reformulou, mesmo quando não as aceitou, como no expressivo exemplo da vibrante /r/. Quem se demora mais na *História e Estrutura* é Válder Kehdi ao tratar de sintaxe, com base no capítulo XI, “A frase portuguesa”. Esclarece, porém, que se fixará na “perspectiva sincrônica”, sem contrastá-la com a perspectiva diacrônica, como faz o autor “ao longo de toda a sua obra”. Nos artigos de D.E.L.T.A. a “parte do leão” coube à sincronia – o que, aliás, não é de estranhar.

Outra homenagem ao mestre é *Para compreender Mattoso Câmara*, de Albertina Cunha e Maria Alice Azevedo Altgott, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2004. O livro tem por objetivo “demonstrar os principais pontos em que Mattoso Câmara segue um caminho distinto dos parâmetros da gramática tradicional” (p. 11). É, pois, um estudo descritivo, sincrônico, e escapa aos propósitos deste meu texto. Na notícia da p. 27, sobre a *História e Estrutura da Língua Portuguesa* as autoras dizem tratar-se “de um trabalho descritivo e histórico das estruturas gramaticais da língua portuguesa”. Não foi propósito das autoras, que continuam zelosamente a atividade docente de seu mestre na Universidade Católica de Petrópolis, abordar a história da língua na sua dupla feição de história externa e de história interna – uma velha dicotomia que Mattoso Câmara não rejeitou. Basta reler o verbete *História* do *Dicionário de Filologia e Gramática*, hoje intitulado, postumamente, *Dicionário de Linguística e Gramática*.

Também em 2004 Carlos Eduardo Falcão Uchôa reeditou seu precioso livro de 1972 – *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.*, 3ª edição revista e aumentada, Rio de Janeiro, Editora Lucerna – “uma das mais belas homenagens póstumas já feitas a Mattoso Câmara”, na opinião da lingüista Yonne Leite (D.E.L.T.A. p. 12). Esta edição acrescenta um novo estudo aos dois anteriores, que “foram expressivamente alterados” (p. 11), e complementa a bibliografia com alguns títulos – o que leva o organizador a crer que agora se tem o “maior levantamento bibliográfico de Mattoso Câmara” (ibidem)... até que se localizem outros textos do incansável estudioso. E a antologia mattosiana enriqueceu-se com seis textos. Agora são vinte e sete.

Com relação ao nosso tema, diz Uchôa (*Dispersos*, p. 31):

ocupa-se da história da língua, desde alguns de seus artigos iniciais do *Correio da Manhã* (1934), através de estudos como *História externa da língua portuguesa e o Consonantismo histórico português*

(nos anos 50), até a sua obra maior no campo da língua portuguesa, *História e estrutura da língua portuguesa*, elaborada entre 1963 e 1965, que só vem a ser publicada em português em 1975.

Eis a pista de que precisávamos para estabelecer o *corpus mattosianum* sobre a história da língua portuguesa. Adianto que também na área de estudos diacrônicos o leitor assíduo de Mattoso Câmara reencontrará o velho intento de novas formulações, mais em dia com as reorientações lingüísticas de seu tempo. Foi assim com os *Princípios de Lingüística Geral*, o primeiro compêndio dessa disciplina em língua portuguesa. Assim é com a *História e Estrutura*, o primeiro compêndio em português sobre a história de nossa língua concebida em moldes estruturais, e em todos os seus planos, inclusive o sintático – o que já é uma novidade na bibliografia lingüística luso-brasileira. Esse ânimo inovador, contudo, não o impediu de reconhecer a contribuição de mestres antecessores ou contemporâneos que também trabalharam com seriedade nesse vastíssimo campo das ciências da linguagem, como se pode comprovar em três estudos da Parte IV dos *Dispensos*, itens 4, 5, 6. Quero dizer que os trabalhos de Mattoso Câmara sobre a história da língua portuguesa – desde, digamos, *A etimologia de “escapar”* (um brevíssimo artigo publicado no Correio da Manhã em 22/08/1934) até a *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, editada pela Livraria Padrão em 1975 – só confirmam o renome internacional do autor dos *Princípios de Lingüística Geral*.

Eu poderia até deter-me na *História e Estrutura*, que, última obra, sintetiza as elucubrações diacrônicas de Mattoso Câmara, formalizadas na orientação lingüística que ele assumiu definitivamente. Mas esta limitação não daria uma idéia de conjunto dos estudos diacrônicos do autor nem possibilitaria avaliar a evolução (vale o termo) do pensamento lingüístico de Mattoso Câmara, cujos primeiros textos carregavam as idéias historicistas de seu tempo, mas reinterpretadas dentro de nova orientação doutrinária e sistemática.

É também importante ressaltar, desde logo, que a fundamentação teórica geral já está exposta com segurança nas páginas admiráveis dos *Princípios de Lingüística Geral*, sempre revistas em cada edição “não só para as ampliações necessárias para manter o compêndio em dia com a atividade bibliográfica”, mas para dar-lhes a melhor forma didática (*Princípios*, 3ª ed., 1958, nota prévia). Ou, em forma de verbetes, no *Dicionário de Filologia e Gramática*.

Neste texto (em princípio um roteiro para uma exposição oral no Colóquio) vou partir da Bibliografia de Mattoso Câmara, aqui, em *Confluência*, reproduzida dos *Dispensos*, com dois ou três títulos a mais. Faço uma seleção e um agrupamento provisórios e me dispenso de repetir a indicação técnica das obras. Para obviar a falta de comentários e para avaliar a fortuna crítica de algumas delas, remeto o leitor à *Bibliografia Analítica de Joaquim Mattoso*

Câmara. Organização de Anthony J. Naro e John Reighard, Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro, RJ, 1976.¹

Finalmente, sobre o critério que presidiu à seleção, é indispensável ter em vista que estou entendendo história da língua como o professor Mattoso Câmara entendia no *Dicionário de Fatos Gramaticais*:

HISTÓRIA – Aplicado a uma língua, o conceito de história tem dois sentidos: 1) história externa, dessa língua, na sua expansão territorial, no seu contacto com outras línguas, na repercussão que sobre ela têm os sucessos sociais; 2) história interna, na diacronia (v), das mudanças fonéticas, mórficas, sintáticas, semânticas e léxicas.

Na seleção (provisória, repito) incluo num primeiro grupo:

1934: *Pequenas lições de português – A etimologia de “escapar”*.

1943: *A alternância portuguesa “fui”: “foi”*.

1946: *Sobre as consoantes palatalizadas*.

1952: *Contribuição para uma estilística da língua portuguesa*.

1954: *Curso da Língua Pátria*.

Apêndice à gramática, 4ª série ginásial e 1ª colegial.

1956: *Dicionário de fatos gramaticais (1ª ed.)*

Uma forma verbal portuguesa.

História externa da Língua Portuguesa.

O consonantismo histórico português.

1957: *Sobre o futuro romance*.

1964: *Dicionário de Filologia e Gramática (2ª ed.)*

1968: *Muta cum Muta em português*.

1975: *História e estrutura da língua portuguesa*.

Reúno num segundo grupo resenhas ou notícias críticas de gramáticas históricas e de trabalhos sobre o latim:

1942: *A pronúncia do latim*.

Serafim da Silva Neto, *Manual de Gramática Histórica Portuguesa*.

1958: Ismael de Lima Coutinho, *Pontos de Gramática Histórica*.

1960: Th. Henrique Maurer Jr., *Gramática do latim vulgar*.

Ponho num terceiro grupo todos os estudos sobre o português do Brasil: os que tratam de questões referentes a línguas transplantadas; os que tratam da

língua escrita, literária ou não – literária; os que focalizam de modo especial a língua falada, etc. Sobre a língua literária do Brasil, releio sempre com admiração (e orgulhoso de ter sido aluno de ambos os mestres!) a transcrição e o comentário do filólogo Sousa da Silveira, no prefácio dos *Princípios de Linguística Geral*, de um trecho do lingüista Mattoso Câmara Jr., ao tratar da influência da língua escrita (*Princípios*, 4ª ed., 1964, p. 284 a 287) . Não resisto ao impulso de transcrever um pouco mais do texto mattosiano:

São normais, em verdade, todas e quaisquer mudanças. É normal o empréstimo em seu sentido genérico, e normais são as ações da língua literária e das gírias sobre a língua comum.

Tanto diacrônica como sincronicamente, aliás, a lingüística é o estudo da língua sob todos os seus aspectos, e todos os meios de comunicação lingüística, determinados por quaisquer tipos de vida social, têm de ser considerados manifestações NORMAIS e objeto de ciência”.

Excelente alerta para quem estuda a história da língua.

Num quarto grupo incluo estudos sobre história das idéias referentes à língua portuguesa, de grande utilidade para o historiador da língua, porque contextualizam certos problemas teóricos que freqüentemente voltam à cena das discussões. No caso brasileiro é muito recomendável a leitura de quatro estudos dos *Dispersos*, três já lembrados:

As idéias gramaticais de João Ribeiro;

Said Ali e a língua portuguesa;

Antenor Nascentes e a filologia brasileira; e

Os estudos do português no Brasil.

Sou o primeiro a reconhecer que a seleção e o reagrupamento são arbitrários, como, aliás, ocorre com qualquer distribuição metodológica dessa natureza. Acresce que o leitor assíduo de Mattoso Câmara, interessado especialmente na história da língua, sabe que algumas obras não específicas contêm matéria de seu interesse. É o caso das três teses. Na primeira (1949), de doutorado, *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*, o autor faz considerações diacrônicas sobre o problema da líquida vibrante, partindo da geminação em latim. É claro que o autor não está confundindo os dois planos lingüísticos, pois logo abaixo diz incisivamente:

“A análise fonêmica não pode... apoiar-se essencialmente num plano diacrônico. Tem de assentar precipuamente no funcionamento e na estrutura da língua.” (*Para o estudo da fonêmica portuguesa*, p. 107)

Na segunda (1952), de livre docência, *Contribuição para uma estilística da língua portuguesa*, além da referência à gramática comparativa do século

XIX, é matéria de reflexão do historiador da língua o item “A estilística e a evolução lingüística”, em que estão lado a lado Leo Spitzer e Meillet, o genial autor de *Esboço de uma história da língua latina*, quando Mattoso Câmara reconhece em toda mudança histórica da língua a interação do esforço pessoal para a expressividade e de fatores estruturais. E a conclusão da tese aponta para o estudo de uma estilística diacrônica, embora o autor reconheça a complexidade de uma abordagem nessa perspectiva histórica.

A terceira é a tese para a cátedra de Língua Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1956), *Uma forma verbal portuguesa*, tese que Mattoso Câmara não chegou a defender porque se afastou do concurso, por fortes motivos pessoais. Na tese há longas incursões na gramática histórica, de cujas pistas Mattoso Câmara parte para a interpretação gramatical sincrônica das formas do futuro português. O estudo da categoria temporal de futuro do latim às línguas românicas, na edição de 1956 impressa no *Jornal do Comércio*, ocupa cinco páginas (28 a 33), sendo retomado a seguir (p. 42, 44, 46). O mesmo ocorre com o futuro do pretérito composto, que mereceu também longa incursão na área indo-européia.

Vou ficando por aqui. Deixo a análise mais detida do *corpus mattosianum* para o I Colóquio Internacional sobre A Língua Portuguesa no Mundo da Lusofonia, nas comemorações do centenário de nascimento do Prof. Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Outras considerações ficarão para as aulas de História da Língua Portuguesa do Curso de Especialização que, em boa hora, o Liceu Literário Português acolheu e tem incentivado.

Aluno de Mattoso Câmara da primeira turma de Lingüística da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1948, no terceiro ano de Letras Clássicas; seu auxiliar de pesquisa na elaboração do *Dicionário de Fatos Gramaticais* (1956), que mereceu a honra da generosa referência na “Explicação preliminar da 1ª edição”, e a dupla honra de não só ser lembrado na “Advertência para 2ª edição” (1963), mas de ali figurar ao lado da lingüista Yonne Leite – ña verdade “como morfema – zero (com seu valor implícito decorrente da 1ª edição)”; este ex-aluno, há muitos anos dedicado ao latim e a estudos diacrônicos, pretendeu registrar a contribuição de Mattoso Câmara para estudo da história da língua. E o fez sobretudo pensando nos estudantes de Letras que há uns quarenta anos só fazem nas universidades estudos descritivos, sincrônicos.

É claro que tem todo cabimento “a descrição objetiva e rigorosa de uma língua em seu funcionamento atual” (*Dispersos*, p. 283). Mas vale lembrar nos dias atuais a mesma crítica, absolutamente pertinente, do próprio Mattoso Câmara, em 1953, ao historicismo hegemônico daquela época. A hegemonia agora é dos estudos descritivos. Os que não aceitam esta orientação hegemônica têm todo o direito de dizer com o mesmo Mattoso Câmara e com igual pertinência:

“O estudo histórico tem também... uma grande importância, e é o complemento natural de toda pesquisa lingüística” (*Dispersos*, p. 283).

Concluindo, quero dizer que é possível questionar mais de uma proposta mattosiana em sua obra imensa e vária. Nem faz sentido pensar em aceitação pacífica de todas as formulações do mestre, cuja obra é o melhor exemplo de exercício constante de espírito crítico. Aliás, é a mesma lição de Eugênio Coseriu: “na ciência, a única aceitação verdadeira e profícua é a aceitação crítica”.

Inquestionável, porém, é o lugar especial e definitivo de Mattoso Câmara na historiografia lingüística luso-brasileira: autor do primeiro compêndio de Lingüística geral em português “como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa”; introdutor da lingüística estrutural no Brasil; “inaugurador do ensino da lingüística geral” em Portugal; autor do primeiro compêndio de história da língua portuguesa numa concepção de caráter estrutural.

Nota:

¹ Sobre a *História e Estrutura da Língua Portuguesa* cabe registrar as muitas referências da historiadora da língua Rosa Virgínia Mattos e Silva nos dois excelentes volumes sobre o português arcaico, da Editora Contexto, além das considerações, sempre lúcidas, nos artigos que tem publicado em revistas e boletins especializados. Para a fortuna crítica da obra, vale lembrar que a autora considera a *História e Estrutura* “essencial para uma compreensão mais globalizante da história do português, não encontrado em qualquer outro trabalho que sobre o tema se tenha feito no Brasil ou em Portugal” (D.E.L.T.A., vol. 4, nº 1, 1988, p. 109).

E em Portugal outro registro gratíssimo: no artigo da também notável historiadora da língua, Clarinda de Azevedo Maia, *Algumas reflexões sobre a disciplina ‘História da Língua Portuguesa’*, *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. XXI, 1996-1997 da Universidade de Coimbra.

CONTRIBUIÇÃO DE MATTOSO CÂMARA AOS ESTUDOS DE FONOLOGIA PORTUGUESA

Horácio Rolim de Freitas (UERJ – ABF)

A Ciência Fonológica

O Círculo Lingüístico de Praga, fundado em 1926, em Praga, teve como principais participantes o príncipe russo Nikolai S. Trubetzkoy, Roman Jakobson e Serge Karcevskÿ. Em 1928, no 1º Congresso Internacional de Lingüistas, apresentaram um trabalho sobre a distinção entre os sons da fala e os sons da língua. Editaram uma revista anual, a partir de 1929, intitulada *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*.

O número nove, saído em 1939, é a obra de Trubetzkoy, falecido um ano antes, os *Grundzüge der Phonologie*. O autor, apoiando-se na dicotomia saussuriana *langue* e *parole*, fez a grande distinção entre Fonética e Fonologia. Esta a ciência que trata dos sons da língua, aquela, dos sons da fala.

O estudo sobre o sistema de fonemas foi apresentado naquele Primeiro Congresso Internacional de Lingüistas, realizado em Haia. A Fonética compreenderia o estudo dos fatores naturais dos sons da fala humana, quer sejam as vibrações da corrente de ar que a eles correspondem, quer as posições dos órgãos que os produzem. A Fonologia atual, ao contrário, estuda não os sons, mas os fonemas, isto é, os elementos constitutivos do significante lingüístico.

A distinção de Trubetzkoy difere basicamente da distinção feita por Saussure para quem a Fonologia estudaria a fisiologia dos sons e a Fonética, a sua evolução. Segundo o príncipe russo¹, Saussure, para descrever os fonemas, admitiu o método já empregado pelos foneticistas. Cita, resumidamente, a distinção saussuriana. Para maior compreensão, transcrevo a passagem das páginas 55 e 56 do *Cours*.²:

“La physiologie de sons est souvent appelée “phonétique”. Ce terme nous semble impropre; nous le remplaçons par celui de phonologie.

¹ N. Trubetzkoy E. Sapir y Otros, *Fonología y Morfología*, 3ª ed., Buenos Aires, Editorial Paidós, 1972, pág. 16 (trad. de Carlos A. Fayard)

² Saussure, F. *Cours de Linguistique Générale*, Paris, Payot, 1955.

Car phonétique a d'abord désigné et doit continuer à désigner l'étude des évolutions de sons; l'on ne saurait confondre sous un même nom deux études absolument distinctes. La phonétique est une science historique; elle analyse des événements, des transformations et se meut dans le temps. La phonologie est en dehors du temps, puisque le mécanisme de l'articulation reste toujours semblable à lui-même."

Coube a J. Baudouin de Courtenay chamar a atenção para a diferença fundamental entre os sons da linguagem humana e as imagens fônicas que compõem as palavras de uma língua, concluindo existirem duas disciplinas científicas assim explicitadas: uma que tem por objeto os sons, com base na fisiologia e na física, a que chamou fisiofonética; outra que estuda as imagens fônicas em suas funções lingüísticas, aparentada com a psicologia, a que denominou psicofonética.

Embora tenha fixado o termo fonema nos estudos da ciência da linguagem, Courtenay definiu-o sob o aspecto psicológico: "o equivalente psíquico do som."

Trubetzkoy já considera "errôneo" o caráter psicológico defendido por Courtenay, uma vez que, embora os sons possuam fenômenos psicofísicos, não é o caráter unicamente psíquico que distingue o fonema do som, mas o caráter diferencial, que faz dele um valor lingüístico. É clara sua explicação na seguinte passagem:³

"Le phonème ne peut être défini d'une façon satisfaisante ni par sa nature psychologique, ni par ses rapports avec les variantes phonétiques — mais seulement et uniquement par sa fonction dans la langue."

Para o fonólogo o som é apenas o símbolo material do fonema. Ele procura estudar as diferenças que cada usuário percebe em sua língua materna, que servem para diferenciar o sentido das palavras. Por outro lado, ao foneticista cabe penetrar nos órgãos articulatórios e perscrutar o mecanismo de seu funcionamento em todos os detalhes. Explica ainda Trubetzkoy que, enquanto a fonética procura detectar "o que se pronuncia na realidade", a fonologia detecta "unicamente o que se crê pronunciar".

Daí a necessidade de "duas disciplinas científicas inteiramente diferentes", tendo ambas objetos e métodos diferentes. O foneticista, por exemplo, que é um atomista ou individualista, estuda cada som da palavra humana isoladamente, sem relação com os demais sons da mesma língua. Tal procedi-

³ Troubetzkoy, N. S. – Principes de Phonologie, Paris, Éditions Klincksieck, 1967, pág. 44.

mento não é possível ao fonólogo, visto que o fonema é um elemento diferencial, o seu valor lingüístico só pode ser definido em relação com os demais fonemas do sistema lingüístico em estudo, conforme o princípio saussuriano⁴: “sua característica (do fonema) mais exata é a de ser o que os outros (fonemas do mesmo sistema) não são.” A Fonologia é universalista no sentido de que se ocupa do sistema como um todo, estudando-lhe a estrutura. Cabe-lhe o estudo de todas as funções lingüísticas das oposições fônicas, incluindo aí a fonologia léxica, a fonologia morfológica ou morfonologia e a fonologia sintática, como bem observou S. Karcevsky em *Sur la phonologie de la phrase (Travaux du Cercle Linguistique de Prague – IV)*⁵

Trubetzkoy destaca, como predecessores da moderna fonologia, Saussure, por ter comprovado que importam na língua as oposições fônicas, não os sons, e que os fonemas só existem como membros de um sistema e, por outro lado, Baudouin de Courtenay, a quem se deve a distinção entre som e fonema. Embora o termo fonema já existisse na Grécia antiga, significando enunciação ou voz, coube a Courtenay revivê-lo, por sugestão de seu discípulo Kruszewski, sob novo conceito. Conclui que Courtenay apresenta “idéias mais claras que as do sábio de Genebra” em relação à diferença entre sons e fonemas.

Ressalte-se que Baudouin de Courtenay foi considerado um dos maiores lingüistas do século XX, sendo equiparado por Meillet a Saussure, Schuchardt e Jespersen.⁶

Finalmente, Trubetzkoy faz referência à fonologia histórica, cujo estudo deve ser feito pelo sistema fonológico como uma entidade orgânica em desenvolvimento, levando-se em conta dois princípios fundamentais⁷:

1°: o que se acha sujeito à evolução não são os fonemas ou os sons isolados, mas o sistema fonológico;

2° : toda evolução de um sistema como tal se acha guiada pela tendência até um limite.”

A erudição de Trubetzkoy pode ser avaliada também pelo número de línguas exemplificadas na demonstração das possibilidades articulatórias na linguagem humana. São 234, inclusive a língua portuguesa. Cita línguas antigas,

⁴ Saussure, op. cit., pág. 162.

⁵ N. Trubetzkoy E. Sapir y Otros, pág. 25.

⁶ Silva Neto, Serafim da – Estudos Lingüísticos na Rússia, in Boletim de Filologia, nº2, 1946, pág. 90

⁷ Op. cit., pág. 29

línguas clássicas, línguas modernas e até línguas de “povos mais ou menos primitivos”

Cabe ainda lembrar de passagem que o termo fonologia não é de uso generalizado entre os lingüistas. No Círculo Lingüístico de Copenhague, de Hjelmslev, adotou-se o termo fonemática. Os americanos preferem fonêmica, termo que, na opinião de Fischer -Jorgensen “é independente e cômodo, sua formação está paralela à fonética, e ela corresponde ao uso americano.”⁸

Mattoso Câmara e os Estudos de Fonologia

Como vários outros campos dos estudos de língua portuguesa, a Fonologia mereceu de Mattoso Câmara descrição atualizada sob os modernos critérios científicos.

É oportuno lembrar que os termos Fonologia e fonema foram anteriormente empregados por outros autores. José Oiticica usou-os na obra *Estudos de Phonologia*, publicada em 1916, tese de concurso defendida no Colégio Pedro II. Claro que, pela época, o termo Fonologia não retratava o caráter científico que mais tarde iria adquirir. Outro importante gramático, Mário Pereira de Souza Lima, na obra *Gramática Portuguesa*, de 1945, em nota de rodapé, já alude à distinção entre Fonética e Fonologia, e entre som e fonema. Faz referência a Trubetzkoy, através da citação de um artigo intitulado *La Phonologie Actuelle*, inserto na obra *Psychologie de Langage*, de 1933. Mas é só. Não desenvolve nem aplica nenhum princípio da Fonologia do príncipe russo.

As idéias da novel ciência, desenvolvida pelo Círculo Lingüístico de Praga, foram introduzidas no Brasil por Mattoso Câmara em trabalho publicado no *Boletim de Filologia*, n° 2, de junho de 1946, onde faz uma Resenha dos *Grundzüge der Phonologie*, de Trubetzkoy, diretamente do alemão.

Em 1949, também no Boletim de Filologia, n° 9, Mattoso Câmara publica o último dos três capítulos de sua tese de doutorado, defendida na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, intitulada *Para o estudo da fonêmica portuguesa. Os fonemas em português*.

Embora tenha optado pelo termo fonêmica, de uso preferido pelos americanos, e cunhado por Bloomfield, os princípios científicos estão consubstanciados na obra do príncipe russo.

A grande divulgação das idéias de Trubetzkoy, não só em língua portuguesa, mas também nas demais línguas românicas, só foi possível a partir de

⁸ Fischer-Jorgensen, Eli – Remarques sur les principes de l’analyse phonémique, in Readings in Modern Linguistics, An Anthology by Bertil Malmberg, Stockholm, Mouton, 1972, pág. 137.

1949, com a tradução de Cantineau para o francês. A obra em francês mereceu, também, resenha de Mattoso Câmara, publicada naquele *Boletim de Filologia*, nº 9, ressaltando, ali, a importância da edição, destacando dois motivos. Primeiro, por estar enriquecida de informações de caráter biográfico e bibliográfico feitas por R. Jakobson. Segundo, pelo acréscimo de uma série de *Apêndices*, reunidos por Cantineau, de traduções de outros trabalhos de Trubetzkoy e de R. Jakobson.

De passagem, cumpre ressaltar a importância da obra de outro eminente lingüista. Refiro-me a Emílio Alarcos Llorach que, em 1950, publicou *Fonología Española*, Editorial Gredos, Madrid, em que o autor, com mestria, aplica, de maneira clara e precisa, os princípios de Trubetzkoy ao sistema fônico do espanhol. Sobre a contribuição de Mattoso Câmara, vamo-nos deter aqui no problema das chamadas vogais nasais em português.

Já no começo do séc. XX, Oskar Nobile publica na revista “*Die neuen Sprachen*”, em 1903, um capítulo sobre as vogais nasais em português, cuja tradução consta da revista *Littera* nº 12 (1974).

Nobile procura explicar o problema do traço de ressonância nas vogais e ditongos do Português do Brasil. Parte de fatos sincrônicos, explica-a foneticamente e apresenta farta justificativa histórica. Para Nobile a realização das vogais nasais do Português efetua-se de modo distinto da realização no Francês. Por exemplo, “nunca ocorrem isoladas, pelo contrário, são sempre seguidas de um outro som nasal (consoante)”. Distingue o autor nasalidade forte, como em: CONTO / kōntu / , e nasalidade fraca, como em : COMO / kōmu / , o que corresponde, na descrição fônica de Mattoso Câmara, à sílaba travada por arquifonema nasal /N/ e à vogal em sílaba livre com resíduo nasal. Conclui Nobile: “chega-se, assim, ao atual estado em que toda vogal, ou ditongo nasal tem como apoio uma consoante nasal subsequente”.

Com outras palavras, Nobile admite radical diferença entre as vogais nasais francesas e as ditas vogais nasais em Português, bem como a existência de consoante nasal subsequente à vogal.

A existência de língua em que a nasalidade não é traço distintivo nas vogais é admitida nos “Princípios”⁹, de Trubetzkoy, na seguinte passagem:

“Très souvent les voyelles phonétiquement nasalisées ne sont que des réalisations d’un groupe de phonèmes “voyelle + nasale et les voyelles accompagnées d’un bruit de frottement laryngal ne sont que des réalisations d’un groupe formé d’un phonème vocalique et d’un phonème consonantique laryngal” . (O grifo é nosso)

⁹ Op. cit., pág. 134.

É o tratamento que dá Mattoso Câmara às nossas vogais ditas “nasais”, baseando-se no postulado de R. Jakobson: “Só são possíveis vogais nasais numa língua em que haja contraste distintivo entre vogal nasal e vogal mais consoante nasal, como acontece no Francês: /bõ/ (masc. bon) — /bon/ (fem. bonne)”.¹⁰

Daí ter Mattoso Câmara excluído do nosso sistema fônico o quadro das vogais nasais.

A explicação deste critério na classificação das vogais em Português mereceu crítica de alguns eminentes estudiosos de nosso idioma. Aludem, por exemplo, à oposição lã / lá onde vêem distinção oral / nasal. Mas, no critério admitido por Mattoso Câmara, a oposição não se faz pelo traço de nasalidade, mas por se encontrar a vogal em sílaba travada e em sílaba livre. A mesma distinção podemos observar em mar / má.

É o princípio da posição silábica que norteia Mattoso Câmara, aplicando-o na classificação das vogais, na determinação de arquifonemas consonantais /S/ , /R/ , /N/ e na classificação das ditas “vogais nasais”.

Enquanto em posição inicial e medial, por exemplo, verifica-se a distinção das constrictivas anteriores /s/ – /z/ como em: sela / zela; assa / asa, em posição final desaparece a oposição: pus / luz que, na pronúncia do Rio de Janeiro, se efetua /S/ , isto é, numa constrictiva “anterior nitidamente palatalizada”¹¹. Surge o arquifonema assim explicado por Trubetzkoy: “*Par “archiphonème” nous entendons l’ensemble des particularités distinctives qui sont communes aux deux phonèmes*”.¹²

O mesmo sucede com as consoantes nasais, em posição inicial e medial, como em mata / nata; cama / cana, cuja distinção se faz entre a labial e a ântero-lingual. Em situação final, contudo, dá-se a neutralização, surgindo o arquifonema nasal que conserva daqueles fonemas apenas o resíduo nasal, como nos vocábulos ambos e antes /N/.

Assim, para Mattoso Câmara, a oposição entre campo e capo; brando e brado; minto e mito não se faz entre vogal oral versus vogal nasal. Aplicando o princípio de sílaba livre e sílaba travada, considera em campo, por exemplo, um grupo de vogal oral + arquifonema nasal /N/ , produto da neutralização de /m/ e /n/ quando posvocálicos na mesma sílaba; e em capo, ca – sílaba livre.

¹⁰ Para o estudo da fonêmica portuguesa, pág. 92.

¹¹ Op. cit., pág. 111.

¹² Op. cit., pág. 81.

“O único argumento contra essa interpretação”, diz-nos Mattoso Câmara,¹³ “a rigor é de que, na “vogal nasal” portuguesa, nós “sentimos” a vogal nasal e “não sentimos qualquer consoante nasal em seguida”. É um argumento de ordem psicológica e não de ordem estrutural”.

O referido autor conclui a explicação do critério adotado, com estas palavras: “A nasalidade pura da vogal não existe, aliás, fonologicamente, porque por meio dela não se cria contraste distintivo com a vogal seguida de consoante nasal”.¹⁴

Observem-se os vocábulos: lá (sílabas livres) e lã – lama, em que não há oposição entre lã e a sílaba la de lama, cuja vogal, como variante, recebe um resíduo nasal.

Mattoso Câmara aplica rigorosamente o princípio da oposição distintiva conforme lição de Trubetzkoy:

*“On ne doit jamais oublier qu’en phonologie le rôle principal revient non pas aux phonèmes, mis aux oppositions distinctives. Un phonème ne possède un contenu phonologique définissable que parce que le système des oppositions phonologiques présente une structure, un ordre déterminés.”*¹⁵

Para comprovar que o travamento da sílaba se faz por meio de elemento consonântico nasal, Mattoso Câmara aduz os seguintes exemplos:

1° – Depois de sílaba nasal, o /r/ prevocálico nunca se realiza brando, como ocorre estando intervocálico: hon / ra (não como hora); gen / ro (não como gero).

2° – Não há vogal nasal em hiato: u / ma (nunca um /a) . Em outro exemplo, o elemento nasal se desloca para a sílaba seguinte: valentão — valento/na.

3° – Não se dá a elisão quando o 1° vocábulo termina por elemento nasal: lã azul (não lãzul); jovem amigo (não jovamigo).

Apresenta, ainda, uma argumentação de ordem diacrônica: “A sonorização, na passagem evolutiva para o português, só se deu após a completa desnasalização: mensa – mēsa – mesa /z/; pensare – pēsar – pesar /z/. Com a presença do elemento nasal, os grupos -pl- e -cl- não evoluíram como intervocálicos, como se pode constatar na comparação entre: oclu > olho e amplu > ancho; macla > malha e mancla > mancha .

¹³ Problemas de Lingüística Descritiva, pág. 30.

¹⁴ Problemas de Lingüística Descritiva , pág. 31 e História e estrutura da Língua Portuguesa, pág. 64 e 65.

¹⁵ Op. cit., pág. 69.

Esse traço de nasalidade ocorreu também com a vogal em hiato, que é desfeito pelo aparecimento de um fonema consonântico de transição de que são exemplos os vocábulos: uma < ãa (do /u/, que é labial, advém um fonema labial nasal /m/); minha < mĩa e ninho < nĩo (do /i/, que tem o traço palatal, advém um fonema palatal nasal /ñ/).

Uma possível oposição entre presente e perfeito do indicativo, na 1ª pessoa do plural, nos verbos da 1ª conjugação: cantamos (a) / cantamos (a) , que durante algum tempo se procurou fazer, em certos grupos sociais, é criticada por Mattoso Câmara que a considera “falsa distinção”, “sensivelmente artificial”. Lembra que A. Nascentes não a levou em conta e que o /a/ fechado foi excluído do quadro das vogais, de acordo com as conclusões do Primeiro Congresso de Língua Cantada. Vai mais além e põe em dúvida a existência de um fonema /a/ fechado “na pronúncia coloquial espontânea no próprio Portugal”.¹⁶

O mesmo critério é aplicado por Mattoso Câmara na classificação dos ditongos, que devem ser analisados como ditongo oral seguido de arquifonema nasal: mãe / ayN /.

Aliás, à mesma conclusão chegou Nobiling, com já foi demonstrado.

No levantamento dos ditongos nasais, isto é, seguidos de arquifonema nasal /N/ é digna de nota a análise fônica feita por Mattoso Câmara, quando exclui do elenco o ditongo /eyN/, registrado em inúmeras de nossas gramáticas. Enquanto os ditongos /awN/ irmão; /ayN/ mãe; /oyN/ pões; /uyN/ muito contrastam com vogal seguida de arquifonema nasal: /aN/ irmã ; /oN/ pom-pom; /uN/ unto, na terminação -em: bem, vintém, também, não se cria oposição distintiva com /eN/.

Existe, realmente, uma forma ditongada /eyN/, sem, contudo, apresentar valor fonológico. É preciso diferir ditongo difonemático¹⁷ de ditongo monofonemático¹⁸. Este constitui a realização fonética ditongada de um só fonema (/e/ — /ey/ ou /i/ /iy/ como nos vocábulos: bem, vis, ao passo que aquele (difonemático) representa a realização de dois fonemas (vogal base e vogal assilábica). É oportuna a explicação de Mattoso Câmara: “Num contexto nasal, os únicos ditongos de valor fonêmico são aqueles nos quais a vogal base não é homorgânica da semivogal (-ãe, -õe, -ão, isto é, /ayn/, /oyñ/, /awn/,) mas não /ey/, que não é senão a realização fonética do /e/ nasal.”¹⁹

¹⁶ Para o estudo da fonêmica portuguesa, pág. 71.

¹⁷ Nomenclatura usada por Emílio Alarcos, pág.103.

¹⁸ Ou monofonêmico na nomenclatura de Mattoso Câmara (Dicionário).

¹⁹ Dispersos, pág. 91, nota 4

Conclui-se que o ditongo /eyN/ é de ordem fonética, não fonológica, sem, portanto, pertinência no sistema fônico do Português. A considerar o ditongo /eyN/ como difonemático, teríamos, obviamente, de considerar /iy/ , como no vocábulo vis.

Do exposto vê-se quão importantes são os princípios da ciência da linguagem, quando exequíveis e objetivos, para a economia da língua e para a descrição precisa dos fatos lingüísticos.

A argúcia de Mattoso Câmara, que se fez sentir em vários setores dos estudos de língua portuguesa, nem sempre tem merecido aceitação dos estudiosos patrícios.

É motivo, no entanto, de satisfação quando se verifica que os lingüistas, ainda que por caminhos diversos, chegam às mesmas conclusões. Coincidindo com a explicação de Mattoso Câmara, está a opinião de um dentre os maiores lingüistas: Bertil Malmberg que, justamente em relação à língua portuguesa, assim se expressa: “É preciso, também, discutir o lugar das vogais nasais no sistema português. Eu não entro em detalhes e me contento em assinalar que diversos fatos lingüísticos falam em favor de uma interpretação de nasais portuguesas como uma seqüência de vogal + arquifonema nasal, realizada ora como uma verdadeira consoante nasal (com oclusão) precedida de uma nasalização combinatória, ora como uma simples ressonância nasal sem elemento consonântico independente”.²⁰

Ainda que pelo princípio de comutação se distingam palavras, pela oposição oral / nasal, sob o critério fonologicamente demonstrado, fica comprovada a inexistência de vogais nasais em Português, o que favorece a economia da língua.

Referências Bibliográficas

ELIA, Sílvio Edmundo – *Orientações da Lingüística Moderna*, 2ª ed., Rio, Ao Livro Técnico, 1978.

E. FISCHER – JØRGENSEN -*Remarques sur les principes de l'analyse phonémique* in *Readings in Modern Linguistics An Anthology by Bertil Malmberg*, Stockholm, Mouton, 1972.

LLORACH, Emílio Alarcos – *Fonología Española* – (Secún el método de la Escuela de Prague) Madrid, Editorial Gredos, 1950.

MALMBERG, Bertil – *Phonétique Générale et Romane*, Paris, Mouton, 1971.

²⁰ Malmberg, B. – *Phonétique Générale et Romane*, Paris, Mouton, 1971., pág. 334 e 335.

_____ – *As Novas Tendências da Lingüística*, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.

MATTOSO CÂMARA, J. – *Resenha dos Grundzüge der Phonologie*, de Trubetzkoy in Boletim de Filologia n° 2, Rio, Livros de Portugal, 1946.

_____ – *Para o estudo da fonêmica portuguesa. Os fonemas em Português*, artigo in Boletim de Filologia n° 9, Rio, Livros de Portugal, 1949.

_____ – *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, Rio, Ed. da Organização Simões, 1953.

_____ – *Problemas de Lingüística Descritiva*, Petrópolis, Editora Vozes, 1969.

_____ – *Dispersos*, Rio, Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____ – *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio, Padrão Livraria Editora Ltda., 1975.

NOBILING, Oskar – *As Vogais Nasais em Português*, artigo traduzido na Revista Littera n° 12, 1974.

SAUSSURE, Ferdinand – *Cours de Linguistique Générale*, Paris, Payot, 1955.

TRUBETZKOY, N. – *Principes de Phonologie* – (Tradução Francesa de J. Cantineau), Paris, Editions Klincksieck, 1967.

TRUBETZKOY, N. E. Sapir Y Otros – *Fonología y Morfología* – artigo de Trubetzkoy, traduzido por Carlos A. Fayard, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1972.

MATTOSO CÂMARA ESTILICISTA

Castelar de Carvalho (UFRJ, ABF)

1 – Introdução

O objetivo deste artigo é prestar uma homenagem à memória de Mattoso Câmara neste ano do centenário de seu nascimento, lembrando uma faceta pouco explorada da obra do saudoso mestre: a de estudioso da Estilística. Não fui seu aluno, infelizmente, mas tenho sido e serei sempre seu discípulo, por isso sou-lhe grato pelo muito que tem me ensinado, através dos livros e de sua presença inspiradora.

Considerado o introdutor da Lingüística moderna no Brasil, Mattoso Câmara desenvolveu extensa e profícua atividade no campo dos estudos da linguagem e das idéias lingüísticas. De sua obra destacam-se três vertentes principais: fundamentos de lingüística geral, estudos descritivos do português (sobretudo fonologia e morfologia) e ensaios de estilística teórica e aplicada a textos de escritores brasileiros, com ênfase para Machado de Assis, seu autor predileto. Neste artigo, faremos um breve estudo dos três livros de Mattoso sobre o assunto (v. bibliografia): *Dispersos* (parte III), *Contribuição à estilística portuguesa* e *Ensaio machadianos*. Mas antes de nos ocuparmos de sua obra propriamente dita, façamos, a vôo de pássaro, uma síntese introdutória a respeito do conceito e das categorias básicas da Estilística, assim como de suas relações com a Gramática.

2 – A Estilística

Definida como a disciplina lingüística que estuda os recursos afetivo-expressivos da linguagem e seu lado criativo, a Estilística é uma ciência recente (fundada no início do século XX pelo suíço Charles Bally e o alemão Karl Vossler), mas um saber muito antigo, que remonta à tradicional Retórica dos gregos. Tendo em comum o estudo da expressividade, distinguem-se, contudo, por seus objetivos: a Retórica era uma doutrina com finalidade pragmático-prescritiva, enquanto a Estilística, por seu comprometimento científico, apresenta um caráter mais descritivo-interpretativo, sem considerações de natureza normativa. Essa preocupação fica reservada à Gramática, sistematização dos fatos contemporâneos da língua, com vistas a uma aplicação pedagógico-

escolar. Tendo por objeto de estudo, preferencialmente, a língua literária, a Estilística desempenha, na aula de Português, papel interativo, despertando a sensibilidade lingüística e estética do aluno, além de tornar menos árido o ensino da matéria gramatical.

Há quem veja os estudos estilísticos antes como um procedimento metodológico do que propriamente uma ciência. É o caso do especialista espanhol José María Paz Gago (1993:19): “La Estilística no es una ciencia sino un método, el método estilístico de análisis, descripción e interpretación de textos literarios”. De acordo com essa visão, a Estilística seria considerada um subdomínio das ciências da linguagem, fundamentando-se em teorias lingüísticas e literárias de diversas tendências, como o idealismo, o estruturalismo, o gerativismo, etc. Cumpre também destacar as relações da Estilística com outras disciplinas, como a Semiótica, a Pragmática, a Poética, a Semântica e, mais recentemente, com a Análise do Discurso.

Dividida por Pierre Guiraud (1970:62) em Estilística da língua ou da expressão (linha estruturalista de Bally: ênfase à expressividade latente no sistema) e Estilística genética ou do autor (corrente idealista de Vossler e Leo Spitzer: ênfase à criação expressiva individual), trabalha com algumas categorias básicas, como funções da linguagem, estilo, norma, desvio, escolha, enunciação/enunciado.

3 – Categorias estilísticas

Estilo é o uso individual dos recursos expressivos da língua ou, como ensina Sílvio Elia (1978:76), é “o máximo de efeito expressivo que se consegue obter dentro das possibilidades da língua”. Trata-se de um conceito intimamente relacionado com as noções de norma, desvio e escolha, pois, como lembra o saudoso mestre na pág. 77 de suas *Orientações*: “A tensão entre o espírito criador e as normas gramaticais é que explica o fenômeno do estilo, na sua gênese mais profunda”.

O efeito estilístico resulta não raro da singularidade, do desvio em relação ao padrão normativo e da escolha diante das virtualidades oferecidas pelo sistema. Por exemplo, Machado de Assis optou pelo desvio gramatical, para poder reproduzir com fidelidade a fala do escravo Prudêncio em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (LXVIII): “É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje *deixei ele* (e não *deixei-o*) na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo *na* (e não *à*) cidade”. Outro exemplo pode ser apreciado neste passo de Vieira, em que o autor, com o intuito de valorizar cada núcleo do sujeito composto, preferiu deixar o verbo no singular: “Mas nem a lisonja, nem a razão, nem o exemplo, nem a esperança *bastava* (e não *bastavam*) a lhe moderar as ânsias”.

O poeta Carlos Drummond de Andrade, para enfatizar a importância do deus Kom Unik Assão, não hesitou em transgredir a norma gramatical a respeito da formação do plural: “Eis-me prostrado a vossos *peses* / Que sendo tantos todo plural é pouco”. Lembremos, contudo, que só é estilístico o desvio intencional, aquele que tem finalidade expressiva. E quanto à escolha, Gladstone Chaves de Melo (1976:23) ensina que ela é “a alma do estilo”.

É a enunciação (ato de comunicação lingüística, com suas circunstâncias e seu contexto) que permite uma compreensão estilística do enunciado (fato lingüístico, produto da enunciação) presente no poema *Irene no céu*, de Manuel Bandeira, em que o poeta, misturando os pronomes *tu* e *você*, põe na boca de “São Pedro bonachão” o famoso verso “– Entra, Irene. Você não precisa pedir licença”. O fato de esses pronomes de tratamento serem permutáveis no português coloquial do Brasil (circunstância da enunciação) é que permitiu a Bandeira o efeito estilístico ou expressividade de que se impregna o seu verso, a par do aspecto afetivo do próprio verso em si (entorno do discurso).

A respeito das três funções primordiais da linguagem, foram elas apreendidas pelo alemão Karl Bühler: representação, expressão e apelo, que correspondem, respectivamente, às faculdades de inteligência, sensibilidade e desejo ou vontade.

A representação é a linguagem referencial e denotativa, operando linearmente no eixo sintagmático. A expressão é a exteriorização psíquica de nossos anseios e sentimentos, e o apelo é o meio pelo qual exercemos influência sobre nossos interlocutores ou leitores, no caso da língua literária. Essas duas funções podem ter caráter conotativo e operar simbolicamente no eixo paradigmático. Por exemplo, uma definição do tempo de natureza puramente representativa diria: “O tempo é a sucessão das horas e dos dias e pode ser aproveitado de muitas maneiras”. Já um exemplo em que sobressaem a expressão e o apelo pode ser encontrado na elaborada e genial definição de Machado de Assis (*Esau e Jacó*, XXII): “O tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo”. A função de apelo adquire relevância no discurso publicitário, em frases como esta, divulgando uma tradicional instituição de ensino: “Inglês é cultura. Cultura Inglesa”. Ou esta outra, exaltando a solidez de uma seguradora: “Sul América: o nosso negócio é seguro”. As funções expressiva e apelativa geralmente caminham *pari passu*.

Cumpramos ressaltar que, enquanto a representação, por sua natureza intelectual, diz respeito à Lingüística, as outras duas funções – expressão e apelo – interessam à Estilística, devido à impregnação afetiva de que se revestem. Na prática, essas três funções se integram, tanto no texto informativo quanto no literário, podendo ocorrer o predomínio de uma ou de outra, dependendo do tipo de discurso.

Quanto às relações entre a Estilística e a Gramática, cabe salientar que essas duas disciplinas não são excludentes, ao contrário, são complementares, como adverte o professor Evanildo Bechara (1999:615): “Ambas se completam no estudo dos processos do material de que o gênero humano se utiliza na exteriorização das idéias e sentimentos ou do conteúdo do pensamento designativo”. Cumpre lembrar que muitas das aparentes irregularidades registradas pelas gramáticas têm sua origem em motivações de natureza estilística, sobretudo no campo da sintaxe. O método de análise estilística segue inclusive as divisões clássicas da Gramática, daí a tripartição em Estilística fônica (ou do som), léxica (ou da palavra) e sintática (ou da frase).

4 – Considerações sobre o estilo em *Dispersos*

Para definir estilo, Mattoso parte de duas premissas: a clássica dicotomia saussuriana *langue* (língua, lado social da linguagem) / *parole* (fala ou discurso, lado individual) e as três funções básicas da linguagem propostas por Bühler. Cabe salientar que a representação, para Mattoso, é a própria essência da comunicação lingüística, pois é ela que estrutura e simboliza em nosso espírito a realidade material e sociocultural em que vivemos como falantes de uma língua. Estilo, para Mattoso, é, portanto, “um conjunto de processos que fazem da língua representativa um meio de exteriorização psíquica e apelo (no sentido de Bühler)” (p. 136). Lembrando a natureza individual (fala) do estilo, não obstante sua vinculação implícita com o sistema coletivo (língua), Mattoso reafirma os aspectos da personalidade nele presentes, “porque o mundo dos sentimentos é muito mais nosso do que o das idéias” (p.137).

Mattoso propõe também uma distinção entre o emocional e o estético (p.137), usando o seguinte exemplo: se um homem perde o filho e chora desesperado de dor, isto diz respeito ao emocional; se a sua dor, porém, se transfigura numa elegia como o *Cântico do calvário*, em que o poeta romântico Fagundes Varela chora poeticamente a morte do filho, isto é estético, porque ocorreu, no caso, a integração das três funções da linguagem, com ênfase naturalmente para a função expressiva. Nas palavras de Mattoso, “houve a integração do mundo representativo no mundo emocional e se teve num “estético” o fator “representação” multiplicado pelo fator emoção” (p. 137). E acrescentaríamos: a dolorosa emoção do pobre pai necessitado de conforto é objeto de preocupação do religioso ou do psicólogo; já a emocionada elegia de Fagundes Varela é objeto de estudo da Estilística, melhor dizendo, do estilicista.

Mattoso compara o estilo literário com a gíria, apontando nesta “um estilo que se integra na língua popular” (p. 138). Reconhecendo o lado estético da gíria e seu paralelismo com a língua literária, afirma em *Ensaio machadianos* (p. 136): “Ora, a gíria é justamente a linguagem poética correspondente à língua

popular”. Alega o mestre que os recursos de expressividade e apelo também se encontram na gíria. Embora esta use materiais diferentes daqueles empregados pela língua literária, os processos de valorização estética são os mesmos, conforme ele explicita no livro *Ensaio* acima citado (p. 136):

A metonímia, a metáfora, a catacrese, a ironia, e todas as demais figuras de linguagem, que a retórica define e metodiza, aparecem na gíria, exteriorizando estados psíquicos e visando a impressionar e sugestionar o próximo.

Existe, portanto, para Mattoso, no essencial, afinidade entre a expressão literária, seja prosa ou poesia, e a gíria enquanto expressão do espírito popular. A diferença é que a gíria é de natureza coletiva, enquanto o chamado estilo literário é mais pessoal. É importante destacar a posição bastante liberal de Mattoso, como homem de ciência, nessa questão da gíria, encarada, em geral, com um certo preconceito pelos estudiosos do seu tempo.

Mas voltemos aos *Dispersos*. Prossegue Mattoso, agora explicitando o que ele chama de traço estilístico, identificando-o com o estilo pessoal, ambos baseados em uma das categorias estilísticas: o desvio. Ensina o mestre (p. 140): “o estilo se caracteriza em regra por um desvio da norma lingüística assente”. E cita, como exemplo de desvio com finalidade estilística, a frase com que Machado de Assis descreve o fim melancólico do pobre louco Rubião (*Quincas Borba*, CC), que, pensando ser Napoleão, imperador francês, ergueu uma ilusória coroa e colocou-a sobre a cabeça demente. Mas não havia coroa nenhuma, nem “ao menos, um chapéu velho ou uma bacia”. E aí é que Machado envereda pelo desvio estilístico: Rubião “pegou em nada, levantou nada e cingiu nada”, em vez da construção usual com duas negativas: “não pegou em nada, não levantou nada e não cingiu nada”. O emprego do *nada*, sem o advérbio *não* antes do verbo, enfatiza o valor substantivo e negativo (= *coisa nenhuma*) desse pronome indefinido e foge, ou melhor, desvia-se do padrão sintático comum, ressaltando expressivamente o gesto insano do personagem. Ora, essa escolha do autor (e a escolha é outra importante categoria estilística) constitui, no caso, uma questão de traço estilístico original ou estilo pessoal, uma vez que o próprio Machado costuma empregar em seus textos a construção usual: não + verbo + nada.

Por fim, Mattoso chama a atenção para o fato de que o desvio só é tolerável quando está a serviço de uma finalidade estética. Não se confunde, portanto, com o erro, como ele tem o cuidado de advertir: “É claro que toda deformação que serve a esse fim [o estético] é um traço estilístico e não um erro” (p. 140). E conceituando o que é erro em Estilística, ensina: “O erro, do ponto de vista estilístico, é a deformação que não conduz a nada ou aquela que provoca

um efeito negativo” (p. 140). Tal ponto de vista remete à sua concepção inicial de estilo, como uma categoria vinculada implicitamente a uma norma, devido ao seu caráter, no fundo, social, pois “não há estilo pessoal absoluto; todo estilo prende-se a uma socialização” (p. 141), o que não impede o escritor (antes o desafia) de produzir efeito estilístico com suas “extravagâncias” (aqui nos lembramos de Guimarães Rosa).

Em resumo, exteriorização e apelo, bases da expressividade, sim; ruptura com a função primacial da linguagem, a comunicação, baseada no sistema representativo, não. Em outras palavras, para que o desvio produza efeito estilístico, é necessário que esteja impregnado de uma carga afetiva partida do autor (lado individual) e partilhada com o leitor (lado social), o qual, por sua vez, precisa ter um mínimo de sensibilidade e percepção estético-lingüística para poder fruir o achado estilístico que ele tem em mãos.

Encerrando esta parte, cumpre destacar a preocupação de Mattoso Câmara em insistir nas implicações recíprocas existentes entre o estilo e a língua como sistema representativo de natureza social. Ouçamos suas ponderações, constantes do livro *Contribuição à estilística portuguesa* (p. 24):

Se a essência do estilo está, como vimos, em ser uma manifestação psíquica ou um apelo por meio da linguagem, a base verdadeiramente sólida da estilística é o balanço dos processos expressivos, em geral, de uma língua, independentemente dos indivíduos que dela se servem.

E enfatizando as relações de complementaridade e interação existentes entre a Gramática e a Estilística, explicita o papel desta (p. 24):

Consiste em assinalar, ao lado de um sistema de fundo intelectual, um sistema de expressividade que nele se insinua e com ele funciona inelutavelmente. Assim compreendida, [a estilística] é o complemento da exposição gramatical, desdobrando-se, como esta, no exame dos sons, das significações e das ordenações formais.

5 – Estilística aplicada

A par do seu trabalho como teorizador da Estilística, desenvolvido em palestras e artigos, sobretudo no livro *Contribuição à estilística portuguesa*, Mattoso Câmara foi também um grande estilicista, no sentido de analista sensível e perspicaz dos recursos expressivos da língua portuguesa, presentes em textos de nossos poetas e prosadores, com destaque para Machado de Assis, devido à riqueza e versatilidade lingüístico-expressivas que caracterizam o estilo do nosso maior escritor.

Em *Dispersos* (p. 143), por exemplo, topamos com o artigo “Um caso de colocação”, em que Mattoso nos encanta com uma brilhante análise do soneto *A cavalgada*, do poeta parnasiano Raimundo Correia. Com argúcia interpretativa e fina sensibilidade, o mestre explora a colocação do adjetivo nos sintagmas “solitária estrada” e “estrada solitária”, no primeiro e no último verso do soneto, respectivamente. Um estudo, portanto, de Estilística sintática.

Chamando a atenção para o fato de que, em português, a posição do adjetivo em relação ao substantivo pode funcionar como marcador semântico-estilístico (cf. pobre homem/homem pobre, autor defunto/defunto autor), Mattoso ensina que:

No caso de “solitária estrada” e “estrada solitária”, que no seu soneto Raimundo Correia sucessivamente empregou, o caráter conotativo da primeira locução e denotativo da segunda é que explicam a dupla colocação adotada (p. 147).

E, mais adiante, explica, à luz das motivações estilísticas, a sintaxe explorada pelo poeta:

No primeiro verso, tratava-se, antes de tudo, de sugerir a erma quietude da estrada, para criar um clima emocional capaz de nos fazer sentir o contraste de vida e alegria que a cavalgada vai trazer à paisagem noturna. (...) No último verso, as condições são outras. Trata-se, antes de tudo, de acentuar que a estrada, depois daquela interrupção de vibração e barulho, voltou à solidão. O adjetivo passa a ter um primacial propósito descritivo, para se estabelecer o contraste entre o estado final e o imediatamente anterior (p. 147-148).

Ressaltando que as duas colocações basearam-se em padrões frasais imanentes na língua, mas tendo em vista o efeito estilístico, conclui Mattoso (p. 148): “Vemos, assim, que as mudanças de colocação entre o primeiro e o último verso, dentro de um esquema de repetição, não foram arbitrárias”.

Recomendamos ao leitor a degustação desse brilhante artigo do nosso saudoso lingüista, uma aula magistral de Estilística genética ou do autor, com suas inerentes implicações com a Estilística da expressão ou da língua. Trata-se, a nosso ver, da mais refinada análise já feita do conhecido soneto de Raimundo Correia.

Mas os estudos mais completos de Estilística aplicada produzidos por Mattoso encontram-se nos onze capítulos de *Ensaio machadianos*. Neste livro precioso, ele reuniu análises geniais, nas quais trata das três estilísticas: fônica, léxica e sintática, e ainda sobra espaço para incursões pela filosofia, poesia, o discurso indireto livre e a intertextualidade Machado de Assis/Edgar Allan Poe, escritor americano. Baseados em sólida fundamentação lingüística,

esses ensaios têm em comum a coerência, a lucidez e a segurança, marcas pessoais do seu estilo. Curioso é que o Mattoso estilicista parece um tanto contrafeito diante do Mattoso lingüista. Suas palavras introdutórias (p. 7) contêm um vago tom de desculpa do primeiro ao segundo:

Às vezes ousei desgarrar-me do meu campo estrito de estudo, que é a lingüística e a filologia. Em regra, porém, mantive-me nele, procurando explorar as possibilidades que oferece a obra machadiana a uma crítica assente no exame técnico da linguagem.

Destacamos o perspicaz ensaio intitulado “Cão e cachorro em *Quincas Borba*” (p. 9), em que Mattoso analisa os matizes léxico-afetivos existentes nesses dois vocábulos explorados por Machado de Assis em seu romance. Contrapondo os conceitos de língua transmitida e língua adquirida, Mattoso demonstra que “cachorro”, termo mais coloquial, pertence à primeira, enquanto “cão”, por suas implicações eruditas, é vocábulo situado mais no âmbito da segunda. Não deixa também de ressaltar o tabu lingüístico que o envolve, na língua familiar, em que “cão” é sinônimo de “diabo”.

Em seu estudo, Mattoso trabalha com a categoria de escolha estilística e revela-nos como Machado joga o tempo todo com esses dois vocábulos, explorando-os expressivamente, para denotar ora matizes afetivos em “cachorro”, devido à carga de envolvimento pessoal dos personagens, ora os aspectos negativos e de rejeição de que se impregna o termo “cão” na narrativa machadiana.

Esse ensaio mattosiano, na linha da Estilística léxica, contribui, além disso, para um melhor conhecimento do português do Brasil, onde os termos “cão” e “cachorro” se alternam de fato, no uso corrente, em situações específicas e com matizes diferentes. Como reconhece o próprio Mattoso (p. 24): “As conclusões parecem fecundas, tanto para o conhecimento do estilo de Machado de Assis, quanto para o conhecimento íntimo da linguagem brasileira”.

Dois outros capítulos merecem destaque em *Ensaio machadiano*: “O discurso indireto livre em Machado de Assis” (p. 25) e “Um soneto de Machado de Assis” (p. 125). No primeiro, estudo pioneiro, Mattoso trata da gênese do discurso indireto livre e apresenta valiosas informações teóricas a respeito desse importante recurso narrativo, cuja aplicação típica é a de “traduzir estados mentais dos personagens, em vez das palavras de um diálogo” (p. 37), o que o identifica com a técnica do *stream-of-consciousness* (fluxo da consciência), explorada pelo escritor irlandês James Joyce em seu famoso romance *Ulisses*. Em seguida, num estudo percuciente de Estilística aplicada, analisa essa modalidade de discurso em textos de *Quincas Borba*, alertando antes que “ele se encontra já perfeitamente estruturado em *Camões*” (p. 31).

Tomamos a liberdade de mencionar que, seguindo as pegadas do mestre, em nosso livro *Ensaio graciliano*, abalçamos-nos à análise do discurso indireto livre em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, e o estudo pioneiro de Mattoso Câmara nos foi muito útil, servindo de base para o nosso trabalho.

Com relação ao ensaio “Um soneto de Machado de Assis”, diga-se a bem da verdade, é a mais original e mais sensível análise do célebre poema *A Carolina*, em que Machado reverencia carinhosamente a memória de sua querida esposa. O nosso Mattoso Câmara assim o resume:

A essência do poema é, com efeito, a conceituação de um “cadáver vivo”, a descobrir uma vida física e mental na base de “pensamentos idos e vividos”, já privado do sopro vital que os poderia incentivar e recriar (p. 128).

Mattoso também identifica no soneto influências camonianas, ao afirmar (p. 128): “O estilo tem um cunho nitidamente quinhentista”, por sua “formulação global, lingüística e rítmica”.

Centrando sua análise na estruturação do soneto, sinaliza (p. 129): “O que, entretanto, mais aí nos deve interessar é a “forma interna”, isto é, o plano formal imanente no desdobramento das frases”. Mattoso articula o “plano formal” com a “concatenação de idéias ascendentes em amplitude e intensidade” (p. 129). Desse modo, divide o poema em três partes: A) visita à sepultura (dois primeiros quartetos); B) oferta de flores (1º terceto) e C) poeta morto para o mundo (2º terceto). E conclui Mattoso (p. 132): “O poeta articulou sutilmente a parte C com a parte B, tirando-a da expressão, aparentemente secundária, de que ele está tão morto quanto a sua Carolina”.

E após sua originalíssima análise, encerra o estudo com estas palavras modestas, próprias do homem verdadeiramente sábio:

É nesta forma interna e no seu contraste com o plano natural de um soneto, que me parece estar, estilisticamente, a significação da pequena jóia poética que acabamos de rapidamente apreciar (p. 133).

Permita-nos acrescentar, mestre Mattoso: se o soneto de Machado é uma jóia poética, a sua análise sensível e inteligente é uma jóia estilística, mais uma inolvidável lição para todos quantos nos consideramos seus devotados discípulos.

6 – Conclusão

Explorando as funções de apelo e expressividade, integradas à de representação, Mattoso Câmara produziu estudos primorosos de Estilística fônica, léxica e sintática, nos quais analisou os recursos afetivo-expressivos da língua portuguesa, com ênfase para Machado de Assis. Seus ensaios de Estilística,

tanto a da expressão (ou sistema), quanto a do autor (ou genética), sobressaem pela lucidez conceitual, a precisão e a coerência descritivas, marcas pessoais do texto mattosiano, a par da fina sensibilidade demonstrada no trato dessa importante disciplina que faz a ponte entre a Literatura e a Gramática. Seus estudos de Estilística se contrapõem à imagem estereotipada do lingüista – um técnico da linguagem –, revelando um homem sensível às coisas do espírito, ao lado afetivo da comunicação lingüística. Como professor, antes de tudo, Mattoso destaca a interação Gramática-Estilística, pois uma disciplina complementa a outra, despertando a sensibilidade lingüística e o gosto literário do aluno, além de motivar e tornar menos árido o estudo da matéria gramatical. A Estilística funciona, sobretudo, como subsídio, nas aulas de Português, para a prática da redação e da compreensão de textos. Todos nós, profissionais do ensino, temos muito a aprender lendo as obras do Mattoso estilicista.

7 – Bibliografia

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

_____. *Dispersos*. Introd. e seleção por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____. *Ensaio machadianos*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. 6ª ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1976.

CUNHA, Celso & CINTRA Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

ELIA, Sílvio. *Orientações da lingüística moderna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

GAGO, José María Paz. *La estilística*. Madri: Editorial Síntesis, 1993.

GUIRAUD, Pierre. *A estilística*. Trad. de Miguel Maillet. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MARTINS, Nilce S. *Introdução à estilística*. 3ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MATTOSO CÂMARA E OS AMBÍGUOS PRIMEIROS PASSOS DA LINGÜÍSTICA SINCRÔNICA NO BRASIL (1940-1960)

Olga Coelho
(Universidade Presbiteriana Mackenzie)*

1. Introdução

Definem-se, em historiografia lingüística, duas perspectivas tradicionais em que se pode colocar o historiógrafo para a reconstrução da história: a internalista e a externalista. A primeira enfatiza os pressupostos, os conteúdos e os métodos desenvolvidos em momentos-chave do percurso da disciplina. A segunda procura conectar a gênese e o desenvolvimento de teorias e práticas com a linguagem aos fatores contextuais que possam ter contribuído para a sua conformação.

Embora nenhuma dessas perspectivas seja plenamente satisfatória, porque ambas nos conduzem à fragmentação do objeto conteúdo-contexto, que, em história, é uno, optamos por adotar a segunda neste texto. Nela enxergamos maiores possibilidades de reflexão sobre os percalços da lingüística sincrônica no momento de sua emergência como paradigma científico no Brasil.

Ao que parece, o percurso inicialmente traçado pela disciplina foi mais fortemente influenciado por variantes relacionadas ao contexto acadêmico e às relações que nele se estabeleciam do que ao eixo teórico que passava a se definir a partir dos trabalhos de Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904-1970).

Neste texto, portanto, procuramos enfatizar o papel daquilo que Altman (1998) denomina fatores “externos” – isto é, aqueles que circundam e contextualizam a produção lingüística propriamente dita –, atendo-nos, sobretudo, à questão do ambiente acadêmico e institucional em que surgiram e foram recepcionadas as *Lições de Lingüística Geral* (1941).

2. Um Período organizador

O intervalo compreendido entre os anos 1940 e 1950 constitui um momento bastante especial para a história dos estudos sobre a linguagem no Brasil.

* O texto reorganiza e reavalia reflexões apresentadas em Coelho 1998 e 1999.

Principalmente em termos institucionais, essas décadas concentram realizações cruciais, que redundaram na profissionalização do Homem de Letras na separação formal de disciplinas que começavam a se individualizar no campo.

A essa época, os cursos de Letras formavam suas primeiras turmas em Faculdades de Filosofia recentemente fundadas. A par das instituições de ensino superior, eram criados institutos, associações, academias e importantes periódicos especializados. Em função desses processos, a profissão de estudiosos da linguagem adquiria, pela primeira vez, *status* de especialidade.

De forma também inédita, o estudioso da linguagem passa a organizar o seu quadro de tarefas, seja elegendo um elenco próprio de atribuições, seja procurando estabelecer fronteiras mais nítidas entre áreas diferentes – procedimento que mais tarde se converteria em separação efetiva de disciplinas e de grupos de especialistas.

Se é necessário reconhecer que alguns dos espaços institucionais construídos para a discussão acadêmica – como a *Academia Brasileira de Filologia* (1944) e a *Revista Filológica* (1940-1956) – resultaram dos esforços da geração anterior, também é importante assinalar que a geração de Mattoso Câmara procurou multiplicar esses núcleos. É assim que surgem instrumentos de institucionalização como o *Boletim de Filologia* (1946-1949), o *Jornal de Filologia* (1953-1961), a revista *Letras* (1953- hoje), a *Revista Brasileira de Filologia* (1955-1961), o *Centro de Estudos em Dialetoologia* (1953) e o *Setor Lingüístico* (1958) no Museu Nacional.

Notamos, assim, que, à coincidência feliz de ter começado a atuar no campo ao mesmo tempo em que as autoridades governamentais passavam a investir nas chamadas ciências desinteressadas, abrigadas pelas Faculdades de Filosofia, a geração de estudiosos da linguagem que começou a atuar nos anos 1940 juntou seu próprio empenho para criar associações, centros de estudos, periódicos, etc, e estes, em conjunto com as instituições universitárias, viriam favorecer o desenvolvimento da área de estudos no país.

Ao lado de Mattoso Câmara, destacam-se, nesse período, sobretudo filólogos, como Sílvio Edmundo Elia (1913-1998), Serafim Pereira da Silva Neto (1917-1960), Ernesto de Faria Júnior (1906-1987), Francisco da Silveira Bueno (1898-1989), Celso Ferreira da Cunha (1917-1989), Gladstone Chaves de Melo (n.1917).

Essa geração encontraria situação institucional mais favorável, que ampliaria tanto as suas perspectivas profissionais – anteriormente circunscritas ao ensino formal de língua no nível médio – quanto as possibilidades de aperfeiçoamento de suas aptidões, até então totalmente dependentes do esforço autodidático. Depoimentos das personagens dessa história confirmam essa interpretação:

A fundação das Faculdades de Filosofia proporcionou o aproveitamento de vocações para o ensino superior, as quais, sem essas escolas superiores, ficariam limitadas e como que estagnadas no ensino secundário. De fato, o ensinar numa faculdade impõe ao professor a obrigação de aperfeiçoar-se continuamente, adquirindo livros, pon-do-se a par do que se faz nos grandes centros universitários da Europa e dos Estados Unidos, alargando, enfim, o âmbito de seus interesses intelectuais (Silva Neto in *Prefácio a Elia* 1955, p. 9).

Como praticamente toda a sua geração, Mattoso Câmara especializou-se em estudos da linguagem antes de terem sido criadas as Faculdades de Filosofia. Era arquiteto e advogado. Nisso, porém, igualava-se a boa parte de seus pares, contemporâneos ou mais antigos.

Cursos como os de Direito e Teologia, embora não tenham sido exclusividade (v. levantamento exaustivo para esta geração em Coelho (1998), foram muito procurados pelos futuros filólogos e linguistas. A motivar essa formação precedente, a razão mais óbvia:

Eu fiz um curso superior. Mas [...] não havia Faculdades de Letras; isso só foi criado em 1940 [sic]. Então eu fiz um curso de Direito e terminei em 1936. (Elia, em depoimento pessoal de 1996)

A situação, em relação à formação, ainda não se alterara para essa geração, que, como a de Sousa da Silveira, Said Ali, Augusto Magne e outros, proveio de outros campos. No entanto, a situação profissional começava, ao menos parcialmente, a se modificar.

Elia (1975) definiria, em função dessa ambigüidade, sua geração como “transitória”: quase toda ela lecionou em cursos de letras, sem tê-los cursado.

[Quando] Eles criaram a Faculdade [Nacional] de Filosofia, [...] não tinham professores, os professores já estavam todos trabalhando, ou no Pedro II ou ... eles tiraram os professores do curso secundário, do Instituto de Educação, ou do Colégio Militar, que eram os principais estabelecimentos [no Rio de Janeiro]

Os diferentes fatores de institucionalização que convergiram para a década de 1940 trouxeram como resultado um *status* diferenciado para o professor e para sua produção intelectual.

Em vista disso, não é de se estranhar que nesse período se concentre também o início dos debates acerca das subáreas que comporiam o campo, especialmente aquelas que se definiam como Filologia e Linguística.

No instante em que se construía, entre os cientistas e perante a sociedade, uma identidade oficial para a atividade de tratar a linguagem, tornava-se natural o surgimento de preocupações com a determinação do papel e do lugar de

disciplinas que afluíam no campo como distintas – a primeira, já com o peso de uma tradição luso-brasileira, a segunda como novidade introduzida por Mattoso Câmara.

O impulso organizador desse período estende-se, pois, à tentativa de determinar o que seriam a Lingüística e a Filologia. A atmosfera, no entanto, era de poucas certezas. Chaves de Melo (1951) talvez apresente a melhor síntese sobre a percepção que teve esse grupo de conflitos que apenas começavam a ser insinuados:

... não é fácil ainda nesta altura dos acontecimentos apurar melhor os conceitos e separar as duas disciplinas. Nossa luta ainda não chegou nessa frente. Ferc-se ainda numa outra bem mais próxima, em que forcejamos por distinguir os estudos lingüísticos de orientação científica das enganosas e fátuas especulações dos gramatiqueros e forjadores de regrinhas gratuitas (Chaves de Melo em Silva Neto e Chaves de Melo 1951, p. 57)

A primeira tarefa seria determinar o que poderia ser considerado ciência e o que não poderia, uma vez que a nova geração era constituída por especialistas. Mas o texto insinua que, apesar de estarem indefinidos os limites entre as duas disciplinas, já era possível ao cientista compreender que havia dois modos complementares e, ao mesmo tempo, distintos de tomar o objeto linguagem e que, portanto, as atividades e responsabilidades de um lingüista e de um filólogo deveriam, em alguma medida, se diferenciar.

É nesse contexto que são inaugurados os estudos de lingüística contemporânea no Brasil. O marco inicial são as *Lições de Lingüística Geral*, de Mattoso, publicadas em 1941. A gênese do texto remonta, contudo, ao final da década anterior: com 33 anos, Mattoso Câmara destacara-se como aluno-ouvinte do célebre curso ministrado por Georges Millardet na Universidade do Distrito Federal. No ano letivo seguinte, assumiria o lugar do mestre na mesma Universidade. As *Lições* (a partir de 1954, *Princípios de Lingüística Geral*) sintetizariam esse percurso.

3. Mattoso Câmara e o Paradigma Filológico

As teorias e práticas descritivas propostas por Mattoso Câmara nas *Lições de Lingüística Geral* de fato introduziram, nesse período, uma ruptura nos modos correntes de se tratar a linguagem. No entanto, parece-nos inexato afirmar que seu autor não tenha sido incorporado à estrutura organizacional existente.

Não são poucos os fatos que parecem reforçar essa hipótese: as *Lições* foram apresentadas ao público especializado por um prefácio elogioso de um dos ícones da tradição filológica no país, Álvaro Ferdinando de Sousa da Sil-

veira (1883-1967), e o lingüista, se não obteve em sua carreira acadêmica uma cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia – que parecia corresponder a uma meta pessoal –, integrou o corpo docente daquela instituição, assim como o corpo de membros efetivos da Academia Brasileira de Filologia e, ainda, o corpo de diretores-editores do *Boletim de Filologia* e da *Revista Brasileira de Filologia*. Além disso, seus textos tiveram guarida em praticamente todos os periódicos em que também publicavam filólogos de destaque (cf. Coelho 1998). Portanto, se a sua posição no grupo de especialistas que se definia não foi a mais destacada, não foi também o que poderíamos rotular de posição marginal.

Stephen Murray, em obra de 1994 em que analisa os processos sócio-políticos envolvidos na formação e no desenvolvimento de grupos científicos, defende a variável “acesso a reconhecimento” como um dos fatores decisivos para a “escolha de retórica”. A escolha de retórica – isto é, o posicionamento assumido por um cientista em relação aos grupos tomados como ‘paradigmáticos’ (Kuhn 1987[1962]) em uma área de pesquisa – pode ser “de continuidade” ou “de ruptura”. A análise de textos produzidos por Mattoso nos anos 1940 e 1950 aponta para a continuidade, como se verifica no trecho transcrito abaixo. Essa postura talvez deva ser creditada ao reconhecimento, ao menos parcial, a que teve acesso no período.

[Filologia] Helenismo que significa literalmente ‘amor à ciência’, usado a princípio com o sentido de erudição, especialmente quando interessada na exegese dos textos literários. Hoje designa, estritamente, o estudo da língua na literatura, distinto portanto da Lingüística. **Há, porém, um sentido mais lato para filologia, muito generalizado em português; assim Leite de Vasconcellos entende por filologia portuguesa ‘o estudo da nossa língua em toda a sua plenitude**, e o dos textos em prosa e verso, que servem para a documentar’. (Mattoso Câmara 1956)

Tal como Silva Neto e Chaves de Melo, que se consideravam filólogos, Mattoso previa, diplomaticamente, a possibilidade de tomar a filologia como ciência geral, responsável pelo estudo da linguagem em toda a sua plenitude.

Para Murray (*op. cit.*), um conjunto de novas idéias é reconhecido como promissor não apenas por seus traços intrínsecos, livres de contexto, mas pelo fato de um grupo relevante de cientistas assim o conceber, tornando-o, posteriormente, o mais convincente para a maioria dos indivíduos que atuam no campo.

As idéias e as práticas filológicas que concorriam com aquelas que eram propostas pelo lingüista Mattoso Câmara no período não eram necessariamente melhores, mas se configuravam como boas no contexto em que surgiam.

Para a configuração deste quadro, encontraremos, ainda uma vez em Murray (1994), argumentos convincentes.

4. Percursos Opostos: Mattoso Câmara e Silva Neto

Murray (*op. cit.*) define a função de cientista provedor e defensor de idéias de um grupo científico como “liderança intelectual” e atribui a ela a responsabilidade por boa parte do sucesso obtido por esse grupo na difusão do paradigma (Kuhn 1987[1962]) que representa. Outra parte desse sucesso dependeria daquilo que ele denomina “liderança organizacional”, papel desempenhado por cientistas ou outras pessoas responsáveis pela criação dos meios de difusão daquelas idéias entre os membros da comunidade científica.

Nesta geração, para a defesa das idéias defendidas pelos filólogos, Serafim da Silva Neto parece ter despontado como liderança organizacional e intelectual.

No âmbito organizacional, durante os anos 1950, propôs a criação do Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira no Museu Nacional (1953) – que, aprovado, não chegou a efetivar-se (v. Mattoso Câmara in Naro 1976, p. 57) –, fundou a *Revista Brasileira de Filologia*, apontada em diferentes crônicas históricas como um dos mais representativos periódicos da área de Letras da época (cf. Boléo 1967; Coseriu in Naro 1976; Elia 1975; Altman 1998, Coelho 1998), e coordenou uma verdadeira cruzada pelas Faculdades de Letras do país com vistas à difusão dos métodos da geografia lingüística.

Atuando como liderança intelectual, destacou-se com uma produção ampla e heterogênea, constituída ao longo de vinte e dois anos de intenso trabalho, dirigido, principalmente, ao tratamento da história da língua portuguesa e de assuntos a ela correlatos (v. Coelho 1998),

Em 56 ele já era a figura dominante. Ele já tinha começado a publicar a *História da Língua Portuguesa*, ele já tinha publicado muitas coisas e era também o homem que tinha a maior biblioteca de Lingüística. Tinha uma coisa enorme de biblioteca. [...] Era a biblioteca melhor de toda a América Latina e não só de Lingüística românica ou Lingüística portuguesa. Ele tinha muitíssimo de Lingüística geral e, coisas que ninguém tinha, ele tinha pessoalmente, porque comprava na Europa, nas viagens. E tinha manuscritos... ele tinha uma coisa incrível! (Coseriu, depoimento pessoal inédito incorporado ao projeto *Primeira Pessoa do Singular*)

Condições pessoais favoráveis, como a citada acima em relação a viagens internacionais e aquisições de livros, periódicos, manuscritos, para a sua ‘incrível’ biblioteca, posteriormente doada à UFRJ, talvez tenham facilitado o afloramento precoce e a manutenção de seus talentos, que nos finais dos anos

50 pareciam ser indiscutíveis, tanto para seus contemporâneos quanto para os representantes mais antigos da tradição filológica luso-brasileira.

Esse prestígio intelectual obtido já a partir de 1938 e crescente até 1960, ano em que faleceu, permitia-lhe apontar caminhos para a sua disciplina – postura que se manifestou no tom programático de muitos de seus textos.

Nesse mesmo período, a lingüística parecia não contar com uma figura de perfil semelhante para guiá-la. Mattoso Câmara, com idéias que posteriormente foram reconhecidas como boas, adequadas, não alcançou o mesmo destaque à época, talvez por não ter marcado, tão claramente como a geração de lingüistas que o sucedeu, uma postura de ruptura em relação à tradição filológica.

Ao que parece, a Lingüística defendida por ele foi percebida como um acréscimo à Filologia e não como uma disciplina autônoma:

[O filólogo] Há que empreender excursões de estudos, há que pesquisar os objetos da cultura material, há que estudar as mais variadas profissões para lhes poder penetrar a essência dos termos técnicos.

Assim, podemos dizer que a Filologia Portuguesa – na definição que reputamos aceitável de D. CAROLINA MICHAËLIS – é o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional. Nos tempos greco-romanos a Filologia era apenas o estudo dos textos, já que ainda não se havia descoberto a importância capital do estudo das falas populares. Hoje, entretanto, com o desenvolvimento científico iniciado por Bopp e outros sábios, a Filologia abrange, além da perspectiva histórica da língua, até os assuntos puramente sincrônicos, isto é, as descrições de estados de língua.[...]

Para terminar, diremos que há duas disciplinas intimamente relacionadas com a Filologia Portuguesa. Trata-se da Filologia Latina, que estuda cientificamente o latim (baseando estudos das línguas românicas) e da Lingüística Geral, ciência de princípios gerais, aplicáveis a quaisquer línguas, que serve de preparação inicial. (Silva Neto 1956, p. 16)

A Filologia é compreendida como uma disciplina bastante ampla: os conceitos de Silva Neto, difundidos e aceitos na comunidade de estudiosos brasileira do período, apontam para uma Filologia com uma certa feição multidisciplinar. Esta Filologia ampla, que estudaria, histórica e estaticamente, línguas inseridas em seus contextos sociais e tomadas como elementos de cultura,

manteria relações estreitas com a Lingüística, ciência geral da linguagem, que, tendo caráter eminentemente teórico, forneceria aos filólogos a preparação básica para efetuar, em padrões científicos, o seu trabalho de tratamento direto e exaustivo dos problemas das línguas:..

5. Considerações finais

Parece necessário nuançar o insucesso das idéias defendidas por Mattoso Câmara, assim como o grau de ostracismo a que esse pesquisador esteve submetido em épocas de domínio filológico. Ao contrário do que afirmam algumas revisões históricas do período, os primeiros passos da lingüística sincrônica no Brasil talvez não tenham sido tão tortuosos.

Da perspectiva institucional, observamos que Mattoso Câmara esteve relativamente bem integrado ao grupo de estudiosos da linguagem de elite em sua época.

Do ponto de vista da recepção às novas idéias que propunha, se é fato incontestável que a Lingüística sincrônica não foi, para a sua geração, a forma preferencial de conduzir estudos sobre língua/linguagem, é também necessário reconhecer que os filólogos, como bem exemplifica a obra de Silva Neto, conheceram e utilizaram a literatura chamada lingüística. Não houve aversão ou repulsa à outra disciplina, que aliás, ainda nem se diferenciava claramente da Filologia, segundo o que nos relata Chaves de Melo (1951). Não se conferiu a mesma relevância à lingüística, parece-nos, em virtude do megapapel atribuído à Filologia – por Silva Neto e também pelo grupo-geração que o elegeu cientista exemplar. Em face desse papel, a Filologia seria uma disciplina capaz de oferecer ferramentas para o estudo completo das questões de língua e, se o papel da Filologia era estudar praticamente todos os assuntos – diacrônicos e sincrônicos –, de fato restaria pouco a ser feito pela Lingüística.

6. Referências Bibliográficas

Altman, Cristina. 1998. *A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.

Boléo, Manuel de Paiva. 1961. “Serafim da Silva Neto”. *Revista Portuguesa de Filologia* X (161):409-418.

Chaves de Melo, Gladstone. 1951. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Organização Simões.

Coelho, Olga. 1998a. *Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira. Um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem*. Dissertação de Mestrado. São

Paulo: Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

———. 1999. Filologia e Lingüística no Brasil (1940-1960). O Ponto de Vista Filológico. Cristina Altman, Miguel Salles e Olga Coelho (Orgs.). *Boletim GT Historiografia da Lingüística Brasileira*. São Paulo, Humanitas, vol. 3, p. 37-60.

Coseriu, Eugenio. 1967. “Perspectivas Gerais”. In Naro, Anthony (org.). 1976. *Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

———. 1993. Depoimento Pessoal. [Material integrante do arquivo do CEDOCH-DL-USP e do corpus do projeto *Primeira Pessoa do Singular*]. Inédito.

Elia, Sílvio Edmundo. 1955. *Orientações da Lingüística Moderna*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

———. 1960. “Serafim da Silva Neto”. *Revista Brasileira de Filologia* 5(1):9-16.

———. 1967. “A Contribuição Filológica de Serafim da Silva Neto”. In Azevedo Filho (org.). *Estudos Filológicos em Homenagem a Serafim da Silva Neto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

———. 1975. “Os Estudos Filológicos no Brasil”. *Ensaio de Filologia e Lingüística*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Grifo/MEC.

———. 1996. Depoimento Pessoal. [Material integrante do arquivo do CEDOCH-DL-USP e do corpus do projeto *Primeira Pessoa do Singular*, parcialmente publicado em Cristina Altman (Org.). 1999. *Boletim GT Historiografia da Lingüística Brasileira*, vol. 4, p. 33-46].

Guérios, Rosário Mansur. 1960. “Prof. Dr. Serafim da Silva Neto”. *Letras* (11):240-241

Kuhn, Thomas. 1987[1962]. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. [Trad. Bras. de Beatriz Vianna Boeira e Néelson Boeira do original inglês de 1962]. São Paulo: Perspectiva.

Machado, José Pedro. “Serafim Silva Neto”. *Revista de Portugal* 25 (188):390-391.

Mattoso Câmara Jr. 1954. *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Briguiet.

———. 1981. *Dicionário de Lingüística e Gramática, Referente à Língua Portuguesa*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes.

Murray, Stephen. 1994[1983]. *Theory Groups and the Study of Language in North America: a Social History*. Amsterdam: John Benjamins.

Naro, Anthony (org.). 1976. *Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Silva Neto, Serafim Pereira da. 1938. *Fontes do Latim Vulgar. O Appendix Probi*. Rio de Janeiro: ABC.

———. 1956. *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

———. 1957[1955]. *Guia para Estudos Dialetológicos*. Belém: INP da Amazônia.

———. 1963[1950]. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: MEC.

———. 1988[1952]. *Manual de Filologia Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Presença/INL.

———. [1951]. Silva Neto, Serafim da e Chaves de Melo, Gladstone. *Conceito e Método da Filologia*. Rio de Janeiro: Organização Simões.

APLICAÇÃO DA CRÍTICA TEXTUAL A TEXTOS CIENTÍFICOS COMO O DE *PRINCÍPIOS DE LINGÜÍSTICA GERAL*, DE MATTOSO CÂMARA JR.

Nilda Cabral

O pressuposto que norteou a proposta de preparação e organização de uma edição crítica e comentada de *Princípios de Lingüística Geral*, de Matoso Câmara Jr. foi o de que a aplicação do método e das técnicas da Crítica Textual a textos não literários, como os textos de natureza científica, não só figura entre suas tarefas fundamentais, mas também confirma seu papel interdisciplinar entre as ciências. Valendo-se delas para a consecução do seu objetivo final de editoração crítica, a elas oferece esse seu produto derradeiro, como uma nova e instigante fonte para investigações particulares e específicas.

A sistematização filológica proposta, que registra rigorosamente as muitas modificações textuais nitidamente apreensíveis no percurso editorial de *Princípios*, se por um lado favorecerá a compreensão da evolução do pensamento lingüístico de Matoso Câmara, por outro, em virtude do papel privilegiado que o autor e sua obra ocupam na bibliografia de língua portuguesa das ciências da linguagem, contribuirá certamente de forma ímpar para a compreensão e o registro mais exatos das condições concretas da origem e divulgação acadêmica dos princípios da lingüística geral entre nós e da renovação que promoveu nos estudos e no ensino da nossa gramática.

Tal projeto, idealizado por Maximiano de Carvalho e Silva, surgiu em um contexto de ensino e pesquisa particularmente privilegiado, resultado de sua iniciativa acadêmica pioneira, ousada e renovadora de promover a inclusão da Filologia entendida no sentido restrito de Crítica Textual/ Ecdótica. – ao lado da Lingüística e da Teoria da Literatura –, como matéria básica no currículo de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Já no de 1973, como responsável por um plano de organização de edições críticas de José de Alencar, que vinham sendo publicadas pela Melhoramentos, registrava o professor Maximiano de Carvalho e Silva, na apresentação de sua edição do romance *Tiú*:

Mais uma – a terceira – das edições críticas de JOSÉ DE ALENCAR que preparamos, temos agora o prazer de apresentar aos leitores, graças ao notável empreendimento de Edições Melhoramentos. E assim

vai-se cumprindo aos poucos a promessa de oferecer aos estudiosos, em excelente apresentação gráfica, os textos fidedignos da obra alencarina, em que poderão basear-se com toda a segurança as investigações sobre a língua e o estilo do grande romântico.

As experiências anteriores de fixação dos textos de **Ubirajara** e **O Sertanejo** nos foram sumamente proveitosas. Os dados que colhemos, e mais o levantamento de formas e expressões de interesse especial em vários romances do mesmo autor, feito pela equipe de colaboradores nossos do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, já nos proporcionaram visão bem mais ampla, que permitiu solucionar com tranqüilidade muitos difíceis problemas, alguns dos quais imaginávamos insolúveis. Prosseguem – e não poderia ser de outro modo – as nossas pesquisas e o trabalho do estabelecimento de outros textos. Nossa esperança é que a equipe de pesquisadores que orientamos – cada vez mais numerosa – abrevie as conclusões, cuja publicação poderá contribuir para inúmeros estudos especiais, como os relativos à língua literária no século XIX. (SILVA, 1973: 7-8)

Essa equipe de pesquisadores iria se ampliar de forma ímpar a partir de 1976, quando passou a absorver os alunos do curso de graduação de Letras dessa universidade¹ – matriculados regularmente na nova disciplina Filologia Portuguesa (entendida como Crítica Textual) – o que conferiu um novo contorno institucional a essa linha de pesquisa filológica, já com uma tradição na UFF.

Integrante dessa equipe a partir de 1980, quando passei a fazer parte do quadro de docentes – com professora concursada em Crítica Textual, no primeiro concurso dessa disciplina realizado em nossas instituições de Ensino Superior –, participei do projeto da edição de *Princípios* que, no entanto, foi interrompido, como trabalho de equipe, ainda na fase incipiente da colação dos textos.

Autorizada por seu idealizador, dei continuidade ao trabalho e, sempre tendo-o como interlocutor generoso, entusiasmado e inspirado, pude contar com suas inestimáveis sugestões para apresentar um projeto reformulado, como proposta de tese de doutoramento na Universidade de São Paulo, a ser defendida sob a orientação da professora Elza Miné da Rocha e Silva.

Ao efetuarmos a recensão desse *corpus* matosiano, a busca de manuscritos revelou-se infrutífera. Por outro lado, nossas investigações confirmaram a

¹ Digna de nota, dentre as edições preparadas por Maximiano de Carvalho e Silva com a colaboração de alunos de Letras da Universidade Federal Fluminense, é a de *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco (Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura / Porto: Lello & Irmãos, 1983).

trajetória editorial de *Princípios* já estabelecida por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, nos seus *Dispersos* de Matoso Câmara (UCHÔA, 1972: xxv-xxvii): há cinco publicações² em vida do autor, todas por ele validadas, não havendo motivos para não atribuí-las à sua inteira responsabilidade. Entretanto, nosso desconhecimento da existência de manuscritos não afastava a possibilidade de existirem os chamados ‘exemplares de trabalho’³, isto é, exemplares de edição anterior que o autor utiliza para fazer à mão as modificações que deseja incluir na edição seguinte a ser publicada, configurando-se este exemplar anotado como um novo manuscrito, que passa a valer como original da edição que o filólogo tem em vista. No caso deste texto de Matoso Câmara, conjecturamos terem existido originais dessa natureza, uma vez que, de edição para edição, retomou sistematicamente o texto de *Princípios* para modificá-lo com substituições, acréscimos, supressões e deslocamentos que deram a cada edição uma feição particular e única. Nada encontrando que se caracterizasse como tais exemplares, restou-nos examinar, nesse estágio de pesquisa do *corpus* do texto matosiano, unicamente a tradição impressa.

A colação das doze *Lições* publicadas na *Revista de Cultura* e das quatro edições em livro de *Princípios* revelou, logo nos primeiros confrontos, importantes diferenças entre essas cinco publicações. Confirmadas as divergências e as similitudes no cotejo sistemático de todos os textos, chegou-se ao estabelecimento de um estema rigorosamente linear – **A** (*Lições – 1939-40*) → **B** (*1ª ed. – 1941*) → **C** (*2ª ed. – 1954*) → **D** (*3ª ed – 1959*) → **E** (*4ª ed. – 1964*) – e ‘a constatação de que as mudanças maiores ocorreram na passagem da publicação em revista para a 1ª edição em livro (**B** – 1941) (embora **A** e **B** sejam

² Na organização da edição crítica de *Princípios de Lingüística Geral*, foram cotejados os textos que apresentamos a seguir precedidos das letras maiúsculas com que os designamos no nosso estudo:

A – Fascículos de 146 a 163 de Lições de Lingüística Geral: 1939 e 1940. Professadas na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, de setembro de 1938 a janeiro de 1939, publicadas na *Revista de Cultura*, no Rio de Janeiro.

B – 1ª edição: 1941. Edição de F. Brigueit Editores, impressa pela Gráfica Sauer, no Rio de Janeiro.

C – 2ª edição: 1954. Edição da Livraria Acadêmica, impressa pela Gráfica Olímpica, no Rio de Janeiro.

D – 3ª edição: 1959. Edição da Livraria Acadêmica, impressa na Compositora Gráfica Lux, no Rio de Janeiro.

E – 4ª edição: 1964. Edição da Livraria Acadêmica, impressa pela Gráfica Olímpica, no Rio de Janeiro.

³ Organizamos os quadros apresentados inspirando-nos na sistematização proposta por Luiz Fagundes Duarte para um manuscrito de *A capital!*, em censura e auto-censura nos manuscritos de Eca de Queiroz (1977 217-231).

bastante próximas), da 1ª edição para a 2ª (1954) e, finalmente, da 2ª edição para a 3ª (**D** – 1959), apresentando **D** e **E** (1964) pouquíssimas divergências textuais.

Variantes textuais de *Princípios*: uma breve amostragem

Uma vez já verificadas as características de autenticidade das cinco publicações, o exame de suas relações estemáticas confirmou como *texto definitivo* de *Princípios*, o texto *ne varietur*, o último publicado em vida do autor – **E** (4ª edição – 1964) –, eleito como o texto de base de nossa edição crítica.

O cotejo dessas edições revelou ainda configurar-se em cada uma delas um ânimo autoral diferente, pois em nenhuma se repete integralmente o texto da anterior. O registro de suas variantes – resultantes dos procedimentos autorais canônicos de substituição, acréscimo, supressão e deslocamento – permite depreender pelo menos duas vertentes de mudança: de um lado, aquela em se observam alterações efetuadas na própria estrutura da obra (depreensíveis no cotejo das partes, seções e capítulos, dos títulos e subtítulos, do sistema de notas); de outro lado, as que se dão no texto propriamente dito e que revelam alterações na redação ou no conteúdo teórico da matéria tratada.

Com o propósito de exemplificar essas duas vertentes de mudanças textuais, apresentaremos a seguir alguns quadros⁴ que permitem visualizar de forma nítida essas etapas de construção do texto de *Princípios*, resultantes de uma espécie de redação pública da obra a que seu autor a submeteu.

Primeiramente, nos Quadros 1 e 2, ilustramos a variação dos títulos e subtítulos dos índices, o que permite examinar supressões, inclusões, exclusões e deslocamentos que redesenham a ‘tabua’ das matérias tratadas:

⁴ V. LOPES, Telê Porto Ancona. Textos, etapas, variantes: o itinerário da escritura (1990, p. 149).

Quadro 1: Variação dos títulos

A (Lições) (1939-40)	1ª B (1941)	2ª C (1954)	3ª D (1959) / 4ª E (1964)
[Não há] Lições...I	I- Conteúdo e Escopo da Linguística	I- Conteúdo e Escopo da Linguística	I- Linguística: seu Objeto II- Linguística: suas Modalidades
[Não há]	III- Os Fonemas ou Unidades da Fonação	III- Os Fonemas ou Unidades da Fonação	III- Os Fonemas ou Unidades da Fonação
Lições...II	IV- As Unidades da Língua	V- As Unidades Significativas	V- As Unidades Significativas
Lições...IV	VI- As Categorias Gramaticais	VI- O Estudo das Significações Linguísticas	VII- As Significa- ções Linguísticas
Lições... V	VII- A Categoria de Gênero	VII- A Categoria de Gênero	VIII- Uma Categoria Nomi- nal: o Gênero
Lições. VI	VIII- A Categoria de Aspecto	VIII- A Categoria de Aspecto	IX- Uma Categoria Verbal: o Aspecto

Quadro 2: Variação dos subtítulos

2ª. edição (1954)

3ª.edição(1959)/4ª.edição(1964)

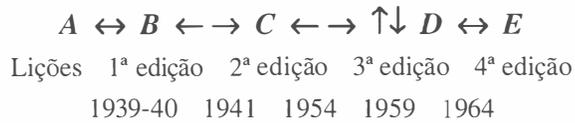
II. OS FONEMAS OU UNIDADES DA FONACÃO		III. OS FONEMAS OU UNIDADES DA FONACÃO		
12. Os fonemas	35	↔	20. Os fonemas	48
13. Os estudos fonéticos	38	→	21. O estudo fonético	52
14. Os traços sônicos	39	→	22. Os traços fônicos	55
16. O sistema de fonemas e as variantes	44	↔	24. O sistema de fonemas e as variantes	60
17. A transcrição fonética	46	←		
18. Classificação dos fonemas	47	↔	Classificação dos fonemas	61

2ª. edição (1954)			3ª.edição(1959)/4ª.edição(1964)	
V. AS UNIDADES SIGNIFICATIVAS			V. AS UNIDADES SIGNIFICATIVAS	
30. As unidades significativas	73	↔	42. As unidades significativas	90
31. Relação entre os vocábulos e as formas mínimas	75	→	43. O vocábulo	93
32. A análise lingüística	76	→	44. A apreensão das formas mínimas	94
VI. O ESTUDO DAS SIGNIFICAÇÕES LINGÜÍSTICAS		→	VII. AS SIGNIFICAÇÕES LINGÜÍSTICAS	
40. Conceito da semântica	93	↔	56. Conceito da (3ª.) / de (4ª.) semântica	113
41. A semântica descritiva	94	↔	57. A semântica descritiva	114
42. As categorias gramaticais	96	→	58. O campo semântico	118
		↔	59. As categorias gramaticais	119
VII. A CATEGORIA DE GÊNERO		→	VIII. UMA CATEGORIA NOMINAL: O GÊNERO	
46. Os conceitos de masculino e feminino	107	↔	64. Os conceitos de masculino e feminino	130
47. A oposição de gênero para as coisas inanimadas	108	→	65. O gênero em sentido lato	131
48. A explicação mórfica para o gênero indo-europeu	110	→	66. O gênero nas línguas indo-européias	132
49. O gênero neutro	110	↔	67. O gênero neutro	134
50. Interpretação primitiva dos gêneros masculino e feminino	112	↔	68. Interpretação primitiva do gênero masculino e feminino	136
51. As classes nominais em geral	114	→	69. Gênero tripartido e gênero bipartido	137
VIII. A CATEGORIA DE ASPECTO		→	IX. UMA CATEGORIA VERBAL: O ASPECTO	
52. As categorias verbais	117	←	71. O tempo nos verbos	140
53. Aspecto e tempo	118	→	72. O aspecto	141
54. Classificação dos aspectos	120	↔	73. Classificação dos aspectos	142

* Foram reproduzidos os subtítulos da 4ª edição (1964).

A segunda vertente de mudança, relativa ‘as alterações introduzidas por Matoso no texto propriamente dito de *Princípios*, encontra-se a seguir ilustrada no Quadro 3, que reproduz os textos de alguns segmentos do capítulo *Uma Categoria Verbal: o Aspecto*, conforme figuram nas cinco publicações de *Princípios*: a da *Revista de Cultura* (A – 1939-40) e as das quatro edições em livro (1ª ed. – 1941, 2ª ed. – 1954, 3ª ed. – 1959 e 4ª ed. – 1964).

Neste quadro os textos foram seccionados obedecendo-se à correlação que a matéria neles tratada tem com os parágrafos da 4ª edição, e foram também assinalados os procedimentos do autor de *manutenção* (\leftrightarrow), *eliminação* (\leftarrow) e *acréscimo* (\rightarrow) e *deslocamento* ($\uparrow\downarrow$) da matéria, que revelam o seguinte movimento do texto:



Quadro 3: Capítulo IX – Uma categoria verbal: o aspecto

<i>Lições – 1939-1940</i>		1ª. edição - 1941		2ª. edição - 1954		3ª.edição-1959 / 4ª.edição -1964
<p>Lições de Linguística Geral (professadas na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, de Setembro de 1938 a Janeiro de 1939)</p>	<p>Título alterado → Subtítulo acrescentado →</p>	<p>JOAQUIM MATTOSO CAMARA JR.</p> <p>PRINCÍPIOS DE LINGUISTICA GERAL como fundamento para os estudos superiores de língua portuguesa</p> <p>F. BRIGUIET & CIA. – Editores Rua do Ouvidor, 109-Rio de Janeiro 1941</p>	<p>↔ Substituto alterado →</p>	<p>BIBLIOTECA BRASILEIRA DE FILOLOGIA Nº5</p> <p>J. MATTOSO CAMARA JR. DA UNIVERSIDADE DO BRASIL</p> <p>Princípios de Linguística Geral Como introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa</p> <p>2.ª EDIÇÃO REVISTA E AUMENTADA</p> <p>LIVRARIA ACADÊMICA RUA MIGUEL COITO, 49 –RIO DE JANEIRO 1954</p>	<p>↔ ↔</p>	<p>BIBLIOTECA BRASILEIRA DE FILOLOGIA</p> <p>J. MATTOSO CÂMARA JR. (DA UNIVERSIDADE DO BRASIL)</p> <p>Princípios de Linguística Geral Como introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa</p> <p>[3.ª EDIÇÃO / 4.ª EDIÇÃO] REVISTA E AUMENTADA</p> <p>LIVRARIA ACADÊMICA RIO DE JANEIRO [1959 / 1964]</p>
<p><i>A (1939-1940)</i> <i>[12 fascículos – Revista de Cultura]</i></p>		<p><i>B (1941)</i> <i>[1ª. edição em livro]</i></p>		<p><i>C (1954)</i> <i>[2ª. edição]</i></p>		<p><i>D (1959) / E (1964)</i> <i>[3ª. Edição] / [4ª. Edição]</i> <i>(texto-de-base)</i></p>
<p>VI</p>	<p>Título acrescentado →</p>	<p>VIII A CATEGORIA DE ASPECTO</p>	<p>↔</p>	<p>VIII A CATEGORIA DE ASPECTO</p>	<p>Título alterado →</p>	<p>IX UMA CATEGORIA VERBAL: O ASPECTO</p>
			<p>Substituto acrescentado →</p>	<p>53. Aspecto e tempo.</p>	<p>Substituto alterado →</p>	<p>[Sub.] 71. O tempo nos verbos.</p>

Lições – 1939-1940		1ª. edição - 1941		2ª. edição - 1954		3ª.edição-1959 /4ª.edição -1964
<p>Nas línguas dos povos primitivos do presente e do passado, a noção dominante que rege a distribuição das formas verbais é a que os linguistas alemães denominaram AKTIONSART, o que em francês e alheus se traduz por ASPECTO, ou seja, a maneira quanto à duração por que se apresenta o processo verbal independentemente da ÉPOCA ou TEMPO de ocorrência. Distingue-se, por exemplo, uma ação que <i>principia</i>, como em <i>partir</i>, uma que <i>termina</i>, como em <i>chegar</i>, uma que se desdobra sem alusão ao início ou ao fim, como em <i>andar</i>, <i>viajar</i>, uma que se repete, como em <i>saltar</i>, etc.</p>	↔	<p>Nas línguas dos povos primitivos do presente e do passado, a noção dominante que rege a distribuição das formas verbais é a que os linguistas alemães denominaram AKTIONSART, o que em francês e alheus se traduz por ASPECTO, ou seja, a maneira, quanto à duração, por que se apresenta o processo verbal, independentemente da ÉPOCA ou TEMPO de ocorrência. Distingue-se, por exemplo, uma ação que <i>principia</i>, como em <i>partir</i>, uma que <i>termina</i>, como em <i>chegar</i>, uma que se desdobra sem alusão ao início ou ao fim, como em <i>andar</i>, <i>viajar</i>, uma que se repete, como em <i>saltar</i>, etc.</p>	↔	<p>Em muitas línguas – e especialmente nas de povos primitivos do presente e do passado –, a noção dominante que rege a distribuição das formas verbais, é a que os linguistas alemães denominaram AKTIONSART, isto é – <i>maneira de ser da ação</i>. Em português, a exemplo da nomenclatura francesa e inglesa, traduz-se o termo alemão por ASPECTO. Trata-se, com efeito, do aspecto por que se apresenta o processo verbal, do ponto de vista da sua duração. Distingue-se, por exemplo, uma ação que <i>principia</i>, como em <i>partir</i>, uma que <i>termina</i>, como em <i>chegar</i>, uma que se desdobra sem alusão ao início ou ao fim, como em <i>andar</i>, <i>viajar</i>, uma que se repete, como em <i>saltar</i>, etc.</p>	<p>Texto deslocado ↓ (§ 4)</p>	
<p>De maneira aproximada, podemos fazer idéia de um conjunto verbal numa língua dessas, imaginando, entre nós, um verbo cujas formas de conjugação fossem <i>partir</i>, <i>andar</i> e <i>chegar</i>, isto é, que tivessem respectivamente os ASPECTOS INCEPTIVO, CURSIVO e CESSATIVO, por exemplo.</p>	↔	<p>De maneira aproximada, podemos fazer idéia de um conjunto verbal numa língua dessas, imaginando, entre nós, um verbo cujas formas de conjugação fossem <i>partir</i>, <i>andar</i> e <i>chegar</i>, isto é, que tivessem respectivamente os ASPECTOS INCEPTIVO, CURSIVO e CESSATIVO, por exemplo.</p>	↔	<p>De maneira aproximada, podemos fazer idéia de um conjunto verbal numa língua dessas, imaginando, entre nós, um verbo cujas formas de conjugação fossem <i>partir</i>, <i>andar</i> e <i>chegar</i>, isto é, que tivessem os aspectos INCEPTIVO, CURSIVO e CESSATIVO, respectivamente, por exemplo.</p>	<p>Texto deslocado ↓ (§ 5)</p>	
<p>É de máxima importância disjuntar essa noção de ASPECTO da de TEMPO, ou época em que se passa o processo verbal <i>marcada em relação ao momento em que se fala</i>. O tempo, assim compreendido, é o eixo das conjugações verbais nas línguas ocidentais modernas com que estamos familiarizados, e parece-nos por isso, à primeira vista, a própria alma do verbo, cujo nome nas gramáticas alemãs é até, expressivamente, <i>vocabulo temporal</i> (<i>Zeitwort</i>).</p>	↔	<p>É de máxima importância disjuntar essa noção de ASPECTO da de TEMPO, ou época em que se passa o processo verbal <i>marcada em relação ao momento em que se fala</i>. O tempo, assim compreendido, é o eixo das conjugações verbais nas línguas ocidentais modernas com que estamos familiarizados, e parece-nos por isso, à primeira vista, a própria alma do verbo, cujo nome nas gramáticas alemãs é até, expressivamente, <i>vocabulo temporal</i> (<i>Zeitwort</i>).</p>	↔	<p>É de máxima importância disjuntar essa noção de ASPECTO da de TEMPO, com que estamos mais habituados nas nossas línguas ocidentais modernas. O TEMPO marca, como o seu nome indica, o tempo, ou época, da ocorrência do processo verbal em relação ao momento em que se fala "Uma noção temporal dessa espécie" – comenta o linguista francês Marcel Cohen – "é subjetiva: só tem sentido para o sujeito falante, que concebe o tempo de maneira abstrata, como uma linha ideal, e aí traça divisões em relação a si mesmo: o que está por trás dele (no momento em que fala), o passado; o que está ante ele neste momento preciso, o presente; o que está adiante dele, o futuro" (XXXV – 13). O tempo, assim compreendido, é o eixo das conjugações verbais nas línguas românicas e germânicas modernas, com que estamos familiarizados. Parece-nos, por isso, à primeira vista, a própria alma do verbo, cujo nome nas gramáticas alemãs é até, expressivamente, "vocabulo temporal" (al <i>Zeitwort</i>).</p>	<p>↔ § 1 § 2 ↔</p>	<p>No âmbito dos verbos, isto é, das palavras que exprimem elementos do mundo objetivo, destacados na expressão linguística, como processos em desenvolvimento (cf. cap. X), estamos principalmente habituados com a categoria de TEMPO. Ela marca, como o seu nome indica, o tempo, ou época, da ocorrência do processo verbal em relação ao momento em que se fala. "Uma noção temporal dessa espécie" – comenta o linguista francês Marcel Cohen – "é subjetiva: só tem sentido para o sujeito falante, que concebe o tempo de maneira abstrata, como uma linha ideal, e aí traça divisões em relação a si mesmo: o que está por trás dele (no momento em que fala), o passado; o que está ante ele neste momento preciso, o presente; o que está adiante dele, o futuro" (Cohen, 1924 B, 13). O tempo assim compreendido é o eixo das conjugações verbais nas línguas românicas e germânicas modernas com que estamos familiarizados. Parece-nos, por isso, à primeira vista, a própria alma do verbo, cujo nome nas gramáticas alemãs é até, expressivamente, "vocabulo temporal" (al <i>Zeitwort</i>).</p> <p>Ressalvase, aliás, como foi assinalado há</p>

					<p>Texto acrescentado →</p>	<p>§ 3</p>	<p>pouco, que mesmo aí a categoria de TEMPO, de funcionamento mais puro e mais amplo, repousa essencialmente na dicotomia PASSADO: PRESENTE, exprimindo-se no presente os fatos vindouros em que não há uma tonalidade modal, como exemplificamos acima com o port. – <i>vou amanhã</i> (cf. § 60). O desta que de um FUTURO lidamente temporal realizou-se tardiamente como uma elaboração da língua culta, que ainda hoje dificilmente encontra guarida na língua coloquial. Por isso, perdeu-se o futuro em romance por sua falta de emprego no latim vulgar, onde só se usava um futuro volitivo ou obrigatório (cf. <i>cantare habeo</i>, equivalente de início ao nosso – <i>hei#e cantar</i>).</p>
					<p>Subtítulo acrescentado →</p>	<p>[Sub.]</p>	<p>72. O aspecto.</p>
					<p>↑ Texto deslocado</p>	<p>§ 4</p>	<p>Já em muitas outras línguas – que refletem outras culturas do presente e do passado –, a noção dominante que rege a distribuição das formas verbais, é a que os linguistas alemães denominaram AKTIONSART, isto é – <i>maneira de ser da ação</i>. Em português a exemplo da nomenclatura francesa e inglesa, traduz-se o termo alemão por ASPECTO. Trata-se, com efeito, do aspecto por que se apresenta o processo verbal, do ponto de vista da sua <i>duração</i>. Distingue-se, por exemplo, uma ação que principia, como em <i>partir</i>, uma que termina, como em <i>chegar</i>, uma que se desdobra sem alusão ao início ou ao fim, como <i>andar</i>, <i>viajar</i>, uma que se repete, como em <i>saltitar</i> etc.</p>
					<p>↑ Texto deslocado</p>	<p>§ 5</p>	<p>De maneira aproximada podemos fazer ideia de um conjunto verbal numa língua dessas, imaginando, entre nós, um verbo cujas formas de conjugação fossem <i>partir</i>, <i>andar</i> e <i>chegar</i>, isto é, que tivesse os aspectos INCEPTIVO, CURSIVO e CESSATIVO, respectivamente, por exemplo.</p>

<p>Para a linguística geral, porém, a <i>categoria de tempo</i> não está necessariamente ligada à <i>categoria de aspeto</i>, que normalmente a precede na evolução linguística; de tal sorte que MEILLET assinala a passagem da noção verbal de aspeto, para a noção verbal de tempo, como um PROGRESSO LINGÜÍSTICO, porquanto evidencia a adaptação da língua à evolução da mentalidade coletiva na sua marcha para as <i>concepções gerais abstratas</i>, entre as quais o <i>tempo</i> assume valor todo especial, bem ressaltado pela preocupação que tem dado às diversas escolas de metafísica. Muito outro é o pensamento do homem primitivo, a quem não se apresenta a idéia de evolução e progresso, e cuja vida individual e social só oferece caracteres estáticos, bem visíveis na tendência a não separar os sucessos míticos dos históricos e uns e outros dos de ocorrência cotidiana, como têm patenteado as análises da etnologia contemporânea. Nessas condições, a distinção entre presente, passado e futuro fica mais ou menos na sombra, para ceder em importância aos caracteres intrínsecos do processo verbal em si, conforme assinalado em seu início, em seu fim, etc.</p>	↔	<p>Para a linguística geral, porém, a <i>categoria de tempo</i> não está necessariamente ligada à <i>categoria de aspeto</i>, que normalmente a precede na evolução linguística; de tal sorte que MEILLET assinala a passagem da noção verbal de aspeto, para a noção verbal de tempo, como um PROGRESSO LINGÜÍSTICO, porquanto evidencia a adaptação da língua à evolução da mentalidade coletiva na sua marcha para as <i>concepções gerais abstratas</i>, entre as quais o <i>tempo</i> assume valor todo especial, bem ressaltado pela preocupação que tem dado às diversas escolas de metafísica. Muito outro é o pensamento do homem primitivo, a quem não se apresenta a idéia de evolução e progresso, e cuja vida individual e social só oferece caracteres estáticos, bem visíveis na tendência a não separar os sucessos míticos dos históricos, e uns e outros dos de ocorrência cotidiana, como têm patenteado as análises da etnologia contemporânea. Nessas condições, a distinção entre presente, passado e futuro fica mais ou menos na sombra, para ceder em importância aos caracteres intrínsecos do processo verbal em si, conforme assinalado em seu início, em seu fim etc.</p>	Texto eliminado ←				
			Texto acrescentado →	<p>Para a linguística geral, porém, a categoria de ASPECTO não está necessariamente ligada a esse tempo subjetivo, ou "situado", para usar mos o qualificativo de Marcel Cohen (XXXV – 13) (66). O mesmo linguísta mostra, a propósito, "a dificuldade que se sente em fazer corresponder o que se chama <i>tempo</i> em semítico com os <i>tempos</i> das nossas gramáticas" (XXXV – 14). Assim, o PERFEITO semítico indica a ação acabada (cf o nosso exemplo anterior com o verbo <i>chegar</i>) e uma tradução superficial logo o associa com o nosso tempo pretérito; mas, em virtude de ser uma categoria de aspeto, intrinsecamente distinta de qualquer idéia de presente e passado, vemo-lo usado em provérbios para indicar o processo conclusivo, quando entre nós se imporia o presente: "o rico e o pobre se encontram", (perfeito em hebraico) "faz a todos Deus" (XXXV – 29) (67).</p>	↔	§ 6	<p>A categoria de ASPECTO não está necessariamente ligada ao tempo subjetivo ou "situado", para usarmos o qualificativo de Marcel Cohen (Cohen, 1924 B, 13). O mesmo linguísta mostra, a propósito, "a dificuldade que se sente em fazer corresponder o que se chama <i>tempo</i> em semítico com os <i>tempos</i> das nossas gramáticas" (Idem, 14). Assim, o PERFEITO semítico indica a ação acabada (cf. o nosso exemplo anterior com o verbo <i>chegar</i>) e uma tradução superficial logo o associa com o nosso tempo pretérito; mas, em virtude de ser uma categoria de aspeto, intrinsecamente distinta de qualquer idéia de presente e passado, vemo-lo usado em provérbios para indicar o processo conclusivo, quando entre nós se imporia o presente: "o rico e o pobre se encontram", (perfeito em hebraico) "faz a todos Deus" (Cohen, 1924 B, 29) :</p>

Alguns comentários finais

O exame das mudanças introduzidas em *Princípios*, das quais apresentamos aqui apenas uma brevíssima amostragem, permitem algumas considerações sobre o processo de construção dessa obra. A variante surge principalmente quando Matoso Câmara empreende a busca do fundamento teórico atualizado: as modificações operadas no texto de uma edição para outra mostram um autor em sintonia com o avanço das pesquisas lingüísticas fora do Brasil e com a preocupação pedagógica de dominar as proposições de diferentes autores para fazê-las objeto de conhecimento e reflexão de seus leitores. E isto acompanhado do esforço de apuração, de refinamento do discurso teórico de forma a reduzir a polissemia dos termos e formulações e torná-los mais claros porque mais rigorosos e precisos, mais didaticamente encadeados.

Assim, a configuração de cada edição – especialmente a da 1ª (1941), da 2ª (1954) e da 3ª (1959) – registra a verdade textual e editorial de estágios distintos do pensamento lingüístico de Mattoso Câmara e da cientificidade de seu texto. A cada retomada do texto, que já adquirira ele próprio o *status* de obra de referência, o seu autor auto-constitui-se como interlocutor e convoca para esse diálogo com o texto já escrito um novo conjunto de autores e idéias, com os quais plasma o novo texto à custa das substituições, acréscimos, eliminações e deslocamentos. E desta rede de modificações, gerada no entrelaçamento desses processos, surge a nova versão que, por sua vez, dará forma lingüística à reflexão teórica de Mattoso Câmara naquele momento da sua história de pesquisador da ciência que abrigava suas investigações, a Lingüística Geral.

Neste *Princípios de Lingüística Geral* não formulou, certamente, um corpo de doutrina. Mas esse não era o seu propósito declarado. Queria, na verdade, escrever um ‘compêndio’, conforme registra no prefácio à 2ª. edição, um resumo de doutrinas que divulgasse e reverberasse as idéias lingüísticas que vigoravam nos grandes centros acadêmicos europeus e norte-americanos de sua época.

Disposto a fazer de seu texto de *Princípios* um lugar por excelência dessa divulgação pedagógica pioneira – de que se nutriu largamente a academia brasileira – não hesitou em modificá-lo de uma edição para outra, incluindo variantes que atestam o seu empenho de atualização teórica, que se faz acompanhar das mudanças que julgava necessárias para apurar o caráter científico da sua linguagem, na direção da clareza e do rigor da exposição e do encadeamento de seu pensamento lingüístico.

Daí o grande viés da mudança ser o desdobramento, a explicitação que se dá desde o nível maior da organização do texto, até à minúcia da mudança

lexical. Nesse movimento de variação, reformula e redimensiona a organização dos capítulos, faz surgirem títulos e subtítulos, redesenha os parágrafos, deles desentranhando idéias-núcleos de natureza teórica, ao mesmo tempo que refina o texto nas instâncias da pontuação, da sintaxe, das formas lexicais.

E o texto todo se move: um capítulo se desdobra em capítulos, que fazem surgir novos títulos, segmentos inteiros se reordenam e determinam a criação de subtítulos, que também irão, por sua vez, se desdobrar em novos subtítulos; um parágrafo gera vários parágrafos, uma frase se multiplica em frases e uma palavra em novas palavras.

Instaura-se, assim, um ritmo de mudança que revela a pulsação latente do texto, nas suas diferentes retomadas, mas sempre na direção da reelaboração e da apresentação de um texto científico-didático preciso e atualizado. E esse percurso teórico de Matoso Câmara reverbera, em larga medida, o percurso da Lingüística no Brasil, no âmbito da pesquisa pura e da pesquisa voltada para o estudo e o ensino da gramática da língua portuguesa.

Concordamos com o professor Silvio Elia⁵ quando considera ter *Princípios de Lingüística Geral* cumprido seu destino: aquele de compêndio didático divulgador das grandes doutrinas lingüísticas de sua época. No nosso entender tudo se passa como se, assumindo essa instância referencial como uma marca desse seu texto, Matoso Câmara estivesse se assenhorando dos princípios básicos da lingüística geral para, numa etapa posterior, proceder à sua aplicação à língua portuguesa, projeto que deixou anunciado em *Estrutura da Língua Portuguesa* e que resultou inacabado, com sua morte prematura.

Referencias bibliográficas

ALENCAR, José de. **Til**. Edição crítica por Maximiano de Carvalho e Silva. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

CASTELO BRANCO, Camilo. **Amor de perdição**. Edição crítica por Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura; Porto: Lello & Irmão, 1983.

DUARTE, Luiz Fagundes. Censura e auto-censura nos manuscritos de Eca de Queiroz. **Varia Escrita** – Caderno de Estudos Arquivísticos, Históricos e Documentais, Sintra, n. 4, p.217-231, 1997.

ELIA, Silvio. Notícia sobre os *Princípios de Lingüística Geral*. In CAMARA JR., J. Matoso. **Princípios de lingüística geral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Padrão: 1977.

⁵ V. o prefácio de Silvio Elia a 5ª edição de *Princípios de Lingüística Geral*, intitulado Notícia sobre os *Princípios de Lingüística Geral* (1977).

- GENETTE, Gerard. **L'instance préfacielle**. Paris: Ed. du Seuil, 1987.
- GODEL, Robert. **Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale**. Genève: Droz, 1969.
- GREIMAS, A. J. LANDOWSKI, E. **Análise do discurso em ciências sociais**. São Paulo: Global, 1986.
- LOPES, Telê Porto Ancona. Textos, etapas, variantes: o itinerário da escritura. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 31, p. 147-59, 1990.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de Linguistique Générale**. Edição crítica de Rudolf Engler. Alemanha, Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1968.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e. Organização e publicação das obras completas de José de Alencar. **Linguagem** – Revista do Instituto de Letras da Univ. Federal Fluminense, Niterói, RJ, ano 1, n. 2, p. 1978.
- _____. Crítica Textual: conceito – objeto - finalidade. **Confluência** – Revista do Instituto de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, n. 7, p. 57-63, 1º sem. de 1994.
- SILVEIRA, Sousa da. Prefácio a 1ª. edição de *Princípios de Lingüística Geral*. In CAMARA JR., Joaquim Matoso. **Princípios de lingüística geral** como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1941.
- UCHOA, Carlos Eduardo Falcão. A seleção dos dispersos de Joaquim Matoso Câmara Jr.. In CAMARA JR., J. Matoso. **Dispersos**. Seleção e introdução por Carlos Eduardo F. Uchoa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. XXI-XLIV.

A PROPÓSITO DOS PRONOMES POSSESSIVOS DO PORTUGUÊS

Luiz M. M. de Barros
Terezinha Bittencourt
UFF/ILP do Liceu Literário Português

1. Introdução

Entre os antigos gramáticos gregos, a substituição e o valor dêitico, a par da noção básica de pessoa, eram justamente as propriedades funcionais que serviam para distinguir os pronomes das demais classes de palavras. No que concerne especificamente aos possessivos, Apolônio Díscolo (séc. II d.C.) considerava tais pronomes como substitutos dêíticos bipessoais (*Pronome*, 17, 1), atribuindo a um gramático chamado Dracão a paternidade da expressão “bipessoais” (*diprosopous*), termo que também aparece na definição dos possessivos apresentada num compêndio gramatical supostamente escrito por Dionísio Trácio no séc. II a.C. (*Technè*, 17) e ainda hoje reconhecido, apesar das controvérsias, como o mais antigo estudo sistemático do grego que chegou até os nossos dias.

No âmbito da descrição tradicional da língua portuguesa, os possessivos têm sido costumeiramente caracterizados de dois modos bastante semelhantes. Por um lado, reitera-se a idéia de que constituem um conjunto de unidades ligadas às noções de posse e pessoa gramatical; por outro, recorre-se à idéia de que são manifestações dos pronomes pessoais com valor genitivo. É oportuno lembrar que em latim as formas do pronome pessoal no caso genitivo são tidas como emprestadas do possessivo. Daí certamente a afirmação feita por Soares Barbosa (1862:122) de que em nosso idioma os possessivos “substituem o complemento restritivo, ou genitivo, que falta nos casos dos pessoais primitivos”.

Tomando o conjunto das idéias acima como ponto inicial de reflexão, aqui serão brevemente examinados os seguintes tópicos: as pessoas do discurso; a definição de possessividade; o relacionamento do caso genitivo com os possessivos; aspectos da organização e funcionamento dos possessivos no português do Brasil, considerando-se a língua padrão, tal como concebida em nossa tradição gramatical (modalidade culta e formal, predominantemente fixada com base em textos escritos) e a língua coloquial (modalidade culta com menor grau de formalismo, costumeiramente usada nas conversações cotidianas).

2. As pessoas do discurso

Já se encontra em Aristóteles (*Retórica*, I, 1358b) a afirmação de que todo discurso pressupõe obrigatoriamente três seres ou “pessoas”: o ser que fala (1ª pessoa), o ser a que se fala (2ª pessoa) e o ser de que se fala (3ª pessoa). Trata-se de uma tricotomia que tem como fundamento a idéia, previamente discutida por Platão (*Crátilo*, 388b), de que as palavras existem para estabelecer relações entre os indivíduos, e destes com o mundo dos objetos. Nos tempos atuais, as três pessoas do discurso costumam ser identificadas, respectivamente, pelos termos *locutor*, *alocutário* e *delocutado* (fr. “delocuté”). Em conjunto, locutor e alocutário constituem os interlocutores do processo comunicativo: o primeiro é o sujeito que se toma como fonte da enunciação ou aquele que efetivamente enuncia; o segundo, o sujeito a que se destina a comunicação ou aquele que efetivamente interpreta o enunciado. Considera-se o delocutado como todo objeto de designação diferente do locutor e do alocutário.

Não se pode perder de vista que *pessoa do discurso* nem sempre manifesta o *sujeito*, isto é, a pessoa enquanto individualidade humana (ou humanizada), que se define como o “ser capaz de conhecer e falar”, desdobramento semântico do que se apresenta condensado em **zùon logistikòn**, expressão do pensamento aristotélico em que *ratio* e *oratio* se fundem e se comprovam na inteligibilidade do **IÒgoj**. Somente as formas lingüísticas investidas do valor de 1ª ou 2ª pessoa do discurso é que têm a faculdade de presentificar o sujeito em cada instância do dizer. Afinal, locutor e alocutário, seres com o poder de enunciar e interpretar (conhecer), constituem os pólos da dimensão intersubjetiva que a finalidade comunicativa da linguagem necessariamente faz supor. A 3ª pessoa do discurso, como bem viu Benveniste (1966: 255), equivale à “non-personne” (não-interlocutor) ou ao “membre non marqué de la corrélation de personne”, pois sempre aponta para o que objetivamente se situa no horizonte do circuito interlocutório, em cujas pontas se acham o *eu* e o *tu*. De fato, as expressões verbais de 3ª pessoa designam, de modo definido ou indeterminado, seres de qualquer natureza concebidos como *objeto* da fala, como aquilo que o *eu* representa no que enuncia para ser apreendido pela inteligência do *tu*. Por conseguinte, a 3ª pessoa descortina uma dimensão objetiva, espaço da relação entre o sujeito e o Universo, pressuposto da finalidade cognoscitiva da linguagem.

No processo dialógico, falante e ouvinte correspondem a autênticas *pessoas* não apenas porque se constituem em sujeitos (personalidades), mas também porque se fazem de personagens. Como no teatro grego, os indivíduos, nas suas múltiplas interações impostas pela realidade do cotidiano, sempre se revestem de determinada “máscara” ou “face” (gr. *prósopon*; lat. *persona*),

pois sempre agem na condição de professor, médico, juiz, patrão, empregado, etc. Assumem, portanto, uns perante os outros, este ou aquele papel, transformando o mundo das coisas, conforme lembra uma velha e apropriada metáfora, em imenso espaço agônico, lugar do contínuo desenrolar de tragédias e comédias criadas pelo imperativo da própria convivência. Isto, provavelmente, influenciou os gramáticos da Antigüidade ocidental a chamarem o locutor e o alocutário de *personae*, visto que nos cenários de intercâmbio semiótico ambos se encontram e se confrontam como atores do drama verbal.

As diferentes faces com que falante e ouvinte se apresentam no contexto dialógico resultam naturalmente da necessária condição sócio-histórica de todo ser humano. Locutor e alocutário não se resumem ao *animal rationale* nem se reduzem a simples individualidade empírica. Ao entrarem no circuito da fala, ambos abandonam a situação de ser em si e para si, transfigurando-se em ser social. O *homo socialis*, por sua vez, emerge no espaço vital como sujeito da história e sujeito à história. Quem vem ao mundo é de imediato envolvido pelo manto de usos e costumes que se fazem pelo poder criativo próprio do *homo sapiens* e que se desfiam em ritos e mitos, crenças e tabus, leis e convenções, conceitos, preceitos e preconceitos. Num trabalho contínuo e dialético, o sujeito livre e pensante conjuga tradição com inovação, tecendo e alongando a interminável rede da História, na qual ineludivelmente se enreda.

Os diferentes papéis assumidos por falante e ouvinte, enquanto partícipes ou parceiros na construção do discurso, estão na base da chamada teoria das faces, “rôles interactionnels” e “statut social”, inspirada em idéias de Goffman e de largo uso no campo da análise da conversação. As diferentes *personae*, que os interlocutores ostentam na instância da enunciação, projetam identidades historicamente instituídas que podem estabelecer certa “distância horizontal” (sócio-afetiva) ou “vertical” (hierárquica) entre os membros de uma comunidade, dando origem, nas mais diversas línguas, a variados modos de tratamento do alocutário.

3. A definição dos possessivos

Os **pronomes possessivos** são palavras do sistema gramatical que servem para indicar o que é de determinada pessoa do discurso por força de uma relação de dependência com variáveis fundamentais. Entre os primeiros gramáticos gregos, a noção de pessoa do discurso era considerada como condição indispensável para a definição de uma palavra como pronome. Para eles, o pronome (*antonumía*) é um substituto nominal de natureza dêitica / anafórica, que sempre carrega em si a idéia de pessoa. Por isso mesmo, o que hoje se denomina pronome “pessoal” era chamado de pronome “primitivo” (*protótipos*) ou “unipessoal” (*monoprósopos*), por oposição ao pronome “possessivo”

(*ktetiké*), que era sobretudo identificado como pronome “derivado” (*paráogos*) ou “bipessoal” (*diprósopos*).

Evidentemente, a relação que os pronomes possessivos estabelecem não ostenta como *fundamentum* necessário a idéia corriqueira de posse (o fato de alguém ter em seu poder ou à sua disposição, para livre uso e gozo, determinado bem material). Genericamente interpretado, o ato de possuir pode ter como paráfrase a seguinte construção: “*x tem* de certo modo *y*”. Invertendo-se a ordem dos termos, o resultado semântico será: “de certo modo *y é pertencente ou pertinente a x*”, o que equivale, mais resumidamente, à fórmula “de certo modo *y é de x*”. Não há, portanto, relação possessiva (*habere*) sem a implicação de um *pertinescere* ou *pertinere*, isto é, sem a conseqüência lógica de que um ser (*y*), por força de algum liame natural ou cultural, pertence à essência ou participa (é próprio) da existência de outro ser (*x*). Conforme já observado por Bally (1965: 109) e por Benveniste (1966: 195-9), o “**é de**” corresponde ao avesso do “**tem**”: este relaciona o possuidor à coisa possuída; aquele faz justamente o contrário. Ambos, em síntese, consubstanciam a correlação entre possuir e “ser possuído” (pertencer), valores que especularmente recobrem o eixo semântico da possessividade e que pressupõem a instauração, por dependência, de estreita ligação entre duas entidades. Na tradição aristotélica, o elo de dependência instituído pelo par correlato “ter” / “ser de” serve para atualizar a predicação acidental (“hazzing predicate”, na terminologia de alguns logicistas). Nesta linha de entendimento, todo acidente corresponde ao que só existe como algo inerente ou aderente a uma substância, isto é, como algo que uma substância **tem** em si a título de atributo intrínseco ou extrínseco, contingente ou necessário, absoluto ou relativo.

No âmbito da lingüística contemporânea, pesquisadores de diferentes orientações têm dedicado particular atenção ao fenômeno da possessividade. Estudos sobre o assunto, feitos no campo da gramática cognitiva e da gramática gerativa, já foram detidamente analisados por Taylor (1996). Dentre as muitas propostas de definição / caracterização do conceito de possessividade, surgidas nas últimas três décadas, serão aqui brevemente examinadas a que é feita por Seiler (1983: 89-117), a que se acha em texto de Langacker (1993:1-38), a que se encontra em obra de Charaudeau (1992) e a que sugere, voltando-se para a descrição do português, M. H. Moura Neves (1993).

Para Seiler, a idéia de posse que as línguas manifestam corresponde a uma relação entre duas “substâncias”: PSR (= possuidor) e PSM (= objeto possuído). Neste conjunto binário, o PSR é configurado como “+animate, +human and +EGO or close to speaker”, enquanto que o PSM se apresenta como algo “+ or - animate”. Evidentemente, Seiler não *define* posse, possuidor e possuído: apenas *mostra* que a possessividade implica a existência de

um vínculo entre dois seres e *aponta* certas características de ambos. Trata-se, a rigor, de uma descrição demasiadamente genérica, que não captura certas assimetrias entre possuidor e objeto possuído nem identifica o que a relação possessiva essencialmente é.

Influenciado por trabalhos no campo da mereotopologia, Langacker afirma que a possessividade emerge quando o falante “localiza” uma entidade em função de outra, instaurando entre ambas um contato mental. Uma das entidades é tomada como ponto originário de referência para se estabelecer o contato. Daí resulta uma interpretação genérica de possessividade que tem por base o que Langacker denomina “reference-point model” (RP). Subjacente a tal modelo está a idéia de que no mundo há coisas que são mais notáveis ou salientes do que outras. Exemplificando, teriam, respectivamente, maior e menor grau de saliência: a) o todo em relação às suas partes; b) o elemento concreto em relação ao abstrato; c) o ser humano em relação ao inanimado. A tese central do “RP model” é a de que o sujeito observador (C) normalmente localiza ou situa objetos sem notável saliência a partir daqueles que são salientes, e não o contrário. Mais detalhadamente, o modelo configurado por Langacker inclui o seguinte: 1) o ponto de referência (R), que representa, em determinado domínio (D), o objeto com saliência, em cuja vizinhança certo objeto-alvo (T), não saliente, é situado. O domínio (D) corresponde a um conjunto de entidades que podem ser localizadas em função de (R). Nesta configuração, o possuidor se identifica com (R); o objeto possuído, com (T).

É inegável que o esquema elaborado por Langacker procura dar conta das vinculações assimétricas que se instauram entre (R) e (T). Além disso, tem o mérito de abarcar toda uma variada gama de sentidos que as construções possessivas podem exteriorizar. Enfatize-se, porém, que o esquema proposto, apesar de roupagem nova, pouco acrescenta à velha interpretação localista que associa o valor “possessividade direcionada” ao significado de certas formas casuais e preposicionais. Diga-se ainda que o modelo de Langacker não elimina nem contraria a idéia de que as fórmulas “x tem y” e “y é de x” precisamente simbolizam o anverso e reverso da relação de posse. Neste ponto, é sintomático que lingüistas ligados ao gerativismo, como Freeze (1992) e Kayne (1993), afirmem que em inglês o verbo *have* pode ser visto como uma derivação do verbo *be* preposicionado. Tal interpretação lembra, naturalmente, o admirável estudo de Benveniste (1966: 187-207) sobre a ocorrência, origem e relação, em diversas línguas, de formas verbais do tipo “être” e “avoir” (*esse* e *habere*) com a função de indicar as noções de existir e possuir.

De acordo com Charaudeau (1992: 191-203), os pronomes (adjetivos) possessivos participam de uma operação semântica que consiste em estabelecer uma relação de interdependência entre, pelos menos, dois elementos, dos

quais um é sempre pólo de referência, que se podem encontrar “dans une combinaison d’appartenance (AVOIR) ou d’actance (FAIRE)”. Na relação do tipo *avoir* (ter), considera-se algo como pertinente ou pertencente à pessoa que o possessivo indica: “Você tem um olhar que me fascina.” ? “Seu olhar me fascina.”. Na relação do tipo *faire* (fazer) considera-se a pessoa indicada pelo possessivo como agente ou paciente de uma ação expressa pelo substantivo deverbal: “Ele cresceu muito rápido.” ↔ “Seu crescimento foi muito rápido.”. A distinção, todavia, que Charaudeau estabelece entre os dois tipos de relação (*avoir* e *faire*) conflita com o princípio da parcimônia (irreduzibilidade) que os lógicos recomendam seja levado em conta nas operações de divisão e classificação. A rigor, a estrutura do tipo *fazer* é redutível a um modo de *ter*, pois pode-se afirmar que o possessivo simplesmente assinala que certa pessoa do discurso **tem**, como agente ou paciente, relação com o processo indicado pela forma nominal.

Resgatando idéias dos antigos gramáticos gregos, M. H. Moura Neves (1993: 201-2) afirma que o pronome possessivo serve para estabelecer entre duas pessoas do discurso múltiplas relações semânticas, dentre as quais a de posse *stricto sensu* pode ser considerada prototípica. Tal ponto de vista, ainda que admissível, apenas desvela uma característica própria (relação bipessoal) e outra contingente (posse *stricto sensu*) do modo de existência do referido pronome; não alcança, porém, a invariante funcional por que ele essencialmente se identifica na língua portuguesa. O simples fato de indicar relação bipessoal não distingue os possessivos de outras *partes orationis*, como as conjunções e preposições, que também podem exercer tal função (cf. *eu e você*; *de mim para ele*). Acrescente-se que o valor prototípico, acima mencionado, alternativamente representa: a) uma variante de realização habitual ou “normal”, conforme definida por Coseriu (1980: 122-5), de certa invariante semântica do sistema lingüístico; b) uma classe extralingüística de coisas designadas. De modo geral, a Semântica prototípica confunde *meanings* (significados), que pertencem ao plano idiomático, com *things meant* (designados), que pertencem ao contexto referencial: de regra são feitas análises e classificações destes, sem nenhuma identificação e apreensão daqueles. Por último, cabe lembrar que ao lado da noção de “posse”, *stricto sensu*, outros valores, como “posse inalienável”, “posse alienável”, “qualidade de um objeto”, “parentesco”, etc., não correspondem exatamente ao significado dos possessivos em português. São, na verdade, matices semânticos (sentidos) que ocorrem no texto e que decorrem tanto do saber idiomático dos interlocutores quanto do saber que eles possuem sobre os múltiplos laços que se instauram entre os seres designados pelas pessoas do discurso e os objetos que se manifestam na infinitude do real e do imaginário. Não se pode esquecer que as co-operações

verbais concretas, a construção e a interpretação de enunciados em determinado contexto, dependem não apenas do conhecimento da língua, mas também do conhecimento que cada indivíduo carrega consigo das coisas deste mundo e de outros possíveis.

Considerando tudo o que já foi discutido, nada impede que se continue a interpretar e classificar como **pronome possessivo** qualquer uma das palavras gramaticais da série *meu, teu, seu, nosso* e *vosso*. Outra solução, a seguir discutida, seria juntá-las ao sistema dos pronomes pessoais e classificá-las como formas no caso genitivo, por contraste com as formas nos casos reto (função de sujeito) e dativo/acusativo (função de objeto).

4. Possessivos e genitivo

A relação entre genitivo e possessivos, aceita por vários autores da atualidade sem quaisquer restrições, faz parte de uma longa tradição, que começa nos textos dos antigos gramáticos gregos e passa pela mais antiga gramática da nossa língua, escrita por Fernão de Oliveira no século XVI. Tal relação, todavia, esbarra em sérias dificuldades, visto que a definição da categoria de caso e de seus valores é ainda hoje uma *vexata quaestio*, apesar dos numerosos trabalhos sobre o assunto, dentre os quais se sobressai um estudo minucioso e polêmico feito por Hjelmslev (1978). Sob influência das chamadas “teorias localistas”, Hjelmslev sustenta a tese de que a categoria de caso tem como principal dimensão ou eixo semântico a noção abstrata de **direção**, que se projeta e se comprova no espaço real, temporal e ideal (plano lógico ou nocional). Da articulação do referido eixo semântico resultam os termos contrários *aproximação* x *afastamento* e o termo neutro *repouso*. A estes se poderiam acrescentar os subcontrários *não-aproximação* x *não-afastamento* e o termo complexo que subsume as noções de afastar-se e aproximar-se de determinado ponto.

Em busca da invariante funcional subjacente às variantes de significação que se manifestam na atividade concreta da fala, Hjelmslev (1978:127) retoma e endossa opinião do gramático bizantino Máximo Planudes (c. 1260 -1310) de que o caso genitivo tem como função básica indicar “afastamento”, o que obviamente implica a idéia de um ponto de partida, isto é, a idéia de que a relação entre os termos sempre emana ou deriva de um deles. Não se pode ignorar que o nome atribuído pelos gregos ao caso genitivo (**γενική**) está ligado ao substantivo **ἕνος**, que, entre outros, tem o sentido de “origem”.

Seguindo outra linha de interpretação, G. Hermann, cujas idéias foram analisadas e consideradas inovadoras por Hjelmslev (1978: 52-6), levanta a hipótese de que o genitivo é o caso da inerência, pois indica a substância em que um acidente se insere. Na esteira de vários latinistas e indo-europeístas,

Meillet (1949:345-6), por sua vez, afirma que o caso genitivo serve fundamentalmente para estabelecer vínculo entre um todo e sua parte (função partitiva) ou entre um ser e seu atributo (função adnominal). Na verdade, o conceito de inerência de Hermann e as duas funções apontadas por Meillet se identificam pela fórmula “y é de x”. São, portanto, redutíveis à noção genérica de possessividade / pertencimento (“possessão / pertença”, conforme preferem Mario Barreto e outros autores mais antigos). Acrescente-se que a diferença entre “parte” e “atributo” é mera decorrência do modo de conceber ou apreender as coisas como *quantitas* ou *qualitas*.

É curioso notar que a *Technè* gramatical atribuída a Dionísio Trácio de certo modo já aponta para a possibilidade de conciliar as diferentes interpretações do genitivo acima discutidas, pois assinala claramente (cap. 12) tratar-se de um caso que serve para exprimir tanto o valor possessivo (κτητική) quanto a noção de origem ou descendência (πατρική, termo que certamente inspirou Varrão, gramático latino do séc. I a.C., a chamar o genitivo de *casus patricus*). Admitindo tal entendimento, pode-se dizer que o genitivo, além da idéia de posse *lato sensu*, também indica que o possuidor é sempre tomado como *terminus a quo* (princípio, origem, causa, sujeito, agente, ponto de partida) da relação com o termo que representa o objeto possuído. Trata-se, pois, de uma relação de possessividade direcionada. No plano metalingüístico, este valor que se confere ao genitivo pode ser formalizado com o emprego do símbolo *de* e da seta para representar origem e direcionamento da relação; os símbolos (*x*) e (*y*) representam os termos relacionados, possuidor e objeto possuído, respectivamente. Assim, temos:

(y) ← *de* (x)

Releva notar, todavia, que muitos autores preferem considerar o genitivo como o *casus generalis*, associando ao grego γένος o sentido de “genérico” (genikòj), em vez de “genético”. Para o neogramático H. Paul, o genitivo serve essencialmente para relacionar um nome a outro (função adnominal ou atributiva), sendo secundário e variável o *fundamentum* da relação. Assim, seria o genitivo o *casus generalis* não só por ser **geralmente** utilizado para vincular dois nomes, mas também por estabelecer entre eles relações **em geral** ou indicar, segundo alguns autores, o **gênero** (classe) a que pertence aquilo que o nome determinado designa. Cabe lembrar que no conjunto das formas nominais se podem incluir os pronomes, adjetivos, numerais e advérbios. Para justificar o uso genitivo com certos verbos, como sucede nas construções latinas *eorum nos miseret* e *accuso te furti*, quase sempre se apela para as seguin-

tes razões: 1) sobrevivência na língua de um antigo caso indo-europeu, semelhante ao genitivo, que se combinava com diferentes classes de palavras; 2) ocorrência da elipse nominal. Esta segunda hipótese é veementemente defendida por Sanctius (Sanchez) em texto sobre o latim publicado em Salamanca no ano de 1587 (*Minerva: seu de causis linguae Latinae*). Supondo-se que o genitivo representa nada mais que um valor relacional genérico, as noções particulares que normalmente assume serão mera decorrência do contexto. Assim, a construção latina *timor hostium* pode ser interpretada, de acordo com a situação, como genitivo subjetivo (*os inimigos têm medo*) ou genitivo objetivo (*o medo que se tem dos inimigos*). O mesmo sucede com *amor patris*, que se pode ler como *amor do pai* ou *amor ao pai*.

Filiando-se à corrente dos generalistas, Benveniste (1966: 147) afirma que o genitivo em latim tem precipuamente a função de indicar relação de dependência entre nomes, neutralizando ou assumindo as funções que o nominativo e o acusativo exercem junto ao verbo. Deste modo, as formas de nominativo e de acusativo que ocorrem em *consul advenit* e *pati dolorem* se transformam nas formas de genitivo que aparecem nas construções nominais *adventus consulis* e *patientia doloris*. Daí, segundo Benveniste, teriam derivado os demais empregos do genitivo.

Ao analisar o sistema casual e as preposições do latim, Pottier (1962: 267-97) oferece nova interpretação do genitivo como *casus generalis*. Para ele, os casos nominativo, ablativo, acusativo e dativo têm um valor cinético, isto é, servem para indicar movimento de afastamento ou aproximação de determinado ponto. Já o genitivo é o caso da simples relação estática ou da mera dependência, assemelhando-se, por sua função, aos adjetivos (cf. *regia domus / regis domus*).

O que se viu até agora torna possível dizer que o genitivo tem sido considerado como um caso que serve para estabelecer uma das seguintes relações: a) relação em geral; b) relação de origem/afastamento; c) relação de posse; d) relação de origem/posse (possessividade direcionada). Admitindo-se que os possessivos são formas de pronomes pessoais que carregam em si a função genitiva, torna-se à primeira vista natural identificar tal função com o valor (c) ou (d). Sucede, porém, que estes valores são logicamente redutíveis ao conteúdo (b), já que a possessividade se manifesta quando se põe à parte, ou apartada, alguma coisa que originariamente se considera integrante de outra. Por sua vez, o conteúdo (b) é redutível ao valor (a). Ao final das contas, resta indagar se algum dos valores acima atribuídos ao genitivo efetivamente corresponde a um conteúdo não falseável pelos dados das diversas línguas. Qualquer, porém, que seja a resposta, não se pode perder de vista que em determinada língua uma mesma forma pode exercer diferentes funções, e a mesma função pode ser

exercida por diferentes formas. Assim, a identificação pura e simples do genitivo com a noção (c) ou (d) não pode ignorar que em muitas línguas a relação de posse é indicada por formas do caso ablativo ou do caso dativo. Acrescente-se que o possuidor não é obrigatoriamente o “lugar de origem”, mas também pode ser visto como “beneficiário” ou “lugar de chegada”, conforme demonstram certas construções em latim, com o emprego do caso dativo (*liber est mihi*) ou em francês, com o uso da preposição *à* (*ce livre est à moi*).

Do que foi acima exposto, pode-se abstrair o princípio de que os pronomes possessivos indicam a idéia de pessoa do discurso considerada como ponto inicial de uma relação de pertinência ou posse “*lato sensu*”. Deste modo, reúnem o conteúdo expresso pelos pronomes pessoais, como *eu, tu, ele*, etc. ao valor de *origem*, acrescido do traço [+ possessão], o que se pode, *ad argumentandum tantum*, identificar com a interpretação do genitivo como “possessividade direcionada”. Assim, o pronome *meu* pode ser analisado no plano metalingüístico em ([+ *eu*] [+ *origem*] [+ *possessão*]) ou parafrasticamente substituído por ([+ *eu*] [+ *genitivo*]). Como a idéia de posse implica a existência de uma coisa estreitamente ligada a outra, os pronomes possessivos servem de base para estabelecer incontáveis vínculos de ordem física ou orgânica, afetiva ou ideológica, intra-individual ou social. Isto quer dizer que podem ser usados para indicar algo que se prende às pessoas do discurso por amizade, carinho, simpatia, íntimo interesse, solidariedade, camaradagem, contigüidade, etc.

Não se cogita aqui de certos traços semânticos, como [específico] e [definido], que os pronomes possessivos podem apresentar em algumas línguas, mas não ter em outras. Com efeito, pesquisas no campo da *Cross-linguistics* têm revelado importantes identidades e diferenças funcionais entre os sistemas de possessivos de diversos idiomas. A comparação e contraste entre o português e o inglês, por exemplo, mostram que o pronome *meu*, ao contrário do que sucede com a forma *my*, não é marcado com o traço [+ definido]. Daí a gramaticalidade de “o meu livro” e a agramaticalidade de “* the my book”.

5. Os possessivos e o sintagma *de + pronome pessoal*

Para Gonçalves Viana (1910:125), a preposição *de* expressa, além de outras, duas relações muito diferentes e entre si independentes: a de posse (genitivo) e a de procedência (ablativo). Por isso, em italiano correspondem-lhe duas preposições, *di* e *da*, e em inglês, *of* e *from*. A idéia de posse se exprime em italiano por *di* e em inglês por *of* ou pelo genitivo em *-s*; a idéia de procedência, por *da* e por *from*.

Em trabalho anterior ao de Gonçalves Viana, e dele divergente quanto à interpretação dos valores *posse* e *procedência* como irredutíveis ou inconciliáveis, Evaristo Leoni (1858, II: 44-64) se aproxima do que diz Soares Barbosa (1862: 250) e curiosamente atribui à preposição *de* uma significação básica análoga à que Hjelmslev confere ao caso genitivo. Diz Leoni sobre a referida partícula relacional da nossa língua: “É a mesma preposição que a latina *de*, a qual denota: – *movimento de um ponto de partida*, como a da pedra que despenhada do cume do monte rola pela encosta, pela falda, pela planície, e não se sabe quando e onde há de parar. Desta primitiva idéia, que é a mesma que a de *afastamento*, provém naturalmente a de – *diminuição, privação e falta*”. Acrescenta Leoni que a idéia de origem ou princípio donde alguma coisa vem, ou procede, conduz a várias outras noções, entre elas as de *posse* e *parte de um todo*.

Segundo Pottier (1962: 276-94), as preposições *de*, *ex* e *ab* igualmente indicam, no latim culto, a idéia de “afastamento”: a primeira, afastamento cujo início coincide com determinado ponto de referência; a segunda, afastamento a partir do interior ou de um lugar anterior a outro; a terceira, afastamento a partir do exterior ou de um lugar posterior a outro. No português hodierno, os valores primitivos de tais preposições ainda podem ser percebidos em vocábulos como *decapitar* (apartar a cabeça do corpo), *exportar* (movimento de dentro para fora), *ex-diretor* (anterioridade na linha do tempo) e *abjurar* (alheamento daquilo que antes se professava). No latim popular, a preposição *de* absorveu e amalgamou as funções das outras duas, passando a significar simplesmente “afastamento de um limite “. Com isto, acabou por se tornar, conforme assinala Maurer¹, «o substituto normal do genitivo no Ocidente românico». Não é, portanto, de admirar que Bartning (1996), em interpretação análoga à de G. Viana, afirme que a preposição *de* do francês tenha como núcleo de uma rede polissêmica de empregos as noções de posse e origem.

A semelhança entre a função do genitivo e o valor da preposição *de* serviu de base para o estabelecimento das seguintes correlações:

meu	=	de mim
teu	=	de ti
seu	=	de você / dele
nosso	=	de nós
vosso	=	de vós

¹ Theodoro H. Maurer Jr., *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959, p.87.

Tais correlações aparecem, por exemplo, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e L. Cintra. Com efeito, ao discorrerem sobre possessivos, fazem os dois autores o seguinte comentário (1985: 310): “São, de regra, pronomes adjetivos equivalentes a um adjunto adnominal antecedido da preposição *de* (*de mim, de ti, de nós, de vós, de si*)”. No mesmo texto (1985: 318), apresentam as seguintes correspondências:

em frente de ti	=	em tua frente
ao lado de mim	=	ao meu lado
em favor de nós	=	em nosso favor
por causa de você	=	por sua causa

Não se pode ignorar, todavia, que os membros dos pares *meu / de mim, teu / de ti, nosso / de nós*, etc. não têm idênticos valores funcionais, ainda que sejam intercambiáveis sem alteração de sentido em determinados contextos. O confronto dos enunciados abaixo deixa claro que as duas formas de expressão cumprem na língua diferentes papéis:

- (1) a. O que será meu?
b. O que será de mim?
- (2) a. Todos sofriam com sua inveja.
b. Todos sofriam com inveja de você.
- (3) a. Não alimentem nossa raiva.
b. Não alimentem raiva de nós.

Ainda que não exercessem na língua funções diferentes, em muitos casos o pronome possessivo e o pronome pessoal preposicionado são mutuamente excludentes. Trata-se de situações em que o falante só pode lançar mão de uma das formas de expressão, que se impõe por força da clichêrizaçãõ ou pelo poder deôntico do *usus* (norma lingüística) fixado pela tradiçãõ. Daí a existênciã de construções como *a meu ver, por sua vez, fazer das suas, minha nossa!* (provável reduçãõ de *minha Nossa Senhora*), etc.

Numa visãõ mais larga do idioma na linha do tempo, observa-se que a diferençã de funções entre o possessivo e o grupo *de + pronome pessoal* não

escapou à percepção dos gramáticos Napoleão Mendes e E. Carlos Pereira², embora o primeiro nada faça para justificá-la e o segundo não a justifique de modo satisfatório. Também Pedro Barbuda³, em texto publicado em 1926, observou que as duas construções não são necessariamente equivalentes. Conforme ele diz, “*o amor de ti não é o mesmo que o teu amor*”, pois no primeiro caso “revela-se o amor que te dedicam; no segundo, o amor que tu dedicas a alguém”. Muito antes dos autores citados, Soares Barbosa (1862: 122) já havia comentado que uma coisa é dizer *o nosso medo, tuas saudades e seu senhor*; outra é dizer *o medo de nós, saudades de ti e senhor de si*.

A distinção funcional entre o possessivo e o pronome preposicionado ainda decorre de um fato bem conhecido: as flexões de gênero e número de *meu, teu, seu, nosso* e *vosso* relacionam-se com o que é possuído, ao passo que as oposições flexionais entre *de você / de vocês* ou entre *dele(s) / dela(s)* discriminam os possuidores. Muitas vezes, restrições gramaticais ou situacionais não permitem que emissor empregue o possessivo *seu* para fazer uma clara e necessária identificação do possuidor como alocutário ou delocutado, singular ou plural e, ainda, como masculino ou feminino. Nestes casos, para evitar obscuridades ou interpretações ambíguas, o falante lança mão das formas *de vocês, dele(s)* ou *dela(s)* ou de *seu* acompanhado de um identificador, como *próprio*. Com igual propósito é que de longa data se emprega em textos escritos a construção formada por um substantivo a que se juntam o possessivo *seu* e um sintagma constituído por *de + nome* ou *pronome*, como no seguinte passo de M. de Assis, citado por Mário Barreto⁴: *Já meu cunhado dizia que era seu costume dela*.

Além de terem significados distintos, os possessivos e o grupo *de + pronome pessoal* também se diferenciam quanto à função e distribuição na linha sintagmática. O pronome possessivo funciona primariamente como determinante nominal (*seu afastamento*); o pronome pessoal preposicionado funciona como determinante nominal (*o afastamento dele*), ou verbal (*afastou-se dele*).

Mesmo quando ocupam posições equivalentes na ordenação sensível (superficial) dos termos do enunciado, o possessivo e o grupo *de + pronome pes-*

² Cf. Eduardo C. Pereira, *Gramática expositiva: curso superior*. S. Paulo: CEN, 1955, p. 319-20; Napoleão M. de Almeida, *Gramática metódica da língua portuguesa*. S. Paulo: Saraiva, 1965, p. 168.

³ Pedro J. Barbuda, *Grammatica*. Bahia: Dois Mundos, 1926, p.579.

⁴ Mário Barreto, *Novíssimos estudos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença/INL-FCRB-MEC, 1980, p. 141. Para outros exemplos, consulte-se Maria Helena de M. Neves, *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000, p.474.

soal nem sempre se equivalem na ordem do inteligível (funcional), justamente por terem, na linha sintagmática, escopos diferentes. Comparem-se as seguintes frases:

- (4) a. Desde o princípio eu sabia que ele escondia coisas de mim.
 b. Desde o princípio eu sabia que ele escondia coisas minhas.

É do conhecimento geral que o possessivo pode vir antes ou após o nome que determina (*meu filho / filho meu*), o que, a princípio, acarreta uma oposição entre “genitivo subjetivo” e “genitivo não-subjetivo”⁵. A forma pessoal preposicionada também ocorre tanto antes quanto depois do nome ou do verbo que ela modifica. Como complemento de nome, vem de hábito depois do termo determinado, mas pode anteceder-lo por força de topicalização, normalmente marcada por pausa (*De mim, é que ele tem inveja.*). Também pode anteceder o termo que determina quando este é de natureza verbo-nominal (*a bênção dele recebida*).

Como determinante anteposto ou posposto ao nome, o possessivo de regra substitui o pronome pessoal sujeito na transformação de um sintagma de núcleo verbal ou verbo-predicativo em outro de base meramente nominal (cf. *eu brigo / minha briga; nós casamos / nosso casamento; eu sou curioso / minha curiosidade*). Se o verbo é transitivo direto, o nome dele derivado pode assumir sentido ativo ou passivo: *sua repreensão = você repreende / você é repreendido*. O possessivo também pode substituir o pronome oblíquo em certas nominalizações do verbo principal:

- (5) a. Ficou esperando por mim no estacionamento.
 b. Ficou à minha espera no estacionamento.

Nas construções do tipo SVO, em que o sujeito e o objeto são igualmente formas pessoais, o processo de nominalização acarretará a substituição do sujeito pelo possessivo ou pelo pronome pessoal introduzido por *de*. No lugar do objeto, irá aparecer o pronome pessoal precedido da preposição *por*:

⁵ Para uma interpretação dos valores funcionais decorrentes da colocação dos possessivos, consulte-se Ana Lúcia Müller, “O significado da ordem dos pronomes possessivos no sintagma nominal.” *Revista da ANPOLL*, 4: 11-37, 1998.

- (6) a. Ele me ama.
 b. O seu amor por mim.
 c. O amor dele por mim.
- (7) a. Você o odeia.
 b. O seu ódio por ele.
 c. O ódio de você por ele.

Nos casos de nominalização em que o pronome sujeito é substituído pelo possessivo, a forma pessoal que ocupa o lugar do objeto também pode ser introduzida pela preposição *de*:

- (8) a. Eu te invejo.
 b. Minha inveja de ti.

No português quinhentista, o possessivo posposto a certos nomes, particularmente os que exprimem sentimento, era usado em lugar do pronome pessoal preposicionado como complemento indicativo de causa ou procedência. No trecho abaixo da épica camoniana (*Lus.*, III, 127), a expressão *piedade sua e minha* equivale a *piedade por elas (delas) e por mim (de mim)*, como já assinalado por Epiphânio Dias (1970: 75) e vários outros autores:

- (9) *Ó tu que tens de humano o gesto e o peito*
(Se de humano é matar ua donzela,
Fraca e sem força, só por ter sujeito
O coração a quem soube vencê-la),
A estas criancinhas tem respeito,
Pois o que não tens à morte escura dela;
Mova-te a piedade sua e minha,
Pois te não move a culpa que não tinha.

No português moderno, encontra-se tal emprego do possessivo em construções do tipo *me mande notícias suas* e junto da palavra *saudade*, com a qual forma uma espécie de expressão clichê, muito comum na linguagem literária. Vejam-se, por exemplo, os últimos versos de *Dois Almas*, conhecido soneto do poeta gaúcho Alceu Wamosy (1895 – 1923):

- (10) *Já não serei tão só, nem irás tão sozinha:
Há de ficar comigo uma saudade tua...
Hás de levar contigo uma saudade minha...*

No uso coloquial do português contemporâneo, o referido valor do possessivo aparece no seguinte enunciado, extraído do *corpus* NURC – RJ:

e eu disse... olha... isso é... isso é desonesto seu... (DID, inquérito 373).

Na língua antiga, o emprego do possessivo como complemento não subjetivo, manifestando a noção de causa ou procedência, também ocorria anteposto ao nome, como no seguinte exemplo de *Vida de Santa Eufrosina*, texto do séc. XIV: *Fugiu com meu medo* (= com medo de mim).

6. Pessoais e possessivos na língua padrão

Para Rocha Lima (1972: 101), como para muitos outros gramáticos filiados a uma linha tradicional de estudos, os pronomes pessoais e os possessivos podem ser aproximados do seguinte modo:

(I) PESSOAIS (caso reto)

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
sg.	eu	tu	ele
pl.	nós	vós	eles

(II) POSSESSIVOS

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
sg.	meu	teu	seu
pl.	nosso	vosso	seu

No nível das oposições e correlações sistemáticas, os membros do par *nós / nosso* se aproximam por compartilharem a idéia de uma pluralidade ou uma coleção em que se inclui o locutor. Já os termos do par *vós / vosso* de igual modo significam uma pluralidade ou uma coleção em que se inclui o alocutário. No primeiro paradigma, quantificam-se as pessoas por intermédio do processo morfológico da heteronímia (*eu / nós*) ou da flexão (*ele / eles*). No segundo, a quantificação de pessoa se dá pela heteronímia (*meu / nosso ; teu / vosso*), mas não é marcada quando se trata do delocutado, diferindo, pois, do

que sucede noutras línguas, como o francês (*son x leur*) ou o inglês (*his x their*). Vale lembrar que a variação de quantidade e de gênero, que todos os possessivos admitem mediante flexão, serve tão-somente como suporte do processo de concordância com o nome designativo daquilo que é vinculado às pessoas do discurso. Como também se costuma dizer, pelo radical (base), os possessivos numeram o possuidor; pela desinência, o objeto possuído. Cumpre, por fim, salientar que os pronomes pessoais e possessivos, de 1ª e 2ª pessoa do plural, não representam necessariamente mais de um locutor ou mais de um e alocutário. Na realidade, as formas **nós / nosso** comumente indicam *eu + não-eu* (“eu amplificado ou ampliado”), do mesmo modo que as formas **vós / vosso** muitas vezes indicam *tu + não-tu* (“tu amplificado ou ampliado”). A amplitude que pela pluralização se atribui aos pronomes pessoais e possessivos pode não apenas adicionar certa característica ao falante ou ao ouvinte (modéstia, majestade, etc), o que faz surgir a figura do “sujeito acrescido de determinada qualidade”, como também pode situar locutor ou alocutário no meio de uma multidão indiferenciada, o que dá origem à noção de “sujeito genérico ou indeterminado”. Conforme declara Benveniste (1966: 235), “D’une manière générale, la personne verbale au pluriel exprime une personne amplifiée et diffuse. Le ‘nous’ anexe au ‘je’ une globalité indistincte d’autres personnes”.

É incontroverso que o quadro acima delineado merece reparos, pois o pronome *seu* não pode ser considerado como forma exclusiva de terceira pessoa, mesmo no domínio da norma exemplar ou padrão da língua. Como diz Said Ali (1964: 96), as formas *seu(s)* e *sua(s)* também são empregadas para designar a pessoa ouvinte, “desde que a tratemos por *senhor, vossa mercê (você), vossa excelência*, etc.”. Segundo Said Ali, tal emprego do pronome tornou-se regra a partir da linguagem seiscentista, mas já existia no português quinhentista. A este respeito, afirma Antenor Nascentes⁶: “o possessivo *seu* já em tempo de Camões podia referir-se à pessoa com quem se fala”. Muitos outros gramáticos que viveram nos fins do séc. XIX ou início do séc. XX também assinalam o emprego de *seu* para indicar a segunda pessoa em enunciados típicos do registro formal ou informal. É o que fazem, em solo lusitano, d’Almeida Netto (1883: 450-1, 470) e Epiphânio Dias (1970 [1918]:75). Entre os gramáticos brasileiros, Vilhena Alvez (1895:156), em compêndio aprovado na época para uso nas escolas do Estado do Pará, assim se manifesta sobre o assunto: “Quando nos dirigimos a alguém empregamos ordinariamente o possessivo *seu* em lugar de *teu* como: Meu amigo, aqui estão os *seus* livros”.

Apesar da forte concorrência das formas *você(s)* e *seu(s)*, os pronomes pessoais *tu / vós* e os possessivos *teu / vosso* não desapareceram da modalidade

⁶ Cf. Antenor Nascentes, *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953, p. 138.

padrão da língua que aqui se fala e se escreve. Na verdade, eles continuam a ser usados por muitos locutores das diversas regiões do país com o propósito de emprestar maior solenidade a discursos de cunho político, laudatório, religioso ou jurídico. Também aparecem no âmbito do fazer literário, por razões de estilo, e no domínio das práticas administrativas oficiais, por mero cultivo das formalidades. Vejam-se, por exemplo, os seguintes passos extraídos da tessitura poética do nosso cancionero, da prosa de Clarice Lispector, dos versos de Drummond, da lírica de Cecília Meireles, do fabulário aqui feito ou traduzido, da correspondência burocrática de Mário de Andrade e de incidente vocativo em crônica de Affonso R. de Sant'Anna:

- (11) *Nenhuma tem os encantos que tu possuis*
Tuas areias, teu céu tão lindo, tuas sereias

Pelas manhãs tu és a vida a cantar.
 (Copacabana, canção de João de Barro e A. Ribeiro.)
- (12) *Parecia-lhe que deveriam um dia ter dito assim: sou tua mãe, Catarina.*
E ela deveria ter respondido: e eu sou tua filha.
 (Clarice Lispector. *Laços de Família: contos.*
 25ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993, p.121.)
- (13) *Como compraste calma? Não a tinhas.*
Como aceitaste a noite? Madrugavas.
Teu cavalo corta o ar, guardo uma espora
de tua bota, um grito de teus lábios,
sinto em mim teu corpo cheio, tua faca,
tua pressa, teu estrondo... encadeados.
 (C. Drummond de Andrade. *Reunião: 10 livros de poesia.*
 Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969, p.118.)
- (14) *Então, disse: “Vem comigo,*
vem como estás, em segredo,
que eu de ti não tenho medo,
nem que sejas inimigo.
Já sei todo o humano enredo.
Só das almas não sei nada.
E a tua é levada.
 (Cecília Meireles. *Poesias completas.*
 Rio de Janeiro: Civilização/INL, 1973, p.207.)

- (15) *Uma vez adestrado, o lobo disse-lhe: “Agora que tu me acostumaste a roubar, toma cuidado para que não te faltem muitas das tuas ovelhas.”*

(*As fábulas de Esopo: em texto bilíngüe grego – português.*
Trad. Manuel Avezela. Rio de Janeiro: Thex, 1999, p. 277.)

- (16) *Olha um momento para mim: talvez eu descubra nos teus olhos os segredos do teu coração, e nos teus traços os enigmas de tua alma.*

(Gibran Khalil Gibran. *Temporais*. Trad. Mansour Challita.
Rio de Janeiro: ACIGI, s/d, p. 59.)

- (17) *Sr. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade.*

De acordo com vossas determinações venho apresentar-vos relatório dos trabalhos que realizei durante o mês de janeiro p.p. para este Serviço.

(Andrade, Mário de. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936 – 1945.*
Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1981, p. 169.)

- (18) *E vede agora, ó filhinhos e filhinhas do papai, que esbanjais vossos corpinhos sem destino nas praias da irresponsabilidade!*

(Affonso Romano de Sant’ Anna. *A Mulher Madura*.
Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 111.)

Pelos exemplos acima, que se poderiam multiplicar *ad nauseam*, verifica-se que o sistema de possessivos ainda em vigor no português culto formal tem a seguinte configuração:

(III)

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
sg.	meu	teu / seu	seu
pl.	nosso	vosso / seu	seu

7. Pessoais e possessivos na língua coloquial

Diversos estudos comprovam que em variedades orais e escritas do português de aquém e além mar os pronomes de 2ª pessoa, *tu / vós*, cederam lugar a formas de tratamento do tipo *você (senhor) / vocês (senhores)*. As reestruturações provocadas pelas mudanças deram origem aos seguintes quadros, observáveis no português coloquial do Estado do Rio de Janeiro e de outras regiões do Brasil:

(IV) PESSOAIS (caso reto)

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
sg.	eu	você	ele
pl.	nós	vocês	eles

(V) POSSESSIVOS

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
sg.	meu	seu / teu	seu
pl.	nosso	seu / teu	seu

No quadro de pronomes pessoais, não estão assinalados dois fenômenos que têm sido ultimamente bastante estudados: a) a alternância entre as formas *a gente* e *nós*; b) a função de “sujeito genérico, indiferenciado ou indeterminado” que os termos *você* e *a gente* muitas vezes assumem. Também excluiu-se do quadro o pronome *tu*, que esporadicamente aparece na fala carioca, acompanhado de verbo com forma quase sempre idêntica à de 3ª pessoa (v.g., “tu vai”). Cabe notar que o pronome *você*, ao ser usado para referência genérica, indicando “qualquer pessoa”, acaba por impregnar o pronome *seu* de tal sentido, nos casos de existência entre ambos de relação anafórica.

8. Possessivos e ambigüidade

O quadro (V), acima apresentado, revela que a forma *seu*, além de designar qualquer número de possuidores, também serve para fazer referência à 2ª ou à 3ª pessoa. Por conseguinte, no falar concreto pode ser usada para indicar alguma coisa relacionada com: a segunda pessoa do singular; a segunda pessoa do plural; a terceira pessoa do singular; a terceira pessoa do plural; a ter-

ceira pessoa indeterminada ou generalizada; a segunda e a terceira pessoa, indistintamente.

Devido ao valor assumido pela forma *seu*, afirma Perini (1985: 1-16) que o referido sistema de possessivos, considerado por ele como próprio do português “padrão do Brasil”, tornou-se inevitavelmente ambíguo. Embora ressalte serem os falantes capazes de manipular os meios discursivos para manter a ambivalência sob controle, diz Perini que “permanece o fato de que o sistema, em si, inclui ambigüidade” (1985: 5), da qual se teria livrado o português coloquial pela instauração do seguinte paradigma:

(VI)

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
sg.	meu	seu	dele
pl.	nosso	de vocês	deles

A respeito deste paradigma, Perini supõe o seguinte: a) trata-se de um sistema que reúne formas sintéticas (*meu*, *nosso*, *seu*) com outras analíticas (*de + N*); b) o pronome *seu* teria assumido a função exclusiva de indicar 2ª pessoa do singular; c) este novo sistema teria surgido do que aparece no quadro (V).

Reiterando idéias de Perini e tendo em vista a freqüente substituição do pronome pessoal *nós* pelo sintagma *a gente*, Cerqueira (1993: 150) assinala que no português coloquial a forma sintética *nosso* vem cedendo terreno para a forma analítica *da gente*, o que implica a transformação do quadro acima no seguinte:

(VII)

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
sg.	meu	seu	dele
pl.	da gente	de vocês	deles

Do que foi exposto, verifica-se que Perini sustenta as seguintes hipóteses, ratificadas por Cerqueira (1993) e alguns outros pesquisadores: a) o possessivo *seu* carrega a marca da ambigüidade no sistema pronominal da língua “padrão do Brasil”; b) na língua coloquial, o referido pronome deixou de ser plurivalente, fixando-se na indicação da 2ª pessoa do singular; c) o sistema de

possessivos do português coloquial mescla formas sintéticas com formas analíticas.

O exame crítico das hipóteses acima torna patente que é preciso reformulá-las ou simplesmente abandoná-las. No que concerne à hipótese (a), o exame do quadro (V) revela que a forma *seu* tão-somente indica uma relação de posse, *lato sensu*, que tem como termo inicial qualquer pessoa do discurso diferente da primeira. Institui-se, assim, no plano sistemático do idioma o seguinte tipo de oposição:

(VIII)

1 ^a pessoa	x	não 1 ^a pessoa
∧		∩
sg. x pl.		sg./pl.
<i>meu x nosso</i>		<i>seu</i>

A rigor, a ambigüidade atribuída ao pronome *seu* não é inerente ao sistema da língua, mas algo que só se manifesta e se apreende na movência da fala. No plano do sistema, *seu* deve ser apenas interpretado como termo não-marcado em relação ao possessivo de 1^a pessoa. Quando ocorre no plano da enunciação, pode tornar-se referencialmente equívoco ou indefinido pela incompetência comunicativa de alguns locutores, pelo propósito de outros de construir enunciados polissêmicos e ainda pelo conhecimento insuficiente ou precário do ouvinte/leitor a respeito dos objetos de designação que configuram o universo do discurso. Além disso, muitos exemplos de ambigüidade apresentados em trabalhos de pesquisa soam falsos (não correspondem ao que habitualmente se diz ou se diria em determinada situação), por serem exemplos *ad hoc*, isto é, enunciados forjados pelo próprio pesquisador justamente para servirem de prova daquilo que se pretendia demonstrar.

Desde há muito que gramáticos e lingüistas têm apontado e discutido a questão da referência variável do pronome *seu*. Fora, todavia, dos domínios do léxico técnico-científico, a virtualidade da múltipla referência, *conditio sine qua non* da ambigüidade, é por princípio característica de todas as unidades significativas da língua. Isto, obviamente, torna possível criar com o possessivo *seu*, como com outras unidades lingüísticas, incontáveis enunciados de sentido equívoco. Sem sair do domínio dos pronomes pessoais e possessivos, não

é difícil imaginar situações de emprego ambíguo das formas *nós / nosso*, que servem para indicar: a) eu + tu; b) eu + ele; c) eu + tu + ele; d) eu + vós; e) eu + eles; f) eu + um outro diferente de mim (lat. *alter*); e) eu + “o resto” / “tudo que seja outro” (lat. *alia*); g) um conjunto indeterminado de pessoas, de que o falante é simples membro ou porta-voz. Todos estes valores, manifestações do que Benveniste (1966: 235-6) denominou *personne amplifiée* e “*je*” dilaté (eu ampliado), são redutíveis à expressão “eu + não-eu”. À lista de tais valores, que não pretende ser exaustiva, acrescenta-se a possibilidade de as duas formas pronominais também indicarem o *eu multiplicado*, isto é, uma pluralidade de sujeitos emissores considerados separadamente (lat. *omnes*) ou como um conjunto (lat. *cuncti*). É o que pode ocorrer em situações em que um grupo de pessoas age verbalmente em coro.

Ainda no terreno da ambigüidade, imagine-se um contexto em que locutor e alocutário não têm um conhecimento compartilhado de certa *realia*. Neste caso, é perfeitamente possível o possessivo de primeira pessoa se tornar ambivalente no enunciado *ainda não vendi os meus livros*, pois o termo *os meus livros* admite as leituras “os livros que pertencem ao falante” e “os livros de que o falante é o autor”. O mesmo sucede com o enunciado *farei reformas no meu apartamento*, que pode significar “o apartamento onde moro” e “o apartamento de que sou proprietário”. No tocante ao emprego da forma *dele(a)*, se por um lado pode evitar a confusão entre 2ª e 3ª pessoa, por outro não impede a possibilidade de dupla interpretação em certos casos de referência anafórica (*Maria disse a Joana que foi pegar o exame dela.*) ou de sentido dúbio, em certas situações. Assim, *a carta dele* admite os sentidos “carta que lhe pertence” e “carta que vem dele”. Por arremate, cabe salientar que o poder de referência variável das palavras é que justamente permite a Milton Nascimento dizer, no (en)canto da *Travessia*, “**minha** casa não é **minha**”, sem instaurar, com a repetição do possessivo, a circularidade do tautológico (mesmice designativa) e sem criar, por força da predicação negativa, o vazio semântico da contradição.

Também parece improcedente a hipótese de que o pronome *seu* se tornou no português coloquial forma exclusiva de 2ª pessoa do singular, enquanto *dele(s)* e *dela(s)* assumiram a condição de possessivos de 3ª pessoa. Defendida por Perini, esta mesma hipótese foi antes esboçada por Giselle Silva (1984: 54-72), que afirma ser a expressão *dele* “a forma usual de terceira pessoa na língua oral”, forma que na opinião da autora tenderia a ocupar o lugar de *seu* nos casos de referência a um possuidor com o traço “humano” e nos casos de um possuidor com traço “não-humano” em situações de diálogo. Todavia, tal suposição conflita com dados estatísticos levantados por M.H. Moura Neves (1993: 154-58) com base no *corpus* NURC, constituído, como se sabe, por entrevistas que

foram feitas em diferentes cidades do país, entre elas o Rio de Janeiro, e que se podem reunir em dois grupos principais: 1) elocução formal (EF); 2) textos de *conversação* informal ou semi-espontânea (vale dizer, manifestações da língua coloquial). Este segundo grupo compreende: a) diálogo entre dois informantes (D2); b) diálogo entre informante e documentador (DID). Resultados da pesquisa revelam que o uso de *seu* como possessivo de 3ª pessoa ocorre nas três modalidades de entrevista, prevalecendo sobre o emprego de *dele* não só no segmento (EF), mas também no segmento (DID). Considerando o total das ocorrências, eis o que diz a autora na parte final do seu trabalho (p. 207):

“para a 3ª pessoa, é altamente preferida a forma *seu* (68.3%) à forma *dele* (31.7%); essa conclusão, que contrariou as expectativas (especialmente em se tratando de língua falada), foi confirmada pela análise de um *corpus* de confronto (6 EF de São Paulo), que apresentou 75.6% de uso de *seu* contra 24.4% de uso de *dele*;”

De fato, não é difícil colher no *corpus* NURC exemplos das formas *seu / sua* designativas de terceira pessoa. Alguns desses exemplos, extraídos de inquéritos do tipo DID ou D2, realizados no Estado do Rio de Janeiro, são os seguintes:

então ele necessita que... tenha todos os seus auxiliares... (DID, inq. 052)

a noiva entrava na igreja com o seu padrinho de casamento... (DID, inq. 071)

e abotoaria os botões nas suas respectivas casas (DID, inq. 096)

é uma cidade que foi tendo seu abastecimento... (DID, inq. 133)

tinha a famosa tamarino, que as suas folhas sujavam a roupa (DID, inq. 133, recontato)

Esses devem ter os seus prepostos... (DID, inq. 140)

... ele tem o sindicato a seu lado ... (DID, inq. 164)

então esses grupos implantaram a sua própria política patronal (DID, inq. 164)

... o patrão mensalmente fará um depósito em nome dos seus operários (DID, inq. 164)

... o operário requer a sua aposentadoria ... (DID, inq. 164)

É os sindicatos têm sua origem no século dezenove (DID, inq. 164, recontato)

aqueles que não podiam viver na sua própria terra (DID, inq. 347)

a mulher... aquela que trabalha... que... que tem seu emprego (DID, inq.373)

produtos que se duvida da sua... do seu benefício à população (D2, inq. 355)

isso vai ser pedido ao reitor... passa pela sua mão... (D2, inq. 355)

eu acho que o diretor devia ter um dinheiro a sua disposição (D2, inq. 355)

a aflição deles... é... se mandar diretamente para as suas residências... (D2, inq. 369)

do aspecto de uma flor... com seu cálice e com sua... folha... (D2, inq. 374)

o Barão de Drummond mantinha os seus bichinhos e: aquilo lhe custava caro... (D2, inq. 374)

Também contraria o ponto de vista de que no português coloquial *seu / sua* funcionam exclusivamente como pronomes de 2ª pessoa o fato de ambos normalmente servirem para designar os indivíduos de um grupo, tomados um a um, ou indivíduos considerados indistintamente (“qualquer pessoa”), por força do relacionamento no discurso com expressões que apresentam sentido distributivo ou com expressões que se investem de sentido genérico, entre elas, o próprio pronome *você*, conforme evidenciam os seguintes exemplos, colhidos no *corpus* NURC – RJ:

youê fica tão reprimida vê o mundo... cinzento... quando você pouco consegue exprimir... com seu corpo com sua fala... (D2, inq. 147)

agora... financeiramente pode ser um pouco diferente... você se fecha muito quando você vai pra um lugar estranho... suas despesas aumentam consideravelmente... (D2, inq. 158)

... se você ultrapassa o seu direito e esbarra no direito do outro... você não está sendo independente...você está prejudicando...está explorando os outros... (DID, inq. 373)

Até que pesquisas com novos dados provem o contrário, tudo indica que no espaço da coloquialidade o pronome *seu* continua sendo usado, em alternância com *dele* e *dela*, para indicar a 3ª pessoa, preservando-se deste modo uma prática discursiva já de longa tradição. Deve-se, contudo, salientar que nos contextos em que não fica claro qual é a pessoa designada pelo pronome *seu*, é de esperar, numa escala de precedência e dominância, que ele seja primeiramente interpretado como referido à 2ª pessoa do singular, em seguida, à 2ª pessoa do plural e por fim, à 3ª pessoa. Isto se explica pelos seguintes motivos: a) enquanto pólos obrigatórios da dimensão intersubjetiva do pro-

cesso dialógico, a primeira pessoa se opõe de imediato à segunda; ambas, por sua vez, se opõem à terceira, símbolo da dimensão objetiva da linguagem; b) do ponto de vista lógico e ontológico, o uno antecede e é princípio de medida do múltiplo: a noção de pluralidade (“mais de um”) implica e tem como pressuposto a idéia de “um” (singularidade). Além disso, favorece a interpretação preferencial do pronome *seu* como índice de um só possuidor a semelhança morfológica com *meu* e com o substituído *teu*, pronomes que no sistema do português culto formal efetivamente indicam possuidor unitário, por oposição a *nosso* e *vosso*. Já no latim vulgar, a forma *suus* e a variante *seus*, materialmente parecidas com *tuus* (*teus*) e *meus*, passaram a ser usadas para referir a um possuidor singular de 3ª pessoa, opondo-se a (*il*)*loru(m)*, forma oriunda do demonstrativo *ille* no caso genitivo, que se juntou aos possessivos para representar vários possuidores de 3ª pessoa. Daí a existência no mundo românico dos pares opositivos *son / leur* (fr.), *suo / loro* (it.), *suo / lure* (esp. antigo) e *sāu / lor* (rom.). Evidentemente, interpretação preferencial não se confunde com frequência textual: em certas situações comunicativas, em que o falante a todo instante se dirige a determinado ouvinte, é quase certo que o pronome *seu* seja mais usado para designar a segunda pessoa do singular do que a terceira pessoa.

A suposição de que no português coloquial o paradigma de possessivos compreende formas sintéticas e analíticas fica prejudicada pela impropriedade da hipótese (b), acima discutida. Ademais, as formas analíticas (*dele, deles, de vocês*) não funcionam da mesma maneira que as formas sintéticas (*meu, seu, nosso*), conforme já demonstrado (seção 5, *supra*); por conseguinte, é inadequado reuni-las num mesmo subsistema da língua. Esclareça-se ainda que “livrar-se da ambigüidade” pelo emprego das formas *dele/dela* em lugar de *seu/sua* é procedimento antigo e corriqueiro entre os usuários do idioma de diferentes níveis sociais. Há mais de 100 anos, d’Almeida Netto (1883: 450-1, 522-3) já abordara o assunto, ao afirmar que às vezes se diz “*estas casas são delle ou della, delles ou dellas*, em vez de – são *suas*”, acrescentando que em certos casos é melhor empregar o pronome preposicionado para evitar “amphibologias”.

Com um olhar crítico diferente do nosso, Mary Kato (1985) também aponta uma série de inadequações nas conjecturas de Perini sobre o funcionamento dos possessivos na língua coloquial. Em suas conclusões, todavia, Kato defende a idéia da existência, para o português, de uma gramática única de usos variáveis, uma gramática “com um sistema de possessivos sem lacunas e com padrões genitivos com todas as pessoas”. Mais especificamente, eis o que diz a autora (1985: 115):

“Minha gramática comportaria todas as formas possessivas e genitivas, ocorrentes ou não, isto é, ela conteria paradigmas completos. As lacunas e a complementaridade estariam no âmbito do *uso* desse repertório. Não teríamos gramáticas diferentes para o português padrão e o português coloquial, mas apenas usos diferentes dos componentes de uma única gramática.”

O ponto de vista de Kato, porém, esbarra justamente no inconveniente de reduzir a realidade do português a um monismo lingüístico, corporificado em um saber gramatical que se fecha e se imobiliza pela completitude. Deste modo, ignora-se que todo idioma, por sua historicidade intrínseca, sempre se desdobra, mesmo num recorte sincrônico, em múltiplas línguas funcionais⁷, que não podem ser consideradas como epifenômenos de uma única gramática subjacente. Tais línguas funcionais correspondem, a rigor, a diferentes sistematizações gramaticais, cujas unidades, ainda que sejam materialmente idênticas, não têm o mesmo valor nem a mesma extensão de uso. A diversidade de usos do pronome *seu*, por exemplo, está em parte atrelada ao fato de ser uma forma que aparece com significados distintos em paradigmas de distintas gramáticas.

9. Considerações finais

Situados no centro de múltiplas questões de ordem semântica e pragmática, os pronomes possessivos estão a merecer pesquisas mais largas e profundas. No plano universal da teorização lingüística, constituem valiosa fonte de estudo das relações do *eu* com o *tu* e de ambos com os *designata*, já que são instrumentos gramaticais que indiciam e associam, no espaço do discurso, as dimensões objetiva e intersubjetiva do falar em geral. Pela natureza da relação que estabelecem, os referidos pronomes devem ser analisados, no plano descritivo e comparativo, juntamente com outras formas de que as línguas dispõem para expressar possessividade, noção que se atrela, sozinha ou acompanhada da idéia de localização, ao ato de existir, valor que está na raiz da própria linguagem enquanto atividade enunciativa. Não é sem motivos que o verbo *ter* oscila e transita entre o mais evidente e prosaico sentido de posse em “ele tinha um dente de ouro” para o dominante sentido de existência, fática ou poética, em “no caminho tinha uma pedra”. Ao romper pelo gesto da voz o niilismo do silêncio inaugural, o indivíduo assinala o que tem ou pode aparecer (lat. *ex-(s)istere*) em um ponto qualquer de uma realidade que ele próprio constrói ou com a qual se depara, apoderando-se semioticamente do designado para compartilhá-lo com o outro (alocutário). Verifica-se, pois, que a ação da

⁷ Para o conceito de *língua funcional*, consulte-se Coseriu (1980: 101-17).

palavra representa, por um lado, o despertar da consciência para o fato de que existir é “ser / estar aqui ou aí” (al. *Dasein*; ing. *there is*; it. *ci è*), o que implica algo que se “tem aqui ou aí” (fr. *il y a*) e implícita o *ser de* algum lugar, equivalendo a “se tenir et être tenu hors du néant”. Por outro lado, a verbalização constitui meio para alguma coisa *ser de* alguém, sem deixar de ser de outrem, uma vez que confere aos sujeitos envolvidos no processo comunicativo a incensurável possibilidade de apropriação e comunhão simbólica de todo o Universo. Por conseguinte, não há demasia em afirmar que o ato de fala não é só espaço privilegiado para a primeira e mais ampla manifestação da existência das coisas; é também lugar em que a palavra assume a prerrogativa de tornar comum tudo aquilo que cada falante de certo modo possui .

Referências bibliográficas

- ALVES, F. F. de Vilhena. *Grammatica portugueza*. Pará : Pinto Barbosa, 1895.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Bern : A. Francke, 1965.
- BARTNING, I. Eléments pour une typologie des SN complexes en de en français . *Langue française*, 109: 29-43, 1996.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris : Gallimard, 1966.
- CAMARA JR., J.M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CERQUEIRA, V.C. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: ROBERTS, I. e KATO, M. A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993, p.129-61.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l’expression*. Paris : Hachette, 1992.
- COSERIU, E. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- CUNHA, C. F. e CINTRA, L.F.L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, A. E. da Silva. *Syntaxe histórica portuguesa*. 5. ed. Lisboa: A.M. Teixeira, 1970.
- FREEZE, Ray. 1992. Existentials and other locatives. *Language*, 68:553–595, 1992.
- HJELMSLEV, L. *La categoría de los casos: estudio de gramática general*. Madrid: Gredos, 1978.
- KATO, Mary A. A complementaridade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: réplica a Perini. *DELTA*, 1 (1 e 2): 107-120, 1985.

- KAYNE, Richard S. Toward a modular theory of auxiliary selection. *Studia Linguistica*, 47:3–31, 1993.
- LANGACKER, Ronald W. Reference-point constructions. *Cognitive Linguistics*, 4 (1): 1-38, 1993.
- LEONI, F. Evaristo. *Gênio da língua portuguesa*. Lisboa : Tipografia do Panorama, 1858 (2 t.).
- MEILLET, A. *Introduction a l'étude comparative des langues indo-européennes*. Paris: Hachette, 1949.
- NETTO, A. M. D'ALMEIDA. *O escholiaste portuguez*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1883.
- NEVES, M.H.M. Possessivos. In: CASTILHO, A.T. (org.). *Gramática do português falado, vol. 3: as abordagens*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 149-211.
- PERINI, M. a. O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. *DELTA*, 1 (1 e 2): 1-16, 1985.
- POTTIER, B. *Systematique des éléments de relation : étude de morphosyntaxe structurale romane*. Paris : Klincksieck, 1962.
- ROCHA LIMA, C.H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 15ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SEILER, H. Possessivity, subject and object. *Studies in Language*, 7(1): 89-117, 1983.
- SILVA, Giselle M. de O. e. Variação no sistema possessivo de terceira pessoa. *Tempo Brasileiro*, 78/79: 54-72, 1984 (Sociolinguística e Ensino do Vernáculo).
- SOARES BARBOSA, J. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 3ª ed. Lisboa: Academia, 1862.
- TAYLOR, John R. *Possessives in English: an exploration in cognitive grammar*. Oxford: OUP, 1996.
- VIANA, A. R. G. *Palestras filológicas*. Lisboa: A.M. Teixeira, 1910.

VARIAÇÃO DE TIMBRE DAS VOGAIS MÉDIAS NO PERCURSO DIACRÔNICO DOS PRONOMES PORTUGUESES¹

Viviane Cunha²

Resumo: Procura-se analisar a variação/mudança diacrônica das vogais médias nos pronomes portugueses, desde a fase latina.

A fase moderna do português inicia-se no século XVI com as publicações da primeira gramática de Fernão d'Oliveyra (1536) e algumas décadas depois, de *Os Lusíadas* (1572). A linguagem de Camões inaugura uma nova etapa da língua portuguesa, passando a ser um paradigma para a norma culta. O século XVI não é, entretanto, estável, do ponto de vista lingüístico: as duas variantes históricas – arcaica e moderna – coexistem. Formas arcaicas ainda circulam no século XVI e têm dois destinos: podem desaparecer no século XVII ou, por outro lado, se firmam na língua e passam a fazer parte da norma. Os pronomes portugueses também refletem essa oscilação, no que concerne às vogais médias, apresentando um quadro de alternância vocálica, de certa forma, complexo.

Procurarei, neste estudo, comparar as duas fases da língua portuguesa, centrando-me nos pronomes, tendo como objetivo mostrar as mudanças vocálicas ocorridas, sejam elas por efeito de metafonía ou de alçamento.

Os pronomes constituem a classe de palavras que mais conserva vestígios dos casos latinos, e, algumas vezes, do gênero neutro. Segundo Nunes (1975), contribuiu para isto o fato de haver nos pronomes maior distinção entre os casos. Por outro lado, os pronomes serviam também para evitar a confusão entre algumas pessoas dos verbos, que com a perda de algumas desinências vieram a confundir-se (cf. Nunes, *ibid.*).

Do ponto de vista da funcionalidade ou da economia comunicativa, afirmam os romanistas Jordan e Manoliu (1980), que os pronomes, ao fazerem alusão a elementos conhecidos pelos falantes, numa determinada mensagem, facilitam uma comunicação rápida, constituindo-se assim em elementos de

¹ Janeiro de 2002

² Professora de Filologia Românica do Depto. De Letras Românicas da FALE/UFMG

economia da linguagem. Daí o fato de aparecerem com muita freqüência, apesar de serem pouco numerosos, o que os faz aproximarem-se da fronteira dos morfemas gramaticais, conferindo-lhes uma notável estabilidade. É por isso que as línguas românicas conservam melhor as formas pronominais latinas do que as outras partes do discurso, segundo os autores.

Observe-se primeiramente os pronomes pessoais do português arcaico e moderno, no que concerne às formas tônicas, onde se pode constatar a metafonia por abaixamento e por levantamento da vogal tônica, sob a influência de [a] e de [u] átonos finais:

Português Arcaico	Português Moderno
ẽo	eu
ẽlle	ele
ẽlla	ela
nõs	nós
võs	vós

Diferentemente do que acontece com as palavras lexicais, em geral provenientes do caso acusativo latino, os pronomes portugueses se originam na sua maioria do nominativo. O pronome de 1ª pessoa **eu** provém de uma forma que possui *ě*, conseqüentemente, com timbre aberto no latim: *ěgo*. Com a queda da consoante oclusiva sonora latina, surgiu a forma hiatizada *ẽo*, que continuou com timbre aberto no português arcaico. De acordo com Williams (1975), esta forma pode ser encontrada nos primeiros Cancioneiros, e não rima com a 3ª pessoa do pretérito perfeito dos verbos fracos. Isto nos faz supor que o timbre de *e* teria se fechado no português moderno, por influência de **u**, que passou a ser pronunciado como semivogal formando assim um ditongo decrescente, para desfazer o hiato: [ew].

Os pronomes **ille e illa** não faziam parte do quadro dos **pronomes pessoais** no latim clássico, mas pertenciam ao quadro dos **pronomes demonstrativos**. No latim vulgar, ocorreu uma modificação da noção dêitica, e passaram à categoria de pronomes pessoais, para indicar uma 3ª pessoa, que estava fora do eixo falante-ouvinte. A forma portuguesa de masculino singular **ele**, como se pode observar acima, passou apenas pela mudança da vogal tônica *ĩ* > /e/, cujo timbre se manteve inalterado nas duas fases do português, já que o *e* final, que soa como [i] atualmente, não atua na metafonia. Todavia, a forma de feminino **ela**, passou pela evolução *ĩ* > /e/, cujo timbre se conservou na fase arcaica

da língua portuguesa, posteriormente sofrendo metafofia, no português moderno. Tudo leva a crer que até Camões, o timbre da vogal tônica em **ela** era fechado, tendo em vista que n'Os Lusíadas são comuns as rimas das formas preposicionadas **della** (de + **ella**), **nella** (em + **ella**) com **estrella**. (Lus., v. 14:2/4 e I,33:3/5 respectivamente).

As formas arcaicas de 1ª e 2ª pessoas do plural **nos** e **vos** tinham timbre fechado etimológico por causa de *ō* latino (**nōs** e **vōs**). Parece que assim continuou até a época de Camões, pois **vōs** (forma tônica) rima com **pōs** (3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do verbo **por**) e também com **avōs**, onde a vogal tônica deveria ter timbre fechado, a deduzir-se pelo acento circunflexo (cf. Lus. IV, 17:2/4). A questão que se coloca é de como explicar a atual abertura do timbre? Os autores não fazem qualquer referência à mudança de **nōs** e **vōs** (latim) e **nos** e **vos** (português). Pode-se aventar, pelo menos, duas hipóteses: primeiramente, o fato de elas serem formas tônicas. A abertura da vogal média poderia ter ocorrido em consequência da colocação dos pronomes diante de um **a** átono subsequente, por um tipo de assimilação à distância, em razão da próclise, conforme nos exemplos *nós_a ti vamos pedir* e *vós_a eles ireis pedir*. Outra hipótese, mais provável, seria a atuação da analogia. A maioria das palavras monossílabas portuguesas, que possuem **o** tônico e terminam por sibilante surda ou sonora, possui timbre aberto, como se pode verificar em: *foz, çoz, mōs, nõz, sōs, vōz, pōs* (preposição ou plural de **pó**), *nōs* (plural de **nó**).

As terceiras pessoas de plural **eles** e **elas** tiveram a mesma evolução que as formas de singular vistas acima, mas o plural é de formação vernácula, o que quer dizer que ambas se formaram do singular, acrescido do morfema **s**.

As formas átonas dos pronomes pessoais, como se sabe, vieram todas do acusativo latino e possuíam vogais fechadas, como se pode observar a seguir:

Latim	Português Arcaico	Português Moderno
mē	mē	me ['mi]
tē	tē	te ['ti]
sē	sē	se ['si]
nōs	nōs/nus	nos ['nus]
vōs	vōs/vus	vos ['vus]

No português arcaico as vogais médias dos pronomes átonos conservam o timbre latino nas pessoas do singular, e podem variar nas pessoas de plural.

No caso do plural, as duas formas – com **o** e com **u** – se alternam nos Cancioneiros galego-portugueses, o que sugere uma variação que está em vias de se tornar uma mudança. Se os pronomes eram grafados da maneira mostrada acima, pode-se concluir que assim deveriam ser pronunciados, tendo em vista que a ortografia da época arcaica era fonética. Ressalte-se que no português moderno – pelo menos no que se refere à variante brasileira – todas as formas sofreram um alçamento mudando o timbre de [e] para [i] e de [o] para [u].

Ainda no campo dos pronomes pessoais, vale observar os pronomes reflexivos, comparando os do latim vulgar com os do português arcaico e moderno:

Latim Vulgar	Português Arcaico	Português Moderno
mecu-	męgo/comeęo, migo/comigo	comigo
tecu-	teęo/conteęo, tigo/contigo	contigo
secu-	seęo/conseęo, sigo/consigo	consigo
noscu-	nոsco/connոsco	conոsco
voscu-	vոsco(bոsco)/convոsco	convոsco

No latim, as formas átonas **me**, **te**, **se**, **nos**, **vos**, seguidas da preposição **cum**, acabaram se transformando em tônicas, com a aglutinação desta última. No português arcaico, pode-se encontrar tanto as formas com e tônico, como as formas com i tônico, nas três pessoas do singular, o que quer dizer que o timbre etimológico da vogal e a forma metafonizada se alternavam naquele período da língua. Tal fato, pode ser indício de uma mudança em curso, no que se refere ao timbre vocálico dos pronomes reflexivos. Para Williams (1975), de onde extraí o quadro acima, as formas com i tônico despontaram muito cedo, talvez no latim vulgar. Williams cita como exemplo a forma **micu(m)**.

Pode-se observar acima que as três pessoas do singular sofreram metafonía na vogal tônica, por influência de [u] final. Houve uma alteração maior na qualidade da vogal metafonizada, tendo a vogal média anterior fechada [e], se transformado em vogal alta anterior [i], como nos exemplos męgo>migo, comigo; teęo>tigo, contigo; seęo>sigo, consigo. Ressalte-se que esta metafonía ocorreu mais cedo, ao contrário de outras formas pronominais vistas acima. As duas pessoas de plural **conոsco** e **convոsco**, apenas conservaram o timbre etimológico latino.

Quanto aos pronomes demonstrativos, podem ser constatadas algumas perdas e certas mudanças na qualidade da vogal tônica, da fase latina à fase portuguesa, onde se verifica o seguinte:

Latim	Português Arcaico	Português Moderno
iste (nom. masc.)	ęste	ęste
ista (nom. fem.)	ęsta	ęsta
istud (nom. neutro)	ęsto	-
istu-	-	isto
ipse (nom. masc.)	ęsse	ęsse
ipsa (nom. fem.)	ęssa	ęssa
ipsum (nom. neutro)	ęsso	-
ipsu-	-	isso

Num primeiro momento constata-se apenas a mudança de $\text{ĩ} > /e/$. Entre a época arcaica e a moderna, os pronomes femininos **esta** e **essa** não ficaram isentos do processo metafônico. Tal metafonia se deu por abaixamento da vogal média anterior tônica, por influência de $/a/$ átono final. As formas arcaicas do neutro **ęsto** e **ęsso**, além da mudança de $\text{ĩ} > /e/$, sofreram metafonia no português moderno, por influência de $/u/$ átono final, dando origem a **isto** e **isso**.

Os pronomes demonstrativos **aquele**, **aquela**, **aquilo** são evoluções das formas latinas ***accu-** (por **eccum** 'eis' do latim clássico) + **ille**, **illa**, **illud** respectivamente. A partícula **eccum** tinha como função, no latim, fortalecer os demonstrativos. Além da evolução sistemática de $\text{ĩ} > /e/$, como em ***accu- + ille** > **aquele/aquel** (arc.), ***accu- + illa** > **aquella** (arc.), ***accu- + illu-** > **aquello** (arc.), esses pronomes sofreram nova alteração no timbre da vogal tônica, na fase moderna do português. Em **aquela** ocorreu metafonia por abaixamento da vogal média anterior, que sofreu a influência de $/a/$ átono final. Quanto a **aquele**, o timbre permaneceu inalterado, entre o português arcaico e o moderno, porque o **e** final (provavelmente, só mais tarde pronunciado como [i]), não atua na metafonia. A forma do pronome neutro **aquilo**, já existia no português arcaico, ao lado de **aquelo**. Isto leva a crer que a metafonia teria ocorrido, como tendência, nessa fase em que as duas formas conviveram, vindo a predominar cada vez com maior frequência, até que a outra forma desaparecesse.

Aqui a vogal média anterior fechada passou a alta, por influência de $/u/$ átono final. Como se pode observar nas formas **isso**, **isto** e **aquilo**, não houve uma estabilidade da mudança $\text{ĩ} > /e/$, conservada em outras categorias, o que demonstra ser a classe dos pronomes, uma classe especial.

Os pronomes possessivos não apresentam uma mudança significativa da vogal tônica nas suas diferentes fases, como se pode verificar a seguir:

Latim Vulgar	Português Arcaico	Português Moderno
m̄eu-	m̄eo	m̄eu
m̄ea-	*mia <div style="display: inline-block; vertical-align: middle; border-left: 1px solid black; border-bottom: 1px solid black; width: 10px; height: 10px; margin-right: 5px;"></div> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle; margin-left: 5px;">mha (forma átona)</div> 	minha
*t̄eu- (por t̄uum)	t̄eo	t̄eu
*s̄eu- (por s̄uum)	s̄eo	s̄eu
n̄ostru-	n̄ostro	-
*n̄ossu-	n̄osso	n̄osso
v̄ostru- (por vestru)	v̄ostro	-
v̄ostru- (por vestra)	v̄ostru	-
*v̄ossu-	v̄osso	v̄osso

A forma masculina de 1ª pessoa do singular tinha **e** aberto no latim em consequência de **ĕ**. Tal timbre continuou aberto no português arcaico e com pronúncia hiatizada, já assim herdada. No português moderno o hiato se transformou em ditongo e a semivogal [w] grafada **u**, fez fechar o timbre de **e** tônico, da mesma forma que ocorreu com o pronome **eu**. Os pronomes de 2ª e 3ª pessoas do singular masculino **t̄uum** e **s̄uum** do latim clássico, foram substituídos por ***t̄eu-** e ***s̄eu-** ainda no latim vulgar, por analogia com a 1ª pessoa, e passaram pelo mesmo processo fonológico. A forma de feminino **m̄ea** sofreu um fechamento maior no português arcaico, mudando a vogal média para uma mais alta: [i]. Havia, na língua arcaica, duas formas desse pronome: uma átona e uma tônica. O pronome tônico **m̄ia** (pronunciado como hiato), era usado encliticamente; e o átono **m̄ha** ['mya] pronunciado como ditongo crescente, era empregado nos casos de próclise. Na língua moderna predominou a forma tônica, cuja evolução foi a seguinte: **m̄ia** > **m̄ia** > **minha**, onde o **i** assimilou o traço nasal da consoante com a qual estava em contato: o /m/. As formas pronominais modernas de 1ª e 2ª pessoas do plural **n̄osso**, **n̄ossa**, **v̄osso**, **v̄ossa**, não sofreram nenhuma alteração no timbre da vogal tônica, apenas mantiveram o timbre etimológico.

O pronome de tratamento **senhor**, origina-se de uma forma comparativa sintética latina, a qual tinha timbre aberto na vogal tônica: **seniore**. No português arcaico há um fechamento no timbre, e é usada uma forma única, que serve tanto para o masculino, como para o feminino. É comum os trovadores galego-portugueses se referirem à sua dona, ou à sua senhora, como **m̄ha senhor**, **senhor fremosa**. É provável que o fechamento da vogal média posterior tônica

tenha ocorrido por influência do *i*, que passou a ser pronunciado como semivogal de um ditongo crescente, interferindo desta forma no processo metafônico, através de uma assimilação regressiva. A partir do século XVI quando **senhor** passa a pronome de tratamento, é que surge o **a** final para identificar o feminino, o qual vai provocar outro tipo de metafonía. Em *Os Lusíadas* (II, 51:2/4) **senhora** rima com **vencedora** o que faz supor ser o seu timbre ainda fechado. No seu romance **Senhora**, de fins do século passado, José de Alencar faz uma interessante observação a respeito da pronúncia de **senhora**, num diálogo entre as duas personagens principais: Aurélia e Seixas. Segundo o autor a pronúncia “correta” seria **senhora**. Entendamos “correta” aqui, no sentido de “estar de acordo com a pronúncia lusitana”.

A observação importante que se pode fazer sobre as formas de tratamento **senhor/senhora**, é que tanto no masculino, como no feminino, ocorreu a metafonía: no primeiro caso, por contato com semivogal, provocando um levantamento na vogal tônica, isto é, [ɔ] do latim passou a [o] no português arcaico. Já no segundo caso, ocorreu a clássica metafonía por influência da vogal átona final da forma feminina, que sendo [a], provocou um abaixamento na vogal média tônica, fazendo mudar a qualidade dessa de [o] para [ɔ].

Consideremos, finalmente, as formas **todo** e **tudo**. O vocábulo **todo** varia em gênero e número no português, ao contrário da forma **tudo**, invariável naquelas duas categorias gramaticais. Ambas são provenientes da mesma forma latina **tōtu(m)**; ressalte-se, entretanto, que a forma variável, é proveniente do masculino e se flexiona em relação ao gênero e ao número: **todo**, **todo**, **todos**, **todas**. Nesse caso não houve variação de timbre da vogal tônica. Todas as formas portuguesas conservam o timbre etimológico latino, provenientes que são de **ō** tônico. Nem mesmo a forma de feminino terminada em **a**, sofreu processo de metafonía. Segundo Ali (1965), as formas variáveis fazem parte da língua portuguesa desde os tempos mais remotos. Já a forma invariável **tudo**, é mais recente, e segundo esse autor, é na literatura quinhentista que ela começa a ser registrada. Na sua gramática do português arcaico Sequeira (1943), afirma que Camões usa quase sempre a forma atual **tudo**, mas ainda se pode encontrar n’*Os Lusíadas* a forma **todo**, o que não deixa de ser um arcaísmo fonético. Como exemplo ele cita este verso:

“Já a ilha e **todo** o mais desamparando.” (*Lus.* I, 91)

No português arcaico a forma **todo** (masc.) era extensiva ao neutro, forma essa que durou até o século XV ou XVI, segundo Sequeira (ibid.). Para o surgimento de **tudo**, podem ser aventadas duas hipóteses, na opinião desse mesmo autor: a influência analógica de **muito**, por intermédio de **tuido**, forma que se houve nos falares do Douro; ou, o que é mais provável, a atuação da metafonía, por influência da vogal átona final, grafada **o**, porém pronunciada

como [u]. Observe-se que em **tudo** ocorreu não apenas a metafonía, mas também uma harmonização do ponto de vista do resultado: [ˈtudu]. A metafonía poderia ser explicada também por uma necessidade de ordem semântica: desfazer a homonímia entre as formas de masculino e de neutro.

Conclusão

Pode-se concluir que a questão do timbre na diacronia dos pronomes portugueses foi bastante cambiante: entre a fase arcaica e a moderna, houve uma mudança na qualidade das vogais, por efeito de metafonía, tendo como consequência um levantamento ou abaixamento da vogal tônica; ocorreu um alçamento nos pronomes átonos, cujas vogais médias, anteriores e posteriores, passaram a mais altas; alguns pronomes mantiveram o timbre das vogais médias, fechado até o século XVI, onde posteriormente ocorreu a metafonía por abaixamento das vogais médias: /o/ > /ɔ/ e /e/ > /ɛ/; alguns pronomes sofreram metafonía, também após o século XVI, por levantamento das vogais médias que passaram a mais altas: /o/ > /u/ e /e/ > /i/.

Referências Bibliográficas

- ALI, M. Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- IODAN, I. e MANOLIU, M. *Manual de Lingüística Románica* Madrid: Gredos, 1980 (2 volumes).
- NUNES, J. J. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1975.
- SEQUEIRA, F. J. M. *Aspectos do Português Arcaico*. Lisboa: Livraria Popular, 1943.
- WILLIAMS, E. B. *Do Latim ao Português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

A PROPÓSITO DE SE REVER UM ALGORITMO DE TRANSCRIÇÃO PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (1998)¹

Jedicaia Sabará Silva (UFRJ/ Dept. de Lingüística e Filologia /IC)

Maria Carlota Rosa (UFRJ/Dept. de Lingüística e Filologia/ Programa de Pós-Graduação em Lingüística)

Fernando Gil V. Resende Jr (UFRJ/Departamento de Engenharia Eletrônica/ Coppe – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica)

Filipe Leandro Barbosa (UFRJ/ Departamento de Engenharia Eletrônica /IC)

Abstract:

This paper focuses on the second edition of the *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, the reference book for Brazilian Portuguese orthography. The new edition, published in 1998, has absorbed a great number of foreign words with their original spelling. It follows from that novelty a confusing guide to Portuguese orthography.

Palavras-chaves/Key-words: Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (1998) / ortografia do português brasileiro/ Brazilian Portuguese orthography / transcrição grafema-fone/ grapheme-phone transcription

1. Introdução

O presente trabalho retoma o transcritor grafema-fone do sistema TTS (*text-to-speech*), proposto em Barbosa *et alii* (2003). Um sistema TTS pode ser entendido como um programa de computador que recebe como entrada um texto eletrônico e faz sua leitura, dando como saída a voz sintetizada. Um

¹ Versão preliminar apresentada na Jornada de Iniciação Científica/2003, na Faculdade de Letras da UFRJ. Nossos agradecimentos a Luiz Antônio Marcuschi, pelos comentários à primeira versão deste artigo.

transcritor, nos trabalhos de síntese de voz, é um algoritmo de conversão de grafemas em fones. O transcritor foi a primeira fase de um projeto que procura desenvolver um sistema TTS para textos em português. O trabalho publicado em 2003 foi elaborado em conformidade com o *Formulário Ortográfico* de 12 de dezembro de 1943 com as modificações introduzidas pela *Lei 5765*, de 18 de dezembro de 1971. Apresenta-se aqui o resultado do passo seguinte: analisar as grafias aceitas na última edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (doravante, *VOLP*), publicada pela Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1998, para posteriores adequações do transcritor. O *VOLP* é a obra que, em última análise, decide o que pode ser considerado uma grafia correta no português do Brasil.

Quando se pensa na ortografia do português brasileiro, vêm à mente os princípios gerais estabelecidos no *Formulário* e as ligeiras modificações, introduzidas em 1971, que dizem respeito à exclusão do trema em hiatos átonos (como *saüdade*) e dos acentos diferenciais (como em *côr*; que se distinguia de *cor* pelo acento). A edição do *VOLP* de 1998 aceita como grafias legítimas do português, porém, uma grande quantidade de inovações ortográficas, ao acrescentar aos cerca de 340.000 vocábulos da edição anterior, de 1981, mais 6.242 novas formas, em especial, termos estrangeiros oriundos do hebraico. Com a adoção de grafias estrangeiras, o *VOLP* trouxe consigo uma enxurrada de problemas, ao admitir seqüências estranhas aos princípios apresentados pelo *Formulário Ortográfico*. A ABL, como nota Luiz Antônio Marcuschi (*c.p.*), passou a pautar-se, nessa edição, não por propor uma escrita que fizesse a adaptação fonética de termos estrangeiros a uma forma do português considerada padrão, como no passado. A nova proposta pressupõe a incorporação pura e simples de uma forma gráfica que, sendo estrangeira, tem outras correlações grafema-fone.

O presente trabalho resulta da leitura de todo o *VOLP* e do confronto das grafias encontradas com os princípios que as regem – ou que deveriam regê-las. As secções que se seguem confrontarão as normas elencadas pelo *Formulário* com as práticas observadas na edição de 1998.

2. Os 12 princípios e os problemas arrolados pelo *Formulário*

Os 12 princípios que guiaram o *Formulário* dizem respeito à fixação da grafia correta, especialmente para palavras que não tinham uso corrente em Portugal, como brasileirismos, variantes brasileiras e termos estrangeiros. A fixação procurava banir a duplicidade gráfica, “*dando-se a cada vocábulo uma única forma, salvo se nele há pronúncia legitimada pelo uso ou pela etimologia*”² (item 6º), e a duplicidade prosódica, ao regulamentar a pronúncia culta,

² Atualizamos a grafia do texto de 1943.

pelo registro do timbre, aberto ou fechado, das vogais médias, bem como da sílaba tônica em casos cuja grafia pudesse gerar dúvidas. Seguem-se aos princípios 17 pequenos capítulos, em numeração romana, que tratam dos aspectos considerados pela ABL como aqueles que poderiam causar dúvidas, a saber:

- | | |
|-----------------------|---|
| I. Alfabeto; | X. Parônimos e vocábulos de grafia dupla; |
| II. K, W, Y; | XI. Nomes próprios; |
| III. H; | XII. Acentuação gráfica; |
| IV. Consoantes mudas; | XIII. Apóstrofo; |
| V. SC; | XIV. Hífen; |
| VI. Letras dobradas; | XV. Divisão silábica; |
| VII. Vogais nasais; | XVI. Emprego das iniciais maiúsculas; |
| VIII. Ditongos; | XVII. Sinais de pontuação. |
| IX. Hiatos; | |

3. A edição do *VOLP* de 1998

O que se nota na edição de 1998 é a multiplicação de variantes gráficas, ao admitir-se como parte da ortografia portuguesa um sem-número de grafias estrangeiras. As letras especiais, <k, w, y>, ganham presença num grande número de palavras, que vão admitir uma forma variante, sem elas, e, por vezes ainda uma terceira variação, em que a grafia estrangeira é nativizada pela simples introdução de algum acento gráfico.

Em decorrência também da nova atitude da ABL, um grafema estranho ao português passa a ser permitido, <ñ> para [ɲ], como em <velardeñita>. Surgem ainda grupos consonantais imprevistos, como <jr>, possível em <utitavajrássana>, <cx>, como em <vricxássana>, <ck>, como em <duckeodendrácea>, <zl>, como em <heazliwoodita>, ou <cg>, como em <gincgoáceo>, <gincgo>, ou <cqu>, como em <acqueta>.

Surgem travamentos gráficos de sílabas como <cf>, em <ecfma>. A representação da assimilação da nasalidade antes de consoante, que prevê <m> antes de <p, b>, mas não antes das outras consoantes não é sempre seguida: <uranpicloro>, <gentnerita>.

Algumas letras recebem leituras imprevisíveis: <g> antes de <i> pode ser oclusiva, [g], não fricativa [ʒ], em razão de se apresentar como variante de <gu>: <attapulgita>/ <attapulguita>; <ragita>/ <raguita>; <ramelsbergita>/ <rammelsberguita>. Por seu turno, <gu> pode apresentar a variante <gw>: <gwala> ou <guala>, <gwamba> ou <guamba>, <gweno>

ou <güeno>. Também a possibilidade de variação indica que <j> pode ser lido [i], como em <sjoegruvita>/ <sioegruvita>; <thjorsauíta>/ <tiorsauíta>. E surgem outras antigas impossibilidades, como <ss> fora do ambiente intervocálico, como em <ericssonita>.

O emprego de acentos pode permitir leituras imprevistas pelo *Formulário Ortográfico*. A edição de 1998 admite o acento grave, agora para a indicação de abertura de vogal média, como em <ampère> ou <ampère-giro>, adicionando à grafia portuguesa um produto do sistema proposto para a grafia do francês. O acento agudo em <ái> indica a sílaba tônica, mas o conjunto pode representar uma vogal tônica média fechada, [e], como para as formas <daváínea>, <daváíneo>; sem acento, <ai> também deverá ser produzido como [e] em <davainítico>, <davainito>. Para que não haja dúvidas quanto à pronúncia, todas essas formas apresentam-se seguidas de (vê). Em meio às novas possibilidades gráficas, a acentuação ganha o importante papel de marcar a grafia como brasileira, a despeito de poder vir assinalada na quarta última (<trépolia>), na sexta (<álcaligranada>), na sétima (<álcaliastingsita>) ou mesmo na nona última sílaba (como em <álcaliferroastingsita>). No entanto, palavras que teriam acento se levada em conta a grafia original podem perder o acento na obra, como o grego <hybris>.

4. As novas grafias

Nas secções que se seguem levantam-se os aspectos em que não há completa concordância entre o *Formulário* e as grafias admitidas como corretas no português brasileiro na nova edição do *VOLP*.

4.1. K, W, Y

Segundo o *Formulário*, as três letras <k, w, y> só podem ser usadas em casos especiais (I, 2). O <k> deve ser substituído por <qu> antes de <e> e de <i>, e por <c> antes de qualquer outra letra (II,3). O *VOLP* de 1998, admite, porém, formas como aquelas a seguir:

- gymkhana
- petscheskita
- corkita
- akaganeíta
- akatoveíta
- akdalaíta
- akermanita
- aksaíta
- aktashita
- charnockito

- *kigélia*
- *okenita*
- *okenite*
- *pakistani*
- *quilostkes*
- *rickardita*
- *rickia*
- *ricksha*
- *rijkeboerita*
- *rucklidgeíta*
- *saka*
- *sakharovaíta*
- *saktismo*
- *valkéria*
- *zetkzerita*
- *zykaíta*
- *zhemchuzhnikovita*

Quanto ao <w>, deve ser substituído por <u> ou <v>, salvo os casos de derivados vernáculos de nomes próprios estrangeiros (II,6). São comuns na nova edição, no entanto, exemplos como aqueles a seguir, cuja pronúncia, em geral, leva a dúvidas, uma vez que nem sempre vem indicada e que nem sempre há um dúplex para ela:

- *dawsônia* a par com *dausônia*
- *lawsônia* a par com *lausônia*
- *dewara*
- *dewattado*
- *dewindtita*
- *lawrêncio* a par com *laurêncio*
- *owyheeíta*
- *rewdjanskita* (paralelas a *revdanskita*, *refdankista* [sic]?)
- *sewamono*
- *paulównia* a par com *paulóvnia*
- *rauwołffia* a par com *rauwołfia*

O mesmo tipo de prescrição é previsto para <y>: deve ser substituído por <i>, excetuados os derivados de nomes próprios estrangeiros, como <byroniano>, por exemplo. E novamente são muitos os casos em que essa norma não é seguida:

- *aidylyita*
- *coysevoxiano*
- *eylettersita*
- *eytlandita*
- *fynchenita*
- *inyoíta*
- *lyddita*
- *lyddítico*
- *lyellita*
- *lyndochita*
- *lyonita*
- *vôyria*
- *tyndallização*
- *syssfingídeo*
- *syssfinge*
- *peyritschuela*
- *cymraeg*
- *cyathus*
- *seymôuria*

4.2. <H> e indicação de hiatos

Afora os dígrafos <ch, lh, nh>, o <h> só deveria ser empregado no início de palavras e no final de algumas interjeições, como <ah!>, <puh!>. A nova versão do *VOLP*, admite, porém:

- (a) <h> final indicando a tônica, como em <**sawah**>;
- (b) <h> como travamento de sílaba não-final, como em <**gahnita**>, <**gahnítico**>, <**gahnoespinélio**>, <**lehnerita**>, <**sahlinita**>, <**uhliguita**>;
- (b) depois de <c>, para a representação da oclusiva velar surda [k], como em <**plúchea**>, <**púchara**>, <**púcharo**>, <**tichita**>, variantes, respectivamente, de <**plúquea**>, <**púcara**>, <**púcaro**> e <**tiquita**>;
- (c) depois de <p>, para representação da fricativa labiodental surda [f], como em <**phot**>, <**josephinita**>;
- (d) depois de <t>, sem representar som algum, como em <**iolanthita**>, <**benthâmia**>, <**eberthemia**>, <**eberthela**>;
- (e) depois de <s>, para a representação de [ʃ], como em <**shabat**>, <**shamisen**>, <**sheik**>, <**shunta**>, <**kosher**>, <**elshóltzia**>.

Admite ainda:

- (f) que <h> apareça em outros encontros que não são previstos pela ortografia do português, como <bh>, <gh>, <sch>, <kh>, <rh>, <zh>: <abhenry>, <leightonita>, <leghorne>, <tauschéria>, <gymkhana>, <mukhinita>, <perhamita>, <sazhinita>, <zhemchuzhnikovita>.

Com as novas grafias incluídas na obra, nem sempre é claro se <h> deverá simplesmente não ser pronunciado, ou se deverá receber alguma aspiração, como nos exemplos a seguir: <heazlewoodita>, <hawleyta>, <hardvíqui>, <hallstático>, <háckia>.

O VOLP de 1998 admite também <h> medial para a indicação de hiatos, átonos ou não: <behaísta>, <behierita>, <behoíta>, <lehiita>, <rohaíta>, <rohâmia>, <utahita>, <sahamalita>, <sahel>. Volta ainda a admitir o trema para a indicação de alguns casos de hiatos átonos, banidos pela Lei 5.765: <haüinita>, <haünítico>, <haüyna>, <haüynita>.

4.3. Letras dobradas

Embora o *Formulário* preveja apenas <rr>, <ss>, <cc> e <çç>, estes últimos pronunciados [ks], a nova edição do VOLP inclui a possibilidade de várias consoantes dobradas:

- attapulgita;
- allemantita;
- allenita;
- allegânico;
- beggiátoa;
- bazzita;
- billardiérea;
- billietita;
- callaghanita;
- tlapallita;
- canizzarita;
- bonnetia;
- botallackita;
- brammallita;
- brannockita;
- buttnéria;
- cannellone;
- toddália;
- uddewalita;
- ecciese;

- *rauwołffia*;
- *rafflésia*
- *eggonita*

5. Considerações finais

Embora o presente trabalho resulte de pesquisa para elaboração de um *software*, as questões aqui levantadas têm conseqüências para aqueles que trabalham com ensino de português ou mesmo com lexicografia. Ao tornar legítima uma enorme quantidade de grafias estrangeiras, quando muito nativizadas pela colocação de alguma acentuação gráfica, o *VOLP* faz com que o *Formulário Ortográfico* deixe de ser o guia para grafar palavras em português. Diferentemente da posição assumida no passado, a nova versão tornou-se um híbrido, ao não se definir por adequar a escrita do português do Brasil ou à pronúncia dos empréstimos ou à grafia na língua de origem, permitindo, assim, diferentes soluções gráficas para uma mesma palavra.

As conseqüências começam a aparecer em obras lexicográficas. Santos (2001: 24-28) propõe em seu *Dicionário essencial da língua portuguesa* uma “*adequação fonográfica*” para palavras estrangeiras, que lhe permite introduzir, por exemplo, <sofituer>, <peiperviú>, <badiborde> e <bluxe> para, respectivamente, <software>, <pay per view>, <body-board> e <blush>. Permite-lhe mesmo chegar a sugerir que a antiga revista do Modernismo, a *Klaxon*, fosse transformada em <Clécson>, sequer respeitando a entrada do termo pelo francês.

A multiplicidade gráfica presente no *VOLP* remete o leitor à lembrança de épocas da história da língua portuguesa anteriores à padronização das primeiras décadas do século XX no Brasil (França, 2003), mas até mesmo de fases bem mais antigas. Diferentemente, no entanto, dos ortógrafos dos séculos XVII e XVIII, as novas inclusões não se voltam a uma “*ortografia sónica*” (Gonçalves, 1992: 12). As novas duplicações introduzidas, por exemplo, devem ser lidas como letras simples. As possibilidades de pronúncia, oriundas das relações estabelecidas no interior de sistemas gráficos estrangeiros variados, são geradoras de dúvidas “*e impedimento aos que não sabem essas linguas donde ellas vierão*” (Oliveira, 1536: [29]).

Tampouco se pode invocar, como fazia Gândavo (1574: fol.C^v), por exemplo, a manutenção de uma grafia que fugisse ao esperado devido “*ao uso desta nossa linguagem*”. O uso pode justificar, por exemplo, <pizza> em lugar da forma <píteça>, sugerida por Sacconi (1998: 528) em seu *Minidicionário*, mas apresentada como cabeça de verbete na versão ampliada da obra, o *Dicionário*

essencial. Mas não se pode invocar o uso para justificar a inclusão, como grafia própria do português, de *gymkhana* ou *szmikita*.

Por outro lado, não há qualquer tentativa de se propor uma representação ortográfica portuguesa de sons raros, caso dos cliques, por exemplo. Assim, como incluir num dicionário a referência a línguas africanas da família coisan (ou seria <khoisan>?) como **ha//om**, **//au-//en**, em que as barras oblíquas representam o clique lateral alveolar? Por sua vez, em **xhosa**, denominação de outra língua africana, a seqüência <xh> representa uma ejetiva velar. Ao se reproduzir essa grafia, proposta para representar o nome da língua em inglês, adota-se uma seqüência até então inexistente em português. Dificilmente não se levará o leitor relacionar <xh>, <x> e [ʃ], como em <xavante>, uma vez que o <h>, afora os dígrafos, não deveria ser pronunciado.

As questões aqui levantadas ficaram ao largo das preocupações do *VOLP* na edição de 1998. Acreditamos que a ABL deveria rever a obra, não só pelas muitas falhas na execução gráfica, mas pela desorientação acerca de o que deveria reger o sistema ortográfico brasileiro.

5. Referências

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. 1998. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Bloch Editores. 795p.
- BARBOSA, Felipe *et alii*. 2003. Grapheme-phone transcription algorithm for a Brazilian Portuguese TTS. In: J.M. MAMEDE *et alii*. *Computational Processing of the Portuguese Language, Lecture Notes in Computer Science*, Proceedings of 6th. Workshop on Computational Processing of the Portuguese Language – Written and Spoken. PROPOR 2003. Heidelberg: Springer. p. 23-30.
- FRANÇA, Angela. 2003. *Para uma história da resolução de problemas: da “arte de dizer” na fala carioca às descrições da variante oral do português brasileiro (1937-1960)*. São Paulo: USP. 261p. (Tese de Doutorado em Linguística).
- GÂNDAVO, Pero Magalhães de. 1574. *Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua*. ed. fac-sim. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. 36p + 72p.
- GONÇALVES, Maria Filomena. 1992. *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII: para uma história da ortografia portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação. 142p.
- OLIVEIRA, Fernão. *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*. Ed. crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Pref. de J. V. de Pina Martins. Lisboa: MM, 2000. 339p.

SACCONI, Luiz Antônio. *Minidicionário Sacconi da língua portuguesa*. São Paulo: Atual. 1998. 686p.

_____. 2002. *Dicionário essencial da língua portuguesa*. São Paulo: Sarai-va. 992p.

SANTOS, Volnyr, coord. 2001. *Dicionário essencial da língua portuguesa (DELP)*. Porto Alegre: Rígel, 1072p.

O NEOLOGISMO NA COBERTURA JORNALÍSTICA DA GUERRA DO IRAQUE: RUÍDOS DA COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL?

Mariana Reis¹

Palavras-chave: Imprensa; criações lexicais; Guerra do Iraque; ruídos de comunicação.

Resumo: A linguagem sempre se relaciona a contextos específicos e se insere no cotidiano do falante, adaptando-se e transformando-se a partir das muitas necessidades sociais. Um contexto de guerra como o ocorrido no ano passado (Guerra do Iraque, 2003) trouxe à tona expressões e palavras diversas daquelas pertencentes ao do nosso vocabulário ocidental, revelando-nos outras realidades e complexidades. Mas até que ponto esse novo léxico facilitou ou dificultou nossa compreensão das informações relacionadas à guerra? A partir do caráter interdisciplinar das áreas de comunicação e lingüística, este artigo pretende discutir o surgimento de neologismos na cobertura da Guerra do Iraque pela imprensa escrita local, analisando se e de que forma a incorporação dessas novas palavras no léxico pode gerar dificuldades de compreensão textual (e contextual) para o leitor.

Introdução

A linguagem sempre se relaciona a contextos específicos e se insere no cotidiano do falante, adaptando-se e transformando-se a partir das muitas necessidades sociais. A palavra surge da necessidade de se nomear a ocorrência de novas situações, novos produtos, novas convenções, ou seja, sua função está diretamente relacionada ao uso. A essa “nova palavra”, ou ao novo uso de uma palavra já existente, a Lingüística dá o nome de *neologismo*. Para Carvalho (1983),

O valor da criação de uma palavra numa sociedade não é apenas o valor de uma nova forma que se impõe, fônica ou gráfica, mas um

¹ Estudante de Comunicação Social/Jornalismo e bolsista Pibic/CNPq/UFPE, tendo desenvolvido em 2003 a pesquisa *A Questão Neológica na Linguagem Jornalística Pernambucana: O Contexto Político-econômico e o Internacional*, parte do projeto *Inovações Lexicais e Semânticas no Jornalismo Recifeense*, sob orientação da Prof.^a Nelly Carvalho, do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco.

signo, com um sentido, um referente e pressuposições; a partir daí, um novo conceito é introduzido na sociedade. (...) O neologismo é ao mesmo tempo uso do código e subversão, reconhecimento e transgressão da norma.

Há basicamente dois tipos de neologismos: os lexicais e os semânticos. Entende-se por neologismo lexical (ou formal) aquele ligado à *forma* da palavra. São aqueles formados a partir de variações de uma palavra preexistente, como, por exemplo, por derivação ou composição. Há ainda os empréstimos lingüísticos, estrangeirismos que podem incorporar-se à outra língua sem traduzir-se (caso dos xenismos) ou podem se adaptar por meio de processos de formação próprios da segunda língua (os hibridismos). O neologismo semântico, como o próprio nome supõe, refere-se a uma palavra já existente que, sem passar por nenhum processo de modificação, é tomada em outro sentido: daí a importância crucial do contexto para a sua determinação.

É através do jornalismo que os discursos e as terminologias dos mais diversos contextos são “vulgarizados”, repassados, de modo acessível, para a sociedade. Como bem já havia observado Carvalho, é na imprensa que se percebe mais facilmente as conseqüências das inovações lingüísticas, “pela quantidade de novos itens lexicais que entram na língua comum”. Tais inovações e renovações provêm das transformações da sociedade e do “resultado da crescente influência da ciência e da tecnologia na vida das pessoas”. Ressaltamos, aliás, a importância da imprensa escrita na incorporação primária desses neologismos no repertório da sociedade: é a partir do registro escrito que a palavra, antes restrita a determinados campos do saber, passa a existir formalmente para um universo mais amplo e mais democrático, o dos leitores de jornais.

Sabemos, obviamente, que nem todas as camadas da população têm acesso diário a informações da imprensa escrita, pelos motivos socioeconômicos mais diversos. Entretanto, também é sabido que o público leitor de jornal é um público médio, constituído de quase todas as faixas etárias e de vários níveis sociais²; daí a linguagem simplificada geralmente utilizada por esses veículos, embora nem sempre essa linguagem simplificada seja característica de todas as áreas trabalhadas pelos jornais: nos referimos especificamente aos cadernos de Economia e Internacional³, nos quais a presença de terminologias específicas e o uso de estrangeirismos muitas vezes dificultam a assimilação da informação por parte do leitor não familiarizado com essas áreas, causando problemas (ruídos) na comunicação pretendida.

² A pesquisa incluiu, também, o exame de um jornal de acesso considerado mais popular, a *Folha de Pernambuco*.

³ Áreas trabalhadas pela bolsista na pesquisa acima citada.

Uma cobertura jornalística de guerra como a ocorrida no ano passado (Guerra do Iraque, 2003) trouxe à tona expressões e palavras diversas daquelas pertencentes ao nosso vocabulário ocidental, revelando-nos outras realidades e complexidades. Mas até que ponto esse novo léxico facilitou ou dificultou nossa compreensão das informações relacionadas à guerra? Tal uso da linguagem gerou um retrato fiel daquela sociedade/realidade? Obviamente esse caráter de análise mais amplo não convém ser exposto aqui, nem constitui nosso objeto de análise; nos deteremos, portanto, unicamente à questão neológica no texto jornalístico da cobertura da guerra, verificando se tal fato poderia constituir um ruído de comunicação.

A escolha da análise dos neologismos na cobertura da guerra EUA x Iraque deveu-se ao fato de tal conjuntura afetar a situação política e econômica tanto das nações envolvidas quanto das demais, levando à adoção de novas formas de expressão para descrever a situação vivenciada. No contexto da Guerra do Iraque, o neologismo surge da necessidade de nomear e especificar realidades restritas, divergentes dos usados em outros contextos de guerra. São, em geral, além de termos pertencentes a um vocabulário bélico, estrangeirismos árabes e anglo-americanos ou nomenclaturas referentes a religiões da região do Golfo Pérsico, sobretudo o islamismo.

O estudo dessas alterações lexicais e semânticas a partir do noticiário internacional da imprensa pernambucana (jornais Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio) dividiu-se em duas fases: a primeira, referente a abril de 2003, aborda o estopim e o auge dos ataques norte-americanos no Iraque; a outra considera a retomada do tema e os questionamentos do pós-guerra e é relativa à análise dos jornais principalmente a partir de agosto de 2003. No entanto, como se poderá observar, é a primeira fase que apresenta exemplos de neologismos mais interessantes.

Metodologia Aplicada

A pesquisa foi realizada a partir da leitura e análise do(s) caderno(s) e/ou páginas dedicadas ao noticiário internacional e à guerra do Iraque dos três jornais pernambucanos de circulação diária – Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e Folha de Pernambuco.

Procedeu-se da seguinte forma: os termos selecionados no *corpus* de pesquisa foram submetidos ao *corpus* de exclusão (Dicionário Aurélio Século XXI) a fim de se verificar se eram ou não neologismos. Os termos que não constavam do *corpus* de exclusão, ou seja, que não estavam registrados no dicionário, foram, então, considerados neologismos *formais*. Os que estavam registrados, porém com significado diferente do encontrado, foram classificados como neologismos *semânticos*.

Os neologismos encontrados foram sistematizados e classificados em fichas, especificando-se termo (ou sigla), contexto, referências gramaticais, observações lingüísticas e/ou enciclopédicas e definição, conforme nos mostra o esquema apresentado na figura 1. Vale ressaltar que apenas a primeira ocorrência encontrada é registrada em ficha; eventuais repetições, variações e demais ocorrências, mesmo que em outros jornais, não entram na classificação sistemática via ficha de registro.

A referência do contexto apresenta-se, nas fichas de classificação, da seguinte forma: sigla do jornal, caderno, paginação. O Jornal do Commercio (JC) aparentemente detém um número maior de registros devido ao maior espaço dedicado à sua cobertura da guerra, através de um número maior de páginas que tratam do conflito no caderno Internacional. Entretanto, não é objetivo de nosso trabalho quantificar as ocorrências em cada jornal analisado.

Num segundo momento da pesquisa, estudou-se o processo de codificação da mensagem, da teoria da comunicação, a fim de determinar possíveis prejuízos na comunicação pretendida.

Figura 1

Termo	Sigla	Referências Gramaticais	Contexto	Observações Lingüísticas
Observações Enciclopédicas	Definição	Sinônimos	Autor da ficha	Data do Registro

Exemplos e Análises

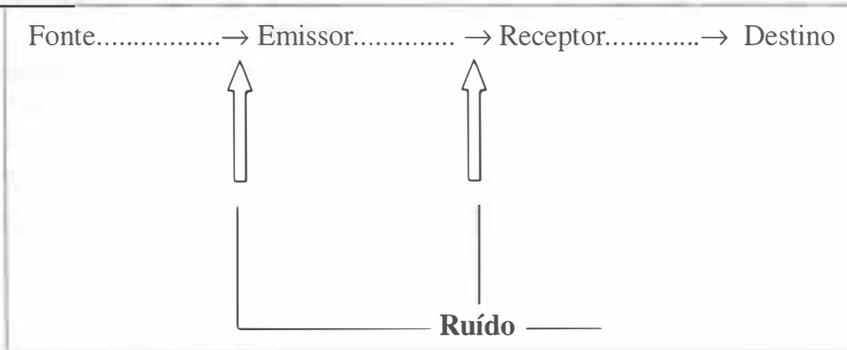
Para ilustrar este artigo, foram selecionados alguns exemplos de neologismos referentes à Guerra do Iraque encontrados durante o período de coleta de dados. Certos termos, apesar de constituírem criações neológicas, são entendidos mesmo alijados do contexto e não geram maiores dificuldades na compreensão. É o caso de neologismos como *pró-Israel* (JC – 01/04/2003, Internacional, p.9), *pró-Saddam Hussein* (JC 04/04/2003, Internacional, p.9), *pós-Saddam* (JC – 14/04/2003, Internacional, p.9), *não-árabe* (JC – 11/04/2003, Internacional, p.11) e as formações *homens-bomba* e *mulheres-bomba* com alto índice de ocorrência nos jornais. Parece claro nesses exemplos que a mensagem é bem assimilada por parte do leitor.

Segundo Pignatari (2002), o processo de comunicação, de transmissão de uma mensagem, pressupõe a existência de um repertório e de um código co-

num entre receptor e transmissor, para que a decodificação da mensagem ocorra sem transtornos. Entretanto, durante todo o percurso percorrido pela mensagem, desde a saída da fonte até o destino, há possibilidade de ocorrerem ruídos⁴ de comunicação, ou seja, perturbações na compreensão da informação. Cabe observar que quanto menor o ruído, melhor será a qualidade de recepção da mensagem (ver figura 2).

Todo signo novo, no entanto, constitui, num primeiro momento, um ruído, visto seu caráter de “inesperado” e “raro”, de estranho à língua ou ao contexto. A teoria da comunicação, portanto, enxerga o neologismo (signo novo) como ruído: por ainda não fazer parte do “repertório coletivo”, interfere na transmissão da mensagem.

Figura 2



Pignatari nos dá ainda um interessante exemplo de ruído de comunicação ligado à linguagem jornalística: trata-se de uma manchete ambígua veiculada em jornal de grande circulação em São Paulo (ver Pignatari, 2002:23). Como esses, inúmeros outros exemplos de ruídos (ou lapsos, como ele os chama) podem ser extraídos da imprensa escrita diária. São erros de revisão, de pronúncia, grafias inadequadas. Por outro lado, há que se considerar também a questão da leitura: excetuando-se erros de imprensa e eventuais ambigüidades lingüísticas, o receptor/leitor só irá assimilar/interpretar a mensagem se a mesma de alguma forma já fizer parte de seu repertório.

Em relação aos estrangeirismos, Jakobson, através do exemplo do pronome inglês I (“eu”), afirma que “a relação entre a informação morfológica e a

⁴ Jakobson, no seu *Lingüística e Comunicação*, fala em ‘ruído de semântica’, ou de sentido, e fala que durante certo tempo tanto a Lingüística quanto a teoria da comunicação tratavam todas as considerações referentes a sentido como ruídos semânticos, excluindo a semântica do estudo das mensagens verbais. Ver Jakobson, (1999:82).

informação sintática em inglês deverá ser comparada com a relação equivalente em outras línguas”. Pode-se deduzir que o mesmo se aplica a outras línguas, mas, como proceder no caso de não haver palavra ou relação equivalente na outra língua? Falamos especificamente de alguns termos árabes reveladores de uma vivência social muito diversa da nossa ou pertinentes a etnias muito específicas, o que causa prejuízos de compreensão para o leitor e, conseqüentemente, de dificuldades de classificação enciclopédica para o pesquisador.

Certos termos encontrados constituem verdadeiro ruído por seu caráter de especificidade, gerando dificuldades de equivalência do termo em língua portuguesa. A inserção de termos como, por exemplo, *mujahedines* (JC – 09/04/2003, Internacional, p.9) ou *shahid* (DP – 06/04/2003, Mundo, p. B 11), no texto jornalístico, mesmo que referente ao contexto muito particular de guerra do Iraque, certamente causa estranhamento ao leitor comum, não familiarizado com a terminologia de religiões islâmicas ou etnias orientais.

Para interpretar tais nomenclaturas (a maioria das vezes não explicadas no texto jornalístico), nem sempre a observação do contexto é suficiente. Às vezes, faz-se preciso recorrer a material especializado ou buscar em outras fontes a informação necessária para decodificar a mensagem. No caso de *mujahedines* (cujo plural nos parece ser uma tentativa de aportuguesamento da palavra de origem árabe), recorreu-se à tradução inglesa, através do dicionário Oxford, para captar o real sentido do termo. Pelo contexto que nos foi fornecido pelo jornal, só pudemos interpretar que o mesmo se referia a pessoas envolvidas em atentados suicidas, enquanto que o dicionário Oxford traz *mujahedin* exatamente como combatente, guerrilheiro da milícia islâmica.

Já *shahid*, estrangeirismo de origem árabe, pode ser relacionado, pelos contextos em que foi encontrado, a ataque suicida. Seria uma expressão significando o martírio a que os islâmicos se submetem em defesa da religião e para alcançar o paraíso, conforme observa-se no contexto acima referenciado: “‘Não vou me casar porque decidi ser um *shahid* (mártir) (...)’ Issa gravara a mensagem (...) antes de partir (...) para se apresentar para o ‘martírio’, que em termos práticos se traduz em ações suicidas de ataque às tropas de coalizão no Iraque.” O contexto apresentado pelo discurso adotado aí deixa claro para o leitor as possíveis significações do termo, não prejudicando a compreensão geral da mensagem.

Interessante observar também a freqüente ocorrência do neologismo semântico *coalizão*, usado nesse contexto de guerra para referir-se às tropas americanas e aliadas. Em oposição às “tropas de coalizão”, a Guerra do Iraque apresentou-nos também o sintagma neológico *eixo do mal* (JC – 10/04/2003, Internacional, p.10). Expressão utilizada, a princípio, pelo governo norte-americano por ocasião dos atentados terroristas de 11 de setembro, para referir-se a

países terroristas da região do Golfo, é retomada aqui ainda significando grupo de países orientais considerados terroristas, como podemos perceber, em grifo, no contexto selecionado, acima referenciado: “Ontem, o porta-voz da Casa Branca Ari Fleischer anunciou que EUA e Coréia do Sul devem realizar um encontro de cúpula no dia 14 de maio para discutir o problema da Coréia do Norte que, como o Irã e o Iraque, foi incluída no chamado eixo do mal”.

O contexto acima apresentado deixa bem claro para o leitor como a mensagem deve ser interpretada: a partir do maniqueísmo de guerra “bem x mal”, presente em outras criações neológicas observadas nessa pesquisa, como *antiterror*.

Algumas Conclusões

Com a análise acima, podemos concluir que muitas vezes apenas a referência a um contexto não é suficiente para a decodificação completa da mensagem. Assim, faz-se necessário recorrer a outras fontes de informação e a outros materiais de consulta para apreender o real valor semântico da mensagem ou do termo. Entretanto, é preciso considerar que o leitor de jornal médio não tem acesso a essas outras ferramentas de auxílio na compreensão do texto e, principalmente, pelo próprio caráter pontual e simplificado característico do texto jornalístico, tais alternativas deveriam ser desconsideradas.

Obviamente, não é costume se ler jornal com um dicionário a tiracolo, excetuando-se os casos de pesquisa, inclusive a escolar. Assim, a imprensa escrita deveria ser uma facilitadora do processo de decodificação da mensagem jornalística, não uma “provocadora de ruídos de comunicação”.

O caderno dedicado ao noticiário de política internacional, evidentemente, traz um grande número de termos e expressões incompreensíveis a princípio, numa primeira leitura, pela quantidade de estrangeirismos e nomenclaturas específicas utilizadas. Assim, o noticiário internacional seria um campo mais “predisposto” ao ruído, pelo alto índice de signos novos ali observados.

O contexto de guerra também apresenta um bom número de contribuições e peculiaridades para a ampliação do léxico. Às vezes, tais contribuições são passageiras, marcadoras daquele contexto específico, único; outras vezes, esses neologismos se incorporam a outros contextos de guerras futuras, ou a outros campos sociais, ou o contexto de guerra cria neologismos em outras áreas distintas: caso do neologismo *risco-Turquia*, verificado na mesma época, no caderno de Economia. Política e Economia são áreas intrinsecamente ligadas, como já se havia dito no começo deste artigo.

Ainda em relação a prejuízos na compreensão da mensagem, observou-se que quanto maior o espaço de texto dedicado a explicar o contexto social ou

momentâneo no qual o termo foi encontrado, menor a possibilidade de ruído, como no exemplo de *shahid*, anteriormente apresentado. No entanto, por uma questão de utilização de espaço físico, nem sempre o jornal se predispõe a maiores explicações terminológicas.

A recorrência a agências internacionais para reproduzir notícias também revela uma tendência a ambigüidades e dificuldades na compreensão da mensagem. Como vimos, muitas vezes a simples tradução direta não é suficiente e, em muitos casos, não há equivalência direta em língua portuguesa. É preciso observar o contexto político-social maior no qual o novo signo está inserido, a fim de facilitar a decodificação da mensagem para o leitor, que, tendo acesso a outras realidades sociopolíticoeconômicas, amplia não só seu léxico, mas a sua visão de mundo.

Referências

- ALVES, Ieda Maria. 1990. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo, Ática.
- CARVALHO, Nelly M. 1982. *Neologismo na Linguagem Jornalística Recifense*. Recife, Dissertação de Mestrado, UFPE.
- _____. 1983. *Linguagem Jornalística. Aspectos Inovadores*. Recife, Secretaria de Educação de Pernambuco – Associação da Imprensa de Pernambuco.
- JAKOBSON, Roman. 1999. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo, Cultrix.
- PIGNATARI, Décio. 2002. *Informação, Linguagem, Comunicação*. São Paulo, Ateliê Editorial.

ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DA ORTOGRAFIA UNIFICADA DA LÍNGUA PORTUGUESA¹

Edmílson Monteiro Lopes – UFCE

Preliminarmente...

O projeto está dividido em 21 bases, indicadas com algarismos romanos, subdivididas em parágrafos denotados por algarismos arábicos, e estes em alíneas, assinaladas por letras. Aqui e ali aparecem ainda observações. Nesta análise, quando o leitor deparar, por exemplo, “Base II,1,b”, entenda “Base II, parágrafo 1º, alínea b”.

Não é o projeto trabalho novo nem original. Constitui repetição do acordo de 1945, com supressões e emendas. Até mesmo na redação, palmilhada com freqüência ao pé da letra. As normas do acordo de 1945 estão publicadas no Diário Oficial da União, de 08-12-1945, a partir da pág. 18.407. É fácil o cotejo.

Onde nada mudaria

Contamos no projeto 162 dispositivo. Destes, 141 nada modificariam relativamente à ortografia em vigor no Brasil: repetem normas do sistema de 1943 (em Portugal, do acordo de 1945) ou modificações da Lei nº 5.765, de 1971.

O projeto usa várias vezes, não dizemos que intencionalmente, expressões que sugerem ter ele efetuado mudanças, em casos nos quais, na realidade nada alterou. Alguns exemplos:

Base VIII, 3 – Prescinde-se do acento gráfico nos oxítonos heterofônicos: cor (ô) – cor (ó), colher (ê) – colher (é) etc.

Base IX, 6 – Assinala-se com o acento circunflexo, obrigatoriamente, **pôde** (pretérito perfeito), para distingui-lo de **pode** (ó), presente.

¹ Resumo da *Análise Crítica* do Projeto da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa publicada em Fortaleza/CE, em 1991, tornada agora oportuna em vista da iminente adoção do referido Projeto.

Base IX, 10 – Prescinde-se do acento gráfico para distinguir paroxítonos homógrafos heterofônicos, como **acerto** (ê) – **acerto** (é), **acordo** (ô) – **acordo** (ó) etc.

Base XIII, 1 – São suprimidos os acentos grave e circunflexo em advérbios derivados com o sufixo **mente** de adjetivos graficamente acentuados: **avidamente** (se ávido), **comodamente** (de cômodo).

Base XIII, 2 – São também suprimidos os mesmos acentos em derivados com sufixos iniciados por **z**, cujas bases são graficamente acentuadas, tais como: **cafezinho** (de café), **avozito** (de avô), **dendezeiro** (de dendê).

Essas cinco alterações foram pela Lei nº 5.765, de 18-12-71.

E ainda:

Base X, 6 – Prescinde-se do acento agudo nos ditongos tônicos grafados **iu** e **ui**, quando precedidos de vogal: **distraiu**, **instruiu**, **pauis** etc.

Base XVI, 1, **a**, obs. – Não se usa o hífen em formações que contêm os prefixos **des** e **in**, nas quais o segundo elemento perdeu o **h** inicial: **desumano**, **inábil** etc.

O projeto esqueceu aqui o prefixo **re**, no mesmo caso: **reaver**, **reabilitar**, **reabilitado**, **reidratar**, **reabilitação**, **reumanizar** etc.

Base XVIII, 1, **d** – Emprega-se o apóstrofo para assinalar, em substantivos compostos, a elisão do **e** da preposição **de**: **cobra-d'água**, **estrela-d'alva**, **pau-d'arado** etc.

Base XVIII, 2 **a** e **b** – Casos em que não se deve usar o apóstrofo: **do** (de + o), **dele** (de + ele), **deste** (de + este), **dessoutro** (desse + outro), **no** (em + o), **nele** (em + ele) etc.

Estas quatro determinações remontam às Instruções para Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovadas a 12 de agosto de 1943. Estão em vigor há mais de sessenta anos.

Não são apenas essas nove as normas que nada modificaram. Contamos, como dissemos, 141 (cento e quarenta e uma).

As mudanças

Vejam os que mudaria, com a reforma aprovada pelo Congresso Nacional do Brasil.

Base I

No §1º – As letras **k**, **w** e **y** passariam a integrar o alfabeto português. O nosso alfabeto é o latino. O **k** e o **y** pertencem ao alfabeto grego; o **dáblio** provém do germânico. Não são, por isso, incluídas atualmente em nosso

abecedário. Trata-se de alteração meramente teórica. Em nada contribui para a uniformização ortográfica, já que as normas para o emprego das três letras continuam as mesmas: em nomes próprios estrangeiros e palavras deles derivadas; em abreviaturas, siglas e símbolos.

Um pretexto a mais para justificar a reforma; um motivo a menos para dizermos com Camões:

“E na língua, na qual quando imagina,
Com pouca corrupção crê que é a latina.”¹

O jornalista Paulo Francis classificou o projeto como fútil². A mudança que deparamos logo de entrada não prova o contrário.

Alega-se que as crianças precisam conhecer as letras **k**, **w**, **y**. Precisam, mas o problema é outro. No método atual de aprendizado da leitura, os meninos vão diretamente às palavras, sem precisar aprender nem o alfabeto nem a soletração. Disto resultam alunos de séries adiantadas incapazes de pôr um grupo de palavras em ordem alfabética ou de consultar um dicionário. Não estamos reprovando o método moderno. É excelente e poupa às crianças longo sacrifício. Apenas queremos dizer que, em algum ponto do currículo, é mister se proceda a uma visão ou revisão geral do alfabeto. Neste ensejo os alunos aprenderão não somente as três letras, mas também as normas do emprego delas. Qualquer gramática ensina isso imediatamente após o alfabeto. Quem não estudar o alfabeto não conhecerá **k**, **w**, **y**, venham onde vierem.

Os parágrafos 2º e 3º nada modificariam.

No § 4º:

“Os dígrafos finais de origem hebraica **ch**, **ph**, **th** podem conservar-se em formas onomásticas da tradição bíblica, como **Baruch**, **Loth**, **Moloch**, **Ziph**”.

A norma, como vemos, é facultativa, mas, ainda assim, apresenta inconvenientes sérios. Trata-se de grafia abolida pela reforma portuguesa de 1911³, baseada no sistema científico de Gonçalves Viana, e pelo acordo luso-brasileiro de 1931⁴. Restabeleceu-a o malfadado acordo de 1945⁵ que, refugado pelos brasileiros, terminou oficialmente revogado⁶, voltando-se ao sistema de 1943. Este⁷, em boa hora, eliminara os complicados dígrafos hebraicos que o projeto intenta restabelecer.

Os dígrafos finais **ch**, **ph**, **th** são permitidos apenas quando a palavra hebraica termina pelas consoantes **kaph**, **phê**, **tau** aspiradas. Podem elas ser aspiradas ou não. Indica-se o segundo caso, na grafia, com um ponto dentro da letra, chamado **dághêš**. Nomes como Melquisedec (ou melhor Melquisedeque), Josafat (ou melhor Josafá) e outros aparecem não raro com **h** final, indevida-

mente. Antropônimos como Anatot e Jafet (ou antes Anatote, Jafé) teriam de ser escrito **Anathoth**, **Japheth**, pois seria incongruente manter o **h** final, e não o medial, já que ambos são igualmente etimológicos. É mister cuidado, ainda, para não confundir hebraico com grego. Nesta língua a consoante **teta** é sempre aspirada, e **tau** nunca; em hebraico **tau** é naturalmente aspirada (às vezes não), e **tete** nunca. Estamos vendo quantas dificuldades.

Mais uma prova?

Loth, como se encontra no projeto, com **th**, está etimologicamente errado. Dirão que muitos assim escrevem. Então, muitos o fazem incorretamente. Isto vem apenas confirmar a nossa afirmação: é inconveniente a manutenção desse **h** (em Portugal) ou o seu restabelecimento (no Brasil); será causa de enganos. O projeto em tela passou pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras. Há nelas homens que profundamente admiramos, de saber notável. Todavia, o equívoco escapou. E pela segunda vez, pois já se encontra no Acordo de 1945⁵.

Provamos a nossa afirmação:

a) Com o hebraico – A palavra **Lot** escreve-se em hebraico com as letras **lâmede**, **uau** e **tete** (לֹט), correspondentes, respectivamente, a **l**, **o**, **t** do nosso alfabeto. **Tete**, como vimos, representa o / t / hebraico não aspirado. A transliteração só admite **th** quando substitui a letra tau, sem dágheš, símbolo gráfico do / t / aspirado. O antropônimo **Lot** é encontrado no Antigo Testamento, em hebraico, 33 (trinta e três) vezes. Conferimos quatro edições da Bíblia hebraica⁶. Em cada edição verificamos, meticolosamente, cada versículo em que figura a palavra em estudo. Não há divergência; a grafia é a mesma, sem uma só variação: **lâmede** – **uau** – **tete**. Logo, o étimo do vocábulo **Lot** de maneira nenhuma admite o **h** final. Note-se que a primeira edição citada nas referências bibliográficas, a Stuttgartense, é conhecida como a melhor edição crítica do texto hebraico da Bíblia.

b) Com o grego – Os sábio judeus que traduziram o Antigo Testamento do hebraico para o grego – os Setenta, segundo a lenda – fizeram a transliteração da palavra **Lot** com as letras **lambda**, **ômega** e **tau** (λωτ). **Tau** representa o / t / grego não aspirado, transliterado para o latim e para o português com **t** simples. O **teta**, signo do / t / aspirado, é que se translitera por **th**. Também aqui a verificação, sempre feita por nós próprios, foi rigorosa. Examinamos a palavra, vez por vez, na versão dos Setenta⁷. Nem uma só discrepância. A grafia é, como dissemos, **lambda** – **ômega** – **tau**, que repele inútil e inoportuno **h**.

c) Com o latim – A tradução latina da Bíblia foi feita quase toda por S. Jerônimo. É chamada Vulgata. Houve outras versões latinas, parciais. A Vulgata é a versão oficial da Igreja. S. Jerônimo traduziu o Antigo Testamento direta-

mente do hebraico. Na versão antiga da Vulgata que consultamos a grafia usual é **Lot**. Não admira apareça rara vez o **th** final, certamente erro de algum copista. Até a invenção de Gutemberg, no séc. XV, a Bíblia era transmitida de geração a geração mediante cópias manuscritas, feitas por monges católicos. Depois da imprensa, compositores e revisores, nem sempre habilitados, metiam-se a retocar a grafia de palavras, como ainda hoje acontece. Isto explica uma que outra divergência. Mas não permite concluir que S. Jerônimo tenha escrito a palavra incorretamente, com **th**. Examinamos a edição moderna da Vulgata dirigida por Filion¹⁰, a mais conhecida e acreditada no Ocidente. E a editada pela Typis Polyglotis Vaticanis, praticamente a versão oficial da igreja¹¹. Em ambas só encontramos **Lot**, nem uma só vez com o descabido **h**. O erro foi, pois, corrigido na Vulgata.

d) Com as línguas novilatinas – Estendemos a nossa pesquisa às mais conhecidas e importantes herdeiras do latim. Em edições antigas da Bíblia, mormente em português e francês, não há uniformidade na grafia da palavra em estudo. Não admira. As edições eram copiadas de outras anteriores, sem nenhuma preocupação científica. Sofriam ainda a influência da ortografia chamada pseudo-etimológica. Com o ressurgir da cultura grega e latina – o Renascimento – também a ortografia se amoldou às duas línguas. E não raro, para “esnoar” sabença etimológica, os autores recheavam a escrita de **th**, **ch**, **yy** e outros símbolos exóticos. Muitas palavras passaram a ser escritas com um **h** hiperetimológico: **author** (do latim *auctore*), **cathegoria** (do grego *kategoria*, pelo latim *categoria*), **chrystal** (do grego *krystallos*, pelo latim *crystallu*), **sepulchro** (do latim *sepulcrum*), **theor** ou **tehor** (do latim *tenore*) etc. Causa semelhante deve ter acontecido com a palavra **Lot**. Mas, nas edições modernas, cujos textos passaram por revisão crítico-filológica, deparamos exclusivamente **Lot**. Fizemos cuidadosa verificação quanto ao italiano¹², romeno¹³, espanhol¹⁴ e francês¹⁵. Todas essas línguas grafam **Lot**, em todas as passagens em que figura este nome. Em francês e em espanhol consultamos a famosa Bíblia de Jerusalém, tradução direta do hebraico, dirigida pela Escola Bíblica de Jerusalém, uma equipe de religiosos dominicanos especialistas no assunto. O erro está sanado também nas línguas românicas. Em português há duas versões principais: a de Figueiredo¹⁶, um clássico da língua, usada pelos católicos; e a de Almeida¹⁷, adotada pelas igrejas reformadas. Ambas elegeram o melhor: a forma **Ló**, adaptada ao vernáculo, na versão de Almeida também os demais nomes próprios estão aportuguesados: Baruque, Moloque, Zife, Judite, Jacó, Jó, Moabe, Isaque, Davi, Gade, Gogue etc. Bensabat, nome do poliglota e escritor gibraltariano, incluído no projeto entre os nomes da tradição bíblica, não o é, embora de origem hebraica.

Não se alegue que a grafia **Loth** está consagrada pelo uso. Tanto não é verdade que foi corrigida, como outras palavras que apresentavam um **h**

hiperetimológico, já citadas (author, categoria etc.). Não se corrige o que está correto. A forma gráfica *Lot*, esta sim, é sancionada pela história e tradição da Língua. Nas “Histórias d’ Abreviado Testamento Velho”, também conhecidas como Bíblia Medieval, do século XIV¹⁸ encontramos **Lot** vinte e cinco vezes seguidas. Só duas vezes, no início, escreveram **Loth**, explicável como engano do copista.

Fica assim provado que, na Bíblia, tanto em latim como nas línguas românicas mencionadas, o erro foi corrigido, onde o havia. Que o seja também no projeto.

Força é reconhecer que se enganou o saudoso Mestre Antenor Nascentes, cremos que por desconhecimento do hebraico, quando registrou no seu Dicionário Etimológico, tomo II:

“Loth – s.m. Nome de homem. Do hebr. Loth”¹⁹.

O que existe nessa língua é **lot**, substantivo comum = véu; **lut**, verbo = velar, cobrir, envolver; e **Lot**, antropônimo sobrinho de Abraão.

O projeto é contraditório. No § 4º, admite letras mudas em antropônimos e topônimos como **Baruch**, **Moloch**, **Ziph** e semelhantes; no § 6º recomenda que os topônimos de línguas estrangeiras sejam substituídos, tanto quanto possível, por formas vernáculas. Termina oficializando todas as grafias imagináveis: **Judith**, **Judit**, **Judite** etc. Deveria oficializar uma só grafia. Para isso tem à escolha duas boas opções:

1ª aporuguesar essas palavras, como é da índole da língua; Baruque, Moloque, Zife; Judite, Jacó, Jó, Ló (que é velha em **pão-de-ló**) (Bueno)²⁰, Isaque, Davi, Gade, Josafá; Madride, Cide, Calecute etc.

2ª indicar, na escrita, a consoante final (sem o inútil e traiçoeiro **h**), quando e onde pronunciada: Baruc, Moloc, Zif, Judit, Jacob, Job, Lot, Isac, David, Gad, Josafat, Madrid, Cid, Calecut etc. Esta grafia não destoa da história e tradição da língua. É a que encontramos, quase sem exceção, nas Histórias d’ Abreviado Testamento Velho, já no séc. XIV, como vimos atrás¹⁸. Mais: o Português se harmonizaria, neste ponto, com as línguas românicas – espanhol, italiano, francês e romeno – nas quais esta grafia é, a bem dizer, uma constante. O mais ficaria por conta da Base XXI:

“Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registro legal, adote na assinatura do seu nome”.

Esta norma torna inúteis as complicações, marchas e contramarchas dos §§4º e 5º.

Quem tiver o nome de **Lot** e quiser enfeitá-lo com um **h** final, mesmo errado, que o faça. Não com a chancela de uma norma oficial, porém.

Bases II e III

Nada alteram. Repetem, mais pormenorizadamente, normas já em vigor.

Base IV

Trata das letras consonânticas **c** (representando a oclusiva velar surda /k/) e **p**, em encontros interiores.

No §1º, alínea **a**, ocupa-se das palavras em que as consoantes indicadas por essas letras são pronunciadas, tanto em Portugal como no Brasil e, como é natural, nada se altera na grafia. Alguns exemplos: **compacto, convicção, convicto, ficção, pictural; adepto, apto, erupção, eucalipto**. Nada, pois, mudaria; nada para comentar.

A alínea **b** do mesmo §1º reporta-se às ditas letras **c**, **p** quando escritas em Portugal (e não no Brasil), mas invariavelmente mudas na pronúncia culta. O projeto as elimina sumariamente. Admira-nos tenha a Comissão portuguesa acedido a tal supressão indiscriminada. Fariam essas letras falta irremediável aos portugueses, nos casos em que, embora mudas, não são inúteis – indicam que a vogal precedente deve ser pronunciada com timbre aberto: **colecção/kolêção/, director/dirêtôr, lectivo/ lêtivo/, adoptar/ adòptár/, excepção/ecêção /, baptismo/ bătismo/** e muitas outras². Sabemos que os portugueses praticamente elidem a vogal pretônica. Ora, eliminados o **c** e o **p** dessas palavras, ficariam elas sem nenhuma indicação de que a vogal pretônica deve ser pronunciada aberta. Isto, com o tempo, implicaria deformações como /**kol'ção**/, /**dir'tôr**/, /**ad'tár**/, /**b'tismo**/ etc. o português de além-mar tornou-se um tanto ou quanto áspero. Atribuímos isso à elisão das vogais pretônicas, pelo menos em parte. Todas as vogais são sonoras. É natural contribuam para a sonoridade das palavras. A supressão das letras **p**, **c**, de que tratamos, com a conseqüente elisão, com o tempo, da vogal pretônica (deformação que supomos inevitável), isto em mais de quinhentas palavras usuais, contribuirá decerto para o agravamento do problema.

Contamos no projeto nada menos de catorze casos facultativos. Por que não mais um, a bem do português lusitano? Alegar que diferença tão insignificante, quase imperceptível, dificulta o intercâmbio de livros e a aproximação entre os dois povos é simplesmente ridículo. Não passa de pretexto para uma reforma não debatida, mal planeada e como tal inoportuna. O projeto estarrece pela absurdez e inconseqüência: há pouco, na Base I, § 4º, admitiu letra

² Adotamos transcrição fonética própria, aproximada da grafia normal, para melhor compreensão do leitor, nem sempre especialista na matéria.

muda, absolutamente inútil; aqui, suprime letras indispensáveis à boa pronúncia e conservação de mais de meio milhar de palavras.

Ainda na Base IV, 1, c, o projeto admite as grafias **facto** e **fato**, **sector** e **setor**, **ceptro** e **cetno**. Continuam como está: em Portugal, **facto**; no Brasil, **fato**.

Bases V, VI, VII

Nada alteram.

Base VIII

No § 1º, a, obs. – Em Portugal se usa **metro**, **judo**; no Brasil, **metrô**, **judô**. O projeto consagra as duas grafias, com as duas pronúncias, é claro, e fica tudo resolvido. Na mesma observação mencionam-se outras grafias variantes.

No § 2º, a, obs. – Para atentar à variedade de pronúncia entre Portugal e o Brasil, o projeto admite as grafias **sémen** e **sêmen**, **xénon** e **xênon**, **fémur** e **fêmur**, **vómer** e **vômer**, **Fénix** e **Fênix**, **ónix** e **ônix**.

N § 2º, b, obs. – Mais grafias facultativas, para atender à pronúncia lusa e à brasileira: **pónei** e **pônei**, **gónis** e **gônis**, **ténis** e **tênis**, **bónus** e **bônus**, **ónus** e **ônus**, **tónus** e **tônus**, **Vénus** e **Vênus**.

No § 3º encontramos algo merecedor de reparo. O projeto manda indicar com o acento agudo o timbre aberto dos ditongos escritos **éu**, **éi**, **ói** como já atualmente se faz. Vê-se isto na Base VII, § 1º, na mesma Base VII, § 2º, **a** e na Base VIII, § 1º, **d**. Na Base IX, § 3º, tratando dos ditongos **ei**, **oi** tônicos, em palavras paroxítonas, determina que não se use do acento gráfico, quando abertos, por haver neles oscilação de timbre. No caso de oscilação, o critério adotado pelo projeto é admitir o acento conforme a pronúncia em uso. Acabamos de ver isso no tópico precedente. Houve aqui mudança de critério, incoerência inadmissível num sistema que devera merecer a classificação de científico. Com incongruência, nem sistema será.

No § 4º – Em Portugal, nos verbos da 1ª conjugação, a primeira pessoa do plural é pronunciada com **a** tônico fechado no presente do indicativo: /amâmos/, /louvâmos/; e com **a** tônico aberto no pretérito perfeito: /amámos/, /louvámos/. No Brasil, a vogal é fechada nos dois tempos. O projeto adotou, como sói fazer em cases análogos, a solução da norma facultativa. Assim, aqui continuaremos a escrever **amamos**, **louvamos** nos dois tempos. Portugal continuará a fazer a diferença: **amamos**, **louvamos**, no presente; **amámos**, **louvámos** no pretérito perfeito.

No § 6º, b – acontece com o verbo **dar**, na primeira pessoa do plural do presente do subjuntivo, cousa semelhante à que acabamos de ver no dispositivo

precedente: **dêmos** (com acento circunflexo facultativo) – no presente do subjuntivo; sem acento no pretérito perfeito. Resultado: em Portugal, no caso visto, **dêmos**, com acento; no Brasil, em qualquer hipótese, **demos**, sem acento.

Junta, na mesma alínea **b**, outra norma facultativa: **fôrma**, substantivo, com o acento circunflexo, distinguindo-se de **forma**, com vogal tônica aberta, substantivo ou verbo.

A solução ideal seria permitir o acento circunflexo em homógrafos heterofônicos, toda vez que o sentido contextual não bastasse para distinguir o timbre da vogal tônica. Uma só norma abrangeria os casos de **pôde**, **fôrma** e outros que ocorram eventualmente. Quando se diz, por exemplo: “O diretor ontem não pôde vir”, o acento circunflexo, embora determinado pelas normas ortográficas, é francamente desnecessário, evidenciado que está pelo sentido.

Os §§ 7º e 8º eliminam o acento circunflexo na vogal tônica fechada (a primeira) dos hiatos **ee** e **oo**: **creem**, **leem**; **voos**, **abençoos**, em lugar de: **crêem**, **lêem**; **vôo**, **abençôo**. Sem o acento, essas palavras parecem-nos um tanto desfiguradas, talvez pelo hábito de vê-las sempre de chapéu e estarem aqui sem ele. A verdade é que o tal acento não é de necessidade.

O § 9º (continuamos a Base IX) elimina o acento agudo ou circunflexo de dissílabos paroxítonos em homografia com vocábulos proclíticos (dissílabos átonos). Assim, passaríamos a escrever, sem o acento agudo: **para** (do verbo **parar**); **pera** (forma sincopada de **pedra**, usada no composto péra-fita); **pelo**, **pela**, **pelas** (formas do verbo **pelar**); **polo**, **polos** (extremidade(s)); **pola**, **polas** (substantivo, surra(s); sem o acento circunflexo: **pera** (a fruta); **pelo** (prolongamento filiforme da pele de certos animais) e seu plural **pelos**; **polo**, **polos**. (filhote(s) de gavião); **pola**, **polas** (galho(s) novo(s)).

Eis uma inovação merecedora de aplausos, que se impunha. Nunca pudemos entender por que a Lei nº 5.765/71, tendo suprimido os acentos de homógrafos vivos, atuantes na língua, manteve estes, na maior parte dos casos determinados pela homografia com palavras e combinações arcaicas.

O projeto não menciona **quê** e **porquê** substantivos e **côa**, **côas**, do verbo **coar**, também acentuados para distinção com formas átonas. A unificação exige que também estes percam o acento.

Base X

Os parágrafos do 1º ao 6º nada alteram. No § 7º – é eliminado o acento agudo no **u** tônico precedido de **q** ou de **g** e seguido de **e** ou de **i**. Como este caso é intimamente ligado ao do trema, comentaremos os dois em conjunto, adiante, na Base XIV.

Base XI

Só no § 3º vamos encontrar novidade, ou melhor, a aparência de novidade. Atualmente, no Brasil, escrevemos **acadêmico, anatômico, cênico, Amazônia, Antônio** etc., com acento circunflexo, conforme a nossa pronúncia. Em Portugal, em conformidade com a pronúncia de lá, escrevem nossos irmãos lusos: **académico, anatómico, cénico, cómodo, Amazónia, António** etc. Os brasileiros não vamos mudar a nossa pronúncia; tampouco os portugueses. O projeto resolve a dificuldade num passe de mágica – admite as duas grafias. Os brasileiro continuaremos a escrever **acadêmico, anatômico, cênico, Amazônia, Antônio** etc.; os portugueses escreverão **académico, anatómico, cénico, cómodo, Amazónia, António**, como já fazem.

Base XII

Trata do acento da crase. Nenhuma alteração.

Base XIII

Trata dos acentos grave e circunflexo, índices do acento secundário ou sílaba subtônica, já suprimidos pela Lei nº 5.765, de 18-12-71. Sem alteração.

Base XIV

Trata do trema. É ele suprimido, salvo em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros, como: hübneriano, (de Hübner), mülleriano (de Müller) etc. Os portugueses já não o empregam. Aboliu-o a Base XXVII do acordo de 1945.

Gladstone Chaves de Melo considera esta supressão um absurdo²¹. E é. Queiram ou não os mentores da inoportuna reforma, o trema é útil, digo mal, é necessário para a pronúncia e conservação de grande número de palavras. Sem ele, com o tempo, muitas se deformariam. Lembramo-nos de que, quando ainda não se usava o trema, as palavras **tranqüilo, eqüestre, seqüestro, seqüela** e muitas outras eram proferidas, muita vez, até por pessoas de certo preparo: /trākילו/, /ekestre/, /sekéstro/, /sekéla/. O trema foi adotado na ortografia portuguesa exatamente porque foi sentida a necessidade dele. Por que, agora, eliminá-lo? É de emprego fácilimo: usa-se nas sílabas **qüe, qüi, güe, güi**, para mostrar que a letra **u** não é muda, mas representa semivogal. Sem o trema, temos que = /kél/, qui = /ki/, gue = /ghe/, gui = /ghi/. (Empregamos **gh** para representar a consoante **guê**, oclusiva velar surda, também chamada vulgarmente **g** duro, como em **gola, gula**). Aluno do primeiro grau tem condições de aprender isso, só pelo ouvir, mesmo sem apelar para a transcrição fonética. Não há motivo para a ojeriza criada contra o trema.

O destempero sobe de ponto, quando se tenta conjugar os verbos de terminações: **quar, guar, qüir, güir**. No sistema atual esses verbos se lêem com facilidade e segurança. Na “deforma” transforma-se-iam em verdadeira babel. Isto porque perderiam, de uma vez, dois sinais diacríticos: o trema e o acento agudo na letra **u**. Um exemplo: obedecendo às normas do projeto, escreveríamos **argui**. Como leremos isso? Se fizermos tal qual está escrito, teremos /arghí/, que não existe. **G-u-i** faz /ghi/, como vemos em **consegui, persegui, guitarra** etc. No sistema em vigor temos **argúi** (ele argúi) e **argüi** (eu argüi). Com o acento agudo e o trema, leremos qualquer verbo e qualquer outra palavra sem o menor titubeio. Sem eles, muitos leitores ficarão inseguros, perplexos. Que adianta um acento ou trema a menos, se isto dificulta a leitura?

O projeto estampa, ele mesmo, a necessidade do trema. Precisaram os seus autores distinguir as pronúncias variantes **bilíngüe** e **bilingue**. Como não admite o trema, grafaram “**bilíngue** ou **bilingue**”. (Base XIV). Não fizeram nada. O que aí está é, na realidade, /bilinghe/ ou /bilínghe/. Poderão objetar: o acento no **i** da primeira forma indica que a palavra é paroxítona; logo, substituí perfeitamente o trema. Enganam-se. Em geral se admite que existem palavras paroxítonas terminadas em ditongos crescentes, as quais, numa pronúncia enfática, podem ser articuladas como proparoxítonas: **gló-ria** ou **gló-ri-a**, **his-tó-ria** ou **his-tó-ri-a** etc. **Bilíngüe**, não. Em hipótese alguma se diria **bi-lín-gu-e**, mas apenas **bi-lín-güe**. É desnecessário o acento agudo que o sistema de 1943 prescreve no **i** tônico das palavras em **güe, güem (bilíngüe, míngüe, míngüem)**, tão inútil como o dos verbos de terminação **qüe, qüem (delinqüe, delinqüem)**, vedado pelo mesmo dispositivo. A necessidade da distinção está na letra **u**, para sabermos se ela representa semivogal ou é apenas um símbolo etimológico. **G-u-e** lê-se **ghe**. Logo, grafando-se **bilingue**, com acento ou sem ele, o que está escrito é /bilinghe/.

Bilíngüe é a forma etimologicamente legítima. Diacronicamente provém em linha reta do latim **bilingue** (lê-se como tivesse o trema, desnecessário em latim); sincronicamente é formada de **língua** com o prefixo **bi**. É a única forma acolhida pelos dois maiores lexicógrafos portugueses, Aulete²² e Gonçalves Viana³.

Bilíngue pode ser apresentada como exemplo de deformação causada pela falta do trema, que antigamente não se usava. Perdeu muito da sua feição de forma erudita. Deveria significar “o que tem duas línguas”. Nasceu bastarda, mas difundiu-se em Portugal e foi legitimada pelo uso. No Brasil não logrou gasalhado: não a registram os nossos melhores dicionários²³.

Mas não param aqui os dislates do projeto quanto ao trema. Determina ele que “nem sequer seja usado na poesia” (metrificada), para indicar a diérese, quando exigida pela métrica. Um exemplo frisante: uma das mais belas e com-

pletas definições de **saudade** encontra-se no começo do poema “Camões”, de Garrett:

“Saudade! Gosto amargo de infelizes,
Delicioso pungir de acerbo espinho,
Que me estás repassando o íntimo peito
Com dor que os seios dalma dilacera,
– Mas dor que tem prazeres – saüdade!”²⁴

Vemos que os versos são decassílabos. No primeiro verso, o vocábulo **saudade** lê-se normalmente, **sau-da-de**, trissílabo. Mas, no último, a uniformidade do metro exige se faça uma diérese, isto é, que se desdobre o ditongo **au** num hiato: **a-u**, tornando a palavra tetrassílaba – **sa-ü-da-de**. A letra ü, tremada, indica isso, evitando se leia, de pé quebrado, o belíssimo verso. Vem o projeto e ratifica a malfadada Lei nº 5.765/71, infeliz até na péssima redação (Lopes)²⁵. Desta vez foram os sapateiros além dos sapatos. Ousaram tolher a liberdade individual. Seria (e já é) uma lei ineficaz, pois, a eficácia de um preceito normativo “se encontra indissolúvelmente ligada às idéias de utilidades e de justiça.” (Vasconcelos)²⁶. Supomos haver demonstrado que a norma não é útil nem justa, mas prejudicial e injusta, porque exorbitante.

Bases XV, XVI e XVII

Do hífen

O emprego do hífen é o ponto crucial da ortografia da Língua Portuguesa. Já foi dito que “a hifenização é uma infernização.” (Macambira)²⁷. No sistema ortográfico em vigor temos para regular-lhe o uso dezoito normas. A notícia de uma reforma na ortografia trouxe nova esperança: desta vez, pensamos, será encontrado o caminho para a racionalização. Mas qual! A pretensa reforma brinda-nos com mais sete regras – passam de dezoito para vinte e cinco! E ainda não bastaram, pois deixaram esquecidas palavras em que o hífen é imprescindível, quais as formadas com os prefixos **ab**, **ad**, **ob**, **sob**, **sub**, com o elemento seguinte iniciado por **l** ou por **r**: ab-legar, ad-ligar, sub-lunar, ab-rogar, ad-renal, ob-repção, sob-reptício, sub-região, e várias outras. Garantimos que é possível a redução das regras do hífen para muito menos da metade, com normas claras, fáceis e objetivas. Não adianta penetrarmos no emaranhado projeto. É matagal brenhoso, sem saída. Precisamos acenar para a desejada solução. Vejamos:

1. Na composição.

Os nomes compostos (substantivo e adjetivos) distribuem-se em dois grupos que bem conhecemos:

a) **Compostos por aglutinação** – quando o primeiro componente perde a vogal final átona ao ligar-se com o segundo, altere-se ou não o radical – seriam escritos ligados, sem hífen, como já se faz: aguardente, planalto, pernalto, boquiaberto, cabisbaixo, plenilúnio; agridoce, alvinegro, auriverde etc.

b) **Composto por justaposição** – quando o primeiro elemento mantém a integridade – grafar-se-iam sempre com o hífen: amor-perfeito, gentil-homem, porco-espinho, pé-de-meia, segunda-feira, beija-flor, corre-corre, leva-e-traz; bom-bom, cara-dura, gira-sol, manda-chuva, passa-tempo, roda-pé, vai-vem, – médico-cirúrgico, luso-brasileiro, sócio-econômico, político-religioso, afro-negro, franco-espanhol, anglo-germânico, ítalo-abissínio, grão-duque, grã-cruz etc.(formas como **afro, anglo, franco, ítalo, grão, grã**, em que houve maior perda de elementos, convém sejam incluídas no processo da redução).

Dir-se-á talvez:

– Mas estão aí, com hífen, compostos que se escrevem juntos porque o primeiro elemento perdeu a autonomia fonética.

Resposta – Abandona-se este critério perturbador. O usuário comum da língua não tem condições para distinguir sutis particularidades fonéticas. O Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras (Editora Bloch, 1981) admite **cara-dura** e **caradura**. **Cara**, neste caso, perdeu ou não a autonomia fonética?

– Escrevê-las juntas é uso antigo, uso consagrado!...

Resposta – Atendendo a uso consagrado, nunca se teria feito nem faria reforma alguma. Era uso antigo e consagrado escrever **phosphoro** com **ph** no começo e no meio. Devemos, por isso, voltar a escrever assim?

– O número de hífen que teremos de escrever crescerá assustadoramente.

Resposta – Ainda que assim fosse, a facilidade, a tranqüilidade no escrever compensariam à larga esse pequeno incômodo. Mas não é verdadeira essa objeção. As palavras que estão neste caso vão a pouco mais de vinte. E não as encontramos a cada passo. Nem dá para perceber o acréscimo.

Atualmente não se sabe quando usar o hífen ou soldar os componentes. Por que **sócio-profissional** e **sociopolítico**? Outra: quem escreve **sociopolítico**, **socioeconômico**, **sociocultural**, deveria escrever também

– **socioculturalpolíticoeconômico**.

Palavras deste tamanho nem talvez no alemão... Essas ligações desfiguram a imagem visual dos componentes, geram incoerências, produzem ridicularias. Vamos escrever coerente e sensatamente: norte-americano, anátomo-patológico, sócio-econômico-cultural etc.

2. Na prefixação.

A grande maioria dos prefixos ligam-se diretamente ao elemento radical. Por que em alguns apareceu o hífen? Para que da ligação direta não resultem leituras errôneas. **Bemaventurado**, por exemplo, sem o hífen, seria muitas vezes lido /bê-ma-vê-tu-rá-do/, em vez de /bêy-a-vê-tu-rá-do/. No início, o anteprojeto pretendia que, em lugar de **bem-amado**, se escrevesse **bemamado**. Ainda bem que, a tempo, emendou a mão. Isto nos leva diretamente à norma que deveria presidir ao emprego do hífen na prefixação – quando a junção dos dois elementos conduzisse a uma leitura defeituosa. Conviria houvesse abundância de exemplos, para lembrar e ilustrar os vários casos. Seria necessária mais uma que outra regrinha para algum caso que exija tratamento especial. Entre eles, os prefixos terminados em vogal, seguidos de elemento começado por **r** e por **s**, que se dobram: **antirreligioso**, **contrassenso**, **infrassom** e outros.

3. Na sufixação.

Cousa pouca: com os sufixos **açu**, **guaçu** e **mirim**, quando o elemento precedente acaba em vogal tônica: **andá-açu**, **capim-açu**, **amoré-guaçu**, **anajá-mirim**, **Ceará-Mirim**.

4. Com os pronomes oblíquos átonos, na ênclise e na mesóclise:

encontrei-o, **ajudá-lo**, **confirmou-nos**, **suceder-lhe**, **ajudá-lo-ei**, **confirmar-nos-ia** etc.

5. Seria lembrado o encadeamento vocabular:

a ponte Rio-Niterói, **o percurso Lisboa-Coimbra**, **a ligação Fortaleza-Maranguape** etc., como no projeto. Parece-nos, todavia, que neste caso seria preferível o travessão.

6. O hífen na partição das palavras, em fim de linha:

Tão conhecido que nem as Instruções de 1943 nem o projeto em estudo se lembraram dele.

Veja o leitor: com pouco mais de um quinto das regras do projeto, com normas simples, ao alcance de qualquer pessoa alfabetizada, abarcamos, numa visão geral, um problema que, mesmo com as dezoito regras do sistema vigente, poucos conseguem dominar. Também aqui acontece o que dissemos a respeito da prefixação: será preciso acrescentar uma norma ou outra para atender a algum caso especial.

Base XVIII

Versa o apóstrofo. Repete as normas vigente desde 1943. Um ponto merece reflexão. O projeto, como as normas de 1943, manda que se indique pelo apóstrofo a elisão da vogal **e** da preposição **de**, no interior dos substantivos compostos: **caixa-d'água**, **olho-d'água**, **pau-d'arco**, **pau-d'alho**, **estrela-d'alva** etc.

Não havendo composição, ou mais praticamente, não havendo o hífen, que a indica, não haverá o apóstrofo, far-se-á a soldagem direta. Em razão disso, temos o composto **copo-d'água**, com o sentido de merenda, e **copo d'água**, (sem prejuízo de **copo de água**), indicando um copo cheio d'água ou a quantidade d'água de um copo. Parece-nos que, a continuar a distinção, a regra deveria ser invertida. Nos compostos há maior integração ou até fusão semântica dos elementos: amor-perfeito (uma flor), pão-de-ló (um bolo), beija-flor (um pássaro). A estes caberia, pois, maior integração gráfica. Como, porém, a distinção não passa de uma complicação a mais, por que não ligar o “d” à palavra seguinte em ambos os casos?

A observação final da Base XVIII, que estamos examinando, estabelece que não se ligue, nem com o apóstrofo nem diretamente, a preposição **de** às formas articulares ou pronominais **o**, **a**, **os**, **as**, ou com quaisquer pronomes ou advérbios iniciados por vogal, nas construções de infinitivo, mas escrevam-se as duas formas separadas.

Primeiramente, quando se trata da ligação da preposição **de** com o artigo definido que antecede o sujeito, a proibição é impropriedade. Pode-se fazer ou não fazer a ligação. Encontramos já em Rui de Pina:

“... e a cauza DELLE nom hir em pessoa, diz, que foy porque neste proprio anno começou de Reynar em Portugal”.

“Depois DA Frota dos Estrangeyros aribar aho porto do maar...”²⁸.

E os exemplos se sucedem, passando pelos melhores escritores, até os atuais.

Segundamente³, neste ponto o projeto exorbita das suas funções: sai do campo da ortografia, invadindo os domínios da sintaxe.

Seguem-se:

Base XIX

Das minúsculas e maiúsculas.

³ Desculpem o arcaísmo, usado de propósito. É interessante, prático, merece ressuscitado.

Base XX

Da divisão silábica.

Base XXI

Das assinaturas e firmas

As três nada apresentam que mereça comentário.

O projeto foi aprovado pelas Delegações de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a 12 de outubro de 1990.

Os sete países lusófonos

Os mentores do projeto falam, com muita ênfase, em “países lusófonos”, “comunidade lusófona”. Impressiona. Mas serão mesmo sete os componentes dessa comunidade? Paulo Francis, em reportagem publicada no *Povo*, afirma que colocar Angola e Moçambique entre os países usuários do português é uma piada²⁹. E diz verdade. Não só quanto aos dois que cita, mas também com relação a Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. O Português é a língua oficial desses países no sentido de que é a língua administrativa, não, porém, a falada pela maioria da população. Fora das capitais é difícil encontrar quem fale o Português. Falam-se os dialetos crioulos. O Português era visto como a “língua do colonizador”. Isto explica a preferência aos dialetos próprios, “como uma forma de resistência ao poder colonialista e sobretudo como maneira de assegurar a autonomia cultural” (Margarido)³⁰. Os colonos portugueses pouco se preocuparam com a escolarização e conseqüente difusão da Língua Portuguesa. Quando Angola se tornou independente, em 1975, apenas cerca de 3% da população falavam e escreviam o Português. Em Moçambique, em 1985, apenas 1%. De lá para cá não se deve esperar mudança considerável. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, ambos de população reduzida, têm situações parecidas. O Português é língua minoritária. As práticas culturais autóctones, como as canções e os atos religiosos, são realizadas em crioulo. Cabo Verde tem duas línguas oficiais: O Português e o crioulo. Em Guiné-Bissau, no máximo 10% da população falam Português. Não se trata, portanto, de “países de expressão portuguesa”, como têm sido proclamados.

Está explicado o desinteresse dos representantes desses países no tocante à reforma ortográfica. É o próprio Dr. Antônio Houaiss quem declara:

“Os países africanos adotaram uma atitude absolutamente isenta. A atitude deles é extremamente útil para nós. Eles dizem: Isto é um problema entre vocês dois. O que vocês decidirem nós aceitamos³¹.”

Como sabemos, “você dois” são o Brasil e Portugal, únicos países de língua portuguesa, no sentido pleno da expressão.

NOTA – Para conhecimento da verdadeira situação da Língua Portuguesa na África, leiam-se os excelentes artigos de Alfredo Margarido e de Sílvia Elia, publicados na revista “Língua e Texto”, órgão do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro e da Academia Brasileira de Filologia – Salamandra Consultoria Editorial S/A Av. Nilo Peçanha, 155/510 – Rio de Janeiro – RJ. CEP 20020-Tel. (21) 240-6306.

A malograda unificação

Voltamos ao início do projeto, ao seu título – “Projeto da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa”. A unificação é dada como a meta primordial, a razão de ser da reforma. Será atingido este objetivo? Em Portugal é forte a reação contra o acordo. Nove mil pessoas assinaram documento contra ele. Estão entre os discordantes figuras de projeção cultural marcante, como Virgílio Ferreira e José Saramago, escritores de renome internacional. Alguns já declararam que continuariam a escrever como dantes, limitando, assim, os efeitos da reforma. E há o pior: mesmo que acontecesse o impossível e todos os lusos aplaudissem o acordo, a unificação não aconteceria. Da análise que acabamos de fazer nada ressalta com maior evidência: o projeto não vinga o seu objetivo. A dificuldade ou mesmo a impossibilidade em conciliar divergências leva-o com frequência a acomodações que deixam as diferenças como estão. Há no projeto catorze casos opcionais. Deles, pelo menos a metade destina-se a esses arranjos. Não exagera o Dr. José Alves Fernandes, atual Presidente da Academia Cearense da Língua Portuguesa:

“Como está, o atual **Projeto** parece destinar-se antes à oficialização das divergências irreduzíveis de formas gráficas lusitanas e brasileiras que assinalam, por meio de diacríticos, as respectivas pronúncias, do que à proclamada unificação da nossa ortografia”³².

Para que a unificação?

Os partidários da reforma ortográfica, para angariar apoio, arvoraram a bandeira da unificação. Foi necessário, por isso, mostrarmos que o projeto não alcança esse objetivo. Não, porém, que a julgemos necessária.

Diz-se que o Português é a única língua do mundo com duas ortografias. Nada mais falso. Há uma só e mesma ortografia. As diferenças entre Brasil e Portugal são tão irrelevantes que, na leitura corrente, mal se percebem.

Afirma o Dr. Antônio Houaiss, numa entrevista concedida à UBE:

“São pequenas as diferenças, mas perturbadoras”³³.

Pequenas, sim; perturbadoras, não. É fácil provar. Suponhamos está um brasileiro a ler algum livro de Portugal. Nele vai se encontrar palavras com um **c** (= k) ou um **p**, usados só naquele país, mudos, mas necessários para indicar a pronúncia da vogal precedente: **lectivo**, **baptismo**, **adoptar**, **excepção** etc. Terá o brasileiro de interromper a leitura e correr ao dicionário, para ver o significado dessas palavras? Fará o mesmo um irmão luso, por falta dessas letras, ao ler obras editadas no Brasil? É ridículo, até revolta vemos diferenças dessas apontadas como obstáculo ao intercâmbio cultural ou de livros e à aproximação entre os dois povos. Há quase meio século Portugal segue o acordo de 1945 e nós, o sistema de 1943. Se a aproximação e intercâmbio não foram os desejados, outras serão as causas, que não bagatelas ortográficas. Quem vai provar, agora, a veracidade desta nossa afirmação é o próprio Dr. Antônio Houaiss.

Vejamos.

Alguém afirmou que, com a “reforma”, tudo o que foi impresso em português, até hoje, teria de ser reimpresso. Vem o Dr. Houaiss e contrapõe, em reportagem publicada no *Jornal do Brasil*:

“Eu pergunto se quem diz isso já deixou de ler algum livro de século passado ou do início deste, se é que leu algum, por causa das diferenças ortográficas?”³⁴.

Sabemos que no século passado e início deste se escrevia na **orthographia** latina, obedecendo ainda à **etymologia** das palavras gregas. Grafava-se **sciencia**, **litteratura**, **grammatica**, **difficil**, **penna** (de aves), **elle** (pronome), **machina** (máquina), **thema**, **pharmacia**, **diphthongo**, **phosphoro** e coisas semelhantes. Acha o Dr. Houaiss que diferenças tamanhas não impedem se leiam ainda hoje livros daquele tempo. Mas as diferenças ínfimas entre a ortografia lusa e a brasileira chama-as perturbadoras! Justificam uma reforma ortográfica com a conseqüente inutilização de milhares e milhares de livros – sem esquecer as matrizes, que barateiam novas tiragens!...

Perturbadoras são as divergências léxicas, ortoépicas e sintáticas entre os dois falares. Estas, nenhum acordo nem projeto conseguirão detê-las. São de tal monta que, em Portugal, “traduzem” obras literárias brasileiras para o Português de lá. Temos *Menino de Engenho* “traduzido” para o Português lusitano. Vejamos este passo.

Em José Lins do Rego:

“Um moleque chegou gritando:
– O partido da Paciência está pegando fogo!
Tinha sido faísca do trem, na certa”³⁵.

Na “tradução” lusa:

“Um moleque chegou a gritar:
– O partido paciência está a arder!
Tinha sido faísca do comboio, decerto”³⁶.

Sejam procuradas e encontradas as causas que prejudicam o intercâmbio cultural ou de livros. As disparidades ortográficas, irrelevantes, são pretexto, não motivo, para uma reforma apressada, eivada de contradições e falhas e, ainda mais, prejudicial.

Simplificação

Lemos em Gladstone Chaves de Melo:

“A escrita é a representação da realidade lingüística, por meio de sinais perceptível à vista.

A escrita é, pois, a fotografia da língua... Daí vem que a ortografia será tanto melhor quanto mais precisamente corresponder à realidade falada”³⁷.

Não vem esta citação em defesa duma ortografia rigorosamente fonética. Sabemos ser ela um ideal irrealizável. Queremos dizer que a escrita existe para ser lida. Conseqüentemente, será boa na proporção em que permitir a leitura com facilidade e segurança. Concordamos que as reformas ortográficas devem tender para simplificação. Todavia deve esta esbarrar no ponto em que dificulte a leitura. Do contrário perderia a sua exclusiva finalidade. Vem isto a propósito da supressão, em Portugal, das letras **c** e **p** mudas, quando indicam a pronúncia da vogal precedente (Base IV, § 1^o, alínea b) e da eliminação do trema (Base XIV). Prejudicariam a leitura gravemente e deformariam com o tempo inúmeras palavras, de modo irremediável. Sabemos que a língua não é estática, é dinâmica. Deve evolver normalmente, porém. E não degenerar-se por força de lei ou decreto.

Prejuízos inúteis

Na verdade, tudo o que foi impresso até hoje em português não teria de ser reimpresso. Mas muitos, muitos livros ficariam perdidos: todos os dicionários, passando pelas gramáticas e atingindo os demais livros didáticos. Os prejuízos para as editoras seriam incalculáveis. Os livros subiriam de preço. Maiores sacrifícios para as famílias que precisam pôr os filhos a estudar. Na crise econômica que nos sufoca, não se pode nem deve impor à nação mais este sacrifício. E, ainda, para deixar a ortografia pior que está. Pensem nisto os nossos representantes no Congresso Nacional, os defensores deste povo tão sofrido. Lembre-se das montagens de livros que, inutilizados, serão destruídos;

dos que ficarão com seus livros perdidos e não poderão comprar outros. Não respondam por este crime contra a Educação, contra a Cultura, contra a nossa já magra economia.

“A ortografia de Gonçalves Viana é a ortografia científica ou racional, observado-se nela as feições peculiares do português e respeitando-se a história da língua, a sua formação e derivação, e bem assim a tradição da sua antiga escrita”(Barreto)³⁸.

O sistema original de Gonçalves Viana empolgou mestres e filólogos famosos daquele tempo. Mesmo antes da oficialização (infelizmente parcial), foi por alguns adotado: Mário Barreto, por exemplo, utilizou-o em *Novos Estudos da Língua Portuguesa*⁴⁰. O sistema referido foi a base de todas as reformas efetuadas a partir de 1911. E se a reforma que propôs não foi definitiva, como foram a do espanhol e a do italiano, é porque não a aprovaram senão parcialmente. A Comissão de ilustres filólogos designada pelo Governo português para resolver o caso fez-lhe alguns cortes,

“para que a reforma não fosse radical e os hábitos ortográficos não fossem afrontados com extrema violência”(Barreto)⁴¹.

Hoje, decorridos cem anos, não haveria motivo para os receios daquele tempo. Deveríamos adotá-la, com apenas um que outro retoque, como, por exemplo, a substituição de **g** por **j**, antes de **e**, **i**, não só no meio, mas também no início dos vocábulos. Cremos que, neste ponto, o próprio Gonçalves Viana recebeu ser tido como radical.

Tudo isto seria feito à luz do dia, exposto a amplo debate. O revoltante “secretismo” que envolveu o projeto atual encontra uma explicação – o receio de ter desnudada a sua ineficácia, inutilidade e inconveniência.

Há no Brasil instituições respeitabilíssimas, só por só dedicadas à pesquisa, ao estudo, para aprimoramento e divulgação da Língua pátria: a Academia Brasileira da Língua Portuguesa, a Academia Brasileira de Filologia, o Centro Lingüístico do Rio de Janeiro. Qual delas foi ouvida? Existe no Ceará, viva e atuante, a Academia Cearense da Língua Portuguesa. Nem sequer teríamos conhecimento do teor do projeto, não fora a diligência do Confrade Dr. Carlos d’Alge, que nos conseguiu uma copia obtida na Academia das Ciências de Lisboa!...

A ortografia importa não só aos que nela escrevem, mas a todos os que a lêem. Ninguém tem o direito de suprimir a seu talante letra e sinais diacríticos, cuja ausência vai tornar a leitura mais difícil, insegura.

Os brasileiros temos o mau vezo das reformas, ainda que apressadas, mal estudadas e conseqüentemente ruins. Quantas reformas houve na ortografia espanhola? Uma, que saibamos. E na italiana? Também uma. E na portuguesa?

A próxima, a do projeto seria a décima! A pior delas para os brasileiros, foi a de 1945. Apesar de oficializada por decreto-lei⁴², ninguém quis pô-la em prática. O Governo não pôde honrar o seu compromisso com Portugal, firmado numa Convenção⁴³, e foi obrigado a voltar ao sistema de 1943⁴⁴. Pois é o sistema de 1945, repudiado, que nos querem agora impor. Apenas lhe puseram remendos mal botados, que o tornaram pior do que era – mantém letras inúteis, enquanto suprime outras necessárias; elimina o trema, um crime de lesa-Língua Pátria. Se antipatizam com o trema, podem substituí-lo pelo acento grave.

Conclusão

A análise crítica a que procedemos leva-nos à conclusão de que o projeto da Ortografia Unificada:

- a) é ineficaz – não promove a propalada unificação ortográfica;
- b) é inútil – nada adianta para o intercâmbio cultural;
- c) é inconveniente – acarreta prejuízo acima da expectativa.

Proceda-se ao estudo de outro projeto que seja amplamente divulgado e debatido; ouçam-se as respeitáveis instituições especializadas e, com calma, trate-se de uma reforma duradoura. Aguarde-se, para a vigência, ocasião oportuna.

Referências bibliográficas e legais

1. CAMÕES, Luís Vaz de – Os Lusíadas – canto I, estrofe 33.
2. *O Povo*, jornal de Fortaleza – Ce., edição de 3-2-91, pág. 15-B.
3. GONÇALVES VIANA, Aniceto dos Reis – *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa* – 7ª ed. – Livraria Bertrand – Lisboa, s/d – Formulário Ortográfico, V, pág. 11.
4. Dec. nº 20.108, de 15-06-1931, D.O. de 28-6-1931, Base IV, c.
5. Dec.-Lei nº 8.286, de 05-12-1945, D.O. de 8-12-1945, Base IV.
6. Lei nº 2.623, de 21-10-1955, D.O. de 22-10-1955.
7. O sistema ortográfico de 1943 foi aprovado unanemente pela Academia Brasileira de Letras, em sessão de 12-8-1943. Apesar das buscas efetuadas, não encontramos dispositivo legal que o tenha então aprovado.
8. Edições hebraicas da Bíblia consultadas:
 - a) Bíblia Hebraica Stuttgartensia – Deutsche Bibelsiftung- STUTTGART.
 - b) Bíblia Hebraica – Edidit Rud Kittel – Editio Quarta – Stuttgartiae – Privileg. Württ Bibelanstalt.
 - c) Bíblia Hebraica – Curavit Car. Godofr Gulielmus Theile – Ex Officina Bernhardi Tauchnitz – Lipsiae – MDCCCCII.

- d) (Bíblia Hebraica) – Norman Henry Snaith – The British and Foreign Bible Society.
9. Septuaginta, id est Vetus Testamentum Graece iuxta LXX interpretes. Edidit Alfred Rahlfs. – Editio Quinta – Stuttgart – Privilegierte Württembergische Bibelanstalt.
 10. Biblia Sacra Juxta Vulgatae exemplaria et correctoria Romana. Denus edidit Aloisius Claudius Fillion – Editio Decima – Sumptibus Letouzey et Ané Editorum – Parisiis.
 11. Bibliorum Sacrorum Juxta Vulgatam Clementinam Nova Editio. Curavit Aloisius Gramatica – Typis Polyglotis Vaticanis – MCMLI.
 12. La Sacra Bibbia – A cura e sotto la direzione di Mons. Salvatore Garofalo. Marietti Ed. Ltd. – Torino, 1964.
 13. Biblia sal Sfînta Scripturâ – The British and Foreign Bible Society – London, 1958.
 14. Biblia de Jerusalén – Nueva edición totalmente revisada y aumentada. Editorial Española Desclée de Brouwer, S.A. – Bilbao, 1978.
 15. La Sainte Bible – traduit en français sous la direction de l'École Biblique de Jérusalem. Les Editions du Cerf-Paris, 1956.
 16. Bíblia Sagrada – Tradução do Padre Antônio Pereira de Figueiredo – Edição Barsa – 1969.
 17. A Bíblia Sagrada. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida – 70ª impressão – Imprensa Bíblica Brasileira – Rio de Janeiro, 1989.
 18. Bíblia Medieval Portuguesa. Contém Histórias d'Abreviado Testamento Velho, de Fr. Fortunato de São Boaventura. Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro – Rio de Janeiro, 1958.
 19. NASCENTES, Antenor – Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa – Tomo II – Livr. Francisco Alves – Rio de Janeiro, 1952.
 20. BUENO, Francisco da Silveira – Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa – 6º volume – Edição Saraiva – São Paulo, 1966.
 21. MELO, Gladstone Chaves de – Iniciação à Filologia Portuguesa – Organização Simões – Rio, 1951. Pág. 218.
 22. AULETE, F. J. Caldas e VALENTE, Antônio Lopes dos Santos – Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa – Imprensa Nacional – Lisboa, 1881 (1ª ed.)
 23. Bons dicionários brasileiros que não registram a forma **bilíngue** (sem o trema):
 - a) FREIRE, Laudelino – Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa – A Noite Editora – Rio de Janeiro, 1939/1940.

- b) LIMA, Hildebrando de e BARROSO, Gustavo – Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa – 9ª ed. – Edit. Civilização Brasileira – Rio, 1957.
 - c) BUENO, Francisco da Silveira – V. nº 20.
 - d) AULETE, Caldas – ampliado por Hamílcar de Garcia – 2ª edição – Ed. Delta S.A -1964, I vol.
 - e) SILVA, Adalberto Prado e – Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos – 6ª ed. – São Paulo, 1970 – Vol. I.
 - f) OLIVEIRA, Cândido de – Dicionário Mor da Língua Portuguesa – Livromor Editora Ltda. – São Paulo, 1972 – I vol.
 - g) FERNANDES, Francisco – Dicionário Brasileiro Contemporâneo – 3ª ed. – Ed. Globo – Porto Alegre, 1974. Vol. I .
 - h) FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda – Novo Dicionário da Língua Portuguesa – Ed. Nova Fronteira – Rio de Janeiro, 1975.
 - i) CUNHA, Antônio Geraldo da – Dicionário Etimológico Nova Fronteira – Rio de Janeiro, 1982.
 - j) NASCENTES, Antenor – Dicionário da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras – Bloch Editores – Rio de Janeiro, 1988.
24. GARRET, João Batista Leitão de Almeida – “Camões” – Livr. Lello & Irmão – Porto, 1945, pág. 1.
 25. LOPES, Edmilson Monteiro – Atualização Gramatical do Português do Brasil – Secret. da Cultura – Est. do Ceará – Fortaleza, 1983. pág. 175.
 26. VASCONCELOS, Arnaldo – Teoria da Norma Jurídica – Ed. Forense – Rio, 1978 – pág. 318.
 27. MACAMBIRA, José Rebouças – Português Estrutural – 2ª ed. – Pioneira – São Paulo, 1978 – pág. 69.
 28. PINA, Rui de – Crônica Del Rey D. Sancho I – Lello & Irmão – Porto, 1977 – cap. VII, pág. 33, e 86.
 29. FRANCIS, Paulo – Artigo publicado em *O povo*, edição de 3-2-91, pág. 15-B.
 30. MARGARIDO, Alfredo – A Multiplicidade das Situações da Língua Portuguesa em África. – Revista Língua e Texto, órgão do Centro Lingüístico do Rio de Janeiro e da Academia Brasileira de Filologia – Ed. Salamandra – Rio, nº 1º, págs. de 36 a 51.
 31. Declaração do Dr. Antônio Houaiss numa entrevista publicada nO *Povo* de 28-4-91, pág. 13-B.
 32. Artigo publicado em *O Povo* de 28-4-91, pág 13-B.

33. Entrevista publicada no jornal, edição a pagina indicados no número precedente.
34. Entrevista publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 8-12-1990, pág. 9, continuação da pág. 1-B.
35. REGO, José Lins do – Menino de Engenho – Livr. José Olímpio – Rio, 1981 – cap. 31.
36. REGO, José Lins do – Menino de Engenho – Doidinho – Ed. Livros do Brasil – Lisboa, s/d. – Cap. 31, pág. 78.
37. Ver obra indicada no nº 21, págs. 202 e 203.
38. BARRETO, Mário – Fatos da língua Portuguesa – 2ª ed. – Simões – Rio, 1954 – pág. 239.
39. MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina – Lições de Filologia Portuguesa – Martins Fontes Ed. Ltda – Lisboa, s/d.
40. BARRETO, Mário – Novos Estudos da Língua Portuguesa – Livr. Francisco Alves – São Paulo, 1911.
41. Ver obra citada no nº 38, na mesma página.
42. Ver Decreto-Lei citado no nº 5.
43. Convenção promulgada pelo Dec. nº 14.533, de 18-1-1944, D.O. de 20-1-44.
44. Lei nº 2.623, de 21-10-1955, D.O de 22-10-1955.

A INTERJEIÇÃO À LUZ DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Ricardo Cavaliere
UFF / ABF / ILP

Os estudos mais recentes sobre o papel das denominadas palavras de significação interna têm revelado uma nova face desses termos, que só se manifesta nos domínios do ato de fala. A descrição do uso destas palavras, sobretudo do ponto de vista semântico, não é pacífica, seja quanto à teoria, seja quanto à metodologia descritiva, haja vista, por exemplo, a multifacetada proposta de interpretação dos conectores que algumas correntes da análise do discurso oferecem.

O problema se estende a polêmicas epistemológicas, como a que discute os limites da descrição gramatical. Para alguns, a descrição da gramática de uma língua deve circunscrever-se aos mecanismos de que tal língua se serve formalmente para produzir sentenças, sem levar em conta os matizes semânticos que surgem em face das situações criadas no ato de fala. A tese, aqui, é de que a descrição gramatical sempre se esteia em elementos bem delimitados, dentro de um *corpus* investigatório homogêneo, de tal sorte que se possa referir ao funcionamento da gramática em todos os seus níveis de realização.

Este o motivo, por exemplo, de os antigos filólogos do século XIX relatarem em incluir a Semântica nos domínios da gramática, não raramente situando-a no campo difuso da Estilística¹. Igual motivação levou a Linguística estrutural a excluir o léxico da descrição gramatical, sob argumento de que o primeiro, sendo um sistema aberto, fugiria aos limites de uma descrição exaustiva. Creio que tal raciocínio também enseja certa reserva quanto a acatar-se uma gramática da língua falada, já que a pluralidade infinitesimal de usos, a imensa ordem de torneios sintáticos de que o falante pode lançar mão, como no caso de sínqueses e anacolutos, fogem ao controle de qualquer aparato teórico-descritivo, a par de se manterem insuscetíveis de análise através de algoritmos. São situações de fala em que a língua se alia a outras formas de significado para transmitir uma dada idéia, e semelhantes conjugações de esforços comunicativos se fazem de modo tão variado que por mais que se descrevam

¹ No Brasil, o primeiro gramático a incluir a semântica na sinopse gramatical foi Maximino Maciel. Antes de Maciel, Pacheco da Silva Júnior publicara seus *Noções de Semântica*.

seus mecanismos, muito mais haverá por descrever. Este o motivo por que as descrições gramaticais de língua falada emanam de teorias heterogêneas, de tal sorte que as explicações que se conferem para este ou aquele uso de um dado termo sofrem as restrições típicas de toda solução *ad hoc*.

Não se quer aqui denegar o valor dessa metodologia de estudo. Apenas se discute em que medida se trata de efetiva descrição da gramática de uma língua. Sabe-se, por exemplo, que a palavra **só** tem funções claras na gramática do português, seja como palavra lexical, seja como palavra categorial. Se entendida como forma lexical (cf. COSERIU, 1978), remete a um significado amplo de “isolamento” ou “unicidade”, que está igualmente em **sozinho** e **somente**. Entendida, entretanto, como forma categorial, assume valores internos, que a dispõem como membro da classe verbal adjetivo ou da classe verbal advérbio, daí vindo a equiparar-se distintivamente a **sozinho** ou a **somente**. Já em frases como “Só você não votou em José para presidente do clube”, uma descrição gramatical que tentasse equiparar categorialmente **só** a **sozinho**, como um adjetivo, ou a **somente**, como advérbio, haveria de reformular radicalmente os conceitos sobre classes verbais ou mesmo criar um novo modelo de descrição.

O fato repousa em que, na aludida frase, **só** ativa um significado que emana unicamente no ambiente do ato de fala, por sinal, passível de multiplicar-se em vertentes de sentido em face da conjugação de elementos e situações em que a mesma frase é pronunciada. Se admitirmos, numa possível interpretação da frase citada, que José foi um ótimo presidente, homem empreendedor, que muito fez pela administração do clube, haveremos de perceber na referida frase uma argumento favorável ao interlocutor, como uma espécie de elogio: “você foi o único a perceber que José seria um ótimo presidente”. Caso contrário, tendo sido a administração de José um desastre, a frase surtiria o efeito semântico contrário, não obstante os significados lexicais de seus termos, inclusive de **só**, permanecessem os mesmos.

Eis, pois, uma questão que aflige a quem busca compreender o papel semântico de certas palavras que só se revela na área difusa do discurso: trata-se de um fato de que a descrição gramatical deva ocupar-se, ou haver-se-á de resguardá-las aos limites de outro campo investigatório, como o da Análise do Discurso? Em princípio, se admitirmos que a descrição gramatical pode avantajá-se aos usos da língua em todas as suas manifestações, certamente haveremos de admitir a existência de novas classes verbais, cujas formas categoriais sejam definidas como ativadoras de sentido no ato de fala, à feição dos operadores argumentativos e operadores conversacionais, já referidos em vários estudos sobre a argumentação na linguagem.

A controvérsia da questão acomete não apenas aos que se propõem a descrever a gramática de uma língua, mas também aos que se envolvem com

as questões discursivas. Ao tratarem do léxico de uma língua, alguns analistas do discurso delimitam de imediato aquelas palavras que interessam especificamente a seu campo de atuação, por serem usadas em estratégias discursivas que buscam ativar argumentos ou efeitos de sentido particulares. É nesse intuito que, retomando uma antiga distinção aristotélica entre “palavras plenas” e “instrumentos gramaticais”, presente em inúmeros estudos lingüísticos com grande variação terminológica, Dominique Maingueneau (MAINGUENEAU, 1997) vem adicionar à dicotomia uma terceira vertente, a das palavras com função argumentativa:

Mais exatamente, é preciso distinguir dois tipos de palavras que acarretam problemas muito diferentes. Por um lado, há as palavras tradicionalmente consideradas “plenas” e, por outro, palavras “instrumentais” e, em particular, aquelas que possuem uma função argumentativa e/ou servem para estruturar os enunciados (*ora, aliás, pois*, etc.). Se as primeiras possuem um significado suscetível de valores discursivos específicos, de acordo com os contextos, as segundas, em geral, têm um valor pragmático estável, mas só podem interessar à AD se estiverem inscritas em estratégias textuais particulares.

Numa certa medida, Maingueneau delimita a terceira vertente lexical como a que acolhe palavras de significado instrumental, isto é, restritas ao universo da gramática, mas que possam também atuar fora desses limites como operadores que ativam efeitos semânticos somente perceptíveis no ato de fala. Para o gramático, o tratamento dessas palavras não pode exceder as fronteiras de seu emprego sistêmico, já que ele não dispõe de bases teóricas para tanto. Vê-se, pois, que a descrição gramatical, engessada pelo princípio da homogeneidade do objeto, impossibilitada de estabelecer algoritmos sobre o uso desses termos especiais no campo aberto do discurso, não haverá de aventurar-se em terreno movediço, sob risco de comprometer o próprio fundamento da descrição, que é o de expor minuciosamente o funcionamento de um dado sistema lingüístico.

A questão ganha relevo se observarmos que poucos são os termos de valor pragmático ou argumentativo que não constituam instrumentos gramaticais com valor bem definido pela gramática. São, pois, palavras que atuam em duas vertentes do uso lingüístico, um interno, em que funcionam decisivamente nas regras de construção frasal – como o caso dos conectores e transpositores – e outro pragmático, em que ativam argumentos e efeitos de sentido só perceptíveis no ato de fala – caso em que atuam como operadores argumentativos.

Outros termos, entretanto, como as onomatopéias e interjeições “propriamente ditas” ou *in statu nascendi* – palavras que apenas visam a uma referên-

cia direta à coisa representada pela imitação do som original ou mera exteriorização de um estado emocional – (cf. CARVALHO, 1967), seguramente não se inscrevem entre os instrumentos gramaticais, alheias que são às funções sistêmicas, ou seja, não detém qualquer função categorial ou instrumental. Fato que, não obstante, não lhes elide grande valor discursivo, capaz de expressar efeitos semânticos bastante nítidos no ato de fala.

Uma situação exemplar se pode citar em casos de interjeições usadas como liame argumentativo entre uma pressuposição e um fato atual, expresso pelo conteúdo posto do discurso. A pressuposição, como nos ensina a teoria da argumentação, deve ser entendida como um valor semântico anterior ao significado do componente lingüístico da enunciação, que o falante utiliza como espécie de premissa para a elaboração de seu texto (cf. DUCROT, 1977). À guisa de exemplo, imagine-se a seguinte manchete de jornal:

(1) Enterro de cantor será hoje às 15 horas.

A leitura da frase (1) traz a presunção necessária de que um cantor faleceu. Mais ainda, o leitor da manchete certamente sabe de que cantor se trata. Somente essa presunção dá cabimento à leitura da frase (1) sem que se pergunte “quem morreu?”. Em outras palavras, se considerarmos que um jornal noticiava fatos ocorridos na véspera de sua edição, um leitor eventual da manchete estampada na frase (1) facilmente chegaria à pressuposição nela imersa: **Um cantor faleceu**. Interessante notar que a pressuposição de um determinado enunciado não se modifica com a alteração da modalidade frasal (afirmativa, negativa e interrogativa); assim, mesmo que a frase (1) seja transformada para a forma negativa ou para a forma interrogativa, sua pressuposição permanece a mesma: *O enterro do cantor não será hoje às 15 horas* (pp. **Um cantor faleceu**); *O enterro do cantor será hoje às 15 horas?* (pp. **Um cantor faleceu**).

Sabe-se, hoje, que a interjeição ordinariamente assume relevante papel argumentativo, sobretudo no diálogo – interjeições como ora também aparecem com valor argumentativo em textos não dialogais –, ainda que seja o denominado “diálogo interior”, razão por que somente a teoria da conversação, inscrita no campo mais abrangente da análise argumentativa, revela-se capaz de esclarecer seus valores semânticos. A hipótese de E. Ochs (OCHS, 1975) sobre o planejamento do discurso na conversação conduz a uma interpretação bastante plausível sobre o papel da interjeição em diálogos. Há de admitir-se que o discurso conversacional não é cabalmente planejado, ou como assevera Ochs, é “relativamente não-planejado”, já que os interlocutores necessariamente fogem a uma proposta inicial de formulação frasal durante o desenrolar do diálogo.

Uma réplica a dada asserção, meticulosamente planejada pelo interlocutor, pode cair por terra em função do que foi dito segundos antes da mudança de turno no diálogo, o que certamente ocasionará uma necessidade de refor-

mulação de argumentos por parte do interlocutor. Esse, para tanto, necessitará de algum tempo, digamos alguns segundos, para reestruturar seu raciocínio e elaborar nova réplica. Vale-se, assim, de interjeições ou “palavras-tampão”, que preencham esse tempo, como, por exemplo, *ora, bem, sim* etc.

Há de considerar-se, contudo, que em face de fatores extralingüísticos, como o conhecimento que temos do interlocutor e a estereotipicidade da situação, o discurso conversacional pode tornar-se relativamente previsível. Comenta-se com frequência como é comum em diálogos entre pessoas de relacionamento íntimo ouvirem-se clichês do tipo “Sabia que você ia dizer isso” ou “É óbvio que você não concorda”. Nesse caso, a ruptura do raciocínio pode ocorrer se a relativa previsibilidade ceder lugar a uma resposta imprevisível. Surgem, pois, itens lexicais – normalmente denominados **interjeições de espanto, surpresa** etc. – que carregam forte função emotiva, no sentido jakobsoniano do termo, mas que principalmente preenchem um turno do diálogo por algum tempo, alguns segundos, até que o raciocínio se adapte à nova situação do discurso e prepare a réplica adequada.

Ainda quanto à questão de previsibilidade, é notável observar a ocorrência do traço semântico de oposição em palavras que estabelecem vínculos entre as duas situações realmente antagônicas do discurso: a *previsível* e a *imprevisível*. Se, por exemplo, o marido diz à esposa que viajará para uma cidade distante e, horas depois, reaparece subitamente em casa, certamente dela ouvirá a seguinte frase:

(2) *Como?* Você aqui?

ou

(3) *Ué!* Você aqui?

Da mesma sorte, um falante brasileiro que se prepara para o banho e, ao abrir a torneira, percebe que não há água, certamente dirá:

(4) *Ih!* Acabou a água!

ou

(5) *Droga!* Acabou a água!

Note-se que as frases (4) e (5) podem ocorrer em situações que não envolvem conversação, mas em mera exteriorização do pensamento; isto é, entretanto, irrelevante para o que o que se pretende aqui observar. O fato é que nos exemplos (2) a (5) o falante está numa situação extralingüística que condiciona seu desempenho comunicativo. Em todos os casos há uma dada pressuposição, criada seja por uma informação anteriormente obtida pelo falante – como em (2) e (3) – ou por um estado de normalidade ou rotina – como em (4) e (5) –, que é negada pelo componente lingüístico posterior às palavras que

estão em destaque, muito apropriadamente denominadas *marcadores conversacionais*. Assim, numa estrutura do tipo *Como! Y!, Ué! Y!, Ih! Y!, Pô! Y!* e outras equivalentes, em que Y é uma frase nominal ou verbal, constrói-se uma estrutura argumentativa em que a frase introduzida pela interjeição está em confronto com uma pressuposição. Ou seja, a interjeição funciona como um marcador conversacional que exerce função conectiva entre a pressuposição e a frase, como demonstra o quadro abaixo:

pp.	x	Y
(Fulano não está aqui)		(Fulano está aqui)
	Como!, Ué!	Você aqui?
	(marcador com valor de oposição)	
pp.	x	Y
(Há água em casa)		(Não há água em casa)
	Ih!, Pô!	Acabou a água.
	(marcador com valor de oposição)	

Evidencia-se que o estudo desses valores semânticos foge ao campo investigatório da descrição gramatical, razão por que a gramática tende, com inegável coerência, a denegar valor categórico à interjeição, via de regra denominada *palavra-oração* (BECHARA, 1999:112) Em outros termos, ao defrontar-se com os empregos da interjeição em língua oral ou escrita, o gramático apenas atesta a ausência de teoria ou mesmo de uma hipótese que dê tratamento satisfatório ao objeto. E numa atitude que se pode denominar “cautelosa”, recusa-se a embrenhar-se cegamente nessa complexidade de fatos discursivos, infensos à metodologia ordinariamente usada para traduzir os mecanismos sistêmicos da língua.

Mesmo quando erige uma hipótese de categorização lexical de cunho eminente mente semântico, com fez Eugenio Coseriu (COSERIU, 1978) a teoria gramatical esbarra na ausência de instrumentos que possam avaliar adequadamente o papel de operadores argumentativos, visto que sua expressão semântica eclode naquele terreno a que Oswald Ducrot denomina “ambiente retórico” do ato de enunciação. No caso da interjeição, mesmo algumas tentativas recentes de atribuir-lhe papel funcional esbarram na falta de uma fundamentação mais consistente. Ao comentar o fato de ser a interjeição usualmente considerada pelos gramáticos uma unidade da frase sem qualquer papel sintático, Emilio Alarcos Lhorach defende a tese de que semelhante termo “puede

establecer relaciones com otras unidades y formar com ellas enunciados complejos” (ALARCOS LHORACH, 1999:240). Na verdade, Lhorach atesta apenas a possibilidade de as interjeições, sejam próprias ou impróprias, podem substituir ou referir-se por contiguidade a sintagmas exclamativos de valor exclamativo: *Oh, que maravilha!* Na verdade, o que aqui temos é uma interjeição inclusa em estrutura sintagmática maior, com extensão do significado interjeitivo a todo o sintagma, razão por que se diz ser todo ele a própria interjeição composta.

Um fato especial, que ordinariamente se encontra em português, diz respeito ao emprego de *também* com valor de interjeição. O caráter polissêmico de *também* no conteúdo retórico do enunciado evidencia-se em uma série de empregos, cuja referência total não comportaria nos limites dessa trabalho. As fontes do valor semântico similar ao da interjeição no uso de *também* remontam ao uso desse operador como elemento de uma comparação que posteriormente passou-se a usar isoladamente para expressar idéia de “oposição, de discordância amigável da parte de quem está falando”, conforme assevera o filólogo português Manoel Rodrigues Lapa (LAPA, 1970) cujas conclusões mereceram excelente comentário de Carlos Vogt em *O intervalo semântico* (VOGT, 1977). Os exemplos oferecidos por Lapa são expressivos:

- (6) Aquele homem é muito abrutalhado com os cavalos: também, tem apanhado cada trambolhão.
- (7) Grandes éguas! Também, o que eu as olho, o que eu as trato!

Segundo Lapa, *também* introduz a idéia de conseqüência em (6) e de causa em (7). Não se discute quanto à presença desses traços semânticos nas frases referidas, ao menos como traço individual ou específico de *também*, mas sua ocorrência é deveras superficial. Tenho dúvida, contudo, à semelhança de Vogt – cuja avaliação crítica, contudo, segue caminhos diferentes – quanto à prevalência das idéias de causa e conseqüência no conteúdo semântico da enunciação, ou seja, no plano semântico do sentido.

Há um nível mais profundo das relações semânticas nesses enunciados em que se manifesta um jogo argumentativo que só se percebe no conteúdo retórico. Nesse nível de análise, *também* vincula, conforme já se fez observar em exemplos anteriores, argumentos convergentes, mas em oposição interna, no sentido de um negar a exclusividade do outro. O que ocorre de especial em frases como a do exemplo (7) é que o falante usufrui dessa marca de oposição argumentativa, transformando-a numa implicatura que carrega uma crítica pessoal do fato relatado, ou mesmo uma autopromoção, uma censura, enfim uma manifestação avaliativa do que foi dito em proveito próprio.

Tome-se, especialmente, o exemplo (7) em que consta a idéia de causa. Na estrutura *p também q* de (7), a atitude do falante é não só a de atestar em *q* a causa de *p*, mas também de oferecer em *q* um argumento que nega a exclusividade de *p* no elogio às éguas. Assim, as éguas não são dignas de referência especial apenas (ou exclusivamente) devido a seus dotes próprios, porém também em decorrência do zelo do falante. É como se ele, falante, demonstrasse estar satisfeito com as éguas e, igualmente (isto é, no mesmo nível de importância), consigo mesmo.

Esse jogo argumentativo possibilita que o falante utilize a oposição de *q* a *p* quanto à exclusividade argumentativa para uma evidente autopromoção, como se ele fosse tão digno de elogio quanto as próprias éguas. Não será improvável que, ao avaliar semanticamente a frase (7), o ouvinte hesite em determinar se o falante elogia as éguas ou a si mesmo por via oblíqua.

É na esteira desse emprego de *também* que se pode explicar o uso do operador como expressão de descontentamento ou crítica velada – à semelhança de verdadeira interjeição – muito comum em frases como a oferecida no exemplo (8):

(8) – Ando mal do estômago.

– Também! Sua alimentação é péssima.

Nesse diálogo, o segundo interlocutor usa a idéia de causa (péssima alimentação) não para justificar o que dissera o primeiro interlocutor sobre sua própria saúde, mas para opor ao argumento inicial – que já é desfavorável ao falante – um outro de caráter convergente, visto que igualmente desfavorável, mas que se destaca por denegar a exclusividade do primeiro. Surge daí uma crítica do segundo interlocutor ao comportamento do primeiro interlocutor, cuja gênese está justamente nesse processo lúdico de oposição argumentativa. Observe-se que, nessas frases em que *também* expressa descontentamento, é possível o emprego do adversativo *mas*, que, caso fosse usado – “Mas, também, sua alimentação é péssima” –, evidentemente não expressaria uma oposição entre “passar mal” e “alimentação péssima”, porém a oposição entre o argumento desfavorável ao falante que o aponta como vítima e outro argumento desfavorável que o acusa de irresponsável.

Pelo que se vê, a interjeição deve ser analisada em pelo menos dois planos distintos de descrição. O da descrição gramatical, em que se reduz à tipologia tradicionalmente oferecida pelos gramáticos (pura ou própria, impura ou imprópria etc.) e o da descrição semântico-argumentativa. Esta última, decerto, é a que confere maior possibilidade de entendimento dos usos da interjeição no discurso, razão por que se revela mais acurada, até no sentido de reavaliar a importância do termo nas construções lingüísticas e seus recursos expressivos.

Obras citadas:

- COSERIU, Eugenio. Sobre las categorías verbales. *Gramática, semántica, universales*. Madrid, Gredos, 1978.
- CARVALHO, José G. Herculano de. Teoria da linguagem. Coimbra, Atlântida Editora, v. 1, 1967.
- OCHS, E. Planned and unplanned discourse. In: COLE, P. & MORGAN, I. L. *Syntax and semantics*. New York, Academic Press Inc., v. 3, 1975.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3 ed. Campinas, São Paulo, Pontes/Unicamp, trad. Freda Indursky, 1997, p.130.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro, Lucerna, 1999.
- ALARCOS LHORACH, Emilio. *Gramática de la lengua española*. Madrid, Espasa, 1999, p. 240.
- LAPA, Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 6 ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1970.
- VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. São Paulo, Ática, 1977.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística; dizer, não dizer*. São Paulo, Cultrix, 1977.

O DISCURSO ATRIBUTIVO EM *ESAÚ E JACÓ**

Maria da Piedade Moreira de Sá

Já se terá observado que o discurso direto – modo dramático de representação – é adotado desde a Antiguidade como forma constitutiva do diálogo. Trata-se de forma mimética de representação do discurso reportado, no qual o narrador simula afastar-se da cena do discurso, cedendo a voz à personagem.

O narrador pode optar por introduzir, sem nenhuma preparação, a fala das personagens, dando assim a impressão de terem elas vida própria e independente; ou pode intervir antes ou depois que a personagem fale, para mostrar o que vê, para contextualizar o discurso, comentar as circunstâncias em que se realiza a fala. No *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, que analisaremos mais adiante, encontram-se as duas modalidades, mas só a segunda nos interessa.

Prince (1978, p.305) denomina “discurso atributivo” os verbos e expressões que acompanham o discurso direto referentes a determinada personagem. Eles contribuem para situar a fala, o contexto em que esta se produz, indicar a sua destinação e caracterizar as personagens.

Considerando que os verbos de elocução e os comentários que acompanham a fala das personagens revelam as mais das vezes características do locutor – traços de sua personalidade –, é nosso objetivo estudar a significação desses incisos e a função que desempenham na economia interna da narrativa. Procuraremos também verificar, na medida do possível, a relação entre a seleção dos verbos e as expressões que acompanham a fala das personagens, bem como o ponto de vista adotado pelo narrador, uma vez que, como assinala Prince (1978, p.310), a escolha de um significante em lugar de outro parece motivada pelos diferentes pontos de vista assumidos pelo narrador.

Como objeto de estudo, escolhemos o romance *Esaú e Jacó* de Machado de Assis. Analisaremos mais detidamente a fala das personagens que desempenham papel mais relevante na história: Aires, Flora e Natividade. Deixaremos de analisar as fórmulas atributivas e as denominações referentes aos gêmeos Pedro e Paulo, embora sejam eles as personagens centrais da história, tendo em vista a pouca frequência de discurso direto a eles atribuído. As personagens D.

* Agradeço ao Prof. Esman Dias a leitura cuidadosa e os comentários feitos a este trabalho.

Cláudia, Santos e Batista, embora sejam secundárias, serão analisadas, ainda que superficialmente, por servirem de contraponto às principais.

As expressões atributivas só ocorrem acompanhando o discurso direto. “Isso significa que elas se encontram sempre ligadas a uma personagem e que contribuem de maneira mais ou menos notável para seu retrato”. (Prince, 1978, p.309) O discurso atributivo caracteriza a personagem, mas pode igualmente revelar seus sentimentos, sua atitude frente a uma situação dada. As denominações que recebe a personagem servem ademais para caracterizá-la. Pode a mesma personagem receber denominações diferentes, a partir dos diversos pontos de vista adotados pelo autor, como veremos mais adiante. As expressões que acompanham o discurso direto podem igualmente descrever características da voz do locutor, o tom por ele empregado, além de mímica e gestos dos interlocutores.

Como assinala Prince (1978, p.311), o discurso atributivo não só remete para segundo plano o discurso direto e contribui para a individualização das personagens, mas “participa também forçosamente – e de maneira mais ou menos determinante – na caracterização temática da narrativa”. Assim a grande frequência do emprego de expressões com verbos como *sugerir, concordar, temperar, perguntar, insinuar, assentir, completar*, sugere uma narrativa que se caracteriza pela ambigüidade, pela dúvida e pela busca de conciliação.

Os verbos de atribuição podem ser de natureza diversa e as contribuições do discurso atributivo ao discurso direto são extremamente variadas e suscetíveis de uma infinidade de configurações. A ordem em que aparecem as expressões atributivas pode igualmente variar: elas podem preceder, vir intercaladas ou seguir a fala da personagem. A extensão do discurso atributivo com relação à fala também deve ser considerada: destarte, a fórmula atributiva mais extensa do que o discurso direto valoriza a mímica e os gestos, o tom de voz do locutor e a reação do alocutário, que aparecem como mais importantes do que o dito: o contexto do dizer é privilegiado em detrimento das palavras ditas. Não será demais tornar a assinalar que, ao comentar o dizer, o discurso atributivo também caracteriza o falante. É o que ocorre nos passos abaixo:

- (1) “– Antes de nascer, crianças não brigam, replicou Aires, temperando o sentido afirmativo com a entonação dubitativa.” (p.62)
- (2) “– Não, não, não resisto, acudiu um homem de cerca de quarenta anos, estendendo a mão ao recém-chegado.” (p.58)
- (3) “– Eterno? interrompeu ela com um sorriso fino e descorado.” (p.129)
- (4) “– Não, Agostinho, concluiu a baronesa com um gesto definitivo.” (p.129) (Grifos nossos)

O contrário também pode ocorrer, ou seja, o inciso é muito modesto em relação ao dizer, é este que é posto em evidência; valoriza-se mais o dito do que o dizer. Vejamos alguns exemplos:

- (5) “– Você diga-lhe, aconselhou Natividade, que o nosso Paulo é liberal ardente...” (p.117)
- (6) “– A morte é uma hipótese, redargüiu Aires, talvez uma lenda. Ninguém morre de uma boa digestão, e os seus charutos são deliciosos.” (p.136) (Grifos nossos)

Observe-se que em (5), o narrador está interessado em mostrar a preocupação de Natividade em salvar a imagem do filho, que defendia idéias republicanas. Em (6), Aires apressa-se em desfazer a impressão que poderiam causar as palavras anteriormente dirigidas a Santos.

A seqüência verbo-sujeito, remetendo ao locutor e ao seu enunciado constituiu a forma mais freqüente, quase exclusiva, de apresentação do discurso atributivo, no romance, como podemos ver entre muitos outros, nos exemplos seguintes:

- (7) “– Casar é bom, assentiu Aires.” (p.107)
- (8) “– Mas eu não dou conselhos a ninguém, acudiu Aires.” (p.143)
- (9) “– Não sei se foram, emendou Natividade: desconfio.” (p.261)
- (10) “– As opiniões é que não, repetiu Natividade acabando de ler a carta.” (p.105) (Grifos nossos)

No que se refere à ordem, a predominância é a posposição dos verbos e expressões atributivas, o que, portanto, valoriza as palavras ditas. Ressalte-se ainda que as construções compostas por verbos de elocução no passado mais gerúndio descrevendo o dito, ao priorizarem essa ordem, colocam-no em primeiro plano e atribuem à mímica e aos gestos a função de complemento das palavras. Vejamos alguns exemplos:

- (11) “– Você amanhã está pronta, e de hoje a oito dias, ou antes, vamos para Petrópolis, disse Natividade, disfarçando as lágrimas, mas a voz fazia o ofício dos olhos.” (p.105)
- (12) “– E por que há de o senhor concordar sempre? perguntou ela [Flora] sorrindo.” (p.210)
- (13) “– Mas eu não sou inexplicável, replicou D. Cláudia sorrindo.” (p. 94)
- (14) “– O sono e a preguiça, concluiu a mãe rindo.” (p.216) (Grifos nossos)

Observe-se que em (11), se, por um lado, a posição valoriza o dito, por outro, a extensão do comentário ressalta o dizer. Foi a solução inteligente que encontrou o narrador para colocar no mesmo nível de importância duas informações que se contrariam: as palavras de ânimo que Natividade dirige a Flora e o seu próprio (de Natividade) estado de espírito.

As poucas ocorrências de ordem inversa nem sempre são construções com gerúndio, mas perífrases que põem em relevo o contexto do dizer:

- (15) “Batista parou com ar digno e respondeu com simplicidade:”
(p.123)
- (16) “Súbito, levantando as mãos abertas:
– Batista, você nunca foi conservador!” (p. 124)
- (17) “[...] D. Cláudia levantou-se da cadeira, rápida, e disparou esta pergunta ao marido: (p.123) (Grifos nossos)

Vale ressaltar que, excetuando-se o relacionamento entre os gêmeos, predomina na narrativa um tom ameno, conciliatório e polido. Daí por que os comentários atributivos que remetem a D. Cláudia são significativos, na medida em que ressaltam a um só tempo a relevância do dizer e a vontade firme que caracteriza a personagem.

Os verbos de elocução e os comentários que acompanham e descrevem a fala revelam, como já mencionado, certas características da personagem, um traço da sua personalidade. Assim, uma personagem que brada ou exclama difere, naturalmente, de outra que murmura ou segreda; uma personagem que inquire ou interroga é diferente de outra que apenas pergunta. No *Esau e Jacó*, as personagens nucleares da história *dizem, perguntam, concordam ou concluem*; Aires é o único a *segredar, sugerir e inventar* uma resposta; Natividade e Flora *exclamam*, ao passo que Santos, Batista e Flora *suspiram*; Santos é o único a *bradar*, só Natividade *aconselha*. Aires, nada obstante o título de conselheiro, não tem o verbo *aconselhar* a ele associado, tampouco vêm associados a Aires verbos como *intervir, bradar, exclamar* ou *teimar*, embora seja a personagem cujos enunciados apresentam o espectro mais variado: são dezessete verbos contra quinze de Natividade, doze de Paulo, onze de Santos e D. Cláudia, nove de Pedro, seis de Flora e cinco de Batista. Uma análise desses verbos revelará não só o caráter da personagem, senão também os seus sentimentos, sua atitude, sua maneira de agir em dada situação e a relação com o seu interlocutor. Assim Natividade, depois de Santos confessar-lhe que havia quebrado a promessa que lhe fizera de não consultar o amigo Plácido, fala ao marido com os “dentes cerrados”:

- (18) “Santos pediu-lhe que se não zangasse, e contou tudo, a sorte, a rixa, a Escritura, os apóstolos, o símbolo, tudo tão espalha-

damente, que ela mal pôde entender, mas entendeu ao final, e replicou com os dentes cerrados:

– Ah! você! você!” (p.66) (Grifos nossos)

O uso abundante dos verbos de elocução, principalmente dizer (empregado por todas as personagens) indica que o narrador opta em geral por uma fórmula neutra e não pela expressiva, principalmente quando se refere a Aires.

Alguns verbos utilizados por Aires referem-se ao desenvolvimento do processo de comunicação: emendar (no sentido de corrigir, consertar), concluir, continuar, prosseguir. Outros dizem respeito à qualidade ou tom da voz, como murmurar ou segredar, mas a maioria indica o próprio ato de fala como dizer, perguntar, assentir, redarguir, retorquir. Parece sintomática a ausência de verbos que exprimem reações afetivas como bradar ou exclamar. Também parece revelador o fato de dizer, o verbo de elocução propriamente dito, considerado o mais neutro de todos os verbos, e o mais freqüente no romance, também ser mais atribuído a Aires do que a qualquer outra personagem. Compare-se: 15 vezes o verbo dizer é atribuído a Aires contra 7 vezes a Natividade, 6, a Batista e Pedro, 5, a Flora e 3 a Paulo.

Um levantamento das expressões atributivas referentes a Aires torna evidente o caráter conciliador e moderado da personagem, observador complacente que olha o mundo e as pessoas à sua volta e que, como diz o narrador: “Tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por tédio à controvérsia.” (p.60). Mais adiante, é o próprio Aires que expõe a sua resolução de não brigar nunca: “Todos os temperamentos iam comigo; poucas divergências tive, e perdi só uma ou duas amizades, tão pacificamente aliás, que os amigos perdidos não deixaram de me tirar o chapéu. Um deles pediu-me perdão no testamento.” (p.251). Essa característica é corroborada pelas expressões atributivas, como podemos ver nos exemplos abaixo:

- (19) “– concluiu Aires sorrindo leve, como falava baixo, e despediu-se.” (p.63)
- (20) “[...] disse Aires sorrindo e fazendo um gesto de agradecimento.” (p.157)
- (21) “– Sem dúvida, concordou Aires, valor histórico e político.” (p.136) (Grifos nossos)

Aires mantém sempre uma atitude de equilíbrio, de moderação e de concordância seja qual for a situação, e não importa a que personagem se dirija. Essa mesma caracterização aparece no discurso narrativizado, em que é grande a ocorrência de verbos e locuções que expressam concordância ou atenuação, como podemos observar em:

- (22) “Aires concordou que não valia a pena aborrecê-lo, [a Santos] se era caso disso, e esperou.”(p.107)
- (23) “Aires concordou rindo.” E acrescenta o narrador: “Tudo isso polido, sincero e incrédulo” (p. 111)
- (24) “Aires respondeu, com brandura, que não podia nada”. (p.143)
- (25) “Naquele mesmo dia (era ao almoço) ele achou o café delicioso, mas a irmã disse que era ruim, obrigando-o a um grande esforço para tornar atrás e achá-lo detestável.” (p.97)

(Grifos nossos)

Se considerarmos a relação entre os verbos e as expressões que acompanham a fala e as denominações que recebe a personagem, veremos que estas também servem para caracterizá-la.

Aires e Natividade são as personagens mais frequentemente designadas por fórmulas atributivas, mas é Flora a que recebe a gama mais variada de denominações ou epítetos.

Aires, por exemplo, recebe quatorze denominações, mas apenas três (‘Aires’, ‘conselheiro’ e ‘ele’) são sujeitos de verbos atributivos. Aires é assim chamado apenas pelo narrador que se permite tratar com relativa intimidade as criaturas da sua história. Algumas poucas vezes, também pode chamá-lo pelo título de conselheiro, acompanhado ou não do nome, ou por outras denominações, como ‘nosso Aires’, ‘o velho diplomata’, ‘o ex-ministro’, ‘o ex-rapaz’, ‘o nosso homem’, ‘velho Aires’, ‘o diplomata’ e outras, que servem para caracterizar a personagem, ao mesmo tempo que indicam certo grau de aproximação entre narrador e Aires. É possível ainda, nesses casos, que o narrador adote o ponto de vista de outra personagem, inclusive do próprio Aires, como, por exemplo, nas passagens a seguir:

- (26) “O ex-rapaz ainda agora recordava a cantiga popular que lhe ouvia à despedida, depois de retificar as ligas, compor as saias, e cravar o pente no cabelo, [...]” (p.114).

Ou nesses outros passos:

- (27) “Confiava [Natividade] na ação do conselheiro, [...]” (p. 111), em que a fala é do narrador, mas o ponto de vista é de Natividade.

E mais:

- (28) “Quis [Flora] perguntá-lo ao conselheiro, mas não achou ocasião, e ele saiu cedo. A primeira vez, porém, que Aires foi a São Clemente, Flora pediu-lhe familiarmente o obséquio de uma definição mais desenvolvida.” (p.100) (Grifos nossos)

Observe-se que em (28) o ponto de vista da primeira designação (conselheiro) é o de Flora, ao passo que o da segunda (Aires) é do narrador. Aires é designado por todas as personagens simplesmente pelo título (maioria absoluta das vezes) ou pelo título seguido do nome. É interessante notar que muitas das expressões associadas a Aires referem-se em sua maior parte ao cargo que ele ocupava: conselheiro, diplomata, ministro, e que explica a imagem que dele fazem as demais personagens – daí a ele recorrerem com frequência, em busca de ajuda e de conselho. O tratamento de conselheiro dispensado a Aires por todas as personagens revela admiração, respeito e confiança no seu poder de convencimento, na justeza de suas ponderações e na sua moderação.

Note-se que a denominação ‘conselheiro’ tem um “caráter absoluto”, já que nem todos poderiam ter direito ao título; comporta uma significação convencional, assim como os títulos de ‘barão’ e ‘baronesa’ concedidos a Santos e Natividade (Prince, 1978).

Também o narrador, em algumas passagens, usa o título de conselheiro nas situações em que Aires é solicitado a emitir uma opinião, aconselhar ou influenciar de algum modo as decisões de alguém, como nas passagens seguintes:

- (29) “– Que suba. [o Custódio] disse o conselheiro ao criado.” (p.133)
- (30) “Aires concordou rindo. Para Natividade valia por uma tentativa nova. Confiava na ação do conselheiro.” (p.111)
- (31) “Tão secreta foi a conferência dela e dos filhos que estes não quiseram contá-la a ninguém, salvo ao conselheiro Aires, que a adivinhou em parte. Paulo e Pedro confessaram a outra parte, pedindo-lhe silêncio.” (p.264) (Grifos nossos)

Em (29), Custódio procura o conselheiro em busca de solução para o seu problema: escolher um nome para a confeitaria; em (30), Natividade solicita a Aires que a ajude na reconciliação dos filhos, por fim, em (31), parece claro que o ponto de vista é dos gêmeos Pedro e Paulo, que buscam o apoio do diplomata.

É possível que a pequena variedade de denominações atribuídas a Aires se deva ao fato de ser ele uma personagem que ostenta como uma de suas virtudes o tédio à controvérsia, que busca sempre o equilíbrio entre dois opostos e que, as mais das vezes, desempenha o papel de mediador. Em geral fala apenas como criatura social. Não é citado pelo prenome, nem como irmão ou cunhado, e seu discurso parece ser apenas a manifestação do discurso social.

Antes de aposentar-se, Aires era mediador por exigência da profissão e, depois, por solicitação daqueles que viviam à sua volta e talvez por inclinação

natural. Para conhecer melhor o caráter conciliador do conselheiro, considerem-se estas palavras do narrador: “Aires fora diplomata excelente, apesar da aventura de Caracas, se não é que essa mesma lhe agravou a vocação de descobrir e encobrir. Toda a diplomacia está nestes dois verbos parentes.” (p.231).

A respeito da passagem acima, sugere Bosi (1979, p.158) que *atenuação* talvez seja o termo que melhor descreva a fala e as atitudes de Aires. Diante dos desencontros e dos embates que a vida proporciona, o diplomata “tende, primeiro, a dizer o que vê (‘vocação de descobrir’), desdizer depois (‘vocação de encobrir’), para num último movimento deixar sobrepostos o rosto e a venda. O efeito é sempre de dupla possibilidade: a salvação do positivo, apesar do negativo, a persistência deste apesar daquele.”

A justeza dessas observações evidencia-se nas passagens a seguir:

(32) “– Antes de nascer, crianças não brigam, replicou Aires, temperando o sentido afirmativo com a entonação dubitativa.” (p.62)

(33) Aires viu o abismo da controvérsia, e forrou-se à vertigem por uma concessão, dizendo:” (p. 63)

(34) “Aires disse ainda algumas palavras bonitas, acrescentou outras feias, admitindo que a briga podia ser prenúncio de graves conflitos na terra; mas logo temperou esse conceito com outro:
– Não importa; não esqueçamos o que dizia um antigo, que “a guerra é a mãe de todas as coisas”. Na minha opinião, Empédocles, referindo-se à guerra, não o fez só no sentido técnico. O amor, que é a primeira das artes da paz, pode-se dizer que é um duelo, não de morte, mas de vida – concluiu Aires sorrindo leve, como falava baixo, e despediu-se..” (p.63)

(Grifos nossos)

Note-se que os verbos usados para referir a fala de Aires (no discurso narrativizado) são replicar e dizer – verbo de elocução, neutro, seguido de acrescentar, que poderia conferir alguma ênfase ao discurso, mas o verbo temperar, usado duas vezes, introduz um enunciado que atenua e relativiza a afirmação anterior –, e o verbo concluir, que encerra a fala e vem seguido de um comentário reforçando a descrição que, páginas anteriores, o narrador faz de Aires. Analisando o discurso atributivo associado a Aires, temos em (32) que ele afirma (descobre), mas não completamente, uma vez que a “entonação dubitativa” atenua o “sentido afirmativo” (encobre). E, em (33), diante do perigo de controvérsia, ele faz uma concessão, que mais uma vez atenua a afirmação anterior. Em (34), Aires admite que “a briga pode ser prenúncio de graves conflitos”, mas logo atenua “temperando esse conceito” com outro, que

nega parcialmente o primeiro. É o meio termo, que não afirma nem nega completamente nenhuma das duas posições, nem tampouco as anula. É a retórica de Aires conciliando os opostos.

Corroborando a tendência à conciliação, característica de Aires, diz o narrador:

- (35) “Era cordato, repito, embora esta palavra não exprima exatamente o que quero dizer. Tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por tédio à controvérsia.” (p.60)

Natividade, personagem importante na trama da narrativa, recebe quatorze designações, mas somente cinco (‘Natividade’, ‘ela’, ‘baronesa’, ‘a mulher’, ‘a mãe’) são sujeitos de verbos atributivos. A partir do cap. XXX, quando o marido, Santos, é agraciado com o título de barão, todas as personagens, à exceção do marido, dos filhos e do narrador passam a tratá-la por baronesa, o que caracteriza um tratamento formal e distanciado, provavelmente praticado pelas pessoas de sociedade, na época em que se situa o romance. O narrador normalmente a trata pelo prenome e só uma única vez ele emprega a denominação baronesa: é quando ela usa da sua autoridade para proibir o marido de candidatar-se a senador, como se lê em (36):

- (36) “– Não, Agostinho, concluiu a baronesa com um gesto definitivo.” (p.129) (Grifos nossos)

Chama a atenção o fato de Natividade, mulher de sociedade, receber as designações de mãe, mulher, esposa, irmã e amiga, ainda que essas denominações venham adjetivadas como em ‘a bela esposa’ e ‘a bela Natividade’. O retrato que essas denominações pintam é o de uma mulher bonita, sim, inteligente e afável, mas preocupada com a família, sobretudo com os filhos. Natividade é principalmente a mãe dos gêmeos.

Diferentemente de Natividade, D. Cláudia, assim chamada por todos, exceto naturalmente pelo marido e pela filha, é uma mulher decidida e apaixonada pela política. Recebe sete designações, e três (D. Cláudia, a mulher, a mãe) são sujeito de verbos atributivos. Pode parecer estranho que temperamentos tão distintos, como o dessas duas mulheres, sejam caracterizados de forma semelhante. No entanto, se observarmos os verbos a que essas denominações servem de sujeito, veremos que eles caracterizam diferentemente essas duas personagens.

Vejamos: Natividade, como mãe, explica, intervém, acomoda ou conclui para conciliar os filhos e protegê-los, ao passo que os verbos atribuídos a D. Cláudia são inquirir, acudir, repetir:

- (37) “– Você diga-lhe, aconselhou Natividade, que o nosso Paulo é liberal ardente...” (p.117)
- (38) “Neste último ponto divergiam, porque cada um deles tomava para si só as admirações, mas a mãe interveio.”(p.71)
- (39) “[...] Paulo explicou-se, Pedro contestou a explicação e deu outra, e a sala viraria clube, se a mãe não os acomodasse por esta maneira.” (p. 79)
- (40) “– O sono e a preguiça, concluiu a mãe rindo.” (p.218)

(Grifos nossos)

Note-se o tom complacente e carinhoso com que Natividade se dirige aos filhos que não atenderam ao seu pedido de acompanhá-la à missa.

Comparando essas passagens com as seguintes em que é D. Cláudia que fala, podemos observar a diferença de modo de agir entre ela e Natividade:

- (41) “– Como diz, inquiriu a mãe” (dirigindo-se a Aires que acreditava que a filha “viria a ser uma inexplicável”). (p.94)
- (42) “A mãe acudiu-lhe:
– Que é? Que tens? (p.149)
- (43) “[...] enquanto a mãe, atribuindo o efeito ao vidro de vinagre, ajustava a rolha de vidro ao frasco, e restituía o frasco ao tocador.
– Faze uma lista do que precisas, repetiu à filha.” (p.150)

(Grifos nossos)

Os dois últimos casos se encontram no mesmo capítulo. Em (37), D. Cláudia acode a filha, que tivera uma espécie de desmaio; passado o problema, a mãe volta à sua preocupação maior que eram os preparativos para a viagem.

Na qualidade de esposa, Natividade dirige-se ao marido e diz ou pondera a respeito de situações do dia-a-dia, como se vê nos exemplos:

- (44) “– Deixa, Agostinho, disse-lhe a mulher, uma noite; você sempre há de ser criança.” (p.47)
- (45) “– Mas você é espírita, ponderou a mulher.” (p. 51)

(Grifos nossos)

Natividade tampouco ‘dispara uma pergunta ao marido’, como o faz a mulher de Batista:

- (46) “D. Cláudia levantou-se da cadeira, rápida, e disparou esta pergunta ao marido.” (p.123) (Grifos nossos)

Se, por um lado, a D. Cláudia é atribuído o mesmo verbo ponderar em situação semelhante à de Natividade, por outro, também lhe está associado o verbo interromper, que remete às suas preocupações políticas e o modo decidido com que interfere nos assuntos políticos do marido.

Creemos que o cotejo entre os contextos em que ocorrem as falas das duas personagens deixou claro o sentido dos respectivos verbos de atribuição.

Flora é uma das personagens centrais do romance; em torno dela gravitam os gêmeos Pedro e Paulo e o conselheiro Aires, que se mantém sempre por perto, como uma espécie de guardião.

Flora é a personagem que recebe maior número de denominações e de adjetivação, vinte e oito no total; mas somente cinco são sujeitos de verbos atributivos ('Flora', 'a moça', 'a filha de Batista', 'a doente', 'ela'):

- (47) “– Ambos quais? perguntou Flora ao vê-la [Natividade] tornar ao quarto.” (p.246)
- (48) “– Ora, meu Deus! exclamou a filha de Batista.” (p.205)
- (49) “– Petrópolis? suspirou a doente.” (p.244)
- (50) “– Não digam o resto, interrompeu a moça sorrindo;” (p.194)
- (51) “– Mas o senhor promete que não me achará inexplicável? perguntou ela com doçura.” (p.100) (Grifos nossos)

É pelo seu nome que, na maior parte das vezes, a ela se refere o narrador. Somente D.Cláudia, mãe de Flora, a trata pelo nome, embora isso só ocorra três vezes:

- (52) “A mãe, que datava por ministérios, nunca negou a idade da filha:
– Flora nasceu no ministério Rio Branco, e foi sempre tão fácil de aprender, que já no ministério Sinimbu sabia ler e escrever correntemente.” (p.94)
- (53) “– Não digas isso, Flora; é comissão de confiança para fins nobremente políticos.” (181)
- (54) “– Olha aqui, Flora; dá licença, conselheiro? (p.210)
(Grifos nossos)

O narrador também se refere a Flora usando expressões atributivas, sendo que em alguns casos o ponto de vista é de outra personagem, como nos passos seguintes:

- (55) “Flora, aos quinze anos, dava-lhe para se meter consigo. Aires que a conheceu por esse tempo, em casa de Natividade, acreditava que a moça viria a ser uma inexplicável.” (p.94)

- (56) “Natividade dormiu tranqüila em Botafogo, mas acordou pensando nos filhos e na moça de S. Clemente.”(p.206)
- (57) “Enfim, o secretário de Nóbrega redigiu com a melhor linguagem que possuía uma carta em que o capitalista pedia a D. Rita o favor de consultar a moça amada.” (p.239).
- (58) “D. Rita ainda esperou um dia. A resposta negativa, dado que Flora viesse a mudar de opinião, podia ser uma desgraça para esta.” (p.240)
- (59) “Quando, porém, a imagem de Flora aparecia entre eles por imaginação, o debate esmorecia, mas as injúrias continuavam e até cresciam sem confissão de novo motivo, que era ainda maior que o primeiro, a republicana e a imperial, pelo amor exclusivo da moça, se tanto fosse exigido. Cada um faria com ela a sua constituição, melhor que outra qualquer deste mundo.” (p.208-209) (Grifos nossos)

Observe-se que, embora a voz seja do narrador, o ponto de vista é de outra personagem. Assim, em (55), o narrador adota a perspectiva de Aires, em (56), a de Natividade, em (57), a de Nóbrega, em (58), a de D. Rita, e, por fim, em (59), assume o ponto de vista dos gêmeos.

A variada gama de expressões afetuosas associadas a Flora não só a definem de forma extremamente positiva, como também revelam o sentimento que ela desperta naqueles que dela se aproximam, que com ela convivem.

É também um fator definidor da indecisa Flora os verbos a ela associados. É sintomático que o verbo mais freqüentemente a ela atribuído seja perguntar, referido nove vezes, contra cinco registros de dizer.

É curioso que, no romance, todas as ocorrências do verbo perguntar e equivalentes como inquirir são redundantes por virem antecidos ou seguidos por um enunciado terminado por um ponto de interrogação. Considerando-se que, nesse caso, a única função é identificar o locutor e que o verbo dizer, que, sendo neutro, quando atribuído a Flora, não veicula informação relevante, podendo as mais das vezes ser dispensado, é possível talvez concluir que é exatamente essa redundância ou vagueza, essa indefinição que caracteriza a jovem Flora, oscilando entre o amor de Pedro e Paulo.

Quanto a Santos e Batista, respectivamente marido de Natividade e de D. Cláudia, são personagens secundárias, moralmente fracas, não têm os traços de caráter que caracterizam as mulheres: falta a Santos, por exemplo, a inteligência, a firmeza de caráter a discrição e a simpatia da esposa.

Batista caracteriza-se por seu amor à política e pelo apego aos cargos públicos, o que o aproxima da mulher; dela se distancia, contudo, por carecer

de vontade firme e de espírito de luta e de iniciativa. É chamado Batista por todos, inclusive pela mulher. É designado algumas vezes como ‘o marido’ (quase sempre a partir do ponto de vista de D. Cláudia), ‘o pai da donzela’, ‘o esposo’, ‘o conservador Batista’, ‘o ex-presidente’, ‘o pai de Flora’, ou denominações que o atrelam a outra personagem ou a um cargo.

Os verbos atributivos referidos a Batista são reveladores de sua personalidade: Batista diz, mas também confessa, concorda, insinua, atribui, responde, suspira e cai em si.

Quanto às designações referentes a Santos – quase todas atribuídas pelo narrador – remetem à sua relação com as demais personagens: marido, pai e cunhado. Exceto Natividade e a cunhada Perpétua, que o tratam pelo prenome – Agostinho –, as demais personagens a ele se referem pelo título de barão.

Quanto às fórmulas atributivas, a grande variedade de verbos associados a uma figura secundária pode ser revelador de traços característicos da personagem. Assim, por exemplo, Santos brada, o que sugere falta de controle, mas também suspira e insinua. É a falta de firmeza nas opiniões, quando as tinha, que incomoda o velho diplomata. Sabemos pelas palavras do narrador que Aires não podia negar a antipatia que Santos lhe causava. “Era a pessoa, eram as sensações, os dizeres, os gestos, o riso, a alma toda que lhe fazia mal” (p. 137).

Como observa Prince, (1978, p. 309), estudar o discurso atributivo é mais do que descrever as suas formas e a sua distribuição na narrativa, “ou a possibilidade de combinação com outras categorias de signos”, é também determinar o seu rendimento na economia narrativa, a maneira por que funciona”, a sua significação.

Com efeito, as fórmulas atributivas que acompanham o discurso direto, além de caracterizarem as personagens, indicam como deve ser lida a sua fala, como deve ser interpretado o seu discurso – o que não significa que a ausência de tais verbos prejudique a legibilidade do texto ou desorientar o leitor.

A seleção dos verbos é um importante guia de leitura. Claro está que um enunciado contendo um verbo neutro como dizer, ou um verbo de elocução propriamente dito, como perguntar, deve ser lido diferentemente de outro cujos verbos são empregados metaforicamente ou expressam o estado de ânimo do falante, como explodir, exclamar, sussurrar.

No **Esaú e Jacó**, o verbo perguntar e equivalentes como inquirir, os mais freqüentes, depois de dizer, podem sugerir uma narrativa em que predomina a ambigüidade e a dúvida. Por outro lado, o fato de dizer ser de longe o mais empregado pode ser um indicador de que Machado opta pela forma neutra e não expressiva, porque o que importa não é o dito explicitamente, mas o que está implícito, o que está subjacente.

Esperamos ter deixado claro, por meio desta rápida análise, que o discurso atributivo que acompanha o discurso direto frequentemente desempenha uma função caracterizadora das personagens. Além disso, contribui para orientar o leitor no que se refere à interpretação da fala das personagens, ao modo como deve prosseguir a leitura e à identificação do que veicula de maneira implícita.

O discurso atributivo constitui-se, desse modo, num importante instrumento retórico nas mãos de um hábil contador de história como, sem dúvida, é Machado de Assis.

Referências bibliográficas

- ASSIS, J. M. Machado. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [19...].
- BOSI, Alfredo. Uma figura machadiana. In: ARINOS, Afonso. *Esboço de figura: homenagem a Antônio Cândido*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- PRINCE, Gerald. Le discours attributif et le récit. *Poétique*, n. 35, p. 305-313, 1978.

MODIFICAÇÕES NA *GRAMMÁTICA EXPOSITIVA* DE EDUARDO CARLOS PEREIRA

Márcia A. G. Molina – UNISA

Preliminares

Neste artigo, que é um recorte de nossa tese de doutoramento¹, objetivamos mostrar uma análise das modificações efetuadas pelo autor da *Gramática Expositiva (Curso Superior)*, quando publicou sua segunda edição, com o propósito de deduzir os motivos que teriam levado Pereira a efetuá-las.

Especificamos que restringimos nosso trabalho ao estudo da gramática como *expressão do pensamento*, portanto ao que abrange tanto a escolha do léxico, quanto à sua organização, ou seja, limitar-nos-emos a estudar os capítulos que tratam das *Noções Preliminares*, da *Morfologia* e da *Sintaxe* nesse compêndio escolar, deixando para um próximo momento o estudo da parte mecânica da linguagem (fonologia).

Antes de começarmos a discutir as diferenças observadas entre a 1ª e a 2ª edição da *Gramática Expositiva (Curso Superior)*, apresentamos um pequeno esboço da estrutura geral de cada uma delas, para facilitar a compreensão dos dados a serem analisados:

1ª edição: *Gramática Expositiva*

Capa
Contracapa
Prólogo
Autoridades clássicas citadas
Explicações
Pareceres
Noções preliminares

¹ Tese de doutoramento, intitulada *Um estudo descritivo-analítico da Gramática Expositiva (Curso Superior) de Eduardo Carlos Pereira*, defendida na Universidade de São Paulo, em outubro/2004.

GRAMÁTICA	Lexeologia: Fonologia: Fonética, Prosódia, Ortografia
	Morfologia: Taxeonomia, Etimologia
	Sintaxe: Proposição Simples, Particularidades Sintáticas, Proposição Composta e Complexa.
	Índice geral
	Errata

2ª edição: *Gramática Expositiva (Curso Superior)*

	Capa
	Contracapa
	Prólogos da 1ª e da 2ª edição
	Autoridades clássicas citadas
	Explanções
	Esboço histórico e geográfico
	Noções preliminares
GRAMÁTICA	Lexeologia: Fonologia: Fonética, Prosódia, Ortografia
	Morfologia: Taxeonomia, Etimologia
	Sintaxe: Proposição Simples, Período, Particularidades Sintáticas.
	A sintaxe e a estilística
	Índice Geral
	Índice alfabético das matérias
	Pareceres

Cumpre-nos ainda informar que, visando à facilitação da leitura, as alterações observadas foram agrupadas de acordo com os seguintes critérios:

- modificações efetuadas **na estrutura da obra**;
- modificações efetuadas **na forma de apresentação dos conteúdos**;
- modificações efetuadas **no tratamento dado a esses conteúdos**.

Finalmente salientamos que o trabalho que agora apresentaremos inscreve-se na História das Idéias Lingüísticas do Brasil.

Passemos, então, às comparações.

1. Modificações efetuadas na estrutura da obra

Em relação a essas alterações, a mudança inaugural nitidamente observada entre ambas as edições foi a adequação do título. A primeira edição da *Gramática* chama-se tão somente *Gramática Expositiva*. Como vimos, no final de 1907, mais precisamente, em dezembro, Pereira já lançara sua *Gramática Expositiva (Curso Elementar)* – extraída da primeira com *leves retoques na doutrina, adaptando-o* (o curso) *ao primeiro ano dos ginásios, de acordo com o programa oficial* (p.7) – passou a chamar o **texto-fonte**² de *Gramática Expositiva (Curso Superior)*.

Outra inovação observada na edição de 1909 foi o fato de o autor ter transferido os **“Pareceres”**, que principiavam a 1ª edição, para o final da obra.

Recordemo-nos de que era hábito na época fazer constar nesses materiais didáticos, logo depois da contracapa, **pareceres** dados por eminentes especialistas da área, para, como afirma Fernandes (2001), de um lado, funcionar como propaganda do material, e de outro lado assegurar sua respeitabilidade. Na ocasião da 2ª edição, a gramática já fora aceita e prestigiada por algumas instituições³, vários homens das letras e inúmeros e abalizados lentes. Cartas elogiando-a chegaram inclusive de *ultramar*⁴, artigos jornalísticos foram escritos (em sua maioria) parabenizando o autor pela iniciativa de lançar tão importante compêndio, portanto já estava “atestado” tratar-se de obra de grande monta, não necessitando, pois, na 2ª edição, que tais opiniões a iniciassem. Apesar disso, o autor, ao transportá-las para o final, incluiu na edição revisada um número maior ainda daquelas favoráveis.⁵

Outra mudança observada na estrutura do texto na 2ª edição foi o acréscimo do *Esboço Histórico e Geográfico* no qual o autor explica a formação das línguas quanto à morfologia e à genealogia, discorre a respeito da filiação das línguas românicas, discute a formação do Português e especifica, tanto as diversas origens do nosso léxico, quanto os períodos da Língua Portuguesa. Finalmente, em relação à geografia, exhibe um quadro revelando os países – suas superfícies e populações – que possuem o Português como língua materna.

² Por **“texto-fonte”** entendemos aqui a 1ª edição da *Gramática Expositiva*, já que ela constitui o texto base para as demais edições.

³ Referimo-nos aqui aos pareceres elogiosos da *Congregação do Ginásio (oficial) da Capital do Estado de São Paulo* e do *Instituto de Ciências e Letras* que já constavam na 1ª edição.

⁴ O autor refere-se à carta de Cândido de Figueiredo, a ele enviada, elogiando a gramática em questão (Prólogo da *Gramática Expositiva (Curso Elementar)*, dezembro, 1907)

⁵ A mordaz opinião expressada pelo crítico de *O Estado de São Paulo* não foi mencionada nas edições da *Gramática Expositiva*.

Relativamente à estrutura, observamos que o autor fez constar no final dessa 2ª edição um caderno intitulado *A Sintaxe e a Estilística* no qual esclarece que elas têm *por objeto comum a fraseologia* (p. 316), porém a primeira preocupa-se com a correção da frase e a segunda, com sua beleza. Em seguida, define *estilo*, asseverando que *é o modo peculiar de dar o escritor expressão a seus pensamentos* (p. 316) e o classifica em relação à matéria, forma e história.

Houve alteração ainda na organização dos capítulos. Na edição de 1909, na parte em que o autor trata da morfologia, começa pela **Taxeonomia**, dividindo-a em **palavras flexivas, palavras inflexivas e outras classes de palavras**. No texto-fonte, não apresentava essa divisão com tal nitidez.

Também, quando passa a tratar da sintaxe, reorganiza a estrutura dos capítulos:

1ª EDIÇÃO	2ª EDIÇÃO
I – Da proposição e seus membros	I – Da proposição e seus membros
II – Das particularidades sintáticas referentes às categorias gramaticais	II – Do período gramatical
III – Do período gramatical	III – Das particularidades sintáticas sobre as categorias gramaticais
IV – Da pontuação	IV – Da pontuação

Por outro lado, o número de parágrafos passou de 769 da 1ª edição para 821 na segunda, já que, no *Prólogo* do texto-fonte, o autor afirmara que não partiria a gramática *em pequeninos, multiplicando ao extremo as divisões e subdivisões (sic)* (p.V).

Além disso, observamos uma mudança em relação aos exercícios propostos. Antes de esclarecer quais foram elas, julgamos importante especificar que a primeira edição, ao final de cada capítulo, apresentava um modelo de análise (quer fonética, quer morfológica, quer lógica ou sintática) e, a seguir, um grande rol de orações (provérbios, máximas e ditos sentenciosos) para treino do conteúdo ministrado.

Devemos notar que o autor já noticiara no *Prólogo* dessa edição que seguia os princípios da *moderna pedagogia alemã* (p.II) ou seja, da Escola Nova, cujo modelo pedagógico apregoava que uma boa metodologia educacional necessariamente precisaria tanto favorecer a prática – portanto ser pautada na execução de atividades (exercícios) – quanto zelar pela moral:

Os princípios norteadores do escolanovismo resumem-se na valorização da educação para o trabalho, na exigência de abandono dos padrões tradicionais de educação, no liberalismo (...) e no tecnocracismo. (...) Para os escolanovistas, educar é desenvolver a personalidade dos educandos (...)

(Ferreira, 2001, p 96 e 98).

O número dos provérbios, máximas e ditos sentenciosos propostos como exercícios de análise ao final de cada grande tópico era muito extenso na edição de 1907⁶, por isso, na de 1909, o autor, ora excluiu alguns conjuntos, ora acrescentou outros, mas em todos retirou muitos dos provérbios. Acreditamos que essas alterações tenham sido reguladas principalmente por dois motivos: primeiramente, porque Pereira já adotara a obra em suas aulas, na realidade cotidiana do cronograma escolar, cujo tempo, muitas vezes parco até para ministrar o programa, ficaria mais escasso ainda para a realização e correção das atividades. Ratifica nossa posição, a crítica tecida por Veríssimo (1906:XXX)

As aulas das escolas superiores (...) não começam a funcionar antes de julho e encerram-se em outubro. O Ginásio Nacional, que antigamente se abriu sempre a 3 de fevereiro e se fechava a 31 de outubro, este ano de 1906 abriu-se oficialmente a 15 de abril, mas de fato em maio, e se deve encerrar a 14 de novembro.

O outro motivo que certamente regulou a diminuição do número de exercícios da 2ª edição foi o fato de o autor já ter lançado, na ocasião, sua *Grammatica Expositiva (Curso Elementar)* e nela ter feito uso de muitos dos provérbios, ditos sentenciosos e máximas do texto-fonte.

Finalmente, a última inovação no volume de 1909 foi a introdução do *Índice alfabético das matérias* que não constava na primeira edição.

Importante ainda, antes de concluirmos nossa discussão a respeito da tese geral da obra, informarmos que a primeira edição possui uma incorreção no índice de modelos de análise e exercícios. Nele não constam os das páginas 86 e 87 (modelo de análise taxonômica e exercícios de substantivos, adjetivos e pronomes) nem os das 141, 142 e 143 (modelo de análise taxonômica e exercícios do verbo); incorreções deste tipo não eram raras na ocasião, pois a revisão cabia ao próprio autor. Além disso, não houve muito rigor nem na separação, nem na enumeração dos capítulos.

Passaremos agora à apresentação e discussão do segundo grupo de diferenças observadas entre as obras.

⁶ Muitas vezes excedendo a quarenta orações.

2. Modificações efetuadas na forma de apresentação dos conteúdos

A primeira modificação observada foi em relação à grafia de determinadas palavras. Na primeira edição (p.101), por exemplo, o autor exhibe-nos o verbo **puzer** e seus derivados **puzessem, puzera**. Já na segunda edição (p. 86) encontramos-lo grafado **pozer**, com respectivos derivados **pozera, pozesse**. No texto-fonte (p. 217) também encontramos a forma verbal **eram-nos**, em contrapartida, na 2ª edição (p. 82) deparamo-nos com a variação **eram-n-os**.

Sabemos que, na ocasião da escritura tanto da 1ª quanto da 2ª edição da *Gramática Expositiva*, embora a Academia Brasileira de Letras já dispusesse de plano de reforma ortográfica⁷, sugerindo uma uniformização no modo de escrever a língua nacional privilegiando, sobretudo, o caráter fonético do vocábulo, muitas eram as controvérsias e discussões a esse respeito, mormente por parte daqueles estudiosos que se fixavam no aspecto etimológico:

É mal antigo, sentido e confessado por todos os sábios, literatos e filólogos distintos a anarquia em que laboramos a respeito de ortografia. Há uma porção de tratados de ortografia, mas ortografia nacional, assente, perfeita, harmônica, não existe nenhuma. O que existe é uma cacografia alabrintada, uma escrita incerta, contraditória, arbitrária, caótica. Vários tentames se têm feito no empenho (empenho mui louvável) de se pôr termo à vergonhosa desordem gráfica, mas têm sido todos infrutuosos, e a razão dos malogros não é outra senão que tais tentativas de reformação ortográfica são meramente arbitrárias e individuais – sistemas ou arremedos de sistemas que a fantasia de cada um engenhou (...)

(Barreto, 1911: 35)

Portanto, não só não estava fixada a ortografia nacional, como muitos – inclusive nosso estudioso – resistiam em aceitar mudanças, fato que possibilitava tais variações.

Afora isto, constatamos, inclusive, alguns problemas tipográficos em ambas as edições, sem fazerem parte da *Errata*:

Consiste (1ª edição, p. 125) / **consisto** (2ª edição, p.106)

Photo (1ª edição, p. 181) / **pohto** (2ª edição, p.152)

⁷ Embora as atas da reunião de 13/6/1901 não constem nos arquivos da ABL, Henriques (2001:99) informa que um recorte do *Jornal do Comércio* de 15/6/1901 noticia que naquele dia fora proposta a formação de uma comissão para estabelecer e fixar a ortografia que a Academia deveria usar em seus boletins.

Justificáveis, talvez, porque na época, como anteriormente dito, o próprio autor fazia a revisão do texto, e como habituado a ele, tais deslizes poderiam ocorrer facilmente.

Por outro lado, observamos que, em alguns trechos da primeira edição, Pereira adota um *tom professoral* na instância de apresentar a discussão teórica:

As palavras, como dissemos, estão todas relacionadas na frase: a que serve de sujeito está em relação subjetiva para com o predicado; a que serve de predicado está em relação predicativa para com o sujeito; a que modifica outra palavra está em relação complementar para com a palavra modificada. (p. 191)

Já na 2ª edição, reformulou a redação, promovendo notada objetividade e revelando mais distanciamento do texto:

O sujeito está em relação subjetiva para com o predicado, o predicado em relação predicativa para com o sujeito, o complemento em relação complementar para com a palavra cujo sentido ele modifica (p.158)

Quanto às **notas explicativas**, na primeira edição muitas delas apresentam-se mais curtas e menos elucidativas que na segunda:

Nota: Os aumentativos **ão**, **ona**. e os diminutivos **inho**, **zinho**, são de uso popular; e os em **ulo**, de uso erudito exclusivo. (1ª edição, p. 68)

Na segunda edição, em relação ao mesmo conteúdo, Pereira continua explicitando:

(...) Nas palavras oxítonas e terminadas por ditongo é de rigor – **zinho** (pezinho, mãezinha), nas outras é, em geral, facultativo – **inho** ou **zinho**. (2ª edição, p.60)

Outras notas encontram-se com algumas reformulações no texto, como veremos abaixo:

Estas terminações superlativas – **issimo**, **-imo**, **-rimo**, vêm todas da forma latina **timo**, **que ainda** se conserva em íntimo. O **t** abrandou-se em sua homorgânica constricta **s – timo = simo**; em **imo** deu-se a aférese do **s**, e em **rimo** deu-se a assimilação progressiva do **s** em **r**; **salubérsimo** = **salubérrimo**. A sílaba **is** é um incremento latino, que finaliza a forma positiva ao acrescentar-se à terminação superlativa – **simo**. (p. 81 – 1ª edição)

Estas terminações superlativas – **issimo-imo**, **rimo**, vêm todas da forma latina **timo**, **que ainda** se conserva em íntimo. O **t** abrandou-se em sua homorgânica constricta **s – timo = simo**; em **limo** e em **rimo** deu-se a assimilação progressiva do **s** em **l** e em **r**: **facilissimo**

= *facílimo, salubérrimo* = *salubérrimo*. Muitos porém, escrevem *facílimo* fazendo aférese do *s* (*simo* = *imo*). A sílaba *is* é um incremento latino, que finaliza a forma positiva ao acrescentar-se a terminação superlativa - *simo*. (p. 70 – 2ª edição) (Grifos nossos)

Poucas só constam na 1ª edição, como a que aparece à página 83, logo depois da definição de *Pronome*:

Pronome, de origem latina, significa – em vez do nome.

E outras, vimos fazerem parte da 2ª edição:

O verbo **alumiar**, como observa Soares Barbosa, escrevia-se antigamente alumear (de lume) do que ainda se conserva vestígio no seguinte anexim popular:

O ignorante e a candeia – a si queima, e a outros alumeia. Ainda se ouve esta pronúncia entre o povo. – Monteiro Leite, C. de Figueiredo e outros fazem regular todos os verbos desta classe. (p. 102)

Esparsas passaram do estatuto de *Notas* para fazer parte do corpo do texto:

O termo sintaxe é de origem grega = syn = com, taxis = arranjo; correspondente á palavra latina em construção. (1ª edição, p. 189; p. 156, 2ª edição)

Algumas, ainda, passaram de *Notas* para *Observações*, cujo número aumentou muito nesta edição revista:

Em muitas palavras, em vez de forma – **ária**, prefere-se a forma – **eria**, exs. bateria, roseira, correria, bufoneira, galeria (...) (p. 131)

Obs.2 – *Familiarmente é mais comum dizer-se: – Quanto é hoje ? Hoje é vinte. Expressão esta perfeitamente analisável, desde que tomemos o cardinal pelo ordinal: Hoje é o vigésimo dia do mês. – É mais comum entre eruditos formular-se a pergunta: Quantos são hoje?* (p. 174)

Diversas *observações* da 2ª edição resultaram da soma de uma *observação* e uma *nota* da primeira edição:

[Obs. *Critica J. Soares Barbosa, em sua Gr. Filosófica, esta frase de Vieira porque o pronome neutro o substitui o adjetivo participio desenganados, que, entretanto não se acha antecedentemente enunciado. É sintaxe, segundo o douto crítico, viciosa*](Obs. Da 1ª edição, p. 217) [As outras regras concernentes á concordância do predicado nominal e pronominal, são comuns á concordância do adjetivo com o substantivo e do pronome com o nome, e vão ser

estudadas nos capítulos seguintes.] (Nota da 1ª edição, p.271)] (Da 2ª edição, p. 182).

Resta-nos informar que as mudanças em *notas* e *observações* podem ter sido orientadas por dois principais motivos: o primeiro governado pela prática pedagógica, ou seja, o dia-a-dia do autor, quando, para ser mais claro e elucidativo, ampliava, reestruturava e reorganizava tais partes do texto. O outro pode ter sido provocado porque – nos dois anos que separam as obras – certamente, muito leu nosso autor. Tal assertiva vem ratificada quando, em algumas citações, vemos retirado o termo *apud* dos exemplos:

Este modo de acrescentar fazenda... Também me atrevera eu (atreveria eu) a dizer que era (= seria) bom, se, neste mundo, não houvera uma conta, e, no outro mundo, outra. E no outro mundo não houvera inferno, e, neste mundo, não houvera justiça, era (= seria) muito bom (AV, apud Grivet) (1ª edição, p. 285)

Este modo de acrescentar fazenda... Também me atrevera eu (atreveria eu) a dizer que era (= seria) bom, se, neste mundo, não houvera uma conta, e, no outro mundo, outra. E no outro mundo não houvera inferno, e, neste mundo, não houvera justiça, era (= seria) muito bom (AV). (2ª edição, p. 272)

A qual obra será posta no catálogo das mercês, que este reino dele tem recebidas. (J. de Barros, apud S.B.) (1ª edição, p. 301)

A qual obra será posta no catálogo das mercês, que este reino dele tem recebidas. (J. de Barros) (2ª edição, p. 281)

Quanto aos exemplos, aproveitamos para esclarecer que eles sofreram muitas alterações entre as edições analisadas. Pereira, ora excluía palavras ou orações inteiras que serviam como exemplos, ora acrescentava outras no rol dos já constantes, ora ainda, substituíra alguns, como veremos.

Excluiu, por exemplo, ao tratar dos pronomes **que e quanto**:

Aquele que tarde anda, pouco alcança (o que tarde anda, pouco alcança. p. 213, 1ª edição)

E acrescentou ao mesmo item gramatical:

Todos (nós) quantos aqui estamos, vivemos bem (p.178, 2ª edição)

Referindo-se ainda ao **que**, excluiu também o seguinte exemplo:

Uma das felicidades, que se contava entre as do tempo presente (p. 214)

Muitos exemplos foram retirados, quando o autor explica os processos de formação de palavras. *Liqüidação, uniforme e manicórdio* (p.178, 1ª edição) foram itens excluídos da lista de substantivos compostos que seguem o processo

primitivo de formação vocabular. *Quemequer* (pronomes) (p.179, 1ª edição) foi retirado da lista dos compostos por “justaposição”; *Os papa-figos e o malmequer* (p.180) foram excluídos da lista de “locuções ou frases verbais”; a palavra *talvez* (p. 181, 1ª edição) foi retirada dos exemplos de locuções adverbiais, porque essa forma já deveria estar sedimentada⁸.

Já, ao discutir concordância do verbo com o sujeito, ou da concordância com as disjuntivas **ou** e **nem**, acrescenta:

Quantas ou que horas são? São dez horas – Quanto é hoje? Hoje são vinte. (2ª edição, p. 173/174)

A nulidade ou a validade do contato eram assunto de direito civil. (A H) (p. 177, 2ª edição)

Sei que não seriam nem eles nem eu, quem pusesse esse remate (A H). (idem, ibidem)

Percebemos que, até em **Notas**, houve acréscimo de exemplos:

Tanto a igreja como o estado eram até certo ponto inocentes (A H). (Nota: 177, 2ª edição)

Apuramos que todos – absolutamente todos – os exemplos citados na 1ª edição foram excluídos, quando o autor passou a contemplar os *vícios de linguagem, do estrangeirismo*, fazendo constar na 2ª edição apenas o tipo e a origem de tal fato lingüístico:

Estes estrangeirismos tomem o nome da língua donde procedem: germanismo (Germania, antigo nome da Alemanha), do alemão; anglicismo, do inglês; italianismo, do italiano; espanholismo, do espanhol; galicismo ou francesismo (Galia, antigo nome da França), do francês; hebraísmo, do hebraico; helenismo, do grego; latinismo, do latim. (p.211, 2ª edição)

Nos **vícios**, retirou ainda os seguintes exemplos de **barbarismos** (p. 255, 1ª edição):

home, mahomet e substantivo

e os **brasileirismos**:

entonces (por então) e *falemos* (por falamos) (p. 257, 1ª edição)

Continuando a tratar de **brasileirismos**, o autor excluiu o parágrafo 523 da 1ª edição, que fazia o seguinte comentário:

A evolução da uma língua opera-se no tempo e no espaço, as diferenciações regionais, quando adquirem certa extensão não só

⁸ O *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (1982:750) registra o aparecimento da forma em 1813, portanto quase 100 anos o vocábulo possuía à época.

lexicológica porém também fraseológica ou sintática, assumem o caráter de dialetos. Embora o nosso léxico contenha cerca de 5000 vocábulos, em geral de origem indígena e africana, mais que o de Portugal; embora sejam notáveis certas diferenças prosódicas, sintáticas, todavia, seria talvez dar uma extensão indébita ao termo dialeto chamar a nossos brasileirismos de dialeto brasileiro. (p. 215).

Embora saibamos que a República havia consolidado a busca de valores e símbolos de identidade nacional, a constatação de que a Língua Portuguesa falada no Brasil afigurava-se diferente da de Portugal era um fato doloroso para muitos, sobretudo para aqueles que desejavam nosso idioma calcado no modelo escrito do da Pátria-mãe. Clássicos escritores portugueses permeavam o imaginário de muitos estudiosos, sendo por eles decorados, citados e copiados. Contudo, havia os mais observadores e flexíveis em relação às mudanças, observemos o que nos diz Mário Barreto (1911:186):

Um idioma é produto do povo, não um sistema artificial organizado na cabeça de quem quer que seja, e tanto mais autoridade ganha um escritor quanto mais uso vivo se abeiram os seus escritos, que assim representam o uso de um idioma em uma época determinada. O povo, como diz um gramático moderno, é o nosso soberano mestre de linguagem: suas sentenças são sem apelação, e o uso tudo justifica, – solecismos e barbarismos.

Pereira chegou, inclusive, a trocar exemplos, ou seja, substituiu um, sem referência bibliográfica, por outro, referendado por Alexandre Herculano:

A coragem e a consagração invencíveis dos mártires. (p. 218, 1ª edição)

por

As angústias que resultam da esperança e do temor combinados (A H). (p. 183, 2ª edição).

Mais uma vez vemos comprovada nossa afirmação de que nos dois anos que separaram a revisão da obra, o autor muito ampliou, sistematizou e atualizou suas leituras.

Outro tipo de modificação observada na gramática foi a retirada quase total de notas e até de parágrafos que traziam referência histórica ou geográfica da língua. A observação a seguir transcrita da página 250 (1ª edição), por exemplo, não consta na 2ª:

Dois povos invadiram, em tempos antigos, a Península Ibérica, e nela dominaram largamente, incorporando no léxico de nossa língua grande número de vocábulos. São eles os visigodos, de origem

germânica ou alemã, no séc. V, e os árabes, no séc. VIII. Os numerosos vocábulos germânicos dessa época como Afonso, Guilherme, guerra, bandeira, etc., estão perfeitamente assimilados; as importações modernas, como quartz, bismuto, etc., são em pequeno número. O uso de termos estrangeiros deixa de ser um vício quando necessário, por carência de termo vernáculo. Neste caso é ele incorporado à língua, assumindo pouco a pouco feição vernácula, como: cagão, boné, paletó, bife, bufete, etc. Existem ainda na língua estrangeirismos literários que nos vieram do hebraico, por intermédio da literatura bíblica, do grego e do latim, por intermédio de escritores hele-nistas e latinistas, e que não entram na classe de barbarismos.

Recordemo-nos de que no início da 2ª edição de sua *Gramática Expositiva (Curso Superior)* o autor fizera constar um *Esboço histórico e geográfico da Língua Portuguesa*, esclarecendo, dentre outras coisas, a origem e formação de nosso léxico, por isso a informação desse parágrafo já se fazia redundante.

Interessante ainda atentarmos que o conteúdo dessa **Observação** (p. 250, 1ª edição) possibilita-nos esclarecer por que o autor retirara todos os exemplos de *estrangeirismos* e alguns de *barbarismos* da segunda edição, ou seja, o ali anotado ajuda-nos a hipotetizar que o rápido desenvolvimento da ciência e da tecnologia, na virada do século, favorecia a necessidade de criações vocabulares que dessem conta dos avanços, inúmeras descobertas e inesperadas mudanças pelos quais passávamos. Nesse sentido, afirmam Costa e Schwarcz (2000:10):

(...) era momento em que uma certa burguesia industrial, orgulhosa de seu avanço, viu na ciência a possibilidade de expressão de seus mais altos desejos. Tal qual uma revolução industrial que não acaba mais, aqueles homens passavam a domar a natureza a partir de uma miríade de invenções sucessivas.

Logo, a falta de palavras motivava a inserção em nosso vocabulário de um número bastante grande do léxico estrangeiro, o que significava que um estrangeirismo hoje, poderia começar a fazer, na necessidade, parte de nosso léxico.⁹ Por prudência, temendo precipitar -se diante do rápido desenvolvimento, o melhor, deve ter refletido Pereira, seria retirar os exemplos.

Também o parágrafo 523 (citado anteriormente) extirpado da 2ª edição, norteia-nos para que entendamos a exclusão de alguns dos *brasileirismos* presentes no texto-fonte.

Continuando, nas diferenças relativas à forma de apresentação do conteúdo, percebemos uma sensível mudança na sintaxe. Como se pôde observar

⁹ Igual fenômeno ocorre hoje com, por exemplo, o advento da informática.

no quadro apresentado quando discutíamos a estrutura dos capítulos, a alteração inicia-se aí, ou melhor, pela disposição do conteúdo, estendendo-se para muito além, conforme veremos a seguir.

A primeira edição começa estudando as particularidades sintáticas de cada uma das categorias gramaticais, passando depois ao período. Na segunda edição, dá-se o inverso, ou seja, o autor, no texto revisado, começa pelo período, passando depois àquelas.

Ao iniciar o estudo das *Particularidades Sintáticas* Pereira retira na segunda edição a seguinte introdução que fizera constar no texto-fonte:

Tendo estudado os fenômenos gerais das palavras em suas combinações no tríplice domínio da sintaxe de concordância, regência e colocação estudemos agora certos fenômenos particulares referentes a cada uma das categorias gramaticais. (p. 258)

Além disso, acrescenta inúmeros parágrafos como os a seguir transcritos:

587. Em – **boa fé, má fé, boa vontade, má vontade**, não assume, em geral, o adjetivo a forma sintética do comparativo. Dir-se-á no comparativo: **melhor boa fé, peor má fé, melhor boa vontade, peor boa vontade**.

O mesmo se deve observar com – **bom humor, mau humor, bom gosto, bom senso**, pois que a língua tende a considerar essas expressões como substantivos compostos.

Todavia não é estranho aos adjetivos nessas locuções o comparativo analítico, p.ex. Sendo igualmente incontestável que, na discussão havida, mostrou mais bom senso e moderação do que ele(J.F. Lisboa ap. M. Barreto). (p. 240)

592. O adjetivo **leso** em composição com substantivo concorda com ele: **crime de lesa-patriotismo, de lesa-majestade**.(p. 241)

594. Aos pronomes neutros – **nada, algo, o que** – prende-se o adjetivo qualificativo ou diretamente ou com a intercalação da preposição **de**: **nada novo, algo estranho, o que há de bom na vida, ou – nada de novo, algo de estranho, o que há de bom na vida**.

Esta última regência é vestígio da sintaxe latina: – nihil boni, aliquid pulchri, quod pulchri erat (Julio Moreira) (p.242).

cujas referências bibliográficas apontam novamente para a atualização de suas leituras, pois sabemos que tanto a obra de Júlio Moreira¹⁰ e algumas de

¹⁰ Os *Estudos de Língua Portuguesa* de Mário Barreto, por exemplo, datam de 1903 e os *Estudos de Língua Portuguesa* de Júlio Moreira foram publicados postumamente a partir de 1907.

Mário Barreto são praticamente contemporâneas à época da escritura da *Gramática Expositiva*.

Em relação à obra de Said Ali, é incontestável que, na ocasião da reescritura da *Gramática Expositiva*, Pereira já tivesse lido as *Dificuldades da Língua Portuguesa*, cuja primeira edição data de 1908, pois no capítulo em que contempla colocação pronominal, ouvimos com nitidez a voz do *Mestre da Filologia Portuguesa*:¹¹

(...) *Cumpro, entretanto, observar que a topologia pronominal é eminentemente uma questão de ouvido, e não sendo idêntica a prosódia de Portugal e do Brasil, é natural a divergência.* (2ª edição, OBS., p. 203, grifos nossos)

Ouçamos o que dita o Mestre de alemão:

§103. *Estas regras mostram que sempre há mais ordem do que se supunha na aparente balbúrdia pronominal. Outras ainda comportará o infinitivo sem flexão regido de uma das aludidas partículas; será porém mais custoso descobrir para elas fórmulas claras e corretas. Vagamente falando, não se erra dizendo que é questão de ouvido. Escapam, de fato, à sintaxe, escapam à gramática tradicional, mas não se engana na aplicação prática quem tem o sentimento de linguagem.* (Said Ali, 1966:39, grifos nossos)

Percebemos também uma nova visão de período composto no momento em que analisamos o estudo das orações. Tais inovações começam pela sistematização de definições como **Período**:

Período Gramatical é uma ou mais proposições, orações ou sentenças formando sentido completo e independente. O ponto final indica o fim do período. Tem o mesmo efeito o ponto de exclamação e o de interrogação, quando equivalem ao ponto final. (1ª edição: 322)

*As palavras e as frases se combinam ou relacionam para formarem o **período gramatical**, que praticamente se conhece por terminar em ponto final(.), e, às vezes, em ponto de interrogação (?) ou de exclamação (!).* (2ª edição, p. 155)

e “**proposição**”:

Proposição, oração ou sentença é a frase constituída por uma ou mais palavras contendo uma afirmação qualquer. (1ª edição, p. 189)

Proposição, oração ou sentença é a frase que contém uma declaração formal constituída por uma ou mais palavras. (2ª edição, p. 157)

¹¹ Expressão usada por Serafim da Silva Neto, no prefácio da 6ª edição das *Dificuldades da Língua Portuguesa*.

Ou seja, o autor abandona a definição calcada no modelo filosófico, para adotar a seguida pelo científico.

Na 2ª edição Pereira oferece-nos uma elucidativa observação, esclarecendo em qual gramático se apoiara efetivamente:

Observa o eminente gramático suíço N.L.C. Ayer, que a definição dada pela generalidade dos gramáticos franceses (e pelos nossos) de proposição, dizendo ser esta a expressão ou o enunciado do juízo, é deficiente. A proposição, acrescenta ele, é apenas a representação sensível ou material do pensamento: é o que indica o étimo da palavra: proponere em lat., donde ela é derivada, significa expor á vista, fazer ver. Ora a frase – expressão do juízo – só pode aplicar a uma parte de nossos pensamentos. Quando o professor diz ao aluno: Trabalhai, exprime não um juízo, mas um desejo ou ordem, o que é assaz diferente. Aristóteles já havia ensinado que nem toda a proposição encerra uma afirmação ou juízo, mas somente aquela que expressa uma verdade ou erro, o que não acontece com todas as proposições. De fato, as proposição optativas, p. ex. que expressam um desejo, são proposições, mas não expressam verdade nem erro, não são enunciados de juízos. Além, de tudo isso, tal definição tem um defeito de método pressupondo no aluno o conhecimento da Lógica. (p. 157)

esclarecendo que entre a gramática e a lógica há mesmo relações muito complexas.

Entendemos que a forma de exposição dos conteúdos neste capítulo ocorre da seguinte maneira: Pereira começa pelo *período*, classifica-o em simples, composto e complexo, passa a seguir à classificação das *proposições* – independentes, principais ou absolutas e subordinadas, secundárias ou dependentes – continua especificando cada uma separadamente, para finalmente informar sobre sua conversão e redução.

Já na segunda edição, procede a uma classificação das proposições muito mais minuciosa e particularizada, informando-nos quanto à sua *forma* – simples, composta ou complexa –, quanto à sua *espécie* – declarativa, interrogativa, exclamativa, imperativa e optativa –, quanto à sua *função* – independente, principal e subordinada – e, finalmente quanto aos *seus membros* – contracta, plena, elíptica e pleonástica, especificando e exemplificando cada tipo pormenorizadamente.

Finalmente, na obra de 1909 procura aplicar mais organização nos exemplos, colocando-os, inclusive, algumas vezes em ordem alfabética. Este mesmo cuidado teve em relação às proposições (1ª edição, p. 145; 2ª edição, p. 121)

Passaremos a seguir à análise do 3º grupo de mudanças ocorridas na 2ª edição, sabendo de antemão, pela voz do próprio Pereira, que:

Aplicamos o maior cuidado à análise fornecendo sobre todos os domínios da gramática expositiva modelos e exercícios apropriados. Sem pruridos de inovação, fomos todavia coagido a dar neste assunto orientação que nos parece nova e segura. (p. XI, 2ª edição, 1909)

3. Modificações efetuadas no tratamento dos conteúdos

Notamos que muitos foram os cuidados aplicados em várias questões gramaticais na instância da escritura dessa nova edição. O primeiro de todos foi em relação à definição do termo **gramática**. Na edição de 1909, amparado em Darmesteter, Pereira afirma:

Gramática (gr. Gramma = letra) é a ciência das palavras e suas relações, e a arte de usá-las com acerto na expressão do pensamento. (p.2)

Definição essa muito próxima também da de Ayer (1900: 1):

La grammaire est la science du langage(...)

Na primeira edição, apoiado ainda nas gramáticas filosóficas, Pereira assim definia o termo:

Gramática portuguesa: é a exposição metódica das regras relativas ao uso correto da Língua Portuguesa. Nota: Gramática é termo grego derivado de *gramma* = letra.

Esclarecendo em ambas as edições que:

*As palavras, objeto da Gramática, podem ser estudadas em dois aspectos fundamentais: isoladas e combinadas. Daí a dividir-se o estudo da Gramática em **Lexeologia e Sintaxe**.* (1ª edição, p. 2ª edição, p. 3)

Continua, também em ambos os textos especificando que o estudo da **lexeologia** divide-se em duas partes: fonologia e morfologia. Como já mencionamos anteriormente, em virtude de nosso trabalho voltar-se para as *operações de nossos espíritos: idéias e combinação de idéias, isto é, idéias e pensamentos (...)* (2ª edição, p.154), não analisaremos a primeira parte.

Vejamos então como foram tratados os conteúdos no estudo da **morfologia**.

Antes de tudo, importante é elucidar que não são muitas as alterações efetuadas, apesar de, na segunda edição, termos observado mais acuidade e maior sistematização na apresentação dos dados e na discussão da teoria.

A divisão do estudo da morfologia em duas partes: **taxeonomia e etimologia** é igual em ambas as edições. Em relação à primeira das partes, continua mantendo as tradicionais oito classes gramaticais: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição e as *outras classes de palavras*, ou seja, aquelas que, *classificadas e estudadas isoladamente em seu elemento ideológico* (p. 124, 2ª edição), são analisadas do ponto de vista comparativo, em sua função, forma, significação e oposição.¹²

Pereira diferenciou-se de seus contemporâneos ao inscrever o artigo nos adjetivos, chamando-os de determinativos articulares, justificando seu posicionamento à página 48 do texto-fonte:

Contam muitos gramáticos dez partes da oração, incluindo entre elas – o artigo e o particípio. Porém estas partes estão naturalmente incluídas na classe do adjetivo.

Julgamos relevante recordar que Júlio Ribeiro, em sua *Gramática Portuguesa*, além de apresentá-lo em uma classe distinta, assim o definia:

Artigo é uma palavra que se antepõe ao substantivo a fim de particularizar-lhe a significação. (p.60, 7ª edição)

Por outro lado, Maximino Maciel, em sua *Gramática Descritiva* (5ª edição, 1910: 119), chama essa classe gramatical de *Adjetivo Articular* ou *Artigo*.

O estudo do substantivo e do adjetivo é bastante semelhante nessas duas edições da *Gramática Expositiva* e, ao discorrer sobre verbos, Pereira atualizou o estudo dos elementos mórficos, apresentando-nos na 2ª edição a **vogal temática**:

Devemos distinguir na forma verbal a terminação ou desinência, o radical ou tema e a vogal característica (...) (p.79) (grifos do autor)

Assim procedeu, embasado, possivelmente, em Júlio Ribeiro que já exibira em sua obra (*op. cit.*: 108 e 109) uma tabela de conjugação dos verbos regulares, apontando para a distinção entre o radical e essa vogal e as desinências.

A segunda edição da *Gramática Expositiva* revela ainda uma atualização dos nomes de alguns tempos verbais; o *Particípio presente composto*¹³ (1ª edição, p. 103), por exemplo, passa para *Particípio passado composto* (2ª edição, p. 87) e, na conjugação perifrástica, ambos os tempos compostos do condicional são chamados na 1ª edição (p. 108) por Pereira de *imperfeitos compostos*; um com o auxiliar *houvera* e o outro com o auxiliar *haveria*; entrementes, na

¹² Hoje Bechara (1999) propõe o estudo dessas em capítulos intitulados “Formação de palavras do ponto de vista do conteúdo” e “Alterações Semânticas”.

¹³ havendo ou tendo louvado, vendido, etc

segunda edição passam para *Imperfeito composto (haveria...)* e *Outro (Hou-vera...)* (p. 91).

O autor também revisa na segunda edição o nome do modo verbal *conjuntivo* (1ª edição, p. 108) que passa a *subjuntivo* (p. 92). A título de ilustração, João Ribeiro (1904, 11ª edição) utiliza o primeiro termo, já Júlio Ribeiro (7ª edição, s/d) e Maximino Maciel (5ª edição, 1910), o segundo.

Por outro lado, ao discutir a conjugação dos verbos pronominais, Pereira manifesta mais zelo e minúcia nos nomes dos tempos verbais, conforme observamos nas tabelas a seguir:

Conjugação dos verbos pronominais modo indicativo¹⁴

1ª edição p. 112 e 113	2ª edição p. 95 e 96
Presente	Presente
Imperfeito	Pretérito Imperfeito
Perfeito	Pretérito Perfeito
Perfeito Composto	Perfeito Composto
Pretérito mais que perfeito	Pretérito mais que perfeito
Pretérito mais que perfeito composto	Pretérito mais que perfeito composto
Outro	Outro
Futuro absoluto	Futuro imperfeito ou absoluto
Futuro Perfeito Composto	Futuro Perfeito composto

Modo condicional

1ª edição p. 113	2ª edição p. 96
Imperfeito	Imperfeito
Outro	Outro
Futuro Perfeito Composto	Futuro perfeito composto
Outro	Outro

¹⁴ Grifos nossos.

Modo imperativo

1ª edição p. 113	2ª edição p. 96
Presente (singular e plural)	Presente (singular e plural)

Modo subjuntivo¹⁵

1ª edição, p. 114	2ª edição, p. 97
Presente	Presente
Pretérito Imperfeito	Pretérito Imperfeito
Outro	Outro
Pretérito Composto	Pretérito perfeito composto
Mais que perfeito composto	Mais que perfeito composto
Outro	Outro
Futuro	Futuro imperfeito
.....	Futuro perfeito composto

Moderniza, na 2ª edição, a classificação de algumas conjunções. *Quer... quer*, por exemplo, é retirada das coordenativas e colocada nas concessivas, como já o fizera Maciel (op.cit, p. 146).

Nada se constatou de novo na discussão dos *advérbios, preposições e interjeições*.

Uma outra observação a ser feita em relação à **taxeonomia**, foi o fato de Pereira, ao explicar sobre verbo em sua relação com o sujeito (2ª edição, p. 113) ter acrescentado nos exemplos de verbos passivos *A lebre corre* (sic!). Faz-se importante esclarecer que em ambas as edições essa mesma oração encontra-se como exemplo de verbo ativo. Mais intrigante ainda foi o fato de a mesma oração *A lebre corre* ter sido citada ainda como exemplo de verbo neutro.

Finalmente, notamos que o autor, ao discutir a **analogia das formas**, excluiu o *Sincretismo Vocabular* (p. 152,153, 1ª edição) da 2ª edição, talvez

¹⁵ Idem

devido agora ao grande número de gramáticas de Língua Portuguesa escritas no Brasil e de grande divulgação nas escolas, havendo, portanto, a possibilidade de uma maior propagação dos termos.

Quanto à **etimologia**, percebemos que o autor retirou muitos exemplos apresentados no texto-fonte. Como já dissemos, tal fato tenha talvez sido motivado pela escritura da *Gramática Expositiva (Curso Elementar)* no final de 1907, na qual inseriu muitos deles.

Passemos agora a observar o tratamento dado por Pereira à **sintaxe** em ambas as edições de sua obra.

Primeiramente, importante faz-se considerar que, na primeira edição, o autor asseverara que os fatos sintáticos eram *extremamente móveis e difíceis de sistematizar* (p.189). Talvez por isso, depois de ampliar sua bibliografia, tenha logrado mais êxito em sua organização, apresentando, na segunda edição, como já dissemos anteriormente, uma nova ordem na discussão dos conteúdos. Além disso, apresenta nesse novo texto definições mais apuradas, modernas¹⁶ e esclarecedoras, como a que explica o termo *frase*:

Frase é a reunião de palavras que dá expressão a um pensamento, o qual pode ser completo(...) ou incompleto. (1ª edição, p. 188)

Frase é a combinação ou relação de palavras que dá expressão a um pensamento (...) (2ª edição, p.154) (grifos nossos)

ou a que elucida o termo *proposição*, como já vimos anteriormente:

(...) *proposição*, oração ou sentença é a frase constituída por uma ou mais palavras contendo uma afirmação qualquer. (1ª edição, p. 189)

(...) *proposição*, oração ou sentença é a frase que contém uma declaração formal constituída por uma ou mais palavras. (2ª edição, p. 157)

Interessante observar que essas conceituações na obra de 1907 muito se aproximam das ensinadas nas gramáticas tradicionais, como, por exemplo na de *Grivet* (1886:224, 225):

A oração, a que outros chamam período ou frase, consta, ou de uma só proposição, ou de um complexo de proposições mais ou menos intimamente relacionadas.

Sendo a proposição a mera enunciação de um pensamento, claro é que se contam tantos pensamentos singelos (...)

¹⁶ Ou seja, definições em que se podiam ouvir as vozes de gramáticos a ele contemporâneos, como Ayer, Mason, Júlio e João Ribeiro, dentre outros.

Além disso, Pereira, na primeira edição, em notas, explicita o termo sintaxe:

o termo sintaxe é de origem grega = syn = com, taxis = arranjo; corresponde à palavra latina – construção. (p. 189).

Na segunda, elucida:

*(...) o estudo das palavras combinadas para a expressão do pensamento é o objeto desta segunda parte, denominada **Sintaxe**. (...) Sintaxe tem por objeto o estudo da frase (...) (p. 154)*

Uma nítida influência tanto dos gramáticos tradicionais:

Sintaxe é a parte da Gramática que ensina a coordenar as palavras e as proposições. (Sotero dos Reis, 1871:VIII)

quanto dos modernos, neste caso específico, do mestre suíço, pôde novamente ser observada na definição apresentada na obra de 1907:

La syntaxe s'occupe des mots considérés quant à leur liaison dans les discours, elle se divise en syntaxe de la proposition simple et syntaxe de la proposition composée. (Ayer, 1900:3)

Pereira, na segunda edição, revê algumas das terminologias adotadas no texto-fonte, passando a classificar, por exemplo, o **predicado de predicado nominal** e **pronominal**, em substituição a **atributo**. Destacamos que, novamente, é a obra de Ayer que o está autorizando nestas reformulações, como ele mesmo afirma em *observações* às páginas 157 e 158.:

Observa ainda o ilustre prof. da Academia de Neuchatel, C. Ayer, que os antigos gramáticos já se serviam da palavra predicado para designar o que geralmente se chama hoje o atributo (...)

Ayer (1900:381) assim se refere a predicado:

Le mot prédicat signifie etymologiquement ce qui est dit du sujet (...)

e o classifica em verbal e nominal.

Em muitos casos, Pereira exhibe classificações mais depuradas e pormenorizadas, como quando discute a **relação complementar**. Na primeira edição, p.192 afirma:

*(...) aos três termos lógicos que se resolvem nestas cinco relações, devemos acrescentar mais dois o **vocativo** e a **ligação**.*

Na segunda, ensina:

*(...) a estes três termos lógicos devemos acrescentar mais um, como Grivet: é o **conectivo** ou **ligação**.*

não se referindo, pois, ao vocativo. A conceituação dessa função sintática também é reavaliada na edição em questão. No texto-fonte, vem assim definida:

Vocativo é o termo isolado na frase que serve para chamar a atenção da segunda pessoa gramatical, desempenhando a função de semelhante a uma interjeição. (p. 192)

Na obra de 1909, Pereira preconiza:

Vocativo é um aposto especial da 2ª pessoa, com quem se relaciona: Miguel, Miguel, não tens abelha e vendes mel ! (...). (p. 170)

esclarecendo em **nota** que a *aposição vocativa é patente e que o vocativo insulado na frase relaciona-se com o sujeito da proposição implícita (...)* (p. 170).

Na definição dessa função, parece-nos oculta a voz de Andrés Bello (*Estudios gramaticales*, 1862:251, 13ª lição):

(...)VOCATIVO, esto es, un llamamiento que se hace a la segunda persona. Otra cosa notable en este ejemplo es que se calla el sujeto yo, porque la terminación del verbo lo indica suficientemente.

Ao discutir os *complementos*, na primeira edição, p. 200, esclarece que eles podem apresentar-se divididos em duas classes, ou seja, o direto e o indireto. Por outro lado, na edição revista, esclarece-os:

(...) *entra na classe de complemento toda a palavra que na frase explana, amplia ou restringe sentido de outra palavra, como os adjetivos ou advérbios.* (p. 165)

No tratamento da sintaxe regular de colocação, a maior inovação observada foi em relação ao capítulo de colocação pronominal. Ali, deu especial atenção à *próclise*, reorganizando seu estudo sensata e criteriosamente. Recordemo-nos de que no prólogo dessa nova edição, Pereira noticia:

(...) *aplicamos o maior cuidado à análise fornecendo sobre todos os domínios da gramática expositiva modelos e exercícios apropriados. Sem pruridos de inovação, fomos todavia coagidos a dar neste assunto orientação que nos parece nova e segura.* (p.XI)

Porém, ao discutir a pontuação, nada nos apresentou de novo. A única modificação observada neste item foi a retirada de inúmeros exemplos. Fato inverso ocorreu na discussão das proposições. Quando tratou desse assunto, o autor organizou-as, como já dito, quanto à forma, espécie e membros, assim as classificando:

FORMA	<p>Simple</p> <p>Composta</p> <p>Complexa</p>
--------------	---

ESPÉCIE	Declarativa Interrogativa Exclamativa Imperativa Optativa
FUNÇÃO	Independente Oração Principal Subordinada
MEMBROS	Contracta Plena Elíptica Pleonástica

Oferecendo-nos, pois, nessa edição, um estudo muito mais aprofundado e refinado desse conteúdo gramatical. Entretanto, vale ressaltar que todas essas particularidades das proposições já haviam sido apresentadas num quadro sinóptico na primeira edição (p.340), porém sem tantas especificações.¹⁷

Dando continuidade à nossa comparação, informamos que nada de novo novamente foi constatado nos *Processos sintáticos* e em relação às *Particularidades sintáticas* poucas foram as alterações notadas. Percebemos apenas uma especial atenção na discussão do reflexivo *se* em que o autor apresenta no texto reeditado seis casos figurando *todas as funções vernáculas do pronome se, tratando em seguida da função francesa que se vai generalizando* (2ª edição, p. 261). O esmiuçamento do estudo de tal pronome pode ter sido motivado, principalmente, por causa das severas anotações feitas pela crítica, rendendo-lhe, inclusive, como já apontado, uma obra de resposta. Além disso, Pereira valeu-se na ocasião de autores que também adquiriam notoriedade como Andrés Bello e Otoniel Motta para firmar a doutrina.

Outrossim, observamos em *Particularidades sintáticas* a inclusão de alguns outros advérbios (*muito, pouco, mais, menos, tanto, quanto só*) e das preposições *segundo, conforme, consoante, durante e exceto*. Esclarecemos

¹⁷ A 2ª edição também tem seu quadro sinóptico, com todas as inovações propostas nessa edição.

que, embora hoje estudiosos, norteados pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, considerem as primeiras *conjunções conformativas* e as últimas *palavras denotativas*, na ocasião eram elas chamadas por Maximino Maciel de *palavras preposicionais, isto é, usadas, (...) , invariavelmente, como preposição.* (op. cit.p. 141)

Novamente hipotetizamos que a escritura de sua gramática para o curso Elementar tenha colaborado para isto, já que alguns deles foram lá inseridos. A retirada desse número expressivo de exemplos, tanto neste item, quanto nos demais, também pode ter sido motivada dado o volume do manual, pois nesta edição o autor apresentou-nos dois novos cadernos, o tratado anteriormente, intitulado *Esboço histórico e geográfico*, no início da obra e *A Sintaxe e a Estilística*, em seu final.

O autor inicia esse último caderno esclarecendo ambos os termos e depois, particulariza-os, anotando que a *Estilística, que também denominam sintaxe literária, é uma parte da retórica, e tem por objeto o estilo.*(p.316). Esse, por sua vez, *é o modo peculiar de dar o escritor expressão a seus pensamentos.* (idem, ibidem). Dividindo-o conforme o quadro a seguir apresentado:

O estilo

I- Classificação	Matéria Forma História
II- Qualidades	Nobreza Correção Precisão Decoro Clareza Harmonia Boas qualidades especiais Simplicidade Elegância Sublimidade
Formação e Aperfeiçoamento	

A introdução desse caderno à sua obra, fez-nos perceber que Pereira estava preocupado não só com o ensinar gramática, mas também o ensinar o “bom estilo” ao escrever. Nessa ocasião muito se discutia a respeito da relação entre esses “dois saberes”, apontando-se para o fato de que saber aquela não implicava, necessariamente, saber-se este. Também era matéria de acirrado debate o papel da escola no ensino da arte de escrever. No prefácio do *Livro de Leitura para o Curso Complementar* (1910, 9ª edição) Bilac e Bomfim (p.X, XI) afirmavam:

Convimos que nos cursos elementar e médio é improdutivo e pernicioso o uso de outros livros que não os de leitura. Convimos, e pugnamos para que seja essa a orientação geral; mas não entendemos esse modo de ver até a última divisão. Ainda uma vez o dizemos: é indispensável habituar o aluno à prática do estudo nos textos especiais. Sem isto a escola terá feito tudo, menos o que é de seu estrito dever, isto é, ensinar a estudar. (...) É aí que o professor poderá explicar que nem toda gente escreve e se exprime do mesmo feitio; e se apresentará (sic) os exemplos, e irá salientando o que distingue um escritor do outro; mostrará em que consiste o mérito de cada um, os recursos de que se servem: um mais rico na adjetivação, outro mais afeito aos períodos curtos (...)

Mais tarde, João Toledo (1925:297, 298) declararia:

Ainda hoje, como reminiscência de tempos que vão longe, um apego teimoso à gramática desdoira algumas de nossas escolas primárias. Não é ao compêndio que me refiro: ele e o de aritmética inda aparecem infelizmente, nas mãos das crianças, aqui e ali, meio escondidos, como contrabando: hão de sumir; porém e muito breve, tal é a caça que o bom senso lhes dá. Refiro-me à idéia de que ‘a língua deve ser aprendida através da gramática’ este é o conceito caduco que se obstina ainda no furto impiedoso de tempo e esforço aos pequeninos.(...) A gramática é necessária, toda gente o sabe, porque a boa linguagem implica seu uso. Mas este uso vem aos poucos, através do treino da própria linguagem (...) Imitando o que ouve e o que lê, a criança adquire, alarga, corrige e embeleza um dom que os pais lhe transmitem (...).

Considerações finais

Como vimos, ao reeditar sua obra, Pereira inovou em muitos sentidos, já que, de um lado, estampou em vários momentos de seu novo texto as mais modernas (a seu tempo) correntes lingüísticas e, de outro, mostrou-se preocu-

pado em inserir nele conteúdos que fornecessem instrumentos para que os alunos também se tornassem bons produtores de texto.

Referências bibliográficas

ALI, S. *Dificuldades de Língua Portuguesa – Estudos e Observações* Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1940, 4ª edição.

_____. *Dificuldades de Língua Portuguesa – Estudos e Observações* Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966. 6ª edição.

AYER, Cyprien – *Grammaire de la Langue Françese* – Paris, Libraires – Éditeurs, 1900.

BARRETO, L. *Novos Estudos de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1911.

_____. *Através do Dicionário e da Gramática* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1926.

BELLO, A. *Estudios Gramaticales* (1862) – Venezuela: Ministério de Educacion – Comision Editora de las obras completas de Andres Vello – Biblioteca Nacional, 1951

BILAC, O e BOMFIM, M. *Livro de Leitura para o Curso Complementar das Escolas Primarias*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1910, 9ª edição.

_____. *Através do Brasil* – São Paulo, Editora Francisco Alves e Cia., 1913.

DARMESTETER, A. *Cours de Grammaire Historique de la Langue Française* – Première Partie, Deuxième Partie, Troisième Partie, Paris: Librairie Delagrave, 1930.

_____. *Cours de Grammaire Historique de la Langue Française – Livre Quatrième* – Paris: Librairie Delagrave, 1930.

_____. *La Vie des Mots* Paris: Librairie Delagrave, 1937

FERREIRA, L.S. *Educação e História* – São Paulo, UNIJUI, 2001.

GRIVET, I – *Nova Gramática Analytica da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Leuzinger, 1886.

MACIEL, M. *Gramática Descritiva* – São Paulo, Francisco Alves & Cia, 1914, 5ª edição.

MASON, C.P. *English Grammar (including the principles of Gramatical analysis)* – Toro.

MOREIRA, J. *Estudos da Língua Portuguesa* – Lisboa: Livros Clássicos Editora, 1922.

PEREIRA, E. C. *Gramática Expositiva*. São Paulo, Weiszflog Irmãos & Co. 1ª edição, 1907.

_____. *Gramática Expositiva – Curso Superior* – São Paulo, Dubrat e Companhia 2ª edição, 1909.

_____. *Gramática Expositiva – Elementar* – São Paulo: Weiszflog Irmãos, 14ª edição, 1919.

_____. *Gramática Histórica* – São Paulo, Weiszflog Irmãos – 1ª edição, 1916

_____. *Questões de Filologia – resposta aos críticos da Gramática Expositiva*. São Paulo: Tipografia Falcone, 1907.

REIS, S.F. *Gramática Portuguesa (Acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos de imediata aplicação prática)*- Maranhão: Tipografia de R. d'Almeida & C. Editores.

_____. *Postillas de Gramática Geral*, 2ª edição, Maranhão: Tipografia de B. de Matos, 1862.

RIBEIRO, J. *Gramática Portuguesa* – São Paulo, N. Falcone & Comp. (1ª edição 1881) 7ª edição, s/d.

TOLEDO, J. *A escola brasileira* São Paulo, Livraria Liberdade (1ª edição 1925) 3ª edição, 1932.

_____. *Didática (nas escolas primárias)* – São Paulo, Livraria Liberdade, 1930.

VERÍSSIMO, J – *A educação nacional* – São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1906, 2ª edição.

DE MORAES SILVA A JOÃO RIBEIRO – CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA GRAMÁTICA NO BRASIL¹

Leonor Lopes Fávero – PUC-SP / USP

1. Considerações iniciais

O trabalho se insere no quadro da História das Idéias Lingüísticas, o que nos permite estudar não somente as antigas gramáticas portuguesas anteriores à de Adolfo Coelho (2ª metade do século XIX), mas também as primeiras escritas por brasileiros (as de Moraes Silva e de Frei Caneca, por exemplo) e qualquer outro saber fundado na ciência lingüística, como, no Brasil, as obras gramaticais surgidas a partir do compêndio de Júlio Ribeiro (1881). “Assim, toda tradição gramatical é uma parte das idéias lingüísticas” (Fávero e Molina, 2004, p.1), pois

(...) não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas. (Braudel, 1989, p.53)

Além disso:

A História das Idéias Lingüísticas contempla o estudo das Instituições onde, por exemplo, no século XIX, tais saberes eram discutidos, alargados, disseminados, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam, pois, de acordo com Aurox (1989), o historiador deve projetar os fatos num hiperespaço que comporta essencialmente três tipos de dimensão: uma cronologia, uma geografia e um conjunto de temas. (Fávero e Molina, *op.cit.*, p.140)

Serão aqui examinadas gramáticas publicadas no Brasil no século XIX. São todas obras destinadas à escola, umas para primeiras letras e outras para estudos mais avançados, trazendo algumas inclusive exercícios.

Antes de passar ao estudo das obras é preciso indicar os critérios que presidiram à seleção das mesmas; para que se pudesse bem avaliar as propostas,

¹ A parte deste trabalho relativa ao período vernaculista constitui versão modificada e ampliada do texto *Gramática é a arte...* publicado em ORLANDI, E. (2001), *História das idéias lingüísticas*, Mato Grosso, Pontes/ UNEMAT, p 59-70.

foram escolhidas obras do início, do meio e do fim do século; examinaram-se o conceito de gramática e a sinopse gramatical, com o objetivo de identificar as idéias predominantes e as mudanças que propuseram.

Se a tarefa principal do pesquisador é levantar o maior número possível de obras, isso não significa necessariamente maior exaustividade, pois, como mostra Delesalle (1986), quanto mais o levantamento aumenta, mais ilusória é a exaustividade e a questão só pode ser resolvida, ou pelo menos contornada, se trabalharmos com recortes; neste caso, o largo período de tempo cronológico aqui se justifica para que seja possível depreenderem-se as mudanças ocorridas.

Elia (1963, p.117), partindo da periodização de Antenor Nascentes (1939, p.20-45)², divide a história dos estudos gramaticais no Brasil em dois períodos: *vernaculista*, de 1820 (época de nossa independência) a 1880 (época da publicação da *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro, e *científico*, de 1880 em diante. Sobre o primeiro afirma:

*Esse período coincide, grosso modo, com o advento e o triunfo da escola literária denominada Romantismo. É, pois, uma fase de contradição entre as preocupações puristas e classicizantes de alguns espíritos conservadores ou retardatários e as reivindicações reformistas, senão mesmo revolucionárias, de representantes de uma geração ansiosa de afirmações autonomistas e até separatistas. Nos dois campos, porém, predominavam as intenções de vernaculidade, de não corrupção de linguagem, de legitimidade das formas de dizer.*³

E sobre o segundo:

O período científico compreende duas fases: a 1ª. vai de 1880 a 1900, em números redondos. É um momento de transição, mas em que as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação.

2. Conceituação de gramática

No período vernaculista a gramática é considerada uma arte, na continuidade da conceituação oriunda do modelo greco-latino. Aristóteles atribui ao termo o sentido de ofício, habilidade para se fazer algo; artesão é o que possui essa habilidade e conhece as coisas pelos efeitos, não pelas causas. Dionísio chamou sua obra de arte gramatical, por não ser ela especulativa, mas prática.

² Antenor Nascentes denomina o período que vai “dos tempos em que começou a cultura brasileira até 1835”, data da publicação do *Compêndio da gramática da língua nacional* de Pereira Coruja, de “período embrionário de orientação exclusivamente portuguesa”.

³ Nas citações, atualizou-se a ortografia.

As *Artes Liberales* (= dignas dos homens livres) constituíram durante séculos o currículo escolar; nas escolas medievais eram elas ensinadas, especialmente a gramática, a retórica e a dialética, o *trivium*, mas a gramática se tornou a arte por excelência a ponto de alguns criticarem a excessiva importância que lhe era atribuída.

E é nesse sentido de gramática como uma das *Artes Liberales* que vamos ter, do Renascimento até o século XVIII, obras intituladas *Arte de Gramática*, *Arte e Gramática*.

As obras aqui examinadas intitulam-se todas gramáticas e conceituam gramática como *arte*, na continuidade do modelo latino.⁴

Assim temos:

Gramática é a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meio de palavras.(Moraes Silva, p.13)

Gramática portuguesa é a arte que ensina a falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa (Frei Caneca)

Gramática portuguesa é a Arte que ensina a falar, ler e escrever sem erros a Língua Portuguesa. (Costa Duarte)

Gramática portuguesa é a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras. (Pereira Coruja)

Gramática portuguesa é a arte de falar e escrever corretamente a língua portuguesa. (Sotero dos Reis)

Gramática portuguesa é a arte de falar, e escrever corretamente a língua portuguesa. (Freire da Silva)

Gramática é a arte de falar e escrever corretamente: o seu objeto é, portanto, a palavra.

Fala e escreve corretamente quem se conforma com as regras sancionadas pelos ditames da boa razão, e segundo os usos respeitáveis pelo assenso que granjearam dos doutos. (Grivet)

Esta posição fora assumida também por Soares Barbosa (1822). As obras objeto de estudo deste trabalho apresentam a divisão que, segundo Swiggers (1984), constitui o aspecto mais original da teoria gramatical dos Enciclopedistas: a distinção entre gramática geral, que se ocupa dos princípios imutáveis da construção das línguas e a particular, que trata dos princípios arbitrários próprios de uma linguagem.

⁴ Maria Filomena Gonçalves (1955) verificou que também em Portugal, até 1851, a gramática é predominantemente definida como arte; a partir dessa data “as definições diversificam-se: para além de arte surgem os termos ciência e disciplina”. (p.42)

Toda gramática particular e rudimentária [...] deve ter por fundamento a gramática geral e razoada... (Soares Barbosa, p.XI)

A primeira é uma ciência que tem como objeto os princípios imutáveis e gerais da palavra, a segunda, uma arte. Assim dois tipos de abordagem são possíveis: um voltado para os universais e outro, para os sistemas gramaticais das línguas particulares (Fávero, 1996). O primeiro não é puramente especulativo, pois “a gramática geral é a busca empírica dos princípios universais da língua”:

[...] é um sistema metódico de regras que resultam das observações feitas sobre os usos e fatos da língua. (id., p.14)

A ciência gramatical é anterior a todas as línguas e a arte gramatical é posterior, mas, diferentemente de Chomsky, os princípios universais são adquiridos e não inatos. Seguindo os Enciclopedistas estão os gramáticos brasileiros. Assim é que encontramos:

A gramática universal ensina os métodos e os princípios de falar comuns a todas as línguas. A gramática particular de qualquer língua, v.g., da portuguesa, aplica os princípios comuns de todos os idiomas ao nosso, segundo os usos adotados pelos que melhor falam. (Moraes Silva, p.13)

Gramática é a arte de reduzir a regras os princípios comuns a todas as línguas. (Frei Caneca, p.20).

A Gramática Universal é imutável e a mesma em todas as Nações. Mas como estas escolheram para sinais das suas idéias vocábulos diferentes só no material dos sons, é preciso acomodar aqueles mesmos princípios invariáveis à índole de cada Língua, começando pelo estabelecimento das preceitos gerais da Linguagem, e aplicando-os depois aos usos da que se pretende ensinar: eis aí o que se chama Gramática Particular. (Costa Duarte, p.7)

E Sotero dos Reis assim se expressa:

A gramática geral é a ciência dos princípios imutáveis gerais da palavra pronunciada ou escrita em todas as línguas. A gramática particular é a arte de aplicar aos princípios imutáveis e gerais da palavra as instituições arbitrárias e usuais de qualquer língua. (p. V)

Na obra *Postilas Gramaticais* afirma ser essa definição de Du Marsais e transcreve as razões do autor:

A Gramática Geral é uma ciência, porque tem por objeto a especulação razoada dos princípios imutáveis e gerais da palavra; a Gramática Particular é uma arte, porque respeita a aplicação prática das

instituições arbitrárias e usuais de qualquer língua aos princípios gerais da palavra. (p.VI)

Em 1881, com a publicação da *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro (adquire sua forma definitiva na segunda edição em 1884), a situação muda: inicia-se na gramática brasileira, por influência de Epifânio da Silva Dias e Adolfo Coelho, o período científico em que “as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação”, quando “despontam de maneira mais segura e auspiciosa, as manifestações da direção filológica a qual, daí por diante, irá caracterizar os estudos lingüísticos no Brasil.” (Elia, op. cit., p. 121).

No Prólogo expõe Júlio Ribeiro a natureza de seu trabalho:

As antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações (de metafísica) do que exposições do uso da língua. (p.1)

Revela a intenção de aplicar às línguas os princípios do evolucionismo biológico que dominava o fim do século. Conceitua gramática, baseando-se em Whitney, como a “exposição metódica dos fatos da linguagem” e afirma que ela não “faz leis e regras para a linguagem” e seu estudo “não tem por principal objeto a correção da linguagem”. Porém diz também que “as regras do bom uso da linguagem expostas como elas o são nos compêndios, facilitam muito tal aprendizagem.” (id. ibid.).

Para Maximino Maciel

Gramática é a sistematização lógica dos fatos e normas de uma língua qualquer. (p.1)

E, para João Ribeiro :

Gramática é a coordenação das fórmulas, leis ou regras da linguagem literária ou polida (p.3)

Esses autores omitem o termo ciência muito usado na época e que vai aparecer na conceituação de Alfredo Gomes:

Gramática é a ciência dos fatos da linguagem, verificados em qualquer língua. (p.7)

Essas conceituações inserem-se no contexto do século XIX, em que se buscavam as leis que regiam a evolução das línguas: saímos do estudo mentalista e ingressamos no estudo do evolucionismo na linguagem. São os princípios das ciências como a Biologia, a Física aplicados ao estudo das línguas.

Termos como *norma*, *leis e regras* não significam *ter de dizer certo*, *ter de bem dizer*, mas é o princípio que vai explicar o fato lingüístico. (Cavaliere, 2000, p.45). É o que se encontra também na obra *Filologia Portuguesa* (de 1889) de Maximino Maciel, que vai ratificar sua conceituação de gramática:

Gramática é o tratado dos fatos e dos fenômenos da linguagem em todas as suas manifestações exteriores.

Em acepção mais ampla e considerada sob o domínio filológico, a gramática pode definir-se: o estudo circunstanciado e metódico dos fenômenos e das leis da linguagem humana.

E em Júlio Ribeiro:

Bem como as espécies orgânicas que povoam o mundo, as línguas, verdadeiros organismos sociológicos estão sujeitas à grande lei da seleção. (p.153)

Tentam conciliar as novas propostas com as então existentes, pois se o evolucionismo não tem como valorizar a norma padrão e seu ensino, já que seu propósito é explicar os fatos e não fazer leis nem propor regras, não há como negar as antigas teorias (Fávero, 2002a, p.78).

Mas não conseguem desligar-se completamente da herança logicista; assim dividem a gramática em geral e particular. Geral é a que expõe *os princípios lógicos da linguagem* e particular a que expõe *os princípios e as particularidades de cada idioma*. (João Ribeiro, p.3) ou como diz Alfredo Gomes à página 7 de seu trabalho:

Gramática geral é o estudo dos preceitos, leis e anomalias da linguagem, comuns aos idiomas de um grupo. Gramática particular é o estudo dos mesmos preceitos, leis e anomalias da linguagem num idioma determinado.

Além de geral e particular, a gramática pode ser histórica, quando trata da evolução da língua nos seus diferentes períodos de formação; comparativa, quando compara os fatos de duas ou mais línguas; descritiva, quando descreve os fatos de uma língua e prática, quando ensina a “falar e escrever corretamente, segundo os usos das pessoas dotas”.

Como se pode observar, a gramática nesse período exerce como as demais, de Fernão de Oliveira até hoje, o duplo papel de descrever os componentes lexical, morfológico e sintático e de estabelecer regras que orientem o usuário, determinando o que deve e o que não deve fazer. Assim ela não foge à regra, além de descritiva e prescritiva é também geral, pois, como diz Maximino Maciel, trata da *sistematização lógica dos fatos e normas de uma língua qualquer* (grifos meus).

3. Sinopse gramatical

As obras da primeira fase do século aqui examinadas – fase vernaculista – privilegiam a divisão em quatro partes: etimologia, sintaxe, ortografia e

prosódia/ortoepia, porém Moraes Silva e Grivet não procedem desta maneira. Moraes Silva apresenta a seguinte divisão: depois de um prólogo – Ao leitor benévolo – e de uma introdução em que fala dos sons e letras, traz dois capítulos em que trata da morfologia (ou etimologia) e da sintaxe, como vai fazer mais tarde Epifânio da Silva Dias em sua *Gramática Elementar*, merecendo elogios de Leite de Vasconcelos (*Opúsculos*, vol. IV, p. 947) que não menciona, entretanto, a obra de Moraes Silva. (Fávero, 2002b, p. 269)

A obra de Grivet, publicada em 1881, já sofre influência das novas idéias e propõe cinco partes: lexicologia, sintaxe, ortografia, prosódia e pontuação. A divisão em quatro partes, encontrada também em gramáticos do século anterior, como Reis Lobato, é herança da Idade Média, permanecendo até o século XVI, com Nebrija e João de Barros, ou mesmo até o século XVIII ou XIX, como estamos vendo. A ortografia vem sempre no fim ou entre duas partes porque, por necessitar de conhecimentos das outras partes, não poderia nunca iniciar a gramática.

A gramática de Frei Caneca propõe, como já o haviam feito Beauzée para o francês e Soares Barbosa para o português, que o sistema gráfico represente os sons e os acentos da língua. Esforça-se ele por mostrar que a escritura deve adaptar-se ao inventário fonético do português, o que já havia sido proposto por Verney, sem êxito (Fávero, 1999). Não chega, porém, a apresentar nenhuma proposta, mas endossa a posição de Soares Barbosa, citando-o:

Escrevam-se as palavras com tantas letras quantas bastem para a pronúnciação. (Soares Barbosa, p.12)

Diz ainda:

O alfabeto português é muito imperfeito, visto que para formar umas sílabas tem letras de mais, e para formar outras falta-lhe letras: porque adotaram os homens alguns erros que comunicaram à posterioridade, e que já estão irremediáveis. Esses erros foram habituarem-se desde a nossa infância a pronunciar algumas letras com sons diferentes dos sons naturais. (p.62)

Costa Duarte, depois de dizer que “infelizmente a certeza da escritura é relativa não ao vocábulo, mas sim à vontade dos ortógrafos” (p.84), afirma que há três ortografias: a *etimológica*, que manda escrever não só os sons com que pronunciamos as palavras, mas também “os que eles tiveram ou têm nas Línguas donde os houvemos”; a *usual* quase sem regra alguma, não é um sistema e sim um agregado de inseqüências” e a *filosófica ou da pronúnciação*, a que ensina a escrever com “as letras do Alfabeto Nacional que forem indispensáveis, para representar os sons de que se compõem os vocábulos no uso vivo da Língua”:

A Ortografia etimológica e a Usual estão muito fora do alcance da maior parte da Nação. Todos podiam usar a Ortografia da Pronunção; e assim haveria unidade de sistema, a qual tanto nisto, como em tudo, é muito para desejar. (p.85)

Já os autores do final do período, como Sotero dos Reis e Grivet, assim se expressam:

[...] os sistemas exclusivos de ortografia somente segundo a pronúncia, ou de ortografia puramente etimológica, são irrealizáveis; o primeiro porque a pronúncia varia, para o bem dizer, em cada pronúncia e em cada século; o segundo, porque seria mister escrever as palavras como se acham na língua de onde são derivadas, ao que se opõe a forma e a pronúncia dos termos derivados. Assim, o único sistema racional, e o único seguido pelos bons autores, é o da ortografia mista, que participa de um e de outro, e melhor se acomoda às modificações, que vai passando a língua de tempos a tempos. (Sotero dos Reis, p.275).

E

O sistema ortográfico da língua portuguesa aparece na sua origem como baseado em uma transação entre duas tendências divergentes: a da tradição, que procura ressaltar a filiação das palavras pela manutenção do elemento etimológica; e a da fonocidade, que labuta, a bem da leitura e da escrita, pela redução ao emprego das letras ao que estritamente requer a reta elocução. (Grivet, p.499)

Como se vê, poucas são as novidades e, embora Epifânio da Silva Dias, já em 1876 divida a gramática em *fonologia* (o ortografia perde sua autonomia, estando aí incorporada), *morfologia e sintaxe*, Freire da Silva em sua obra de 1875 divide-a em *prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia*, ainda que citando Brachet, Burnof e Ayer.

Na segunda metade do século, o centro da pesquisa é a *palavra*, explicando-se o porquê da divisão da gramática ser *fonologia, morfologia e sintaxe* e não mais *prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia*, ou então, como o fez Júlio Ribeiro, inspirado em Bain, uma variante, *lexicologia e sintaxe*, porque a sintaxe, não sendo mais” o fim da gramática” (Sánchez), mas parte dela, passa a ocupar até 50% das obras até então publicadas.

Como bem disse Cavaliere (op.cit. p.53-4):

A lexeologia é certamente no projeto de descrição gramatical proposto por Ribeiro, o núcleo de onde reverberam todos os campos de investigação lingüística. Isso porque é efetivamente a palavra que sintetiza o foco das atenções, seja como elemento monolítico isola-

do, seja enquanto conjunto de segmentos morfológicos, seja como item da organização frasal. A sintaxe, destarte, embora constitua a segunda parte da descrição gramatical, na prática não vai além de um grande tentáculo da lexeologia.

E é a mesma a posição de Alfredo Gomes:

Divide-se a gramática em duas partes: a morfologia [ou lexicologia] ou estudo da forma das palavras ou dos vocábulos; a sintaxe ou o estudo da função e boa disposição das palavras na frase. (p.8)

Diferentemente, Maximino Maciel divide a gramática em quatro partes: fonologia, exiologia, sintaxiologia e semiologia. Que a fonologia seja apresentada como autônoma não causa estranheza porque assim já estava em Adolfo Coelho e em Epifânio. O que é digno de nota é a semiologia, “tratado da significação das palavras em todas as suas manifestações”(p. 467), pois, se, contemporaneamente a Bréal, Pacheco da Silva já havia escrito *Noções de Semântica*, obra publicada postumamente em 1903 e em que dizia preceder a da Bréal em aproximadamente duas décadas, é a primeira vez que ela aparece incluída em uma gramática. Pena é que o tratamento da semântica em nossas gramáticas não tenha frutificado.

João Ribeiro, por sua vez, propõe nos *Prolegômenos*, de forma diferente, a seguinte divisão: vocábulo, sintaxe e estudos complementares. No estudo do vocábulo – lexeologia – inclui fonologia, morfologia e classificação e na sintaxe, a frase ou proposição. Apesar de a fonologia aparecer subordinada à lexeologia, considera-a, assim como a semântica e a etimologia, partes da filologia. Em nota à página 4 de sua *Gramática Portuguesa*, curso superior, afirma:

[a fonologia] sob o aspecto lingüístico e histórico, como observa Sweet (*A new engl. Grammar logical and historical*), não deve fazer parte da gramática e é antes um ramo muito especial da filologia. Por isso e ainda pela dificuldade do assunto, colocamo-lo no fim deste livro, como estudo complementar, e de modo breve e sumário.

E ainda na mesma página:

O estudo do vocábulo chama-se Semântica, e o da origem e história das formas primitivas, Etimologia; conquanto muito dependentes da gramática, dela não fazem comumente parte a Etimologia nem a Semântica, e antes representam divisões da filologia geral

Embora não tenha apresentado nos *Prolegômenos* um novo plano de gramática dentro dessa sua visão e tenha preferido ficar com a maioria de seus contemporâneos, o que é de lastimar-se, no interior da obra essa nova visão aparece muito claramente.

4. Considerações finais

As gramáticas aqui examinadas, algumas das muitas que se publicaram no país durante o século XIX, revelam claramente as tendências da época. Até 1880, o Brasil pouco conhece fora de Condillac e Beauzée, permanecendo a influência da gramática geral e filosófica, mais geral do que filosófica, e, após 1880, quando se inicia o processo de gramatização no país (Auroux, 1992), ingressa-se no evolucionismo lingüístico, sob a égide da gramática histórico-comparativa, com a influência de Ayer, Brachet, Bréal, Adolfo Coelho, Epifânio, Littré e Whitney : a língua é um organismo vivo, que nasce, evolui e morre, “sujeita à grande luta pela existência, à lei da seleção” (Júlio Ribeiro, op.cit., p.135).

Não se encontra ainda a influência do movimento neogramático, talvez pela pequena diferença de tempo entre a publicação da obra de Júlio Ribeiro e as primeiras do movimento. Cabe ressalva ao *Dicionário Gramatical* de João Ribeiro (1889) onde se lê:

Entre os neogramáticos a ênfase exprime o conjunto de todas as tendências de integração, isto é, todas as forças que se opõem à degeneração das línguas. (p.8)

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Editora da UNICAMP
- CANECA, J. do A.D. (1875). *Breve compêndio de Gramática Portuguesa*. Recife, Typ. Mercantil, edição póstuma
- CAVALIERE, R. (2000). *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói, EDUFF.
- CORUJA, A.A.P. (1835). *Compêndio de gramática da língua nacional*. Rio de Janeiro.
- ELIA, S. (1975). *Ensaio de filologia e lingüística*. Rio de Janeiro, Grifo.
- FÁVERO, L.L.(1999). Breve compêndio de Grammatica Portuguesa- Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo, Humanitas,/FFLCH-USP, p. 89-104.
- _____(2002a). A gramática Portuguesa de Júlio Ribeiro. *Revista da Anpoll*, 13, p.73-88.
- _____(2002b). Epítome da Grammatica Portuguesa: uma gramática portuguesa ou brasileira? In: CANIATO, B.J.e MINÉ, E. *Abrindo Caminhos*. São Paulo, Coleção Via Atlântica, 2, p. 67-277.

- ____ & MOLINA, M A.G. (2004). História das idéias lingüísticas: origem, método e limitações. *Revista da Anpoll*, 16.
- FREIRE DA SILVA, A. (1886). *Compêndio de gramática portuguesa*. São Paulo, Typ.de Jorge Seckler, 5ª. edição.
- GOMES, A. (1918). *Gramática portuguesa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 17ª. edição, correta e aumentada.
- GONÇALVES, M.F. (1995). A ortografia na antiga gramaticografia portuguesa. As gramáticas do século XIX. *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*, vol.III, Lisboa, p.39-51.
- GRIVET, C.A. (1881). *Nova gramática analítica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger.
- MACIEL, M. (1922). *Gramática descritiva*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 8ª. edição.
- ____ (1889). *Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro, Typ. José de Oliveira
- MORAES SILVA, A de ((1813). *Dicionário da língua portuguesa ; Epítome da gramática portuguesa*. Lisboa, Typ. Lacerdina, 2ª. edição.
- NASCENTES, A. (1939). *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- RIBEIRO, JOÃO (1889). *Dicionário gramatical*. Rio de Janeiro, Livraria Clássica.
- ____ (1909). *Gramática portuguesa. Curso superior*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 15ª. edição.
- RIBEIRO, JÚLIO (1919). *Gramática portuguesa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 13ª. edição.
- SOARES BARBOSA, J.(1875). *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências. 6ª. edição.
- SOTERO DOS REIS , F.(1871). *Gramática portuguesa*. Maranhão, Typ.de R. de Almeida, 2ª. edição.
- ____ (1862). *Postilas de gramática geral*. São Luis, Typ.R.de Almeida.
- SWIGGERS, P. (1884). *Les conceptions linguistiques des Encyclopédistes*. Heidelberg, Verlag.
- VASCONCELOS, J. LEITE de (1929). *Opúsculos, vol. IV*. Coimbra, Imprensa da Universidade.

A COMPARAÇÃO. A IMAGEM, A METÁFORA

Segismundo Spina – USP

Aparentemente são conceitos ou noções conhecidas e muitas vezes os teóricos da matéria as confundem.

Tomemos estes exemplos:

Este homem é um velhaco como uma raposa (comparação explícita).

Este homem é uma raposa (comparação implícita).

(elemento real) (elemento irreal)

imagem

Se eu disser:

Esta raposa

(referindo-se ao homem, que não vem expresso, tenho uma METÁFORA).

Vamos a um segundo exemplo:

O seu olhar { lembra
 { parece a duas labaredas crepitantes
(Elemento { é como El. Irreal → comparação explícita
Real) { assemelha-se

Mas se digo:

As labaredas crepitantes do seu olhar (a comparação é implícita)

Elemento irreal

Elemento real

ou então:

O seu olhar são labaredas crepitantes (comparação implícita).

Real

Irreal

(Estes dois casos constituem uma imagem.)

Se eu digo:

As altas árvores doridas (comparação implícita = IMAGEM)

São tristes santas moribundas

Se eu disser:

Santas moribundas levantam

Pela avenida sombria (Tenho uma METÁFORA IMPURA)

Seus espectros copados

vestígio do Elemento Real

mas se digo:

Santas moribundas se erguem (Tenho a METÁFORA PURA)

Pela avenida sombria

Como se vê, em certos casos a comparação *explícita* já oferece alguma coisa de poético. Daí certos tratadistas considerarem estas comparações explícitas IMAGENS também.

A estrutura dessas figuras resulta da interferência ou sobreposição de dois planos: um *plano real* (A) e um *plano irreal* ou *poético* (B). Na comparação e na imagem o que se observa é a comparação dos dois planos, ambos expressos; na metáfora o que se verifica é a substituição do *plano real* pelo *poético*. Na metáfora portanto o elemento imaginado (o poético, o irreal) substitui o elemento real. Em geral as duas etapas: a comparação e a substituição tendem a aproximar-nos de mundos mais esquisitos e refinados.

Exercícios:

1. Um rosário de estrelas. (imagem)
= As estrelas no céu parecem um rosário. (comparação)
2. As setas do seu sorriso. (imagem)
= O seu sorriso fere como setas. (comparação)
3. As trevas da ignorância. (imagem)
= A ignorância é como as trevas. (comparação)

4. Ondados fios de ouro reluzentes. (metáfora impura)

vestígios Elemento Irreal (= cabelos)
do Elemento Real

5. Neve em brancura e fogo nos efeitos.

Temos aqui primeiramente uma antítese, formada de duas imagens (ou metáforas – se o elemento real estiver oculto) em que a NEVE lembra a cor das faces e o *fogo* a qualidade que a mulher tem de abrasar. Quando Gôngora diz das aves que são cítaras de pluma, lembra a semelhança pela realidade física em que as duas emitem sons musicais; se for metáfora, é ainda impura, pois a pluma é vestígio do elemento real (aves).

Portanto: desde que o “elemento real” da comparação esteja elítico, surge a metáfora. Daí a definição de IMAGEM: é a relação poética estabelecida entre elementos reais e irreais, quando ambos estão expressos. A metáfora designa apenas os elementos “irreais” da imagem. Ela parece ter sido uma das chaves que o homem recebeu de Deus para evadir-se da realidade e visitar um outro mundo. Sua origem entronca no desejo fundamental que o homem sempre teve de fugir da realidade que o cerca. A metáfora é um instrumento pelo qual operamos uma “translação” (Cícero), isto é, saímos do mundo real e penetramos no mundo imaginário.

Mas precisamos distinguir entre metáforas como figuras, como recurso expressivo (e portanto estético) e metáfora como “recurso lingüístico”. Uma são metáforas poéticas e outras metáforas lingüísticas. Estas se explicam por certas causas, por exemplo: pela pobreza da língua (e temos a *catacrese*): quando dizemos “boca do copo”, “garganta do desfiladeiro”, “pé da mesa”, “quina da calça”, “colo da garrafa”, estamos em presença de transposições meramente lingüísticas, pois são assim metáforas mortas, gastas, lexicalizadas ou fósseis. Outras vezes, para evitarmos a dureza de certos termos, adulteramo-los ou substituímos por outros, e assim os “eufemismos”: ex: Pardiez, caramba, puxa vida etc.

A METÁFORA

• Linguísticas

- 1- Formações explicáveis pela pobreza da língua → CATACRESES
- 2- Formações explicáveis por motivos de ordem
 - moral → EUFEMISMOS
 - mágicas, supersticiosas, religiosas etc. → TABUS

• Poética

Fundamentos { – Fuga ao termo próprio, corrente
 { – Desejo de penetrar no mundo imaginário

Modalidades { – pura (sem vestígio de elemento real)
 { – impura (com vestígios do elemento real)

Tipos { – Quanto à forma { SINÉDOQUE
 { METONÍMIA
 { – Quanto ao valor ético { Ascendente (mística)
 { Surrealista (descendente)
 { Semi-surrealista

A imagem tradicional e a imagem visionária

As imagens tradicionais ou do período clássico supunham uma relação de ordem “racional” entre os dois planos. Na comparação DENTES = PÉROLAS a analogia é imediata e evidente, porque as qualidades do plano A se encontram até certo ponto no plano B. A imagem na poesia contemporânea já difere, pois a relação entre os dois planos (A e B) é de ordem “irracional”: quando o poeta moderno chama o “passarinho” (plano A) de “arco-íris” (plano B), os dois planos estão muito distantes um do outro, e só um esforço intelectual e imaginativo poderá encontrar a relação entre os dois. Os autores modernos chamam à imagem da poesia contemporânea de “imagem visionária”.

A imagem da poesia tradicional pode apresentar uma relação, entre os dois planos, de três tipos:

- 1º) (o mais numeroso): as imagens que se formam por “semelhança física” entre o plano real e o plano evocado:

Na poesia do séc. XVI, por exemplo,

ouro = cabelo ruivo, louro

crystal = rio

rio = vida

2ª) neste se colocam as imagens em que os dois planos assentam numa “semelhança moral ou espiritual”:

Esta mulher é um anjo e às vezes uma harpia

(pela bondade) (pela perversidade, ou crueldade)

3ª) aqui as imagens estão fundamentadas num conceito ou “relação de valor” entre o Real e o Evocado:

Esta menina é uma jóia. (tem o valor precioso de uma jóia)

Na imagem tradicional a semelhança entre os dois planos baseia-se sempre numa condição objetiva: física, moral, ou axiológica. A imagem tradicional era sensorial.

Já na imagem visionária o poeta nos coloca entre duas realidades A e B (não porque se pareçam pela forma, pelo seu conteúdo espiritual ou valorativo), mas porque elas despertam em nós um sentimento semelhante. Se eu dissesse:

O passarinho é um arco-íris,

a imagem nos suscita uma emoção estética, independente de uma intervenção racional ou intelectual: é possível que haja alguma coisa que ligue ou aproxime o elemento real do elemento fantástico: a ternura, a pureza, a inocência, mas este nexos não foi necessário para despertar a emoção sentida. Então o que se verifica? É que na imagem da poesia contemporânea a relação entre os dois planos vai se distanciando cada vez mais.

É por isso que Ortega y Gasset, num capítulo sobre a metáfora em seu ensaio sobre a “desumanização da arte”, estudando a relação entre os dois planos, diz que com Mallarmé se inicia o processo pelo qual os dois planos metafóricos vão-se tornando cada vez mais tênues e remotos, até um ponto em que o controle do leitor se aniquila e este deixa de perceber a semelhança. É que Ortega pensava nos tipos de semelhança em que a razão estabelece de imediato a relação entre os dois membros; não pensou na equivalência que pode estar no efeito produzido no leitor pelos dois termos. Efeito de ordem sentimental.

No caso da imagem visionária ainda podemos pensar numa equação universalmente válida; mas no caso das chamadas imagens oníricas ou do lapsus lingual, a equação é puramente individual. Suponhamos;

Este carvalho é um monstro aterrador.

Não há nesta equação, semelhança possível entre os dois planos. O carvalho pode ter suscitado no poeta um sentimento antigo: suponhamos que o poeta vira alguém ser enforcado no galho dessa árvore; e o “monstro aterrador” pode representar aqui um fato também antigo; alguém que em certo dia o ameaçou de morte. O sonho uniu as duas realidades por um processo imaginativo.

No lapsus lingual ocorre, por exemplo, que chamemos uma realidade x de y; que, dirigindo-se a uma pessoa de nome Luzia, lhe chamemos, num momento de ternura, de Júlia (porque esta é a realidade que está no seu subconsciente).

A metáfora quanto ao valor ético

No plano ético a metáfora se diz ascendente (ou mística, ou encarecedora) quando o plano intuído ou imaginário é uma supra-realidade (uma realidade mais bela, mais esquisita, mais nobre, mais egrégia, mais refinada do que o plano real).

[os dentes são] pérolas
plano real plano intuído



Relação sensorial
de cor e forma

A metáfora ascendente consiste então em melhorar a “realidade imediata” (mística ou encarecedora).

olhos = estrelas

lábios = rubi

colo = cristal

etc.

Se o plano intuído é uma infra-realidade (uma realidade miserável, mais baixa, abjeta), temos a metáfora descendente ou surrealista:

[És] pó da terra

plano ético = a triste realidade do homem.

(a relação não tende a um enriquecimento sensorial da nossa visão).

Normalmente o que distingue a poesia renascentista da poesia barroca é a tendência da primeira para a metáfora ascendente; da segunda para a metáfora ascendente e descendente no culteranismo, e para a descendente no conceptismo. O artista do Renascimento, preocupado com a beleza absoluta, recusa a metáfora ignóbil ou descendente.

Agora, há metáforas em que a infra-realidade não é abjeta ou miserável, mas simplesmente feia e evocada por certa analogia com plano real;

rio = víbora undosa

rio = cobra de cristal

rio = serpente, serpe de prata.

Eu as classificaria como “metáforas semi-surrealistas.”

O poeta Jerônimo Baía, da Fenix Renascida diz:

“Serpe de prata, nas cerúleas veas

Mordia conchas, devorava areas.”

Se tivermos uma sucessão de termos metafóricos, tornando a frase metafórica, estamos em presença da alegoria. Assim quando Horácio, numa de suas odes, diz:

O’ nau, ao monte te tornam novas ondas?

O que fazes? Com força o porto afora

(onde nau = república

novas ondas = novas guerras civis

porto = paz, concórdia)

À medida que se vai operando a transposição, a distância entre o elemento real e o elemento imaginado vai aumentando, e a inteligência vai se tornando mais difícil, a ponto de cairmos na obscuridade. Por isso mesmo, quando o poeta tem consciência da obscuridade, lança mão do que chamamos de “metáfora traduzida”. Os poetas culteranistas ou maneiristas praticavam frequentemente esse tipo de metáfora. Gôngora, por ex., querendo significar a pureza da cútis de Tisbe, escreve:

Luciente cristal lascivo,

la tez, digo, de su vulto etc.

Tirso de Molina (teatrólogo do séc. XVII, autor de *El furlador de Sevilla*, onde esboça a figura de D. João) escreve:

Desde el sepulcro egipcio,
El mar Bermejo, digo, precipício
de tantos guerreadores.

Nas Soledades diz Gôngora:

Organos de pluma, aves digo, de Leda.

Última observação: A metáfora não ocorre apenas com substantivos; ocorre também com verbos:

ex: O amor foi-se apagando.

Ou com adjuntos adnominais:

ex: Tuas palavras de fogo comoveram a população.

Tipos de metáforas

Os tipos de metáforas quanto à forma são dois: a *Sinédoque* e a *metonímia*.

1. A SINÉDOQUE: é uma translação ou substituição, cujo fundamento é a relação de compreensão, isto é, uma coisa está necessariamente compreendida na outra. (grego *τυνέχδοκη*):
 - a) gênero pela espécie
 - b) todo pela parte
 - c) plural pelo singular
 - d) matéria pela forma
 - e) classe pelo indivíduo
 - f) abstrato pelo concreto
 - g) indeterminado pelo determinado

{ ou
vice-versa

- Exs:**
- a) Os mortais (pelos homens).
 - b) As velas singravam (pela embarcação) (parte pelo todo).

- c) Nada aos mortais é impossível (plural pelo singular).
- b) É uma alma virtuosa (alma = parte do homem). plural pelo todo.
- c) Nós pensamos diferentemente (por Eu) – (plural pelo singular).
- d) Cravei-te o ferro no sentido peito (pela espada) – (mat. pela forma).
- e) O orador romano (= Cícero) (classe pelo indivíduo).
- f) Deixei-te uma lembrancinha sobre a mesa (o concreto pelo abstrato).
- g) Falei-te seiscentas vezes e não me ouviste. (o indeterminado pelo determinado).
- e) Ele é um verdadeiro Cícero (a classe pelo indivíduo).
- c) O Senado resolveu. (singular pelo plural) (senado por senadores).
- f) Isso é incompreensível ao homem (= à razão) (o todo pela parte).
2. A METONÍMIA: translação baseada numa relação de ORDEM (um pelo outro, sem a idéia de compreensão):
- a) efeito pela causa
- b) possuidor pela coisa possuída
- c) continente pelo conteúdo
- d) inventor pela coisa invertida
- e) autor pela obra
- } e vice-versa

- Exs:**
- a) [Ulisses] foi a ruína dos troianos.
causa o efeito
- a) Eu vivo do trabalho (do fruto do meu trabalho).
efeito causa
- Respeite os meus cabelos brancos (por velhice) (efeito pela causa).
- e) Leio muito Petrarca (autor pela obra).
- c) Bebi uma garrafa atrás da outra (o continente pelo conteúdo).
- b) Onde o licor mistura a branca areia
Consagrando Netuno o doce Tejo (Lus. IV, 84);
(ordem direta: “onde o doce Tejo mistura o seu licor e a sua
branca areia com o salgado Netuno).
(Netuno é o senhor do MAR).
- c) Não uso navalhas, mas gilletes.
(Charlis Gillette – o inventor)

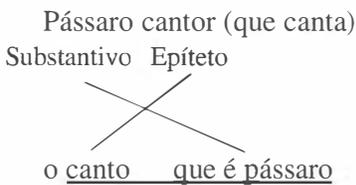
Finalmente: a METÁFORA BARROCA

Suponhamos uma metáfora, muito freqüente nos poetas do séc. XVII, em todos os países:

Pássaro ou inseto (cantor) → violão alado, (ou cétara de plumas) → em Gôngora e nos poetas da Fenix Renascida (cancioneiro de poetas barrocos).

1º) Na origem o grupo do mundo real: “pássaro cantor” (rouxinol).

2º) Transposição da relação substantivo-epíteto, que desloca o acento do principal (que é o suporte) para o secundário (que é o epíteto, o ornamento); temos então:



3º) Sobre este novo centro faz-se recair a carga da metáfora, a qual é tirada de um objeto concreto:

(canto = violão, cítara, lira, luth etc.)

4º) Metaforiza-se por sua vez o segundo elemento com o auxílio de um epíteto dinâmico (no caso de pássaro teríamos: alado, emplumado, móvel etc.).

Com isso daríamos um máximo de movimento à imagem e estabeleceríamos um conflito ou choque entre o objeto imóvel (violão) e o objeto móvel (o epíteto), choque esse que será mais surpreendente (portanto mais estético) quanto maior for a distância entre um objeto e outro: violão alado. (Mais distante ainda quando Gôngora diz: *organos de pluma*).

Essa deslocação do acento dinâmico acaba numa desapareição do suporte (o pássaro), do qual só resta um vestígio no epíteto (alado).

Daí o poema transformar-se numa sucessão de pequenos enigmas, de pequenas adivinhas, minúsculas charadas –

Como se perguntássemos: “que é um violão que voa”?

“que é um baquet que canta”?

“que é uma cítara de pluma”?

É a metáfora como disfarce. Do choque das relações entre os elementos da metáfora nasce a SURPRESA.

ARQUIVO MATTOSO CÂMARA

O nosso consagrado lingüista homenageado neste número da *Confluência* deixou-nos vasta e variada produção científica e literária espalhada em revistas, atas de congresso e jornais, onde não faltam primorosas traduções em verso de autores latinos, franceses e ingleses. Os *Dispersos*, já em 2ª edição ampliada, em boa hora e com muita competência recolhidos pelo ilustre colega Prof. Carlos Eduardo Falcão Uchôa, ratificam a importância da contribuição no domínio da Lingüística e da Filologia do saudoso mestre. Nesta seção a que denominamos Arquivo recolhemos cinco esparsos que acreditamos úteis a professores e alunos de Letras: 1) “A alternância portuguesa *fui* : *foi*” (1943); 2) “Discurso de paraninfo” (1956); 3) “Os estudos de língua portuguesa em Portugal e no Brasil” (1967) e 4) “Para uma estilística estrutural” (1967), enquanto nosso distinto colega Prof. Valter Kehdi ressaltará a importância do quinto texto, intitulado “Filologia” (1949). O primeiro estudo revela-nos Mattoso Câmara senhor da história da língua e por isso capaz de oferecer sugestiva análise da alternância *fui* : *foi*, patenteando-nos que os fatos de história não estão fora do domínio da lingüística. “O Discurso de paraninfo” põe em evidência a cultura humanística do nosso homenageado, sua preocupação com a missão das Faculdades de Letras na formação integral de professores e pesquisadores, a palavra de otimismo num futuro promissor desses profissionais que não devem deixar-se abater por ocasionais injustiças da política universitária. O artigo sobre o estudo do português põe à luz as falhas e vícios do ensino da língua, propaga medidas saneadoras e providências no plano administrativo e técnico, e resalta a importância da Lingüística para o desempenho de um ensino reflexivo do idioma. Finalmente, o estudo intitulado *Para uma estilística estrutural* é de importância capital tanto no plano conceptual quanto no descritivo da estilística, procurando integrar a disciplina no movimento estrutural da Lingüística do seu tempo.

Evanildo Bechara

A ALTERNÂNCIA PORTUGUESA “FUI: FOI”

J. Mattoso Câmara Jr.

“A alternância” – como tive ocasião de frisar alhures – “é um fato sincrônico e existe sempre que uma diferença de elementos fonéticos condiciona uma diferença de noções. As causas das alternâncias são, por outro lado, fatos diacrônicos, ou de lingüística histórica, e, como tais, podem ser da mais variada espécie.¹

Dentro desse conceito, que parte da distinção clássica de Ferdinand de Saussure entre sincronia, ou estática, e diacronia, ou dinâmica, em lingüística, podemos adiantar com o professor Edwin Williams² que há em português um sentimento sutil da alternância vocálica como elemento mórfico, generalizando o que ele afirma a propósito da metafoia, isto é, de uma alternância resultante da modificação que sofre uma das formas de uma série, em virtude da ação assimilatória de um *i*, *u* ou *a* finais:

“... não é fenômeno fonológico independente; está indissolúvelmente associada com a flexão. Parece que se verificou principalmente onde se fez sentir a necessidade de discriminação ou maior diferenciação flexional.”

Conclui-se da preliminar assim estabelecida que a oposição das vogais radicais, tão relevante nos verbos portugueses, corresponde a um sentimento íntimo da língua, propensa à alternância vocálica, sem que daí se depreenda uma causa histórica única para todos os contrastes de flexão dessa natureza. Traem uma tendência típica da língua no seu sistema morfológico, mas não se explicam necessariamente pela mesma causa fonética: o fato sincrônico único, qual é o valor gramatical do contraste vocálico, não acarreta a consequência de que esse contraste tenha resultado, por sua vez, de um fato único de fonética histórica.

Pretendo, justamente, no presente trabalho, ventilar a origem de uma dessas alternâncias, rumando entre várias e controvertidas explicações: a do perfeito *fui* – *foi*.

¹ *Princípios de Lingüística Geral*, Rio de Janeiro, 1941, p.66.

² *From Latin to Portuguese*, Philadelphia, 1938, p.97.

Eis, em primeiro lugar, a doutrina de José Joaquim Nunes:

“A 1ª pessoa do singular, na língua antiga, era tanto *foi* como *fui*, isto é, possuía forma idêntica à da 3ª, que, depois da queda da desinência pessoal, ficara inteiramente igual àquela; ainda hoje algumas falas populares não fazem distinção ente elas, empregando ambas as formas nas duas pessoas, conquanto outras as invertem, usando de *foi* na 1ª e de *fui* na 3ª; é de crer que a primitiva forma fosse *foi*, tanto num como noutro caso, pois assim o exigia a quantidade breve do *u*; mais tarde, o ditongo *oi* passou a *ui* e a língua literária para distinguir entre si as duas pessoas, reservou para a 1ª a forma *fui*, continuando na 3ª a manter a regular *foi*.”³

Há aí algumas afirmações positivas ao lado de certas hipóteses exclusivamente teóricas, e é força reconhecer que as primeiras não corroboram as segundas.

Dois fatos citados das falas populares indicam, antes de tudo, um estado de indiferença no jogo flexional *fui* : *foi*, visto que ora se empregam “ambas as formas nas duas pessoas”, ora se invertem elas, usando-se “*de FOI na 1ª, e de FUI na 3ª*”; e tal situação é também apreensível na língua antiga, embora no trecho supracitado se SUPONHAM de início formas idênticas nas duas pessoas.

Com efeito, num documento de 1262, por exemplo, depara-se-nos expressivamente:

“Esta carta *fui* iij dias antes kalendas Novembris sub era M^a C C C^a e V”⁴

e o mesmo se verifica nos documentos galegos e na poesia da escola provençal:

“a uer deuo por uoz de meu padre Johan Çacoto, que *ffuy* filho de Maria Carualliça...”

“... non lhe empeesca porque uay escrito so o sinal, que *ffuy* erro”⁵

“que non *fui* o vosso pesar
que s’ ao meu podess’ igualar”⁶

³ *Gramática Histórica*, Lisboa, 1930, p.326.

⁴ Leite de Vasconcellos, *Textos Arcaicos*, Lisboa, 1923, p.16.

⁵ Id. *Ibid.*, pp.109-111.

⁶ *Cantigas d’Amigo*, ed. crítica J.J. Nunes, 1928, vol. II, p.5.

Acresce que na *Vida de Santa Maria Egípcia*, também editada pelo próprio José Joaquim Nunes na *Revista Lusitana* (XX, 183-205), segundo o Codex Alcobacensis 270, fins do século XV, há a forma *fuste*, com *u*, na 2ª pessoa, salientada pelo Prof. Said Ali, em cotejo com outra cita de Fernão Lopes⁷ à qual se pode acrescentar a da seguinte cantiga de amigo:

“Nunca prenderei de ti queixume
ca nunca *fuste* de mim partido”⁸

Diante disso, não é lícito admitir que a forma primitiva tenha sido exclusivamente *foi* para ambas as pessoas, por causa de exemplos como os seguintes:

“Et eu Pedro Pelaez, notario público d’El-Rey na pobra de Ponte d’Eume, presente *ffoy* e escriví...”⁹ – “Eu som natural de gualilea e *foi* pagão (S. Graal, 85) – Ey nome juam o bastardo e *foy* filho de rei briam (ib. 135)”¹⁰

O próprio José Joaquim Nunes demonstra certa perplexidade na exposição da sua doutrina (“é de crer... pois assim o exigia a quantidade breve do *u*”), apoiando-se, portanto, em última instância, num fato de fonética latina, que adiante discutirei de espaço.

Acresce a inanidade das suas seguintes conclusões:

1) que tenha havido em português antigo uma lei fonética geral *oi > ui*, deduzida de um fato único e desautorizada por outro, qual a pronúncia invariável e ininterrupta de *boi*, cujo ditongo nunca passou a *bui*; 2) que, admitida ela de barato, pudesse ter persistido *foi* ao lado de *fui*, pois tal dualidade de formas, em unidade de tempo e espaço, vai contra o próprio conceito lingüístico de lei fonética.

Outra é a teoria de Leite de Vasconcelos nos *Estudos de Filologia Mirandesa* a propósito da conjugação mirandesa *fui, fuste, fumus, fustes, fúru*, toda com *u* radical:

“... em port. o *u* deu normalmente *ô* em todas as pessoas, exceto na 1ª, onde deu *u* de acordo com outros pretéritos (*pus*, pop. *sube*, etc); em mir. Temos também *u* na 1ª pessoa, som que depois se propagou às outras como aconteceu com o *u* de *tube*.”¹¹

⁷ *Lexiologia do Português Histórico*, 1921, p.121.

⁸ *Cantigas d’Amigo*, ed. laud. p.356.

⁹ Leite de Vasconcellos, op. laud. p.121.

¹⁰ *Apud* Said Ali, op. laud. p.121

¹¹ *Estudos de Filologia Mirandesa*, Lisboa, 1900, vol. I, p.417.

A explicação, razoável em princípio, é, entretanto, para logo prejudicada com uma documentação de reforço:

“Com todas essas formas, cf. gal. *fum, fuche, fumes, fustes* (a par de formas com *o*); astur. *fusti* (a par de *fuisti*) e leonês (Libro de Alexandre) *fumos, fura, furdes, furmos*”¹²

A analogia de *pus*, etc. é um fato especial no clima gramatical português, mas não poderia ser admitida em variados e distintos falares e idiomas românicos. Ora, formas em *fu* – abundam em todo o território neo-latino, cabendo lembrar, especialmente, além do galego, do asturiano e do leonês citados por Leite de Vasconcelos, o romeno e o francês com todas as formas em *u*, o provençal com uma alternância paralela à portuguesa, o italiano *fui, fosti, fu, fummo, foste, fúrono*, etc.

Ainda que se lograsse descobrir, em cada falar e idioma, um fator de analogia possível, semelhante à atribuída em português a *pus*, etc., aberraria da boa norma lingüística aventar, separadamente, explicações, particulares a cada língua, para um fato que se apresenta em todas. Em outros termos, se o radical *fu* – é comum a vários dialetos românicos, deve ascender a um estado predialectal, dentro do latim vulgar.

O método de José Joaquim Nunes e de Leite de Vasconcelos, portanto, os quais se circunscreveram no fenômeno português, deve ser substituído por pesquisas no anterior e mais lato âmbito latino.

O paradigma clássico com *u* (breve), latim vulgar *o* fechado, não se nos deparará, então, com a regularidade e persistência que as gramáticas normativas latinas dão a entender.

É o que reconhece, por exemplo, Ed. Bourciez, frisando a existência da 1ª pess. sing. com *ū* (longo) *fūi*¹³ em latim vulgar. Essa forma, que Meyer-Lübke admite sem tentar historicamente explicar¹⁴, dedú-la o romanista francês do latim clássico *fūi* (com *ū* breve):

“... certas vogais acentuadas ficaram realmente em hiato, e seu desenvolvimento não é fácil de determinar. O alongamento prematuro do *i* é indubitável para *dīem, pīum* (lat. cl. *diem, pium*) em virtude de grafia das inscrições e do acordo das línguas românicas, cf.

¹² Id. Ibid. R. de C. – núm. 201 –34 –2.

¹³ *Éléments de Linguistique Romane*, Paris, 1930, p. 324.

¹⁴ *Grammaire des Langues Romanes*, trad. fr., vol. II, Paris, 1895, pp. 376-7.

Seelmann, Auspr. p.93; também o é por certo o do *u* para *ciū*, *fūi* (lat. cl. *fui*).”¹⁵

A explicação não seria, entretanto, exclusiva, assim pressuposta a persistência prolongada do hiato.

Poder-se-ia falar de preferência num fechamento *o* fechado (isto é, *ū* breve latino) > *u* conseqüente da sua posição em hiato; e é nesses termos que trata José Joaquim Nunes¹⁶, entre outros autores, do caso de *diem*, latim lusitânico *diam*.

Poder-se-ia ainda, disjungindo o problema de *cui*, *fui* do de *diem*, *pium*, invocar a ação do *i* átono final. É a solução de J. Cornu¹⁷, bem como a de Edwin Williams¹⁸, o qual lobruga na forma *fui* o resultado de uma metáfora, em tudo comparável à de *pude* e até à da 2ª pess. sing. do imperativo, tipo *fuge*, onde pre-estabelece um teórico *fugi* em vez de *fuge*, para chegar à ação metafônica, quando, diga-se de passagem, é mais probante, neste último caso, aceitar a analogia da vogal radical do infinitivo (feita *u* pela sua posição em sílaba inicial átona), tanto junto ao radical *tônico* do imperativo como do presente.¹⁹

É não obstante, digna de reflexão, quanto a essa hipótese da metáfora de *fūi*, a seguinte afirmação do mesmo norte-americano, comparável à que já registramos em José Joaquim Nunes:

“Confusão de *fui* e de *foi* era comum em português antigo, e ainda o é em certos dialectos.”²⁰

Ora, tirar o português *fui* da 1ª pess. sing de latim clássico, *fūi*, é supô-lo nitidamente separado, desde o princípio, da forma *foi*, saída da 3ª pess. *fūit*, em outro ambiente fonético. Em português, a tendência é no sentido do contraste vocálico entre a 1ª e a 3ª pessoa, quando entre si não se distinguem por desinências típicas; em tais diretrizes, está, por exemplo, a criação popular de *sube* em confronto com *soube*.

¹⁵ Ed. Bourciez, op. laud., p.45.

¹⁶ Op. laud., p.49.

¹⁷ “... der Einwirkung eines unbetonten I” – Grundriss... de Gröber, Strasbourg, 1888, vol. I, p.726.

¹⁸ Op. laud., pp.39 e 234.

¹⁹ Cf. J.J. Nunes, op. laud., pp.299-300.

²⁰ Edwin Williams, op. laud., p.234.

Em relação a *fui*: *foi*, ao contrário, nota-se de início como já aqui ficou frisado, um estado de indiferença quanto à distribuição das formas entre as pessoas gramaticais. Parece que o que houve persistente foi a preocupação de distinguir a 1ª e a 3ª pess. de uma ou outra maneira, antes de que a atribuição persistente de dada forma a dada pessoa.

Até aqui, concordei a título precário com a idéia clássica de que o perfeito latino foi sempre com *ū* (breve) acompanhando apenas Ed. Bourciez e Edwin Williams na admissão de um *fūi*, em latim vulgar, oriundo de *fōi*.

Cumpro, agora, olhar mais de perto para essa suposição de uma forma latina *fūi* normal e única.

O próprio José Joaquim Nunes não a aceita em branca nuvem, por mais cômoda que seja ela para a sua doutrina, porquanto ressalva em nota, ao dizer que a primitiva forma portuguesa era *foi*, “pois assim o exigia a quantidade breve do *u*”.

“Entenda-se na língua clássica, pois originariamente havia sido longo; o latim vulgar parece ter oscilado entre as duas quantidades, cf. Grandgent, *Latin Vulgar*, § 431.”²¹

Grandgent²², depois de declarar com efeito –

“O *u* de *fui* era originariamente longo, mas tornou-se breve em latim clássico; o latim vulgar parece mostrar *ū* e *ū*” –

dá uma conjugação *provável* em latim vulgar, com formas duplas em *u* e *o* (fechado) na 1ª pess. sing. e nas 3ª sing. e pl., sem esclarecer porque nas restantes é menor, para isso, a probabilidade.

Desta sorte, o romanista de Boston põe em relevo dois fatos essenciais: 1) *fūi*, *fūisti*, etc., com *ū* (longo) eram as formas primitivas latinas; 2) essa pronúncia persistiu em parte no âmbito do latim vulgar.

Logo, o *ū* (longo) do latim popular do império não é, como supôs Ed. Bourciez, privativo da 1ª pess. sing. e proveniente de uma evolução especial do clássico *fūi*, com *ū* (breve); é um traço arcaizante, entre muitos, da língua do povo, a hesitar entre o emprego das formas primitivas, assim conservadas, e o da inovação *fūi*, *fūisti*, etc., com *u* breve, provavelmente processada nas camadas superiores de Roma.

²¹ Op. laud., p.326.

²² Trad. esp., Madrid, 1928, pp.264-5.

O ficar longa, destarte, a primeira vogal de uma hiato não será objeção de monta, se admitirmos com Grandgent que em latim vulgar –

“as vogais longas por natureza mantiveram... no hiato a sua quantidade primitiva.” –

resultando daí, não só a vogal longa de *fūi*, mas a de *dīes*, *pīus*, *cūi*, *hūic*, *illūic*, (fr. *lui*)²³ sem que se imponha a necessidade de partir da vogal breve clássica para se explicarem o *i* e o *u* românicos em todos esses vocábulos.

Nem, por outro lado, as formas antigas de *fūi*, *fūisti*, etc., com *ū* longo, são aberrantes na morfologia latina.

Não é aqui a ocasião para enveredarmos no intrincado labirinto das explicações dos perfeitos latinos em – *u*.

Não discutiremos, portanto, a opinião clássica de ter sido *u* breve a pronúncia primitiva nesse sufixo de perfeito. Admitida ela sem maiores pesquisas, cumpre ainda assim, não obstante, considerar à parte a formação do perfeito em verbos como *institulo*, *annuo*, com *u* final no radical. Aí, a adjução do sufixo *ui* poderia ter determinado uma sílaba – *ui*, com *u* consonantal (ou seja *instituwi*); mas tudo indica que se deu, ao contrário, a absorção do *u* inicial do sufixo pelo *u* final do radical com o advento de um conseqüente *u* longo, por muito tempo mantido apesar do hiato.

Ora, o pretérito perfeito *fui*, *fuisti*, etc., pertenceu à conjugação de um obsoleto *fuō* antes de ficar incluso no sistema de *sum*. Tinha, portanto, normal e espontaneamente *u* longo, acrescentando a circunstância de que o próprio *u* da raiz era, por natureza, longo, porque evolução de um ditongo indo-europeu (raiz indo-européia BHEW). Daí, a documentação citada por Lindsay²⁴ de *fūimus*, e *fūisset* em Enio, de *fūit*, ao lado de *profūit*, em Plauto, de FVVEIT na grafia de um epitáfio, onde, dos exemplos anteriores, se deduz que VV está por *ū* (longo).

Compreende-se que a analogia dos demais verbos de perfeito em *ui*, bem como a regra da quantidade em hiato (a qual não era absoluta, como provam *ipsūus*, *illūus*, etc.) tenha pouco a pouco determinado a alteração da pronúncia de *instituui*, *fui*, etc., como põe expressivamente em evidência Ernout²⁵, cotejando Enio e Vergílio nos seguintes versos que, para maior clareza, vou escandir:

adnu-it se-se me-0cum de-cernere-ferro (Anais, 133)

-annuit, his Ju-no et men-tem lae-tata retordit (Eneida, XII, 839).

²³ Op. laud., pp.120 e 145.

²⁴ *The Latin Language*, Oxford, 1894, pp.499-508-9.

²⁵ *Morphologie Historique du Latin*, Paris, 1914, p.296.

Já no tempo de Varrão, muita gente salientava o prejuízo de haver uma forma com um *pluit*, *luit*, para o presente e o pretérito perfeito, ao passo que outros, com a aprovação do velho gramático, insistiam na diferença de quantidade, em via de obumbrar-se, com recurso de distinção morfológica:

*“quidam reprehendunt quod ‘pluit’, et ‘luit’ dicamus in praeterito et presenti tempore, cum analogiae sui cujusque temporis verba debent discriminare; fulluntur; nam est ac putant aliter quod in praeteritis u dicimus longum, ‘plūit’, ‘lūit’, in presenti breve. “plūit” “lūit” ...”*²⁶

Cabe aqui uma pergunta à margem da nossa exposição.

Nas camadas inferiores, pelo menos em certas regiões, não se terá processado uma evolução mórfica em sentido oposto à que se deduz do verso de Vergílio, com a expansão das formas em *-ūi*, com *u* (longo)? Assim se explicariam os perfeitos em *-ūi* com *u* tônico, cá e lá encontradiços na România (como *valúi*, na Galia, *habúi*, etc. na Décia), nos quais Albert Dauzat²⁷ vê o resultado da tendência a uniformizar-se a posição do acento tônico em todas as pessoas, sob o modelo da 2^a, e Ed. Bourciez julga lobrigar “a poderosa ação analógica exercida por *fui*.”²⁸

Na existência de uma dualidade de formas *fūi*: *fūi*, etc, em latim vulgar, decorrente da luta entre a tradição e a analógica inovação morfológica, está a meu ver a explicação verdadeira para o aparecimento, ora de *u*, ora de *o* (fechado) nos falares e idiomas românicos.

Algumas línguas, como o francês e o romeno, circunscreveram-se ao *u* tradicional. Outras, como o italiano, distribuíram, sem maior critério, o *u* e o *o* pelas seis pessoas verbais, depois de várias hesitações, como registra Meyer-Lübke²⁹ na linguagem de Dante. Outras, enfim, como o português e o provençal, serviram-se do sincretismo *u:o* para chegar a maior nitidez morfológica.

Em português, com efeito, a ditongação de *ui:oi* e a queda do *t* final da 3^a pess. sing. determinaram a identidade entre a 1^a e a 3^a pess. (*fūi*, *fūit* > *foi*, *fūi*, *fūit* > *fui*).

²⁶ *Apud*, Lindsay, op. laud., p.508.

²⁷ *Histoire de la Langue Française*, Paris, 1930, p.322.

²⁸ Op. laud., p.224.

²⁹ Op. laud., p.377.

Durante algum tempo, a consciência lingüística coletiva se conformou com essa confusão, ora usando-se (*eu, ele*) *foi*, ora (*eu, ele*) *fui*, mas a “tendência para o contraste vocálico entre as duas pessoas”, a que já neste estudo aludi, não tardou a impor uma distribuição sistemática das duas formas, na maioria dos dialetos portugueses e na língua literária ou comum.

Assim se compreende a razão dos dois fatos que nos transmite José Joaquim Nunes:

“..., ainda hoje algumas falas populares não fazem distinção entre elas”, as formas *foi, fui*, “empregando ambas as formas nas duas pessoas, conquanto outras as invertam usando de *foi* na 1ª e de *fui* na 3ª.”

Na língua literária ou comum, entretanto, bem como na maioria dos dialetos, houve uma causa suplementar para atrair *fui* para a 1ª pessoa e *foi* para a 3ª, definitivamente: a existência da alternância *u:o*, com essa distribuição, nos grupos *pus:pôs*, etc., onde o *u* da 1ª pessoa é primário em português, porque decorrente da metafoia em **posi* por *posui*, etc.

A analogia, invocada, como vimos, por Leite de Vasconcelos, deu-se, pois, em verdade; mas, meramente, a título de fator subsidiário, para orientar a distribuição de formas duplas já existentes.

G. Millardet, nas lições que, em 1937, professou no Rio, na antiga Universidade do Distrito Federal, teve ocasião de tratar de algumas ocorrências de um fato lingüístico geral, qual é aproveitar a língua, para dada função gramatical privativa, cada uma de duas formas, foneticamente distintas, cujo contraste não encerra de origem distinção gramatical. É o que ele chamou o processo da “seleção morfológica”

Disso, a alternância portuguesa *fui:foi* é, a meu ver, um caso típico, e merece pela sua expressividade, creio eu, acrescentar-se aos exemplos que ele então ministrou.

Nota final – o presente estudo teve o seu ponto de partida, em 1937, num trabalho escolar, em francês, de comentários filológicos ao texto de *Aucassin et Nicole*. A propósito do fr. a. *fu* desenvolvi algumas considerações sobre o port. *fui:foi*, as quais lograram a aprovação de G. Millardet, cujo curso de Filologia Latina e Neo-Latina ou então seguia na Universidade do Distrito Federal. Animei-me, por isso, a fazer, em 1939, um estudo mais minucioso e alentado, que publiquei na *Revista de Filologia Hispânica*, ano I, vol. 3. É este último estudo que aqui se transcreve com leves acréscimos. [M.C.]

DISCURSO DE PARANINHO NA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA (27 DE DEZEMBRO DE 1954)

J. Mattoso Câmara Jr.

O interesse pela cultura do espírito

Como paraninfo e orador desta solenidade, sinto aquela ansiosa emoção que, na véspera da batalha de Fehrbellin, se apossara do protagonista do conhecido drama romântico de Heinrich von Kleist. Ao príncipe de Homburg perturbara ver confiado à sua juventude e à sua inexperiência o comando da vanguarda prussiana em momento de tal magnitude. A mim sobressalta a desvanecedora entrega deste outro encargo, não por me considerar jovem, de certo, nem a rigor inexperiente, depois de uma vida de magistério que já ultrapassou o meio jubileu, mas pela óbvia inferioridade, sob todos os aspectos, inclusive o hierárquico, a tantos e eminentes mestres que exornam as cátedras desta Faculdade.

Aceitando, não obstante, a subida honra – e como se poderiam recusar as dádivas espontâneas da generosidade! – aqui estou para saudar de todo o coração esses moços, que ora recebem a recompensa de um trabalho honesto e diuturno.

Pode testemunhá-lo – o caráter probo e constante desse trabalho – quem há vários anos, como professor-regente de lingüística, tem visto passar por sua aula turmas sucessivas de estudantes, sempre, como a dos que hoje se diplomam, assíduos e interessados.

Tal assiduidade e interesse ainda mais se valorizam, se atentarmos para a finalidade supletiva que a organização da Faculdade emprestou à lingüística nos seus Cursos de Letras, não a categorizando como uma cátedra ampla e desenvolvida, em pé de igualdade com as línguas particulares, cuja essência fenomenológica ela nos faz compreender à luz de certos princípios gerais.

Seria para acrescer no sentido de um convite à displicência e ao desestímulo a falta de brilho de quem aqui rege a matéria, e o seu vezo de tratá-la de um ponto de vista francamente universitário, sem poupar aos alunos o esforço interpretativo e a atividade mental, dando de costas à divulgação frouxa e pitoresca, que – a exemplo de tantas obras de iniciação lingüística – se resumisse num florilégio de curiosidades verbais.

Ora, parece ser justamente o afã do professor em exigir concentração de espírito e uma atenção sempre alerta e incessante, por parte dos estudantes, o que tem atraído para a aula de lingüística não só alguma simpatia dos alunos obrigatórios, mas até às vezes a freqüência de alunos voluntários, inclusive ex-alunos, curiosos de apreciar um pouco do alto a floresta coesa e harmoniosa, onde apenas tinham visto, no estudo das línguas particulares, árvores isoladas e distintas.

A seriedade de propósitos e o anseio de ampliação cultural, que assim posso testemunhar, sei verificarem-se também em muitas outras aulas dos diversos Departamentos desta Faculdade.

As condições do ensino no Brasil

É esse ideal de sincero enriquecimento do espírito, tão vívido, em grandes parcelas das nossas gerações moças, que nos deve animar a todos, professores e autoridades educacionais, nos esforços para melhorar a maquinaria, ainda um tanto perra, do ensino no Brasil.

Tem-se aí uma situação das mais complexas, não raro cúmulo de erros seculares, muitos aliás praticados com boas intenções. Só paulatina e pacientemente poderá ser sanada, e antes pela continuidade indefessa dos propósitos, do que pelas reformas integrais, onde a eiva de novos erros se substitui muitas vezes àqueles assim erradicados depois de desenvolvidos.

Urge, especialmente, ao lado da Escola, em seus três clássicos graus – primário, médio e superior, a criação plena de um ambiente que possibilite melhor o aperfeiçoamento cultural de cada indivíduo por esforço próprio extra-escolar.

Falta-nos, em desejável intensidade, um comércio verdadeiramente cultural de livros e revistas abalizadas estrangeiras, ao mesmo tempo que são ainda escassas as publicações nossas neste sentido. Nem há ainda um desenvolvimento satisfatório de cabais bibliotecas públicas, recurso essencial para quem, no início da luta pela vida, se defronta com a triste realidade de uma precária economia privada. É o que se depara infelizmente na nossa própria Faculdade, carente de uma Revista, ou sequer de uma regular publicação de Anais, espelhando a atividade cultural dos seus professores e conferencistas-visitantes, e de uma Biblioteca com aquela plenitude e constante ritmo de desenvolvimento que devem caracterizá-la como organização suplementar imprescindível da vida docente universitária.

Acresce, muitas vezes, num círculo vicioso em que se volta às falhas do ensino escolar, o mau conhecimento, para a leitura direta, das grandes línguas estrangeiras, prejudicando um contacto verdadeiramente profundo com a irradiação internacional do pensamento.

Línguas estrangeiras e língua vernácula

Este último aspecto da instrução no Brasil tem sido às vezes minimizado por um prurido de mal entendido orgulho nacional. Tem-se alegado o descaso de outros povos pela nossa língua para estear uma atitude análoga da nossa parte para com eles; e não faltam receios, facilmente desvanecíveis à luz da psicologia da linguagem, de que o estudo intenso de línguas estrangeiras prejudique; o domínio do vernáculo, como insinua a epistolografia de Fradique Mendes no conselho, que não passa de uma *boutade*, sobre a conveniência de aprender patrioticamente mal as línguas alheias.

As condições do mundo moderno exigem, ao contrário, a difusão de determinadas línguas subsidiárias, como passo preliminar para a difusão da cultura, porque nelas é que se acham registrados problemas, debates, soluções no âmbito das coisas do espírito.

O ideal de uma língua internacional de comunicação, adrede construída, que seduz certas parcelas da intelectualidade ocidental desde a fase racionalista do séc. XVII, ainda está esfumado num horizonte longínquo, apesar de a resistente sobrevivência do movimento esperantista, em face de tantas outras tentativas frustradas, parecer às vezes auspiciosa e promissora. E mesmo realizando-se a expectativa distante, é para duvidar que se concretize assim, finalmente, uma língua internacional de cultura. Faltar-lhe-ão sempre as perspectivas e gradações semânticas que a vida milenar espontânea empresta às línguas naturais e que permite, e até provoca numa ação heurística, a expressão mental em suas modalidades mais profundas, matizadas e sutis. Ter-se-á, quando muito, um canal prático de comunicação no âmbito dos interesses e relações da vida cotidiana.

Por outro lado, traduções não passam de um recurso secundário, que está longe de ser cabal, porque, mesmo quanto ao pensamento científico, a transposição para outras formas lingüísticas é muito árdua e nem sempre bem sucedida. Nem é possível aparecerem contínuas e sem atraso, *pari-passu* com a elaboração original que se processa no estrangeiro. É expressivo, por exemplo, no domínio da filologia portuguesa, que até hoje não haja tradução portuguesa de duas obras capitais escritas em alemão – a de Jules Cornu e a de Joseph Huber, e que, por este motivo, muitos dos nossos estudiosos não se tenham podido beneficiar das diretrizes técnicas aí contidas no tratamento evolutivo dos problemas vernáculos.

O contacto com a cultura internacional

Ora, o contacto permanente e profundo com a atividade de espírito dos grandes povos estrangeiros é uma condição imperativa para o desenvolvimento da nossa própria cultura como faceta da cultura ocidental.

Uma comunidade que, como a nossa, data apenas dos meados da fase renascentista da civilização européia, não pode encetar a sua vida espiritual a partir desse momento, já algo tardio, contando exclusivamente com as suas próprias reservas de idéias e soluções. É preciso não esquecer a nossa carência, de início, do enorme combustível mental da Antigüidade Clássica e do Medievo, que permitiu aos povos europeus uma velocidade de marcha, regular e segura, na ocasião em que mal ensaiávamos os primeiros passos no caminho da cultura. Temos a inelutável contingência de um retardamento constante, que devemos vencer não só por um esforço próprio, intenso e pertinaz, mas também por um aprendizado, pertinaz e intenso, junto aos povos muito mais velhos e experimentados.

O nosso problema não pode resolver-se, à maneira de um Robinson Crusoe, ilhado do mundo espiritual, unicamente com os nossos próprios recursos. Seria tão errôneo quanto pretender fazê-lo com a aplicação passiva da experiência cultural estrangeira. A solução está, antes, no aproveitamento de teorias e técnicas que nos oferece ao exame e utilização consciente a inteligência milenarmente desenvolvida da civilização ocidental, de que participamos como filhos mais novos.

Não é talvez inútil acentuá-lo, porque, se em referência às ciências físicas ninguém ousaria contraditar tal assertiva, há, em referência às questões filosóficas, sociológicas e estéticas, um mal orientado sentimento patriótico, que, em suas últimas conseqüências, nos levaria ao empenho vesânico de procurar criar do Nada.

Os Estados Unidos da América do Norte logo de início o compreenderam, apesar de se ter encetado a sua vida de espírito com uma elite intelectual puritana, coesa e amadurecida, ao contrário da situação cultural do Brasil-colônia; e foi por tê-lo assim compreendido que conseguiram hoje, afinal, ascender a uma personalidade marcante nos estudos filosóficos, antropológicos e estéticos.

Felizmente, também o compreende, entre nós, aparte preponderante da intelectualidade brasileira, e tem havido um esforço sincero e promissor – reconheçamo-lo para enfrentar os aspectos negativos de um estado de coisas que embaraçam os jovens intelectualmente bem dotados. Por enquanto, porém, só nos cabe admirar a galhardia com que tantos conseguem vencer uma carreira de obstáculos, que se lhes apresenta em vez da estrada suave que deveriam, ter diante de si e esperemos outros, futuros, encontrem.

As faculdades de filosofia

A própria vitalidade das nossas Faculdades de Filosofia, o tipo mais recente entre nós de instituto universitário, é uma prova do obstinado empenho com que uma boa parte da mocidade brasileira visa à cultura do espírito.

Não se estiolaram, esses institutos, ainda tenros, em face de profissões liberais vetustamente firmadas em nosso meio social, com o prestígio que a elas assegura a longa tradição, a compreensão geral, bem consolidada, da sua pertinência e a possibilidade mais fácil de bem-estar, daí decorrente, para os que as abraçam. Não é raro até encontrar nos quadros discentes das nossas Faculdades de Filosofia diploma dos de outras Escolas Superiores, em busca daquela ampliação cultural com que a sua profissão se enriquece e ganha mais justo sentido, situando-se mais exatamente na rede complexa e sutil que constitui a unidade do pensamento humano.

Quantos de nossos jovens realizam, por este meio, a ascensão à Montanha Mágica, simbolizada por Thomas Mann na história do engenheiro Hans Castorp, que, de especialista de máquinas a vapor, sem outras preocupações, de início, nem outro ideal de vida senão a maestria da sua habilidade técnica, atingiu os cumes dos *humaniora*, do humanismo integral, donde viu em sua justa perspectiva e finalidade especialidades e profissões. “Todas elas” – diz-nos pela boca de um dos seus personagens o grande romancista, entranhavelmente *doublé* de pensador, – “todas elas tratam do homem, são todas apenas modalidades de um mesmo predominante e capital interesse, isto é, o interesse pelo homem; são estudos humanísticos numa palavra”.

Não foi pouco o dano para a consolidação e o desenvolvimento da cultura brasileira o que decorreu de por tanto tempo ter faltado um tipo de Faculdade de Ciências e Letras, ou de Filosofia no sentido amplo do termo, no nosso quadro de Ensino Superior.

Apesar de algumas e inevitáveis deficiências iniciais de organização e funcionamento, bem podemos dizer que agora se introduziu assim uma melhoria essencial no mecanismo universitário.

A função de professor

Antes de tudo, por meio de Cursos de Licenciatura de Professores, possibilitou-se a formação de um magistério de grau médio – e ainda de grau superior com a carreira docente da própria Faculdade – conscientemente preparado para o seu mister.

O que isto significará – e em apreciável parte já significa – pode ser bem avaliado se atentarmos em que um dos males do ensino médio no Brasil tem sido a ausência, em princípio, do que podemos chamar o *homo docens*. Temos faltado, na engrenagem da nossa divisão de trabalho, o tipo docente com a sua tripartida capacidade intelectual, pedagógica e ética.

Desde os primórdios da nacionalidade, o professor tem sido um egresso das profissões liberais tradicionais – o direito, a medicina, a engenharia, a

quem a contingência da vida, somando-se felizmente muitas vezes ao impulso interior, levou para esse gênero de atividade. Aos melhores não tem faltado a competência cognitiva nem a habilidade didática, e em muitos foi até o professorado a solução para o problema de um ideal de vida que se consubstanciava no estudo, desinteressado e contínuo, de uma disciplina que os empolgava, ao primeiro contacto, nos bancos da sua escola profissional, ou, ainda adolescentes, na escola secundária.

Mas uma função tão capital na sociedade não pode alimentar-se permanentemente de um material humano, assim arbitrário, desigual e fortuito. A Faculdade de Filosofia é que há de assegurar uma produção estável, harmônica e constante do profissional do magistério, inculcando-lhe ao mesmo tempo, com o diploma de uma especialidade socialmente reconhecida e definida, o sentido da importância social do seu mister. Acresce que a pedagogia, objetivada em si mesma e não mais resultante, empiricamente, da experiência pessoal do exercício docente, dá agora, assim, à atividade educacional o fundamento teórico imprescindível a qualquer atividade humana superior.

O que é preciso, apenas, para a formação universitária do professor dar todos os seus frutos, é que o diplomado não a considere o estágio final dos seus estudos, senão antes o ponto de partida para uma progressão futura que já pode empreender com aparelhamento intelectual e bagagem cultural consistentes. Em nenhuma carreira o preparo adquirido nos bancos escolares pode ser interpretado naquele sentido de *non plus ultra* de aquisição de conhecimentos, sob pena de estagnar-se, vida em fora, numa rotina estéril e melancólica a atividade do indivíduo em sua profissão. E a própria concorrência tende decisivamente, quando falta o estímulo interior ao estudo, a evitar esse perigo. No magistério, porém, o ambiente psicológico da aula, em que temos diante de nós cérebros prontos a receber como verdades iluminantes velhos princípios e soluções, que já tiveram reexame, reajustamento ou até substituição, contribui para dar ao professor um perene sentimento de satisfação íntima com aquilo que sabe, e para fazê-lo descuidar-se da contínua reelaboração da própria cultura. O anseio de ampliação cultural e sincero enriquecimento do espírito, que há pouco ressaltai de início – e com plena justiça – nos cursos desta Faculdade, é, entretanto, uma garantia de que os diplomados de agora não descambarão por esse caminho, anulando a alta significação do nosso instituto formador do magistério.

O pesquisador científico

Não é, por outro lado, este o único escopo das nossas Faculdades de Filosofia –ressalve-se.

Acresce-se-lhes nas finalidades, complementarmente, o bacharelado e o doutorado em ciências puras, quer físicas, quer sociais, e em letras, que imprimem naquelas, nessas e nestas a qualidade de matérias nucleares de cursos próprios.

Ciências, como a física, a química, a história natural, a matemática, já se estudavam – é certo – na preparação para determinadas profissões liberais. Mas no quadro das Faculdades de Filosofia desvencilharam-se do aspecto de elementos subsidiários para um exercício profissional estrito. Por isso, lembrava-se aqui, há pouco, a Montanha Mágica, concebida pelo simbolismo de Thomas Mann.

Ensejou-se, destarte, a existência de outro tipo social que nos faltava: o *homo perquirens*, o pesquisador científico, no sentido exato do termo, com quem a ciência pode objetivar-se para um progresso permanentemente separado da sua aplicação. Também aqui, antes disso, só se dispunha dos que, na prática de uma dada técnica, se deixavam seduzir pela magnitude dessa outra função aparentemente desinteressada das solicitações sociais cotidianas, mas de que depende, em última análise, a mais pequena melhoria técnica.

Outras ciências, por sua vez, como a geografia, a história, a filosofia e as ciências sociais *stricto-sensu*, isto é, a antropologia e a sociologia, só assim tiveram oportunidade de um estudo coerente e sistemático, em vez de apenas afloradas no ensino médio umas, ou de apenas preocuparem outras, através de leituras e cogitações feitas por conta própria, alguns intelectuais considerados mais ou menos excêntricos.

Ora, o prejuízo de uma situação, como a que se nos deparava assim entre nós no campo das ciências sociais, está bem ressaltado num recente Relatório do Dr. Raymond Fosdick, presidente da Fundação Rockefeller. O ilustre filantropo acentua-lhes a importância nos problemas supremos do homem, para os quais as ciências físicas, “eticamente neutras”, “não têm resposta”. E acrescenta: “É preciso compreender que o que é verdade para a física e a biologia é também verdade neste outro âmbito. Impõe-se o mesmo grau de conhecimento especializado... Fazem-se necessários espíritos com a disciplina e a alta integridade de uma instrução objetivada”.

O mesmo se pode dizer – e di-lo com efeito, ainda aqui, o Dr. Fosdick – em relação aos estudos filológicos e literários, compendiados sob o nome genérico de Letras. Não se trata – insiste ele – de vagas, que, nesta era enfaticamente chamada científica, possam “ser postos de lado num desvio, enquanto o expresso avança pela linha-tronco”. As letras é que satisfazem “a fome espiritual de esperança, crença, beleza e outros valores permanentes”, entranhados na alma humana, e “ainda aqui impõe-se” – adverte – “o conhecimento e instrução sistematizada”.

O estudo das letras

A crítica filológica e a literária têm atraído muitos estudiosos brasileiros, e têm sido muitas vezes notáveis. Mas a falta de ensino universitário impediu que daí se colhessem vantagens permanentes para o nosso tonos intelectual. Não se chegou, por exemplo, ainda, entre nós à compreensão profundamente estética da língua, que funde numa unidade superior a filologia e a literatura; e daí, talvez, em parte alguns aspectos incertos e incolores da literatura brasileira em seu conjunto.

No estudo técnico da língua, propriamente dito, ou seja – a filologia, para usarmos um termo bastante divulgado, embora nem sempre bem entendido entre nós, a falta de estudos sistemáticos universitários, que só agora despontam nas Faculdades de Filosofia, foi-nos um fator negativo em dois sentidos. De um lado, não se incorporou na cultura nacional uma disciplina científica que, pela sua precisão de análise, quer histórica, quer descritiva, tem sido considerada com razão um modelo metodológico para a pesquisa de fatos espirituais. De outro lado, não se ascendeu à exata compreensão da função da língua materna no jogo das forças sociais que plasmam a personalidade dos indivíduos e dos povos. O professor de língua – como ressaltai alhures – tem-se hermeticamente enclausurado em sua gramática e em sua filologia, colocando-se à margem de uma vida que flui, sob a forma de palavra falada ou escrita, em volta e dentro de cada um de nós. Uma conseqüência bem sensível, prenhe de perplexidades e conflitos íntimos, foi a maneira equivocada pela qual se cindiu a intelectualidade brasileira em lusófilos e nativistas, em face da realidade social de termos a língua em comum com outro povo, já política e até etnicamente distinto, que no-la transmitiu.

A síntese dos conhecimentos

Coube, pois, às Faculdades de Filosofia transformarem em objeto de estudo sistematizado e orgânico matérias para as quais não houvera até então a possibilidade de um ensino coerente como disciplina universitária, ao mesmo tempo que focalizarem, do ponto de vista de Sírius da ciência pura, matérias até então só consideradas em vista de uma aplicação profissional definida.

Coube-lhes ainda reunir a todas num único instituto, ensejando-lhes a permeabilização mútua pelo contacto entre especialistas docentes e pela constituição de um corpo discente uno em suas variedades de centros de interesse.

A contribuição, daí resultante, para o progresso da cultura nacional está na circunstância de assim se poder atenuar beneficemente a divisão, um tanto rígida, do conhecimento humano nesses escaninhos que são as diversas disciplinas científicas. Impõe-as, tais divisões, a limitação da nossa capacidade in-

telectual, que só pode adquirir profundidade no saber à custa da redução dê se saber em amplitude, oscilando ineluta-velmente entre os perigos da especialização que isola, e aqueles, muito mais sérios, da generalização que apenas esfrola os problemas num enciclopedismo leviano e fugaz. Mas a intercorrelação de todas as disciplinas científicas, mesmo quando aparentemente díspares, como as ciências da natureza, as ciências do homem e as letras, é a conseqüência íntima da unidade cognitiva, que não se pode deixar de levar em conta em qualquer especialização.

Se encararmos, por exemplo, esse tipo de estudo a que se dá o nome tradicional de letras, é fácil verificar quanto elas se entrosam, não só com a filosofia, mas também com as ciências antropológicas, como manifestações estéticas que são de um dado *pattern* cultural e social, só realmente inteligíveis à luz desse *pattern* que as motivou. E, por outro lado, não escapará à mais ligeira atenção o elo que oferecem com a matemática e a física; haja vista o ritmo poético, cuja análise tanto depende de uma e de outra, não obstante aparecer-nos como o mais puro espécime de uma atividade superior que, não é científica no sentido estrito do qualificativo.

Do ponto de vista contrário, partindo das ciências ditas exatas, deixo aos seus especialistas o balanço – que me parece positivo – da sua dívida com a antropologia e as letras. Não será temerário adiantar, por exemplo, que a compreensão profunda da língua, como o cabedal da verdade intuitiva, é imprescindível ao cientista, que deste solo se eleva para a verdade racional da ciência, mesmo talvez quando afinal se desprende da formulação lingüística da realidade, substituindo-a pela formulação matemática.

Nem devemos olvidar que cada fase da história do conhecimento humano se caracteriza por uma orientação comum para todas as atividades espirituais.

Mesmo deixando de parte a Grécia Antiga e a Idade Média, onde as ciências da natureza ainda aparecem incipientes e, portanto, plenamente dóceis à subordinação integral a um pensamento filosófico estrito, como o de um Aristóteles ou o de um Tomás de Aquino, vemos a unidade da compreensão cognitiva em todos os grandes momentos espirituais da humanidade. “Se as ciências se devem apreender como um todo verdadeira-mente sistemático” – comenta a este respeito o grande historiador da evolução científica que é Ernst Cassier – deve-se achar presente em todas elas um problema universal de co-nhecimento, não obstante a evidência de que em cada uma delas esse problema exige uma solução especial em condições particulares definidas”.

Assim, o idealismo renascentista, o racionalismo cartesiano, o sensualismo iluminista, o evolucionismo darwiniano são idéias-forças que vibram em toda a atividade mental de uma época, desde a física à crítica estética.

Da mesma sorte, no pensamento contemporâneo, domina o conceito estruturalista, procurando compreender a realidade através da configuração formal em que a dispõe a inteligência humana. “A medida que se desenvolve e ganha aceitação essa idéia na própria ciência” – explica-nos mais uma vez Cassirer – “desacredita-se a ingênua *teoria da cópia* para o conhecimento. Os conceitos fundamentais de cada ciência, os instrumentos com que propõe seus problemas e formula suas soluções, já não são mais considerados como as imagens passivas de uma coisa externa mas como *símbolos* criados pelo próprio intelecto”.

E daí surgem pontos de contacto nas conclusões interpretativas das mais variadas disciplinas e estudos, qual um traço de união, que vai da física nuclear à psicologia da *Gestalt*, à doutrina antropológica dos *patterns*, ao estruturalismo lingüístico, à crítica literária do formalismo. Já se lembrou até recentemente, num Congresso Internacional de Lingüistas, quanto se aproxima da concepção de um átomo desintegrável, entendido como um sistema dinâmico de elétrons, a interpretação lingüística do som elementar da fala como um conjunto articulado de traços fônicos relevantes, em contraste com a idéia anterior de ver aí, tal qual se via no átomo, uma unidade mínima insecável.

É um dos aspectos mais expressivos da civilização hodierna, por isso, o esforço de cooperação entre as especializações mais distintas através, desses Coloquiuns e Interconferências, em que excelem, por exemplo, os estudiosos norte-americanos. E é um clima perene de intercomunicação, como o daí resultante, o que pode favorecer a vida cotidiana das nossas Faculdades de Filosofia nesse abarcamento amplo de ciências e letras, que se deve considerar um dos méritos, pelo menos potenciais, da sua atual organização.

Cultura e democracia

Já se vê, por esse rápido e – bem sei – insatisfatório bosquejo, o alento que deve dar ao nosso patriotismo um espetáculo como este, em que saem dos nossos bancos universitários, apercebidos e fortes, duas centenas de jovens.

Não é exagero dizer que em sucessivos espetáculos de tal ordem está, talvez, o bom destino do Brasil como entidade social e política.

Tem-se repetidamente associado esse destino à luta pela democracia, apresentada com razão como o problema precípua da nossa vida nacional. Trata-se, com efeito, da estrutura política mais adequada para a constituição e a regular manifestação da opinião pública, sem a qual, no justo dizer de James Bryce, nenhum povo pode ser governado com eficiência.

Há muito vimos buscando o ideal democrático, através de fórmulas variadas, no Primeiro Império, na Regência, no Segundo Império, na Primeira Repú-

República de 89, e na Segunda de 34 a 45, em que emergimos de efêmeras fases de eclipse solar. Mas na empresa, em que avultam tantos paladinos intemeratos – um José Bonifácio, um Feijó, um Bernardo de Vasconcelos, um Joaquim Nabuco, um Rui Barbosa – tem-nos tolhido a ausência de uma verdadeira elite intelectual, bastante ampla e profunda para dar lastro, volume e consistência, ecoando-o, assimilando-o e propagando-o, ao esforço desses nossos gigantes políticos.

Em sua falta, temos sofrido a liderança de clãs gentílicos ou conglomerados plutocráticos, e contra eles reagem, hoje mais do que nunca, as massas desgobernadas.

Não há-de ficar aí, por certo, uma evolução histórica tão rica, tão empolgante, tão progressiva, onde as aparentes derrotas apenas hão de provar o paradoxo vaticinado pela clarividência poética de Robert Browning: “o sucesso estará no que parece um fracasso” (“*shall lije succeed in what it seems to jail*”).

O que tem faltado essencialmente, até aqui, é a integração da cultura do espírito no organismo coletivo. E é para isto que as Faculdades de Filosofia hão de decisivamente concorrer.

Aos seus diplomados, no magistério e na orientação educacional, na pesquisa científica, na elocubração geográfica e histórica, no estudo sociológico e antropológico, na meditação filosófica, na crítica filológica e literária, cabe, sem dúvida, missão das mais transcendentais na evolução nacional. A esses campos de atividade acrescentou-se, mais recentemente, o da atividade jornalística, a que incumbe magna tarefa na consolidação de uma opinião pública eficiente e esclarecida.

O jornalismo tem apresentado, na história da nacionalidade, o mesmo aspecto que até a pouco caracterizou o magistério: o de uma função desempenhada fortuitamente por indivíduos das mais variadas especializações profissionais, de acordo com as imposições da vida ou de uma vocação insopitável. A sistematização do preparo para uma carreira tão básica no organismo social de uma democracia há de dar frutos análogos aos que já estamos começando a colher da formação sistemática para professor. Entre este e o jornalista, existem elos sólidos e afinidades; em ambos impõe-se a capacidade para a informação honesta e objetiva, e a qualidade, ainda mais sutil e difícil, de guiar e corrigir sem deixar moessa na personalidade humana nem afetar a integridade do seu livre arbítrio.

Conselhos finais

Para todas essas funções sociais, a que assim visam os diversos cursos da nossa Faculdade, há para contar, evidentemente, com dificuldades e percalços,

pois um diploma não é – nem o deve ser para resguardo da própria dignidade pessoal – a garantia, eficiente e exclusiva, do sucesso na carreira que, apenas, lhe cabe nos permitir encetar.

É certo, por outro lado, que o resultado não depende só, infelizmente, do mérito ético e intelectual do indivíduo. Todo ambiente social é propício às injustiças, em maior ou menor grau, e no Brasil esse aspecto negativo, decorrente da imperfeição humana em última análise, faz-se sentir com uma acuidade um tanto descoroçoante. As decepções do esforço honesto, que se vê continuamente enredado e superado em suas mais justas pretensões, tendem às vezes a insinuar nos moços um anseio pelas vantagens fáceis, obtidas embora à custa da própria dignidade e dos direitos alheios. É uma declividade perigosa que ameaça e mina a personalidade no que ela tem de mais sagrado como entidade moral.

O melhor processo de resistência à insidiosa tentação é a realização corajosa e inflexível de um ideal de vida, carreira em fora.

No magistério, tem-se esse ideal no empenho profundo de comunicar a seres mais moços e inexperientes a parcela de experiência do nosso coração e pensamento. Nas elocubrações extra-escolares, a própria atividade do espírito dará a recompensa íntima, pela consciência da tarefa desempenhada, embora a sintamos, em nossa humildade, fragmentária e medíocre. E não há para duvidar que, num e noutro caso, não chegue a ocasião da vitória exterior no amparo e respeito da coletividade.

A derrota só vem de dentro para fora. Ela só aguarda aqueles que entram na luta eticamente vencidos, porque pretenderam fazer da cultura e da inteligência um trampolim para a vaidade ou a cupidez. Neste caso, o êxito é um triunfo de Pirro: a insatisfação interior, que decorre de não terem sido atendidas as exigências éticas, entranhadas no homem, gera o desequilíbrio psíquico, e faz do vencedor mundano, inapelavelmente, um vencido nos íntimos re-folhos de sua alma.

As decepções se apagam pela constância e probidade de propósitos. E muitas delas são, afinal de contas, meras aparências. Não nos esqueçamos de aplicar no âmbito individual o vaticínio de Robert Browning, há pouco lembrado em referência à evolução democrática de nossa pátria: “*shall life succeed in what it seems to fail*”.

Sede, portanto, apenas, sinceramente probos, corajosos e pertinazes na vossa parcela de missão, que vos é atribuída na investidura de hoje, meus caros e generosos paraninfados!

PARA UMA ESTILÍSTICA ESTRUTURAL*

J. Mattoso Câmara Jr.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A estilística é uma nova disciplina da lingüística e correlatamente da teoria literária. Representa, pois, em princípio uma aquisição da ciência da linguagem em sentido lato.

Entretanto, são tais as divergências na maneira de considerá-la e na técnica de aplicá-la, que se tornou ao mesmo tempo um campo de profundas discórdias e de confusão conceptual, trazendo assim também consigo um elemento negativo para os estudos lingüísticos e literários. A minuciosa bibliografia crítica de Hatzfeld¹ bem o ilustra. Há mesmo quem desista de definir a estilística e de situá-la no quadro das demais disciplinas afins, em face das profundas divergências de conceituação e tratamento de que ela tem sido objeto.

O primeiro motivo, a meu ver, para tanta discórdia e perplexidade está na imprecisão existente quanto ao estilo, a que a estilística está umbilicalmente ligada, como mostra até a estrutura lexical do seu nome, que é um derivado daquele termo.

Com efeito, o estilo é um conceito que já nos vem da retórica greco-latina e foi focalizado e discutido nos estudos humanísticos modernos, antes do advento da lingüística e das novas diretrizes da teoria literária, que as tomou em grande parte sob o influxo da lingüística aliás.

Entendeu-se de início o estilo como sendo uma maneira artística e pessoal de um orador ou um escritor usar a língua materna no exercício da sua profissão literária. Em tempos mais recentes predominou o predicado de “pessoal” nessa compreensão do estilo. Houve até a tendência a cindi-lo em estilo propriamente dito, entendido como a maneira pessoal do literato usar a língua, e forma literária, a que ficaria reservado o predicado de “artística”. Tudo isso se cristalizou na definição, depreendida, de Buffon – “o estilo é o homem” –,

* Extraído de *Lengua – Literatura – Floklöre. Estudios dedicados a Rodolfo Oroz*. Facultad de Filosofía y Educación. Universidad de Chile, 1967. pp. 291-299.

¹ Bibliografía crítica de la nueva estilística aplicada a las literaturas románicas, Madrid, Editorial Gredos, 1955.

onde o termo passa a ser a marca de uma personalidade através da linguagem. Falou-se até em “escritores sem estilo”, para caracterizar-lhes a maneira frouxa e vulgar de se exprimirem, embora com uma forma literária atraente. Da expressão das idéias ascendeu-se às idéias expressas, e estilo chegou a significar, para muitos, um pensamento original e intenso.

A lingüística posteriormente nem sempre concorreu para esclarecer e melhor precisar o conceito de estilo.

Como se sabe, a lingüística, como ciência geral da linguagem, abrangendo o fenômeno da língua em seu sentido amplo e ultrapassando, ou antes, superando o que era a rigor, exclusivamente, gramática comparativa e reconstrução de proto-sons e protoformas, data definitivamente de Saussure. Foi ele que focalizou o estudo científico do funcionamento da língua num momento social dado e para isso criou o quadro da sincronia e a famosa dicotomia entre *langue* e *parole*. Essa dicotomia é em si mesma muito complexa, como ressaltou Roman Jakobson: “A antinomia *langue-parole* é em verdade um fenômeno complexo; pelo menos três antinomias estão aí incluídas; a saber: primeiro, a oposição entre a norma lingüística e a sua exteriorização, segundo, a oposição entre a linguagem como bem superindividual e social e a linguagem como propriedade individual e privada, e terceiro, a oposição na linguagem entre o que há de unificador, de comum, de centrípeto, de um lado, e, de outro lado, o que há de diversificado, de particular, de centrífugo”.² Na *langue* há os predicados do sistemático e coletivo, que não se recobrem, da mesma sorte que não se recobrem na *parole* os predicados de assistemático e individual. Permitindo-me citar-me a mim próprio, direi que – “a língua é, de maneira geral, coletiva; mas cada um de nós tem certas peculiaridades lingüísticas, ou pelo menos, preferências, e há assim de certo modo múltiplas línguas individuais, ou idioletos, de acordo com a nomenclatura lingüística norte-americana”³.

Foi muito comum, ao contrário, a simplificação um tanto forçada dos conceitos saussurianos, entendendo-se por *langue* o acervo lingüístico coletivo e por *parole* o uso individual desse acervo comum. Um discípulo eminente de Saussure, Albert Sechehaye, chegou mesmo a considerar uma *linguistique de la parole*, como uma terceira lingüística saussuriana, além da lingüística diacrônica e da lingüística sincrônica, referentes à *langue*⁴.

Desse ponto de vista, o antigo conceito de estilo tendia a se aproximar perigosamente do da *parole*, e alguns estudiosos suprimiram a bem dizer a

² “Zur Struktur des Phonems”, 1939, em – *Selected Writings*, S’Gravenhage, 1962. pp. 284-5.

³ *Princípios de Lingüística Geral*, Rio de Janeiro, 1959, p. 28.

⁴ *Les Trois Linguistiques Saussuriennes*, *Vox Romanica*, v, Zurich, 1940.

distância precária que ainda existia entre eles, dentro dessa maneira (errônea, a meu ver) de se entender a oposição *langue- parole*. Para Vossler, por exemplo, a verdadeira lingüística deve ser a da *parole* associada implicitamente com estilo, e Leo Spitzer, que compreendeu o estilo da maneira mais ampla, como a personalidade revelada pela expressão lingüística, criou um conceito de estilística, que é, no fundo, uma *linguistique de la parole*, proposta por Sechehaye, mas apresentada nos termos de Vossler.

Ora, essa aproximação entre *parole* e estilo, com todas as implicações que comporta, encerra um mal-entendido básico.

O pensamento de Saussure era unilateral, diante do fenômeno da linguagem, como puseram em evidência as obras de dois de seus discípulos – Karl Bühler e Charles Bally. Bally, que criou uma estilística saussuriana, não fez mais com isso do que focalizar um campo de funcionamento da linguagem, deixado à margem por Saussure, e a que qualificou como “afetivo”. Bühler, por sua vez, no seu quadro das funções fundamentais da linguagem – *Darstellung*, ou representação, *Appell*, ou apelo à simpatia de outrem, *Kundgabe*, ou manifestação psíquica, tomou em consideração nestas duas últimas funções justamente a atividade lingüística que Bally, um tanto limitada e até imprópriamente, denominara afetiva.

Saussure só tivera em vista, em verdade, aquilo que Bühler chama *Darstellung* ou seja, a representação intelectual, a função da linguagem como meio de cristalização e organização conceptual do ambiente bio-físico, para fim de comunicação. Nisso era cartesiano, de acordo com as diretrizes gerais da filosofia francesa antes de Bergson. Não será temerário (creio eu) dizer que seu discípulo Bally foi justamente influenciado pelo pensamento de Bergson e assim apreendeu o que faltava à lingüística em termos saussurianos puros. A *langue* de Saussure é um sistema intelectual, de que está banida toda atividade lingüística proveniente do apelo à simpatia humana e da exteriorização da nossa maneira de sentir a vida. Da mesma sorte, na sua contraparte, a *parole*, não pode estar contido nada que se pareça com o estilo no seu sentido tradicional: a *parole* é a atividade lingüística assistemática do indivíduo, que encerra, não obstante, os padrões da *langue* e donde esses padrões têm de ser depreendidos pelo lingüista.

Podemos dizer assim que a estilística, concebida por Bally, está prevista, sem estar enunciada, no quadro das funções essenciais da linguagem, de Bühler, e completa o estudo sincrônico da linguagem humana nos termos de Saussure.

Como a *langue* saussuriana é a um tempo sistemática e coletiva, essa estilística ballyiana também o é. O sistemático da estilística está implícito em todos os estudos de Bally e sua escola, que também insistem – e aí explicita-

mente – no caráter coletivo dela. Esse caráter fez com que Bally se mostrasse avesso em princípio à língua literária com o conceito de um estilo que é marca de um escritor, e, por outro lado, fez com que da crítica literária nascesse uma acentuada desconfiança para com o pensamento de Bally, procurando-se de preferência cultivar uma estilística em termos vosslerianos.

Alguns estudiosos quiseram resolver o conflito com uma espécie de divisão de poderes, ou de zonas de influência, se se achar mais adequada essa imagem tirada da política internacional do mundo contemporâneo. Tal é atitude de Wolfgang Kayser⁵, que distingue da estilística lingüística (isto é, a estilística coletiva de Bally) a estilística literária, mais ou menos ligada a Vossler.

Não me parece, porém, acertada essa solução, que parte da aceitação de uma antinomia, em última análise, mais aparente que real. Há aqui a mesma simplificação que se fez no conceito de *langue* de Saussure, vista como um acervo lingüístico coletivo. Jakobson frisou, ao contrário, como vimos, o que pode haver de individual na *langue* saussuriana. Cada um de nós tem um sistema lingüístico próprio, que coincide em sua maior parte com os dos demais indivíduos da coletividade, donde poder falar-se em sistema lingüístico coletivo. Aí atuam as forças centrípetas, no dizer de Jakobson, enquanto as forças lingüísticas centrífugas tendem a fazer da *langue* um conjunto de sistemas individuais.

O mesmo se pode dizer de um sistema estilístico, onde igualmente atuam forças centrípetas e forças centrífugas. Na língua literária predominam estas últimas pela valoração pessoal que o literato intuitivamente busca; e têm-se então os estilos individuais. Note-se, não obstante, que essa individualização é em grande parte relativa: não só há recursos estilísticos em comum, de um literato para outro, mas também há estilos de escolas literárias e até de épocas literárias.

Mas em que consiste esse sistema estilístico em face do sistema lingüístico, *stricto sensu*, concebido por Saussure?

Só o podemos compreender se nos voltarmos novamente para o quadro das funções da linguagem estabelecido por Bühler. Vimos que o sistema lingüístico corresponde à representação (*Darstellung*) de Bühler. Ora, essa representação, como o próprio Bühler acentua e em seguida seu discípulo Fr. Kainz mais consolidou, é a própria essência da linguagem humana (*Wesen* é o termo de Kainz)⁶. Saussure estava até certo ponto justificado em restringir o seu conceito de *langue* à representação intelectual, pois é na base de uma tal represen-

⁵ Das Sprachliche Kunstwerk, Bern, 1948.

⁶ Psychologie der Sprache, I, Stuttgart, 1946.

tação que toda e qualquer língua se constitui e se estrutura. As funções de *Kundgabe* e *Appell* têm de utilizar o sistema intelectual da *langue* saussuriana, e a linguagem afetiva de Bally não é mais em suma que o resultado dessa utilização.

Chegamos aqui a um ponto crucial das nossas considerações. Se as funções de *Kundgabe* e *Appell* manipulam o sistema criado para a representação intelectual, podemos conceituar o estilo de uma maneira precisa: é um recurso para fazer desse sistema meramente intelectual um veículo de expressão da maneira por que sentimos esse ambiente bio-físico que a *langue* conceitua. A estilística parte assim da lingüística em sentido estrito, para estudar uma ampliação das oposições representativas a serviço de *Kundgabe* e *Appell*. É o que está implícito no conceito dos formalistas eslavos de que o estilo é sempre uma “deformação”⁷. Essa “deformação”, num sentido muito particular da palavra, é que cria um sistema estilístico tanto coletivo quanto individual, ao lado do sistema lingüístico depreendido por Saussure. O sistema estilístico não é mais, portanto, que uma estruturação secundária que se processa sobre a estruturação da representação lingüística.

Isso nos leva a um conceito de estilística estrutural em dois planos de oposições: oposições que podemos chamar “externas”, estabelecidas entre o elemento lingüístico representativo e a sua aplicação para fim de *Kundgabe* e *Appell*; outras oposições, já agora “internas”, que se firmam dentro dessa aplicação e em seu conjunto constituem um sistema, que cabe à ciência da estilística depreender em cada língua, no sentido coletivo de Bally, ou em cada obra literária, no sentido de estilo que focaliza a crítica literária. É aliás o que está implícito no próprio Bally, quando nos diz que o literato não faz senão utilizar para uso seu o que existe na linguagem de toda gente⁸.

Esse mecanismo estilístico, se é lícita a expressão, se desdobra tanto no plano do significante como no do significado, para nos servirmos da nomenclatura já clássica de Saussure ao definir a forma lingüística, como uma associação entre um conjunto sônico, o significante, e estados mentais em sentido lato, constituindo o correspondente significado.

No plano de significado estão evidentemente incluídas não só as significações lexicais como os valores gramaticais dos afixos e as categorias gramaticais que regulam a distribuição paradigmática das formas lingüísticas. Tudo

⁷ Cf. JAN MUKAROVSKI, *Standard Language and Poetic Language*, em *A Prague School Reader on Literary Structure and Style*, selected and translated from the original Czech by Paul Garvin, Washington D. C., 1955.

⁸ *Le Langage et la Vie*, Paris, 1926, p. 111.

isso concorre para a representação lingüística e vem a ser a estrutura ou sistema conceptual que Saussure considerou na *langue*. Tudo isso, por sua vez, num processo de utilização secundário, está sujeito à manipulação do estilo, que cria o uso da língua estudado na estilística.

A primeira força estilística que aí atua, consubstancia-se no que se tem chamado em lingüística a conotação, em contraste com a denotação, que é o significado restringido ao ambiente intelectual e conceptual. A esta denotação superpõe-se a conotação, que transfere a forma lingüística para linguagem afetiva, de que nos fala Bally, ou seja, para as funções de *Kundgabe* e *Appell*, depreendidas por Bühler. Em português, por exemplo, *mar* pode ter a conotação da grandeza, do mistério, da atração da aventura ou do pavor do insondável; o sufixo diminutivo (*-inho*, *-ito*) pode também conotar carinho, ou fraqueza, ou desprezo; à categoria de feminino se pode prender conotações já assinaladas por Leo Spitzer para as línguas românicas em geral⁹; da mesma sorte que à categoria verbal de tempo passado pode aderir conotativamente a sensação da irrealidade, fato já anotado por Jespersen¹⁰, para o inglês, o que em português vemos não raro no emprego do pretérito imperfeito do indicativo, para não falar no futuro do pretérito, ou “condicional”, onde essa irrealidade se cristalizou dentro da *langue*.

Uma segunda força estilística está na amplitude do próprio significado conceptual, que é linear, isto é, constitui uma linha de significações afins e importa necessariamente numa polissemia. O estilo aproveita essa situação e cria choques significativos, de que resulta, por assim dizer, a centelha estilística. Na estruturação das formas verbais portuguesas já mostrei alhures¹¹ como a atividade estilística joga com os valores modais e temporais que estão, em princípio, inclusas no pretérito e no futuro. Assim a hipótese formulada no pretérito imperfeito do indicativo traz uma conotação de segurança, que se opõe à de dúvida no futuro do pretérito. Num passo singularmente expressivo de Machado de Assis; em que se imagina o desabamento de uma fábrica, em suposta conversa com uma leitora, começa-se com o futuro do pretérito: “Terrível, minha senhora? Não nego que fosse feio, mas o mal seria muito menor que o bem. Perdão; não gesticule antes de ouvir até o fim... Repito que o bem compensaria o mal”. E logo passa para o pretérito imperfeito do indicativo ao representar o espetáculo do desastre: “Imagine que morria gente, que havia pernas esmigalhadas, ventres estripados, crânios arrebentados, lágrimas, gritos,

⁹ “Feminización del Neutro”, em *Revista de Filología Hispánica*, Buenos Aires, 1940.

¹⁰ *The Philosophy of Grammar*, London, 1929, p. 265.

¹¹ *Uma Forma Verbal Portuguesa, Estudo Estilístico-Gramatical*, Rio de Janeiro, 1956.

viúvas, órfãos, angústias, desesperos... Era triste, mas que comoção pública! Que assunto fértil para três dias”¹².

Da mesma sorte as denotações lexicais se prestam a esse mecanismo estilístico com a valoração de certas significações em detrimento de outras. A metonímia e a metáfora, na chamada linguagem figurada, prendem-se ao mesmo mecanismo, com a diferença de que aí a área significativa é intencionalmente aumentada – ou por prolongamento (na metonímia), ou por transposição do termo para outra área significativa (na metáfora). O essencial é, entretanto, que tudo isso depende da aplicação da forma representativa em *Kundgabe* e *Appell*, ou, em outros termos para o fim de uma integração de toda a vivência do sujeito nos conceitos comunicados. É o que nos dá, por exemplo, a chave para excluir da metonímia ou da metáfora expressões como *pé de mesa* ou *cabeça de alfinete*, que são meramente representativas.

Um terceiro mecanismo estilístico, no plano do significado, é a colocação dos termos na frase, a composição dos períodos, os recursos sintáticos da silepse e do anacoluto. É muitas vezes o que focalizam especialmente os tratados de estilo, dando a impressão de que ele consiste na formulação da frase na sintaxe.

Note-se, entretanto, que todos os mecanismos estilísticos são sintagmáticos, isto é, se realizam na formulação frasal. São as oposições – sintagmáticas dos termos relacionados na frase que põem em relevo a conotação de qualquer forma lingüística. Fora da frase a forma é estilisticamente neutra, e essa neutralização estilística mantém-se em muitos sintagmas, como para *mar* num texto de geografia, ou para *cabeça* em *cabeça de alfinete*, em que por isso não há nenhuma metáfora mas apenas um novo ponto significativo na significação linear de *cabeça*.

Consideremos agora o plano dos significantes.

Aí sabemos que o caráter “arbitrário” do signo lingüístico foi afirmado por Saussure e tem sido debatido, ora favoravelmente, ora não. Firmemos de início que há uma injustiça para com Saussure em invocar a motivação dentro da língua para negar o seu princípio. O mestre faz uma distinção bem nítida entre signo imotivado e signo arbitrário. Dentro da estrutura lingüística um signo pode ser imotivado, como o semantema de uma palavra primitiva, ou motivado (por derivação lexical, por exemplo). Por signo arbitrário deve-se entender a falta de relação entre a natureza do significado e o significante, podendo em princípio qualquer significante se reportar a qualquer significado; é no fundo uma reelaboração do que está contido na teoria grega da linguagem

¹² Cf. *Uma Forma Verbal Portuguesa*, cit., p. 75.

thései. Trata-se de uma afirmação que só pode ser contestada (e só assim o tem realmente sido) para as onomatopéias, os vocábulos de sons imitativos e os vocábulos expressivos. Saussure respondeu mal a essas objeções: o fato de que as onomatopéias constituem uma área muito restrita em qualquer língua não vai de encontro à objeção de maneira pertinente, pois o que se alega é a qualidade não-arbitrária dos termos, que é inegável qualquer que seja a quantidade deles; por outro lado, o argumento de que muitas onomatopéias, como o latim *pipio* perdem esse caráter na evolução lingüística (citando-se fr. *pigeon*) e muitos vocábulos imitativos têm esse caráter secundariamente, em consequência da evolução fonética (como fr. *glas*) faz intervir a diacronia na sincronia, o que o próprio Saussure denunciou como um erro metodológico fundamental.

A verdade é que Saussure e seus opositores estavam em planos distintos em face do fenômeno lingüístico.

No plano da representação intelectual, que é o da *langue* de Saussure, como vimos, a arbitrariedade do signo lingüístico é inegável: não há qualquer relação necessária que leve um dado signifiante a reportar-se, ou não, a um dado significado do ambiente bio- social e é isso que explica em princípio a imensa diversidade das línguas em suas formas externas. No plano estilístico, ao contrário, cria-se um esforço para se estabelecer uma relação entre a expressão e o seu conteúdo. Os sons vocais têm uma carga expressiva pela própria circunstância de serem sons. O estilo a aproveita como faz a música para os sons em geral. Assim cada forma lingüística tem implícito um valor estilístico para se utilizar na linguagem afetiva de Bally. A exegese desses valores expressivos dos significantes foi magistralmente feita por Walter Porzig em *Das Wunder der Sprache* (Bern, 1950).

Fora, entretanto, das onomatopéias, que não pertencem à *langue*, como muito bem viu Bühler num artigo de 1933¹³, pois a sua essência não é a representação lingüística, mas a exteriorização do nosso estado anímico diante dos sons da natureza, esse valor estilístico também só se realiza no sintagma. Há um mecanismo sutil, por meio do qual o sentido geral da frase ou um termo-chave, nela adequadamente colocado, põe em ação forças estilísticas latentes nos fonemas e conjuntos fonológicos com que se estruturam as formas lingüísticas. Assim no verso do poeta Raimundo Correia – “uma flecha de luz trêmula oscila” – os vocábulos *trêmula* e *oscila* transmitem uma idéia que passa a concretizar-se sensorialmente nas consoantes líquidas habilmente distribuídas no conjunto e mais se concentra na palavra *trêmula* com o seu tipo de distri-

¹³ “L’Onomatopée et la Fonction Répresentative du Langage”, em *Journal de Psychologie*, número special, Paris, 1933.

buição de líquidas e sua acentuação esdrúxula, enquanto a palavra *flecha* associa o seu significado ao tônico de *oscila* e favorece a imagem sensorial da penetração da luz na água.

Um segundo mecanismo estilístico para o significante está no sistema de variantes estilísticas dos fonemas, como são as vogais prolongadas em português.

O título deste artigo – Para uma estilística estrutural – mostra bem com a sua preposição de direção que não me propus a apresentar um esquema de estilística estrutural, mas apenas levar a compreender essa possibilidade e chamar a atenção para ela. Posso, portanto, dar aqui como terminada a minha tarefa.

Não o farei, porém, sem retomar ao conceito tradicional de estilo como marca de personalidade literária. Quando falo em sistema estilístico coletivo, quero com isso assinalar os mecanismos estilísticos, que acabei de descrever rapidamente, vistos em sua oposição secundária ao sistema lingüístico propriamente dito. Esses mecanismos são precisos e nítidos em cada língua e cabe à estilística nela apreendê-los e classificá-los. Qualquer falante da língua os tem à sua disposição. Na língua literária, especialmente, eles vêm claramente à tona e cada literato (ou cada escola literária, ou cada época literária) se caracteriza pela maneira por que os sistematiza por sua vez, distribuindo-os em graus de importância, conforme a sua maneira pessoal de sentir a vida ambiente.

Na literatura brasileira, por exemplo, encontramos uma sutil acuidade de estilística fônica em Raimundo Correia, enquanto seu contemporâneo em poesia lírica, Olavo Bilac, insiste na metáfora pela colocação antitética, principalmente, e Augusto dos Anjos parte das conotações dos termos de ordem científica e do seu contraste com o vocabulário usual. O mesmo se nota na prosa de Euclides da Cunha. Já na prosa de Machado de Assis há uma inatizada estilística de significados que repousa em polissemias e em choques entre denotações e conotações, como já procurei salteadamente mostrar em certos casos bem nítidos numa coletânea de estudos recente¹⁴. Isso indica para a crítica literária o caminho de uma estilística estrutural para dada obra ou dado autor e a possibilidade de assim apreender uma personalidade estética.

Eis como a meu ver não há separação entre a chamada estilística lingüística e a estilística literária, pois esta decorre daquela por centrifugismo, para usarmos o conceito de Jakobson em relação à língua. Eis ainda como talvez se possa integrar a estilística no movimento estruturalista que domina já hoje na lingüística em seu sentido estrito.

¹⁴ *Ensaíolos Machadianos*, Rio de Janeiro, 1962.

OS ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA EM PORTUGAL E NO BRASIL¹

J. Mattoso Câmara Jr.

Esta Comunicação vai se dividir em três partes, referentes respectivamente a I) O Ensino, II) Os Meios de Pesquisa, III) Conclusões. A parte III, que sumaria as necessidades mais prementes de melhoria, se concentrará no âmbito brasileiro.

I. O Ensino

O ensino da língua portuguesa no Brasil e em Portugal se situa na problemática do ensino de uma língua nacional ou língua primária.

Num e noutro país, começa na escola primária, ou de 1º grau, para crianças de 7 a 11 anos, e continua e se desenvolve na escola secundária, ou de 2º grau, para estudantes de 12 a 18 anos em geral.

Em Portugal, desde muito, e o no Brasil, desde 1934, há a mais um ensino de grau universitário da língua portuguesa, que é dado, respectivamente, nas faculdades de letras da Universidade de Coimbra e da de Lisboa, durante 2 anos, sob a denominação de “Filologia Portuguesa”, e nas múltiplas faculdades de filosofia, às vezes ditas de filosofia e letras, isoladas ou pertencentes a Universidades e espalhadas por todo o território brasileiro, durante 4 anos, o último dos quais é dedicado especialmente à didática da língua na escola secundária.

No Brasil, há ainda um ensino de línguas portuguesa, que poderíamos chamar de 3º grau, nos Cursos Normais das Escolas Normais ou Institutos de Educação, destinados à formação do professorado primário, que é taxativamente do sexo feminino. Em Portugal, onde se prevêem professores, para meninos, e professoras para meninas, em escolas primárias privativas para alunos de cada sexo, não há estabelecimentos especiais para formação desse professorado primário, dando-se o preenchimento dos cargos por provas públicas de suficiência.

A ossatura do ensino da língua nacional, no nosso caso a portuguesa, está evidentemente nas escolas secundárias.

Aí, o objetivo, que é complexo, pode ser dividido nos seguintes itens:

¹ In: *Actas, Informaciones y Comunicaciones, El Simposio de Bloomington*, Instituto Caro y Cuervo, Bogotá, 1967, p. 154-156.

- 1) ensino da língua-padrão, sob os seus aspectos oral e escrito, de maneira a uniformizar, tanto quanto possível, a comunicação lingüística no território nacional, de acordo com certos padrões, ou valores sociais, em matéria de língua;
- 2) ampliação e sistematização do conhecimento da cultura nacional, no seu sentido antropológico amplo, através da língua, que – como sabemos – é um microcosmo dessa cultura;
- 3) iniciação na língua literária, que se superpõe à língua padrão como uma língua especial, de finalidade essencialmente estética, mas permeia a língua-padrão escrita, até certo ponto.

Ora, tanto no Brasil como em Portugal, essa permeabilização da língua-padrão escrita, pela língua literária, fez com que se confundisse uma com a outra, ou, antes, que se tomasse-a língua literária com modelo da língua-padrão escrita. Desprezou-se, por outro lado, a rigor, o aspecto oral da língua-padrão e assim se concentrou o ensino na língua escrita entendida como sendo a língua literária. O item 2, que destacamos, ampliação e sistematização da cultura através da língua, também foi posto à margem, pois não podemos considerar sequer como uma parcela desse objetivo a exploração de certos fatos de história literária, quais são sucintos dados biográficos e bibliográficos dos autores literários do passado e do presente. O estudo estético dos textos literários, que seria em verdade um aspecto, embora muito parcial, daquele objetivo, não aparece ou ocorre de maneira tão fragmentada, frouxa e assistemática, que perde a utilidade.

O monopólio da língua literária no ensino secundário, a par da distorção essencial que se representa, ainda se torna mais prejudicial por dois dos seus aspectos:

1) a confusão entre as fases sucessivas da língua literária, com a tendência agravante a insistir na língua literária clássica, que é justamente a menos própria a servir à sociedade e à cultura atual, até como língua literária exclusivamente, mas muito menos como língua-padrão escrita;

2) a ênfase dada ao critério da “correção”, entendida como um formulário de regras, não raro arbitrarias e incoerentes, tiradas de exemplos das “autoridades” literárias; com o que se perturba o sentimento lingüístico do estudante quando até não se cria nele uma verdadeira inibição para o eficiente emprego da língua escrita.

Do ponto de vista técnico, o ensino se faz pela leitura de textos literários, compilados em “Antologias”, e pela chamada “análise lógica” dos períodos daí destacados. Tal análise, dissociada, em princípio, da forma lingüística e

baseada na lógica aristotélica, tem tido – é verdade – certo aperfeiçoamento, para se tornar mais adequada à língua, por parte de vários teóricos. Hoje até se prefere chamá-la “análise sintática”, para insistir na sua finalidade de apreciação da frase como fenômeno lingüístico antes de tudo.

Mas persiste em pleno vigor o vício fundamental inicial: uma intenção primacialmente semântica, se podemos chamar assim a análise do conteúdo mental a rigor destacado da forma lingüística que o consubstancia.

É principalmente na base de textos literários das “Antologias” que se ministra na escola secundárias o ensino da gramática, especialmente nos primeiros anos letivos do curso, contentando-se o professor a selecionar palavras, locuções e frases encontradas nos textos (e não raro já organizados pelo autor da Antologia) para focalizar questões gramaticais. É o chamado ensino “intuitivo”. Daí decorrem dois grandes inconvenientes:

- 1) perde-se a configuração formal básica, que é preciso fornecer ao aluno para a tomada de consciência do mecanismo gramatical da língua;
- 2) a seleção é feita arbitrariamente em dois sentidos:
 - a) pela insistência em casos marginais, em detrimento do que há de essencial na ossatura gramatical;
 - b) pela inversão dos níveis lingüísticos, como quando se aborda um problema de ordem morfológica ou sintática, sem o conhecimento, por parte do aluno, do fundamento fonológico ali sotoposto.

O ensino sistemático da gramática – que aparece mais ou menos plenamente nos últimos anos do curso – deixa de produzir maior resultado, porque assenta na gramática tradicional com muitas convenções artificiais e obsoletas.

Chegamos aqui a um ponto crucial do ensino da língua materna, tanto em Portugal como no Brasil: o desconhecimento, por parte do professor secundário, em geral, dos princípios da lingüística descritiva, que se desenvolveu desde Saussure na Europa e desde Sapir e Bloomfield nos Estados Unidos da América.

As Faculdades de Filosofia, no Brasil, e de Letras, em Portugal, onde se preparam os futuros professores secundários, não tiveram por muito tempo um ensino especial de Lingüística.

No Brasil, a única e relativa exceção foi a existência da disciplina isolada de Lingüística na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, desde 1949. Só recentemente o ensino universitário em todo o país passou a incluir obrigatoriamente a Lingüística. Em Portugal, também, só há alguns anos existe nas Faculdades de Letras uma cadeira de “Introdução aos Estudos Lingüísticos”.

Entretanto, a mera presença da disciplina no currículo universitário não resolveu o problema assinalado há pouco. É preciso levar em conta as três condições da quadra popular inglesa “If wisdom’s ways you wisely seek” – “and how, and when, and where”.

Isto é –

- 1) o tipo de lingüística considerada;
- 2) os cursos em que a disciplina figura;
- 3) o nível por sua vez em que ela se coloca.

Assim a chamada filologia histórico-comparativa não é a solução indicada para o problema do ensino compreensivo da língua portuguesa, da mesma sorte que não o é uma simples história da lingüística, através dos tempos, ou uma elucubração filosófica sobre a linguagem humana. Em referência aos cursos que se beneficiam da disciplina, cabe assinalar aqui que na Faculdade Nacional de Filosofia ela, durante muito anos, não se aplicou aos estudantes de língua neolatinas, cursos que não obstante prepara professores de língua portuguesa. Quanto ao momento e à posição da lingüística no currículo universitário, é expressivo que em Portugal a cadeira de “Introdução aos Estudos Lingüísticos” perde muito da sua eficiência por estar no primeiro ano dos cursos de Letras e ser ministrada a cerca de 300 estudantes, em conjunto, mal entrados para a Universidade e em maioria ainda bastantes imaturos.

Por outro lado, o ensino universitário da língua portuguesa, especialmente no Brasil, não compensa a ausência de princípios gerais da lingüística descritiva, intensiva, em vista da maneira por que é conduzido. Não é raro, por exemplo, o caso de restringir-se o professor universitário de língua portuguesa à história da língua literária e à interpretação filológica de textos arcaicos.

Se agora nos voltarmos para o ensino primário, vemos que num e noutro país ele falha ao seu propósito fundamental, que é o da iniciação da criança na língua-padrão geral, em face do dialeto horizontal ou vertical do meio familiar, a fim de assim se chegar a uma socialização ampla através da língua materna.

Nas Escolas Normais ou Institutos de Educação para a formação do professorado primário – que vimos faltar em Portugal – o ensino da língua portuguesa é conduzido nos moldes do curso secundário, ou, até, se confina à história da literatura, porque o professor se acha em nível hierárquico superior ao seu colega de escola secundária e não quer se prender ao que chama despididamente “questões de gramática”.

O resultado é que o professor primário, em regra, nem sequer compreende o objetivo e os problemas reais do ensino da língua portuguesa dentro do seu

âmbito escolar e passa, muitas vezes, a assinalar assistematicamente curiosidades verbais, que não têm qualquer significação para uma criança de escola primária e não raro, a rigor, encerram falsidades lingüísticas. O próprio processo do ensino da leitura e da escrita, que é a base do ensino primário, fica prejudicado, apesar de todas as excelências das técnicas de alfabetização adotadas, porque quem as aplica carece de sólidos conhecimentos fonológicos e falseia com isso muitos detalhes de leitura e grafia.

II) Os Meios de Pesquisa

O mau ensino da língua portuguesa, em todos os seus níveis, não impede, em princípio, que uma elite de pesquisadores, por esforço pessoal e estudo intensivo no país ou no estrangeiro, se tenha constituído e se vá desenvolvendo com os meios postos à sua disposição.

O primeiro desses meios são as dissertações e as teses de doutoramento, previstas no ensino universitário.

Em Portugal, a licenciatura de professor secundário exige a apresentação de uma dissertação, em que o candidato se inicia no campo da pesquisa sob a orientação de um *adviser*. Tanto em Portugal como no Brasil (onde não há dissertação para aquela licenciatura), há a tese para o processo do doutoramento em Letras. Em Portugal essa tese se faz também sob as vistas de um *adviser*. No Brasil, ela é de livre escolha e exclusiva responsabilidade do candidato a doutoramento; mas se prevêem para o candidato cursos de pós-graduação, que podem compensar essa liberdade, evidentemente prejudicial em face do que já sabemos das deficiências do ensino universitário de língua portuguesa. “É outra história”, como diria o narrador hindu de Rudyard Kipling, saber até que ponto tais cursos de pós-graduação funcionam de maneira metódica e consistente. Em rega, o estudante fica bastante desamparado e perdido, na escolha de tema, na técnica da pesquisa e na técnica da exposição.

Daí, o pequeno número, até agora, em todo o país, de teses de doutorado em língua portuguesa; creio que na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil as primeiras e últimas foram em 1949 a minha e a do meu saudoso colega Serafim da Silva Neto. Em Portugal, há uma dificuldade tremenda de ordem econômica e outra de ordem material: as teses têm de ser impressas, antes da apresentação por conta do candidato, e este, que é em regra, assistente contratado da Universidade, aí sobrecarregado de aulas e tarefas escolares, tem de completá-la num prazo estipulado de anos, sob pena de perder o cargo universitário que ocupa. É claro que são duas preocupações de ordem psicológica, em última análise, que tiram ao pesquisador a paz de espírito indispensável para um trabalho científico ser desenvolvido ou até concebido.

Não é, portanto, inteiramente satisfatória, num e noutro país, essa oportunidade p<ê>ra pesquisa sobre a língua portuguesa, prevista na organização universitária.

Há ainda, em Portugal, as teses para professor extraordinário e professor catedrático, durante a carreira universitária, e, no Brasil, a elas correspondentes respectivamente, as de livre docência e de professor catedrático. No Brasil, a mais, o tradicional Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro; estabelecimento do Governo Federal, também exige a apresentação de uma tese para preenchimento dos seus cargos de professor catedrático secundário. Alguns sobre a língua portuguesa, no passado, foram boas contribuições em sua época na pesquisa da língua portuguesa do Brasil; basta citar a de “Fonética Fisiológica” de José Oiticica, em 1916, e da “Linguagem dos Cantadores”, referentes ao Nordeste brasileiro, de Clovis Monteiro, mais recentemente.

No Brasil, porém, o que prejudica de maneira geral a fatura dessas teses, para livre docência e cátedra, é o espírito e o processamento da chamada “defesa da tese”. Constitui-se uma banca de 5 examinadores, e nem sempre pelo critério da especialização no tema, e eles se comportam, de acordo com um consenso que já é tradicional, como atacantes ferozes, cada qual procurando a entender (como se fosse um *reviewer* de um *linguistic journal* dos Estados Unidos da América) que seria capaz de fazer muito melhor que o candidato, se se tivesse dignado a executar uma tarefa semelhante. O resultado é que o candidato tende a deixar de ser na tese um pesquisador objetivo e sincero, para se tornar em regra um homem na defensiva ante a possibilidade de qualquer tipo de ataque, mesmo o mais casuístico; e a qualidade científica de seu trabalho fica muitas vezes assim desvirtuada e a tese baixa a uma simples abra de ocasião, esquecida pelo próprio autor, uma vez instalado na cátedra, ou docência.

A elaboração de qualquer trabalho de pesquisa exige, por outro lado, a existência de meios materiais para sua execução. É o encargo essencial de Institutos e Centros de pesquisa, capaz de fornecer aparelhagem e financiamento ao pesquisador que lhes pede um auxílio, e de organizar dentro da instituição um corpo de pesquisadores especializados.

Em Portugal, o Instituto de Alta Cultura, órgão do Ministério de Educação Nacional, mantém em Lisboa um Centro de Estudos Filológicos e, na Universidade de Coimbra, um Laboratório de Fonética Experimental, ambos de reconhecida seriedade e eficiência em suas atividades. No Brasil, há a Divisão Filológica do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, e, recentemente, na mesma cidade, o Setor Lingüístico da Divisão de Antropologia do Museu Nacional.

O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa já encetou os prolegômenos para um estudo sistemático de Geografia Lingüística no território brasileiro; o saudoso e conhecido dialetólogo romeno Sever Pop deu o passo preliminar com um curso de Geografia Lingüística, alguns anos antes de sua morte, como conferencista convidado do Centro. O Setor Lingüístico, no Museu Nacional, depois de uma primeira e intensa atenção à problemática da lingüística indígena brasileira, está voltando as suas vistas para a dialetologia da língua portuguesa no Brasil, cogitando de monografias gerais, para dialetos verticais ou horizontais, e de pesquisas sobre temas particulares e críticos, como por exemplo o da entoação frasal.

Além disso, há nas universidades, pelo território brasileiro afora, Centros e Institutos locais, de cuja atuação ainda é cedo para se fazer um balanço.

Um terceiro meio de pesquisa, que quero aqui considerar, é o que faculta a possibilidade de publicações especializadas.

Neste âmbito, há antes de tudo para levar em conta as revistas lingüísticas ou filológicas. Em Portugal, há o *Boletim de Filologia*, publicação do Centro de Estudos Filológicos, as publicações sem prazo pré-fixado do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra e a *Revista Portuguesa de Filologia*, dirigida pelo professor Paiva Boléo, da Universidade de Coimbra, para só citar as de conhecimento internacional. O Brasil, neste particular, tem ficado bastante aquém do país irmão europeu. De iniciativa inteiramente privada – e por isso de vida e duração precária, por contingencias de ordem econômica, tivemos aí, principalmente a *Revista de Filologia e Historia*, o *Boletim de Filologia* das “Edições Dois Mundos” e, recentemente a *Revista Brasileira de Filologia*, que continua viva em principio mas com a sua publicação muito atrasada. Houve ainda a *Revista de Cultura*, dirigida pelo saudoso Padre Tomás Fontes, que heroicamente a sustentou por 20 ano e deu muitas oportunidades aos estudiosos de lingüística portuguesa para a divulgação de seus trabalhos. Nos estados fora do Rio de Janeiro, em regra ligadas a Universidades ou Faculdades isoladas de Filosofia, tem havido também algumas outras revistas do mesmo caráter; para citar duas que se publicam atualmente, a revista *Letras*, da Universidade do Paraná, e a *Revista de Letras*, da Faculdade de Filosofia de Assis, em São Paulo.

Além disso, o Instituto de Alta Cultura, em Portugal, e, no Brasil, especialmente, o Instituto Nacional do Livro, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e algumas Universidades, como a da Bahia e do Rio Grande do Sul, têm patrocinado a publicação de trabalhos científicos de ordem lingüística, que não teriam às vezes maior interesse comercial para firmas editoras particulares. Foi o Instituto Nacional do Livro, por exemplo, que publicou a minha tradução portuguesa de *Language, introduction to the study of speech* de Edward

Sapir, que eu fizera ainda em 1937 e tive de conversar em manuscritos durante perto de 20 anos. O estímulo que daí advém pode ser avaliado pelo fato de que, uma vez conhecido e assim divulgado o grande mestre entre o público estudioso brasileiro, me foi sumamente fácil encontrar uma editora particular para a publicação de uma tradução de artigos selecionados do mesmo autor sob o título de *Linguística como Ciência*.

Uma quarta oportunidade de pesquisa é facultada pela organização de Reuniões e Congressos.

O primeiro desses empreendimentos no Brasil foi o primeiro Congresso da Língua Cantada, em São Paulo patrocinado pela Prefeitura da cidade de São Paulo, com *Atas* já publicadas. Recentemente, houve um Congresso de Dialectologia, promovido pela Universidade do Rio Grande do Sul, e, sob os auspícios da Universidade da Bahia, em Salvador, um Congresso sobre a Língua Falada no Teatro. Dos debates e Comunicações saíram alguns frutos modestos mas apreciáveis.

O empreendimento mais importante, nesse sentido, é, porém, a instituição de “Colóquios Luso-Brasileiros”, de Língua e Cultura, por um acordo entre os Estados Unidos da América, Portugal e o Brasil. Já houve cinco desses Colóquios, realizados cronologicamente em Washington D.C., na cidade de São Paulo, em Lisboa, em Salvador no estado da Bahia e, no ano passado, em Coimbra.

É inútil salientar as vantagens desses encontros entre estudiosos dos dois países de língua portuguesa e dos cotejos de pesquisa e doutrina que daí advém a respeito da língua comum. O perigo é a tendência a se procurar insistir, fora da realidade lingüística, na uniformidade da língua-padrão entre Brasil e Portugal.

Não é possível fugir à evidência de que se trata de dois grandes dialetos de uma língua comum, entendida a palavra “dialetos” no seu exato sentido lingüístico, fora da conotação vulgar, pejorativa ou pelo menos hierárquica que se lhe costuma atribuir. Temos aí, aliás, o mesmo problema que se defronta ao espanhol da Europa e da América e ao inglês dos Estados Unidos da América e da Grã-bretanha, um problema merecedor de especial cogitação por parte de um “Inter-American Program”.

III) Conclusões

É tempo, agora, de tirarmos algumas conclusões da despreziosa Comunicação que vos acaba de ser feita. De início salientou-se nela que nesta parte só seria encarado o estudo da língua portuguesa no Brasil. A própria natureza inter-americana do nosso “Programa” justifica essa restrição.

Creio que a primeira “Conclusão” a tirarmos do exposto até aqui é que se faz sentir intensamente no Brasil a falta de um conhecimento adequado e seguro das novas técnicas de lingüística descritiva para apoiar os estudos e as pesquisas sobre a língua portuguesa. A maneira fundamental de enfrentar tal problema é o planejamento de estudos extra-curriculares dentro do Brasil ou no estrangeiro por meio de um sistema de bolsas de estudos. As gerações moças de estudiosos brasileiros estão, aliás, ansiosas por essa oportunidade em larga escala, e nesse sentido proponho-a à consideração do nosso “Inter-American Program”.

Segue-se em importância a necessidade de aparelhagem e meios financeiros adequados para o processamento de pesquisas lingüísticas em profundidade no território brasileiro. Vimos como as instituições que cogitam de pesquisa lingüística são em número reduzido. Igualmente reduzida é a aparelhagem técnica de que dispõem. Não há grandes laboratórios de fonética; o único existente, na Universidade da Bahia, nos moldes do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra, é modesto e talvez um tanto unilateral, pois o grande objetivo da Fonologia contemporânea, em qualquer língua, é conciliar a fonética física e fisiológica com a orientação fonêmica, a única verdadeiramente lingüística e a cujo serviço aquela tem de se pôr.

Outra oportunidade que é premente ampliar e organizar metodicamente é para a publicação de trabalhos de pesquisa lingüística, fora do interesse comercial. Para isso, as instituições já existentes podem ser de muita utilidade, se receberem adequado estímulo, orientação e amparo. É indispensável a existência de revistas lingüísticas regulares, como é na Colômbia o *Boletim del Instituto Caro y Cervo (Thesaurus)*, por exemplo.

A quarta necessidade é evidentemente a melhoria do ensino da língua portuguesa em qualquer nível e especialmente dentro da Universidade. O problema aí é muito complexo, pois se liga à política educacional e à própria ossatura do sistema universitário. Mas os progressos feitos na formação de bons especialistas, por cursos extra-curriculares, na intensificação e bom planejamento das pesquisas e no propiciamento de elementos técnicos para tudo isso têm de necessariamente se refletir no ensino escolar e numa tomada de consciência das grandes falhas nos cursos de língua portuguesa das Universidades brasileiras.

Esperemos que pouco a pouco toda essas etapas possam ser cobertas de maneira realmente satisfatória.

FILOGIA

J. Mattoso Câmara Jr.

Chama-nos a atenção, neste artigo de J. Mattoso Câmara Jr., a preocupação do autor com as especificidades do português brasileiro, tema que tem sido objeto de investigação constante, sobretudo mais recentemente. Não nos ateremos a todos os aspectos do artigo em questão, suficientemente explícito e detalhado, mas não podemos deixar de ressaltar alguns poucos pontos que nos parecem de capital importância.

Assinale-se, por exemplo, a importância que o autor atribui a uma descrição lingüística rigorosa, único recurso realmente científico para evitar posições impressionistas, tais como a de estabelecer que o português brasileiro é uma língua profundamente diferente da de Portugal. Um exemplo de postura de sensatez e rigor dá-nos Mattoso Câmara no artigo “Ele como um acusativo no português do Brasil”, inserido nos *Dispersos* organizados pelo professor Carlos Eduardo Falcão Uchoa (p. 96-100)¹

Permita-se-nos, aqui, salientar o caráter indispensável da Lingüística Românica para esse tipo de estudo. Sem dúvida, uma descrição rigorosa permite obter um quadro satisfatório e mais confiável do português do Brasil, mas certos traços específicos só podem ser avaliados pelo cotejo com as demais línguas românicas: a tendência do português brasileiro a reduzir os ditongos *-ei-* e *-ou-* a *-e-* e *-o-*, respectivamente, está consolidada no espanhol; a semivocalização do *-l* já ocorreu no francês, o que está claramente indicado pela ortografia francesa (haja vista exemplos como *mauvais*, *sauter*, etc).

É também de leitura indispensável o artigo “A colaboração de Mattoso Câmara em *A Cigarra* (1957-1960)”, de autoria do professor Uchoa, que se encontra no número 20 da revista *Con-*

¹ UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* – nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2004

fluência (p.45-52), para que se possa ter uma visão mais completa do modo como M. Câmara avaliara o trabalho filológico.

Por último, cumpre fazer referência à ampla bibliografia apresentada pelo autor, com 248 títulos, aproximadamente, todos acompanhados de um comentário, e distribuídos da p.263 à p.284 do *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*², de 1949. O exame minucioso de alguns desses textos revelar-nos-á, com certeza, alguns temas mais recorrentes, o que pode abrir-nos importantes veios de pesquisa.

Valter Kehdi
USP

É preciso assinalar inicialmente a ausência de um ensino lingüístico de grau universitário no Brasil até a quarta década deste século. Depois de 1930 é que a Prefeitura do Distrito Federal e o Governo do Estado de São Paulo fundaram as suas Faculdades de Letras. A da Prefeitura do Distrito Federal foi extinta em 1939; mas substituiu-a a Faculdade Nacional de Filosofia do Governo Federal, e hoje há várias outras nos mesmos moldes de iniciativa privada.

Essa falta de ensino universitário da língua materna fez com que os estudos lingüísticos partissem dos professores do ensino secundário. Ora, no ensino secundário, a preocupação é com os problemas de norma e estética lingüística; não se cogita das pesquisas científicas desligadas de um critério de valor.

É verdade que a maneira de ingresso no magistério secundário oficial, por meio de defesas de teses escritas, deu ensejo a certos ensaios mais ambiciosos. Alguns estudiosos se colocaram momentaneamente fora da sua estrita esfera de interesse e imprimiram um cunho mais universitário às suas elucubrações. Várias das teses antigas merecem, entretanto, a crítica de Antenor Nascentes: “São trabalhos sem espontaneidade, com assunto indicado pela congregação. Continham em geral poucas páginas; pouco valor apresentam, salvo uma ou outra.”¹ Nas atividades didáticas, houve, antes de tudo, a preocupação de estabelecer uma teoria da formulação verbal, derivada da análise lógica do pensamento. Constituiu-se com isso uma rotina escolar. A ela se circunscreveu a maioria dos professores brasileiros de português. Predominou a nomenclatura

² *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* – sob a direção de Rubens Borba de Moraes e William Bercien. Rio de Janeiro, Edit. Souza, 1949.

¹ *Estudos Filológicos*, Rio de Janeiro, 1939, p. 26.

e esquematização inglesa de Mason, até hoje a mais generalizada com uma ou outra variante.

Já então impressionava aos estudiosos brasileiros a existência recente, na Europa, dos estudos de lingüística histórica. Esses estudos, que não se podiam colocar entre nós no nível universitário que não possuíamos, adaptaram-se, contudo, com um caráter de divulgação, ora mais sumária, ora mais minuciosa, nas gramáticas do curso secundário. Desde os fins do século passado, o ensino secundário de português gira em torno da rotina da análise lógica, do tipo inglês de Mason, e do estudo do português histórico como tela de fundo de uma disciplina gramatical, acentuadamente classicista. É óbvio que esse enquadramento exclusivo da lingüística histórica nas gramáticas secundárias a reduzia em muitos de seus aspectos, e a circunscrevia num trabalho de mera compendiação.

Fora do âmbito escolar, os filólogos, em essência professores secundários especializados no estudo da linguagem, cultivaram de preferência os problemas de disciplina gramatical e a filologia dos textos clássicos.

Algumas folhas diárias, como o *Jornal do Commercio* e o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, tiveram seções de filologia e gramática a cargo de estudiosos mais ou menos autorizados. As questões dessa natureza dedicaram grande parte do seu conteúdo revistas, como a *Revista Brasileira* e a *Revista do Brasil* já extintas, e a *Revista de Cultura*, que existe desde 1927. Mais especializadas surgiram outras, das quais merecem menção em 1924-1925 a *Revista de Filologia Portuguesa*, em São Paulo, e em 1915-1931 e 1931-1932, respectivamente, no Rio, a *Revista da Língua Portuguesa* e a *Revista de Filologia e História*, além da *Revista da Academia Brasileira de Letras*.

Entre os que se dedicavam a tais estudos de linguagem, formaram-se muito cedo duas atitudes distintas diante da norma da língua escrita dalém-mar. Uns a ela se cingiam estritamente; outros dela se afastavam com maior ou menor ousadia.

Já nos meados do século passado, o romancista José de Alencar encarnou a segunda tendência em teoria e prática. Em 1865, acrescentou um pós-escrito à sua novela *Diva*. Frisa a contradição do romantismo luso de romper com os ideais literários do classicismo, mantendo-se adstrito “à linguagem clássica usada pelos antigos modelos”. Em 1870, respondendo à crítica do escritor português Pinheiro Chagas, ajuntou outro pós-escrito à 2.^a edição da novela *Iracema*, com um pensamento mais desassombrado a favor de uma cisão lingüística entre a literatura brasileira e a portuguesa. Batista Caetano, polígrafo e estudioso do tupi, em *Rascunhos sobre a Gramática da Língua Portuguesa*, assinando-se B. C. retomou a tese de José de Alencar.

O receio instintivo do prejuízo da autoridade normativa no ensino escolar tendeu, não obstante, a ater a filologia brasileira aos padrões clássicos, embora às vezes com interpretações discordantes das dos gramáticos ultramarinos.

A própria polêmica entre José de Alencar e Pinheiro Chagas girara em torno de pontos secundários da disciplina gramatical. Os teóricos de Portugal soem enquadrar-se em ditames excessivamente rígidos e conseqüentemente às vezes quase de mero arbítrio pessoal. É bem conhecido a esse respeito, na história da nossa filologia, o debate sobre a colocação dos pronomes pessoais átonos e sobre o uso do infinito flexionado. As regras lusitanas para a colocação dos pronomes pessoais átonos é que especialmente revoltaram a José de Alencar e Batista Caetano.

No Brasil, podem-se distinguir duas correntes diante da disciplina gramatical que é assim prescrita em território europeu. Uma aceita-a sem maior discrepância; outra refuga muita coisa. Esta última procura em regra provar que os textos clássicos não corroboram a regulamentação apresentada.

Deste último aspecto foi, em 1903, o livro *Factos de Linguagem*, do brasileiro Heráclito Graça, em contestação às *Lições Práticas de Português*, do então afamado doutrinador Cândido de Figueiredo. Figueiredo, em jornais de Lisboa, respondia às dúvidas de linguagem, que lhe eram apresentadas por leitores insipientes.

Ao contrário, outros filólogos procuraram fazer causa comum com a disciplina gramatical ultramarina. Entre estes a mais notável figura foi a de Mário Barreto, professor de português do Colégio Militar e da Escola Normal do Rio de Janeiro, estabelecimentos destinados, aquele, então, aos filhos de militares e este à formação dos nossos professores primários.

O próprio Cândido de Figueiredo muito escreveu no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Os ensinamentos que aí e alhures expendeu foram prestigiados pela aprovação de Rui Barbosa. Rui, por sua vez, preocupou-se em firmar a linguagem jurídica nos moldes clássicos, como os consubstanciou nos debates sobre a redação do Código Civil Brasileiro. O “Parecer” de Rui contra a redação do projeto do Código enviada ao Senado, em 1902, e, em 1904, a sua “Réplica” às defesas da redação original marcaram época. Passaram até a constituir preceitos normativos de disciplina gramatical em muitos setores do ensino escolar.

A base de toda essa doutrinação de linguagem foram os textos clássicos dos séculos XVI e XVII e os de alguns autores selecionados dos séculos subsequentes, como Felinto Elísio, Antônio Feliciano de Castilho, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco, todos portugueses. A eles se ajuntou às vezes o brasileiro Machado de Assis, admirável modelo, em verdade, de uma língua

culta sem perda de naturalidade. Desenvolveu-se, paralelamente, a tendência a também assentar a norma escolar no estudo da evolução da língua.

Daí, a atitude de muitos em favor da adoção da Reforma Ortográfica Portuguesa de 1912. Essa Reforma saíra dos trabalhos do foneticista português Gonçalves Viana. Partira do pensamento de fazer pela simplificação da grafia melhor transparecer a evolução fonética da língua desde a fase românica até o período moderno. Mário Barreto e Silva Ramos, para só citar os já mortos, foram no Brasil os propugnadores centrais dessa Reforma.

A filologia brasileira já estava desde antes empolgada pela questão ortográfica. A Academia Brasileira de Letras, como muito antes a Igreja Positivista, já tinha lançado um sistema seu, que em seguida abandonou. A maioria dos literatos e jornalistas se ateu à grafia tradicional, dita *usual*, mal sistematizada e meio sincrética. Os professores de português alinharam-se, porém, em regra ao lado de Mário Barreto e Silva Ramos. Muitos praticaram a Reforma portuguesa no ensino escolar. Preparou-se assim o ambiente para a regulamentação posterior, que o Governo Brasileiro executou no mesmo sentido, depois de um acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa.

Todas essas nossas considerações destinam-se a dar uma idéia global do ambiente dos estudos lingüísticos e filológicos no Brasil. Compreendem-se melhor assim situados, aqueles outros estudos referentes aos aspectos próprios da língua portuguesa no Brasil e pertinentes ao objetivo deste manual. Da nossa exposição já se pode concluir que os fenômenos lingüísticos brasileiros não preocuparam precipuamente a maioria dos nossos filólogos. Cabe agora citar as várias exceções a essa observação geral.

João Ribeiro, falecido em 1934, ao lado de uma doutrinação normativa, fundamentada em textos clássicos, voltou-se para as pesquisas de peculiaridades lingüísticas nossas. Escreveu leves ensaios, em regra publicados na imprensa diária. O vocabulário e a fraseologia brasileira, nas suas origens e aplicações, é que principalmente o interessaram.

Desde muito antes fizera-se sentir a curiosidade dos pesquisadores de vocábulos da nossa língua popular, regionais ou não, e da nomenclatura geográfica, zoológica e botânica, a qual é freqüentemente de formação tupi. São várias vezes os vocabulários resultantes obras de amadores bem intencionados. Mesmo os melhores nunca se elevaram acima da mera dicionarização.

O primeiro em data foi o do gramático Antônio Alvares Pereira Coruja, em 1852, sobre vocábulos e frases do Rio Grande do Sul. Os melhores, do ponto de vista da segurança e da técnica filológica, são o do Visconde de Beaurepaire Rohan, em 1889, e o de Rodolfo Garcia em 1915.

Antônio Joaquim de Macedo Soares, em 1888, apresentou um começo de trabalho com o propósito mais amplo e profundo de empreender um dicionário geral da língua portuguesa, tal como se fala no Brasil. A publicação feita até o meio da letra C teve o objetivo declarado de concorrer para que se escreva no Brasil como se fala no próprio Brasil, e, não, como se escreve em Portugal. A tese envolvia a complexa questão das relações entre a língua escrita e a falada. Procurara dirimi-la de uma maneira evidentemente simplista. A norma da língua escrita é sempre algo diferente do uso da fala cotidiana, em qualquer nação. Era no âmbito do léxico um aspecto do debate teórico sobre a nossa diferenciação lingüística, que desde os meados do século passado tem preocupado alguns estudiosos.

Em 1920, tivemos um cuidadoso trabalho dialectológico – *O Dialecto Caipira* de Amadeu Amaral. O autor, também notável poeta paulista, descreveu a fala popular no interior do Estado de São Paulo, zona caipira. Esse estudo, como frisou na época Sousa da Silveira, mostra “associadas num mesmo indivíduo as qualidades artísticas do escritor e a reta orientação filológica.”² Antenor Nascentes analisou, por sua vez, em 1922, a língua popular urbana da capital do país, sob os aspectos permanentes e efêmeros que ela apresentava. Já outros, que em obras especiais versaram a diferenciação lingüística brasileira, assumiram em regra uma posição mais dialética. Não fizeram descrição desinteressada e objetiva de um falar local.

A filologia de Portugal criou o conceito de ser a língua no Brasil um dialecto português ultramarino, e em torno desse ponto fixo giraram as elucubrações entre nós. Discutiu-se se trata, com efeito, de um dialecto ou de um conjunto de dialectos. Alguns sustentaram, com mais ousadia, que já temos até uma língua própria, radicalmente distinta da de Portugal.³

Sem falar em José de Alencar, cujo ponto de vista é mais de literato e esteta, já em 1879 José Jorge Paranhos da Silva procurara provar a existência de uma língua própria brasileira. Invocou fatos e causas no opúsculo, publicado anônimo, sobre *O Idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*. Em 1880, Manuel Pacheco da Silva Junior, professor de português do Colégio Pedro II, opinou num artigo na *Revista Brasileira* sobre o conceito de dialecto e a sua inaplicabilidade à língua literária e culta no Brasil. Em 1916,

² “O Dialecto Caipira”, *Revista da Língua Portuguesa*, n.º 11, p. 24.

³ Em regra, os que defendem este último ponto de vista argumentam muito com a ação do clima e com a influência do tupi e das línguas negras africanas, trazidas com a escravidão. Também alegam a nossa independência política, como causa da diferenciação. Uma rigorosa técnica lingüística teria muito que rejeitar, restringir e pôr em dúvida nas exposições que têm sido feitas sobre o assunto.

Virgílio de Lemos, mais propriamente geógrafo e sociólogo, retomou a tese em sentido oposto no Congresso Nacional de Geografia, reunido na Bahia.

O debate reiniciou-se em 1935. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro decretou que os livros didáticos, para se adotarem nas escolas municipais, deviam intitular-se “língua brasileira”,⁴ e um projeto análogo foi apresentado no Congresso Federal, mas aí não teve andamento.

Multiplicaram-se, então, os artigos, pareceres e livros a favor ou contra a medida. Em regra, os professores de português repeliram-na. Sentiam que ela solapava toda a estrutura do ensino escolar, fundamentado na interpretação dos textos clássicos, e nada trazia em substituição. A corrente favorável foi mais de jornalistas, políticos e literatos, a quem escapava esse tropeço e a medida reduzia pelos seus aspectos, nacionalistas. A literatura lingüística que assim surgiu desses debates foi quase toda de mérito precário. Além do vício de origem da intenção polêmica, havia a circunstância de ter sido a questão preliminarmente mal colocada. A nossa diferenciação lingüística é fundamentalmente no âmbito da língua popular, a cujo respeito nos falta um conhecimento científico adequado. Os falares locais ainda nos escapam na sua distribuição geográfica, relações mútuas e estruturas fônicas, mórficas e até vocabulares.

O problema da língua culta é outro. A unidade dela em sentido lato com a língua culta ultramarina é inegável. O que importa decidir é até que ponto atuam e devem ser acatados os desencontros superficiais de expressão que lhe dão entre nós uma modalidade própria. O político e o professor, neste empenho, não devem esquecer a função social e cultural da língua escrita, como fórmula da unidade lingüística nacional e veículo de uma cultura, cuja expressão adequada não se compadece com os recursos e o valor social dos falares locais e da língua popular urbana.

É um problema, em última análise, idêntico ao que defrontam as grandes línguas comuns européias nos seus próprios territórios. Está apenas obscurecido nas linhas diretrizes, porque a língua culta no Brasil não é um patrimônio nosso privativo. Temo-lo em comum com um povo ultramarino mais velho, de quem hoje divergimos nitidamente na psique e nos ideais coletivos. Nestas condições, a orientação da disciplina gramatical tem de variar algum tanto entre o ensino escolar do Brasil e o de Portugal. A proclamação de uma cisão

⁴ O Prefeito do Distrito Federal vetou a resolução. A Câmara Municipal rejeitou o veto e manteve a sua lei. Essa lei ficou, porém, letra morta, porque os estabelecimentos de ensino municipais têm de seguir as normas do Governo Federal. Ora, o Ministério da Educação mantém o emprego do nome: *língua portuguesa*.

decisiva, sobre ser lingüísticamente falsa, só pode, porém, do ponto de vista social trazer confusão e anarquia.

Há dois aspectos em que tem de ser mui nítida a divergência. O primeiro é no âmbito do vocabulário. Já é ponto pacífico, aliás, entre nós, desde a elaboração do plano para o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* da Academia Brasileira de Letras, na segunda década deste século, o pensamento de que a norma brasileira, em relação ao léxico, deve aceitar os termos privativos do Brasil, regionais ou não, sem detrimento do valor social do emprego deles. Ainda recentemente, em 1942, a Academia Brasileira de Letras, oficialmente encarregada de organizar o “Vocabulário Ortográfico” definitivo, resolveu, entre outros itens, “a inclusão dos brasileirismos consagrados pelo uso”, “a inclusão de estrangeirismos e neologismos de uso corrente no Brasil e necessários à língua literária”, e, finalmente, “a substituição de certas formas usadas em Portugal pelas correspondentes formas usadas no Brasil.”⁵

O segundo aspecto da nossa divergência com a norma lingüística ultramarina é o referente à pronúncia. Em Portugal, como no Brasil, há profundas diferenças fonéticas de região a região, mas a língua culta padronizou a pronúncia lisboeta. Essa pronúncia é, em muitos pontos, grandemente inovadora em cotejo com o português clássico. No Brasil, a tendência é a de padronizar a pronúncia do Rio de Janeiro. Já foi dado um passo, meio oficial, neste sentido, pelo Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada, reunido em São Paulo em 1937.

Entretanto, muita coisa está ainda por estudar e firmar. As próprias modalidades de articulação esperam um exame e doutrinação definitivos. Aí deverá intervir a fonética experimental, ainda não organizada no Brasil. Há, por outro lado, múltiplas questões particulares de prosódia, especialmente de termos eruditos, de origem grega ou não, em que o uso geral brasileiro diverge da padronização portuguesa, executada por Gonçalves Viana.

Já temos, neste sentido, um ponto de partida no livro *A Língua Portuguesa*, de Franco de Sá, publicado postumamente em 1915. O autor, ex-político militante, retirado da vida pública, dedicou-se à elaboração de uma obra de doutrinação lingüística. Só executou a primeira parte referente à Ortofonia ou pronúncia correta, fundamentando-se essencialmente na realidade brasileira.

⁵ Instruções para a Organização do *Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional*, Rio de Janeiro, 1942, p. 7.

BIBLIOGRAFIA

Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro. Bases do acordo ortográfico entre a Academia de ciências de Lisboa e a Academia brasileira de letras. (*Revista da Academia brasileira de letras*, v. XXXVI, n.º 113, p. 49-52; Rio de Janeiro, 1931.)

Cf. o nosso artigo introdutório. O conseqüente “Formulário ortográfico” vem no v. XXXVI, n.º 115, p. 290-300.

Academia brasileira de letras, Rio de Janeiro. Contribuições para o “Dicionário de brasileirismos”. (*Revista da Academia brasileira de letras*, v. I. n.º 2, p. 378-422; v. II. n.º 3, p. 98-125; v. II. n.º 4, p. 390-412; v. III, n.º 5, p. 134-169; v. III, n.º 6, p. 382-410; v. IV, n.º 8, p. 339-342; v. VII, n.º 13, p. 43-52; v. VII, n.º 14, p. 152-155; v. VIII, n.º 15, p. 74-77; v. VIII, n.º 16, p. 299-302; v. IX, n.º 17, p. 126-133; v. XI, n.º 21, p. 67-77; v. XI. n.º 22. p. 368-373; Rio de Janeiro, 1910 em diante.)

Em cada verbete há uma abonação literária e apenas a significação referente. O trabalho definitivo ficou abandonado em meio; há uma publicação da Academia de **a a medeixes**, 224 p., com a parte definitiva feita.

Academia brasileira de letras, Rio de Janeiro. Instruções para a organização do vocabulário ortográfico da língua nacional. Rio de Janeiro, 1942. 28p. São as instruções para o vocabulário ortográfico definitivo. Cf. o nosso artigo introdutório, p. 248.

Academia brasileira de letras, Rio de Janeiro. Reforma ortográfica: regras e anotações. (*Revista da Academia brasileira de letras*, v. V, n.º 9, p. 125-152; Rio de Janeiro, 1912).

É a reforma adotada pela Academia, “para uso e emprego nas suas publicações oficiais”, em 1907, com os aditamentos propostos e aprovados em 1911. Cf. o nosso artigo introdutório, p. 248. Houve uma modificação posterior em 1930, n.º 97, p. 59-62.

Aguiar, Martinz de

Fonética do português do Ceará. (*Revista do Instituto do Ceará*, tomo LI, ano 51, p. 271-307; Fortaleza, 1937.)

Compreende: generalidades, vogais, consoantes, acidentes, ritmo, fonética sintática.

Albuquerque, Lincoln de

A vida dos ladrões; vocabulário e sinais convencionais usados pelos ladrões em geral; seus hábitos e costumes; as diversas; modalidades dos crimes de furto, roubo e estelionato. São Paulo, s.d., 75 p.

A obra deve ser de 1922. O vocabulário, p. 9-32, distingue a nacionalidade dos gatunos que usam o termo.

Alencar, José Martiniano de

Pós-escrito à novela “Diva, perfil de mulher”. Nova edição, revista por Mário de Alencar. Rio de Janeiro, Garnier. s.d., p. 193-215.

É de 1865. Defende o ponto de vista do escritor sobre a necessidade de renovar os moldes da língua literária de acordo com a vida moderna e o ambiente brasileiro. Seguem-se, com justificativa, os neologismos usados no romance. Cf. o nosso artigo introdutório.

Alencar, José Martiniano de

Pós-escrito à novela “Iracema, lenda do Ceará”. Nova edição revista por Mário de Alencar. Rio de Janeiro. Garnier, s.d., p. 241-268.

O autor incluiu este Pós-escrito na 2.^a edição, 1870, para defender-se das críticas à sua linguagem. Idéias mais definidas e ousadas que do Pós-escrito a “Diva” (q.v.). Sustenta a fatalidade da diferenciação lingüística brasileira. Cf. o nosso artigo introdutório.

Ali, Manuel Said

vide

Said Ali, Manuel

Alonso, Amado

Arg. y bras. malevo – ort. maleva – malévolo. (*Revista de filología hispánica*, año II, num. 2, p. 179-181; Buenos Aires-Nueva York, 1940.)

Esclarecedora apreciação do debate entre Leo Spitzer (q.v.) e Ángel J. Battistessa.

Alonso, Amado

Reseñas. (*Revista de filología hispánica*, año III, núm. 1, p. 57-60; Buenos Aires-Nueva York, 1941).

Recensão das seguintes obras (q.v.): “O português do Brasil”, de Renato Mendonça; “Língua nacional”, de Cândido Jucá (filho); “O problema da língua brasileira”, de Sílvio Elia.

Alvarenga, Oneyda

Comentários a alguns cantos e danças do Brasil. (*Revista do Arquivo municipal*, ano VII, v. LXXX, p. 209-246; São Paulo, 1941).

São citados e estudados muitos vocábulos brasileiros referentes ao tema.

Amado Alonso

vide

Alonso, Amado

Amaral, Afrânio do

Nomes vulgares de ofídios no Brasil. (Em *Boletim do Museu nacional*, v. II, n.º 2, p. 19-46; Rio de Janeiro, 1926.)

Cf., ainda, do autor: “Contribuição ao conhecimento dos ofídios do Brasil, in “*Memórias do Instituto Butantan*”, tomo X, p. 87-162 (São Paulo, 1935-1936).

Amaral, Amadeu

O dialecto caipira. São Paulo, Casa editora “O livro”, 1920. 227 p.

Estuda a língua popular, já evanescente, no Estado de São Paulo. Contém: “Gramática”, com “Fonética”, p. 17-30; “Lexicologia”, p. 31-47; “Morfologia”, p. 48-56; “Sintaxe”, p. 57-67; e “Vocabulário”, p. 68-227, com significação, abonação, comentários vários, língua de origem. O valor do livro foi bem ressaltado na recensão de Sousa da Silveira (q.v.). Cf. o nosso artigo introdutório.

Arézio, Arthur

vide

Fonseca, Arthur Arézio da

Ayrosa, Plínio

Termos tupis no português do Brasil. São Paulo, Departamento de cultura, 1937. 238 p. (*Coleção do Departamento de cultura*, v. 13.)

O autor é professor de tupi na Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo; neste livro renova o debate sobre certos empréstimos tupis no português do Brasil.

Azambuja, Darcy Pereira de

Vocabulário. (Em “No galpão: contos gauchescos”; Porto Alegre, Livraria Globo, 1928; p. 171-181)

Dá a significação de alguns termos regionais, para melhor compreensão da leitura.

Barreto, Mario Castello Branco

Através do dicionário e da gramática. 2.^a edição. Rio de Janeiro, Civilização brasileira. 1936, 355 p.

Interessam os seguintes tópicos: Supostos brasileirismos, p. 71-72; Camião e caminhão, p.107; Chamar de...; p. 215-218.

Barros, Domingos Borges de, visconde da Pedra Branca

João Ribeiro, em **A língua nacional**, p. 28-32, transcreve um pequeno artigo do visconde da Pedra Branca, publicado em francês, sem título, de grande valor histórico, pois é a primeira afirmação técnica de uma diferenciação lingüística brasileira.

Barros, Silva

Glossário. (Em “Sarilho darmas: humorismo”, p. 207-234; Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1934.)

Gíria da caserna. O mesmo glossário em outro livro do autor, “Vida de caserna” (Rio de Janeiro, 1932.)

Barroso, Gustavo, colab.

vide também

Lima, Hildebrando**Beaurepaire**, visconde de

vide

Rohan, Henrique de Beaurepaire, visconde de**Boiteux**, José Arthur

A influência da colonização na toponímia do Estado de Santa Catarina. (Em “Anais do 5.º Congresso Brasileiro de Geografia” realizado na cidade de São Salvador, Estado da Bahia, de 7 a 16 de setembro de 1916, v. I, p. 608-617; Baía, Imprensa Oficial do Estado. 1917)

Cita os topônimos de origem estrangeira, como franceses, alemães e italianos.

Boiteux, Lucas Alexandre

A pesca em Santa Catarina. Santa Catarina. Federação das colônias cooperativas do Estado de Santa Catarina. 1934, 89 p. Tem dois glossários: um, p. 76-80, de termos tupis; outro, p. 80-89, da “Fauna agrícola catarinense” em geral.

Bourciez, Ed.

Éléments de linguistique romane. 3.^a edição. Paris, 1930.

Há rápidas alusões à pronúncia brasileira, p. 403-404, e ao léxico no Brasil, p. 240, p. 430.

Brigido, José

O linguajar esportivo. (*Diário de notícias*, 11, 18, 25 de agosto; 8, 22, 29 de setembro; 6, 13, 19, 23, 24, 26, 27 de outubro; 2 de novembro; Rio de Janeiro, 1940.)

Predomina a gíria do futebol.

C.

Pequenas lições de português: a expressão popular “menino levado”. (Em *Correio da Manhã*, de 9-9-1934; Rio de Janeiro)

Analisa a evolução sintática e semântica da locução.

Callage, Roque

Vocabulário gaúcho. 2.^a edição corrigida e aumentada. Porto Alegre, 1928. 143 p.

Significação e às vezes aberração. Lista de frases e locuções populares gaúchas, p. 139-143.

Camara, Antonio Alves

Relação alfabética da maioria dos peixes da Baía com simples descrição. (Em “Pescas e peixes da Baía”, p. 91-124; Rio de Janeiro, 1911.)

Há ainda, no correr do livro, muitos termos da indústria da pesca.

Camara, Antonio Alves

Vocabulário de termos técnicos de construção naval. (Apêndice a “Ensaio sobre as construções navais indígenas no Brasil”, 2.^a edição ilustrada. São Paulo, Editora Nacional. Biblioteca pedagógica brasileira – série 5.^a – *Brasiliiana*, v. 92, p. 241-261).

A primeira edição é do Rio de Janeiro, 1888. Clássico no assunto.

Camara, Joaquim Mattoso (junior)

Cão e cachorro no Quincas Borba de Machado de Assis. (*Revista de Cultura*, ano XV, n.º 174, 175, 176; Rio de Janeiro, 1941).

Analisa o critério da escolha entre os dois termos na linguagem brasileira.

Camara, Joaquim Mattoso (junior)

Língua brasileira do Distrito Federal. (Em “Ata da Câmara municipal do Distrito Federal”, 18 de julho de 1935; *Jornal do Brasil* de 20 de julho de 1935, Rio de Janeiro.)

É uma carta aberta ao vereador Romero Zander, que a leu em discurso ao fundamentar o seu veto contra o “projeto sobre a língua brasileira”; cf. o nosso artigo introdutório.

Camara, Joaquim Mattoso (junior)

Princípios de lingüística geral, como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa. Rio de Janeiro, F. Briguet e cia., 1942. 269 p.

Interessam as considerações sobre: **r** velar, p. 27 e 176; **sinuca, sulipa**, p. 224-225; o conceito de língua, p. 177; o conceito de dialecto brasileiro, p. 179; a iotização do **L** palatalizado, p. 183; as condições históricas do português do Brasil, p. 235-237; os aspectos atuais, p. 245.

Camara Cascudo, Luiz da

vide

Cascudo, Luiz da Camara**Caminhoá, Joaquim Monteiro**

Elementos de botânica geral e médica. Rio de Janeiro, 1877, 3 v., 3167 p.

Contém milhares de nomes de plantas brasileiras, com a sua identificação científica e distribuição geográfica.

Carvalho, Alfredo Ferreira de

Frases e palavras: problemas histórico-etimológicos. Recife, J. W. de Medeiros e cia., 1912. viii, 88 p.

Útil como resenha de vocábulos e locuções; dá alguns topônimos.

Carvalho, Alfredo Ferreira de

O tupi na corografia pemambucana: elucidário etimológico. Recife, Instituto arqueológico e geográfico pernambucano. 1907. xxi, 83 p.

Vale pelo registro dos topônimos; as etimologias são de valor precário. Cf. Mario Mello (q.v.).

Carvalho, Elysio de

A gíria dos gatunos cariocas. Rio de Janeiro, 1912. 46 p. (Biblioteca do Boletim policial) O autor era chefe de polícia secreta da Capital Federal. O trabalho foi transcrito pelo jornal *Pernambuco*, de 22 a 27 de fevereiro de 1913.

Cascudo, Luiz da Camara

Peixe no idioma Tupi. Revista marítima brasileira, ano LVIII, ns. 5-6, p. 477-501; Rio de Janeiro, 1938).

Dá também alguns nomes de origem africana.

Castro, Eugenio de

Ensaio de geografia lingüística. 2.^a edição aumentada da geografia lingüística e cultura brasileira. São Paulo, Editora nacional, 1941. 350 p. (*Biblioteca pedagógica brasileira – série 5.^a – Brasiliana*, v. 20)

Não é aplicação do método da escola lingüística de Gilliéron. O autor traça os três caminhos de penetração colonizadora no Brasil, pelos quais também penetrou a língua portuguesa: o do boi, o das bandeiras, e o da canoa e montaria.

Chediak, Antonio J.

Mobilidade do léxico de Carlos de Laet. Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert, 1941. 102 p. É uma tese de concurso. Apenas útil como resenha das derivações e composições vocabulares novas, usadas por Laet para fins de expressividade; muitos dos termos foram efêmeros.

China, José B. Oliveira

Elementos ciganos na gíria brasileira. (*Revista do Arquivo municipal*, ano I, v. II, p. 19-24, v. III, p. 17-22, v. IV, p. 32-40, v. V, p. 21-28, v. VII, p. 35-45, v. IX, p. 27-35, v. XII, p. 25-38; ano II, v. XIII, p. 19-32, v. XIV, p. 15-24, v. XV, p. 121-130, v. XVI, p. 113-125, v. XVII, p. 231-240; ano III, v. XXX, p. 119-126; São Paulo, 1934-1936).

O último artigo, v. XXX, tem o título “Elementos ciganos gíria dos delinqüentes brasileiros”. Versam todos várias palavras da gíria, procurando depreendê-las de certas raízes léxicas do caló.

Coelho, Francisco Adolpho

Os dialectos românicos ou neolatinos na Ásia, África e América. (*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*; Lisboa, 1880, 1882, 1886).

Interessam as considerações, sumárias embora, sobre o português no Brasil, p. 153-156, p. 457-462, p. 708-717.

Comissão para estabelecer as normas em que se deve basear a pronúncia da nossa língua nas escolas primárias, profissionais e normais do Distrito Federal.

Relatório: A prosódia nas escolas primárias. (*Boletim de educação pública*, p. 584-589; Rio de Janeiro, outubro-dezembro, 1930).

A Comissão examinou a pronúncia de cerca de cem crianças cariocas e filhos de pais cariocas, de todas as classes, de duas escolas situadas em pontos afastados da cidade. O Relatório, apenas, dá as conclusões normativas. Foi comentado por João Ribeiro, “A pronúncia carioca” (q.v.) e Antenor Nascentes, *idem* (q.v.). Também publicado no *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro) de 30-VIII-1932 e na *Revista da Academia brasileira de letras*, n.º 133, v. XLI.

Congresso da língua nacional cantada, 1.º, São Paulo.

Normas para a boa pronúncia da língua nacional no canto erudito. São Paulo. Departamento de cultura, 1937. 48 p.

Separata da *Revista do Archivo municipal*, n.º 39. São Paulo, 1937.

Cf. o nosso artigo introdutório. Dá as conclusões votadas e as normas da pronúncia-padrão.

Cornu, Jules

Die Portugiesische Sprache. (Em “Grundriss der romanischen Philologie”, v. 1; Strasburg, 1888).

Há duas rápidas alusões à pronúncia brasileira. p. 777 e p. 787, a primeira das quais sobre os hiatos finais **eo**, **ea**, é inexata.

Corrêia, Armando de Magalhães

Vocabulário empregado e falado no sertão carioca. (Em “Sertão carioca”, p. 243-283; Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1936; illus.)

Trata-se da região rural da capital do país, com uma população de pequenos lavradores e pescadores.

Corrêa, M. Pio

Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas. Rio de Janeiro, Ministério da agricultura, 1926, 1931. 2 v., 747, 707 p. illus.

Vai até o verbete – **extremosa**. Quando completo, será o maior registro de nomes vulgares de plantas brasileiras.

Corrêia, Romaguera

Vocabulário sul rio-grandense. Pelotas – Porto Alegre, Echenique e irmão, 1898. 231 p.

Dá significação; freqüentemente, etimologia; às vezes, abonação da literatura regional.

Coruja, Antonio Alvares Pereira

Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Londres. Trübner e cia., 1856. 32 p.

O trabalho saiu primeiramente na *Revista do Instituto histórico e geográfico brasileiro*, tomo XV, em 1852, p. 210-240. Há outra edição na Tipografia moderna de H. Guffier, Rio de Janeiro, 1861, 64 p. Cf. o nosso artigo introdutório.

Costa, Firmino

Vocabulário analógico. São Paulo, Melhoramentos, 1933. 226 p.

Os termos são agrupados sob as rubricas gerais de: animais domésticos, expressões diversas, graus dos nomes, locuções, onomatopéias, substantivos, sinônimos. Há muita coisa peculiar ao Brasil.

Costa, Francisco Augusto Pereira da

Vocabulário pernambucano. Recife, Imprensa oficial, 1937. 756 p.

Separata da *Rev. inst. arq. hist. geo. pernambucano*, v. 34.

Copioso registro de vocábulos, com sentido e abonação, da língua popular, e até chula, de Pernambuco, ou, mais especialmente, Recife; as abonações são da literatura de cordel e jornais populares.

Costa, Francisco Barreto Picanço da

Ensaio de um vocabulário de estradas de ferro e de rodagem e ciências e artes acessórias. Rio de Janeiro, 1880, 219 p.

Os termos técnicos portugueses são postos em correspondência com os franceses e ingleses, e, entre eles, há muitos privativos da gíria profissional do Brasil.

Daisson, Augusto

À margem de alguns brasileirismos. Porto Alegre, Livraria Globo. 1925. 143 p. ilus.

Prefácio de Zeferino Brasil, p. i-ix. Informações sobre os pesquisadores de etnografia e dialectologia no Rio Grande do Sul.

Daupiás, Jorge Guimarães

Carta ao Exmo. Sr. Antenor Nascentes. (Em “Recreações filológicas”, Lisboa, Livraria Bertrand, 1937, p. 121-209).

Comenta “O linguajar carioca”, de Antenor Nascentes (q.v.), o qual fez réplica (q.v.). O trabalho fora anteriormente publicado na *Revista de filologia portuguesa*, v. I, p. 115 e 247, v. II, p. 29 e 219, São Paulo, 1924.

Daupiás, Jorge Guimarães

O dialecto Capiau. Rio de Janeiro. Empresa de publicações modernas, 1922. 92 p.

Tem certo interesse o primeiro trabalho, que dá o título ao opúsculo, para contestar a influência da linguagem africana nesse falar local do Brasil.

Decreto-lei n.º 292, de 23-II-1938. (Em *Diário oficial*, de 28-II-1938).

Mantém a ortografia resultante do acordo entre a Academia brasileira de letras e a Academia das ciências de Lisboa (cf. o nosso artigo introdutório, p. 248), mas estabelece uma grande redução de sinais prosódicos em “Regras para a acentuação gráfica”, as quais foram revogadas em 1943.

Distrito Federal. Prefeitura. Secretaria geral de educação e cultura. Serviço de divulgação. Discoteca.

Discos de estudos de fonética experimental, série... n.º 1, 2, 3, 5, 6, 7. 1942. Registram as pronúncias regionais de frases-padrão, mas através da fala de professoras primárias, o que torna a informação até certo ponto suspeita. Incluem: Estado do Rio, Sta. Catarina, Pará, Ceará, Alagoas, Maranhão, Sergipe.

Edwall, Gustavo

Ensaio para uma sinonímia dos nomes populares das plantas indígenas do Estado de São Paulo. (Em “Boletim da Comissão geográfica e geológica de São Paulo”, n.º 16, 2.ª parte, 70 p.; São Paulo, 1906).

Amplia o trabalho de A. Löfgren (q.v.), servindo-lhe de complemento.

Elia, Sylvio

O problema da língua brasileira. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1940, 173 p.

A partir da p. 95, debate em termos gerais a questão, procurando encará-la sob o aspecto da ligação entre a cultura americana e a européia. Recensões de Amado Alonso e Serafim Silva Neto (q.v.). Prende-se aos debates de 1935; cf. o nosso artigo introdutório.

Emrich, Karl

Os nomes populares das plantas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Livraria Globo. 1935. 76 p.

Interessa, especialmente, a primeira parte: “Nomes populares – Nomes científicos”.

Entwistle, William James

The Spanish language together with Portuguese, Catalan and Basque. London. Faber & Faber limited, 1936. 367 p.

Trata sumariamente do “Brazilian Portuguese” (brasileiro). p. 316-323, mostrando-se bem informado.

Fernandes, Ivo Xavier

Ninharias de filologia. (*Revista de filologia portuguesa*, ano II, n.º 19-20, p. 221; São Paulo, 1925).

Interessa o comentário sobre bonde, p. 225-226. Cf. Alfredo Gomes (q.v.).

Fernandes, João Baptista Ribeiro de Andrade

Brasileirismos: apontamentos gerais sobre o estudo dos vocábulos brasileiros. (*Revista da Academia brasileira de letras*, ano 1, n.º 1, p. 145-151; Rio de Janeiro, 1910).

É um estudo bibliográfico crítico sobre os vocabulários de brasileirismos.

Fernandes, João Baptista Ribeiro de Andrade

Curiosidades verbais: estudos aplicáveis à língua nacional. São Paulo, Cia. melhoramentos, 1927, 242 p.

Interessam os estudos sobre: “A vogal átona”, p. 86-89, ou ausência do e mudo no português do Brasil; “Gaúcho”, p. 142-147; “Jangada”, p. 188-190; “O tatu”, p. 191-193.

Fernandes, João Baptista Ribeiro de Andrade

Dicionário de brasileirismos. (*Revista da Academia brasileira de letras*, v. XVII, n.º 37, p. 68-75. Rio de Janeiro. 1925).

Sustenta a tese de que os dicionários no Brasil devem fundamentar-se no que há entre nós, em completa independência do léxico lusitano.

Fernandes, João Baptista Ribeiro de Andrade

Dicionário gramatical. 3.^a edição inteiramente refundida e muito aumentada. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1906, 331 p.

Interessam os artigos sobre “Brasileirismos”, p. 44-51; “Negro, elemento”, p. 216-222; “Cigano”, p. 56-57; “Tupi-guarani”, p. 305-311; “Dialectos”, p. 92-94. Boa apresentação das questões e boas indicações para a solução, embora certos pontos de vista tenham sido ultrapassados pelo próprio autor.

Fernandes, João Baptista Ribeiro de Andrade

O elemento negro: história, folklore, lingüística; introdução e notas do Prof. Joaquim Ribeiro e ilustrações de Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro, Record, s.d. 239 p. (*Biblioteca histórica*, v. 8)

É uma compilação de vários estudos de João Ribeiro sobre a influência negra, tirados de revistas e jornais, ou mesmo de outros livros do autor. Há um apêndice de seu filho Joaquim Ribeiro, p. 157-237, constante de um estudo de adivinhas africanas, uma crítica ao “Elemento afronegro na língua portuguesa” de Jaques Raimundo (q.v.), e uma polémica com Renato Mendonça (q.v.), muito informativa, mas com aspectos de revide pessoal, de lado a lado.

Fernandes, João Baptista Ribeiro de Andrade

Estudos filológicos. Nova edição. Rio de Janeiro, Jacyntho Ribeiro dos Santos, 1902. 232 p.

Interessam: a sugestão sobre a influência do clima na pronúncia brasileira, p. 51-61, e, mais relevante, a tese de uma persistência da indisciplina gramatical do português arcaico como explicação da colocação dos pronomes pessoais átonos no Brasil, p. 203-207.

Fernandes, João Baptista Ribeiro de Andrade

Língua independente ou reformada. (*Revista de filologia portuguesa*, ano II, n.º 17, p. 11-19; São Paulo, 1925).

Insiste nas suas idéias, expostas na “Língua nacional” (q.v.), contra a estrita obediência à norma literária dalém-mar, sem que isso importe na criação de uma língua própria brasileira.

Fernandes, João Baptista Ribeiro de Andrade

A língua nacional: notas aproveitáveis, 2.^a edição. São Paulo, Editora nacional, 1933. 263 p.

Contra a obediência estrita à norma lingüística lusitana. Transcreve e comenta o trabalho do Visconde de Pedra Branca (q.v.). Cf., ainda, *Revista da língua portuguesa*, n.º 7, p. 43-48. Estuda algumas palavras e locuções correntes no Brasil.

Fernandes, João Baptista Ribeiro de Andrade

Notas e fragmentos de alguns vocábulos brasileiros. (*Revista da língua portuguesa*, n.º 4, p. 45-52; Rio de Janeiro, 1920).

Coteja os brasileirismos **inhapa, chácara, tocaio** com o espanhol sul-americano, procurando depreender-lhes as viagens; finalmente, trata de **engambelar**.

Fernandes, João Baptista Ribeiro de Andrade

O padre Teschauer. (*Revista de cultura*, ano IV, n.º 45, p. 144-147, Rio de Janeiro, 1930).

Apreciação da figura e da obra (q.v.).

Fernandes, João Baptista Ribeiro de Andrade

A pronúncia carioca. (Em *Jornal do Brasil* de 11-XI-1932, Rio de Janeiro)

Comenta o “Relatório” da comissão nomeada para estudar a pronúncia-padrão do Distrito Federal (q.v.). Também publicado na *Revista da Academia brasileira de letras*, n.º 133, v. XLI.

Ficalho, conde de

vide

Mello, Francisco Manuel de, conde de Ficalho

Fonseca, Arthur Arézio da

Dicionário de termos gráficos. Bahia, Imprensa oficial, 1936, 572 p.

Contém muitos termos e locuções da gíria dos tipógrafos no Brasil.

Fonseca, Paulino Nogueira Borges da

Vocabulário indígena em uso na Província do Ceará, com explicações etimológicas, ortográficas, topográficas, históricas, terapêuticas, etc. (*Rev. inst. hist. geo. Ceará*, tomo I, p. 209-432. Fortaleza, 1887)

As explicações etimológicas têm a precariedade de tôdas as que se fazem no âmbito tupi.

Furtado, J. Azurem

As pesquisas ictiológicas, na Baía do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1903. 179 p. illus.

Copioso vocabulário de nomes vulgares de peixes e de coisas referentes à pesca.

Gaby, B.

Vocabulário e locuções de gíria usados pelos menores delinquentes. (Boletim do Serviço social dos menores, v. 1. n.º 1, p. 36-44; São Paulo, 1942)

A autora conhece profundamente o ambiente.

Galvão, Homero Reheder

A gíria dos garimpeiros do rio das Garças. (Revista do Arquivo municipal, ano I, v. III, p. 31-34; São Paulo, 1934).

Garcia, Rodolpho Augusto de Amorim

Dicionário de brasileirismos: peculiaridades pernambucanas. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1915. 291 p.

Introdução, p. vii-xxviii, com um histórico dos vocabulários brasileiros anteriores e uma classificação dos brasileirismos. Cada verbete inclui: significação, etimologia inconcussa ou etimologias prováveis com indicação de quem as propõe; área geográfica do emprego; abonação, quando é termo raro; indicação se consta, ou não, de vocabulários anteriores. Cf. o nosso artigo introdutório.

Garcia, Rodolpho Augusto de Amorim

Nomes de aves em língua tupi: contribuição para a lexicografia portuguesa; publicação do Ministério da agricultura, indústria e comércio. Rio de Janeiro, Ministério da agricultura, 1913. 37 p.

Parte integrante do "Glossário das palavras portuguesas derivadas da língua tupi", obra inédita. Dá: o correspondente nome científico e família;

formas variantes; área geográfica do emprego; etimologia, partindo da discutível hipótese da aglutinação. Há uma reedição aumentada in “Boletim do Museu Nacional”. Rio de Janeiro, 1920. v. 5, n.º 3, p. 1-54.

Garcia, Rodolpho Augusto de Amorim

Nomes geográficos peculiares ao Brasil. (Revista da língua portuguesa, tomo III, p. 153-188; Rio de Janeiro, 1920).

Apresenta-se como contribuição ao futuro Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Instituto histórico e geográfico brasileiro. Dá a definição e a área geográfica do emprego; nos termos de origem tupi propõe etimologia pela discutível hipótese de uma aglutinação.

Gomes, Alfredo Augusto

Gramática portuguesa. 16.^a edição correta e aumentada. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1916.

Obra didática. Interessam as informações da p. 432 sobre “bonde”.

Gomes, Lindolpho

Bosquejo sobre a linguagem e a escola mineira. (Revista da língua portuguesa, n.º 19, p. 253-273; Rio de Janeiro, 1922).

Examina a linguagem dos mais conhecidos poetas da escola mineira, séc. XVIII, para mostrar como eram “corretos”, isto é, como se pautavam pela norma literária ultramarina.

Gomes, Lindolpho

Vocabulário, com a explicação ou significados dos principais modismos, locuções populares, plebeísmos e brasileirismos empregados no texto deste volume e do 2.º. (Em “Contos populares, episódicos, cíclicos e sentenciosos colhidos na tradição oral”, no *Estado de Minas*, v. 1, 101-119; São Paulo, Cia. melhoramentos)

Comenta variadamente os verbetes; duas ou três vezes dá etimologia.

Gomes, Pedro

Linguagem popular comparada. (*Revista de filologia portuguesa*; ano I, n.º 21-24, p. 297-307, São Paulo, 1925).

Trata da gíria brasileira, comparando-a, um tanto superficialmente, com as de outros povos.

Guimarães, João

Flor do Lácio: palavras indicionarizadas. (*Revista da língua portuguesa*, 2.^a série, n.º 2, p. 75-90; Rio de Janeiro, 1931)

Não visa à diferenciação lingüística brasileira; mas colheu principalmente os vocábulos registrados na literatura brasileira. São, em regra, derivações e composições de tipo erudito.

Hall, Robert (Junior)

Occurrence and orthographical representation of phonemes in Brazilian Portuguese. (*Studies in linguistics*, vol. II, n.º 1. New Haven, Connecticut)

Units phonemes In Brazilian Portuguese. (*Studies in linguistics*, vol. I, n.º 15, New Haven, Connecticut).

São dois pequenos artigos na revista mimeografada *Studies in linguistics*, ed. George Trager, Yale Graduate School, New Haven Connecticut. Procuram fazer uma interpretação fonêmica do português do Brasil, partindo da observação de uma informante brasileira. São dois bons ensaios de sistematização, embora com falhas práticas e teóricas de detalhe.

Hoehne, Frederico Carlos

O que vendem os hervanários da cidade de São Paulo. São Paulo, Serviço sanitário do Estado, 1920. 248 p. (*Serviço sanitário do Estado de São Paulo*, N. S., n.º 14)

Útil registro de nomes vulgares de ervas.

Ihering, Rodolpho von

Dicionário dos animais do Brasil; publicação da Secretaria de agricultura, indústria e comércio do Estado de São Paulo. São Paulo, Diretoria da publicidade agrícola, 1940. 900 p. illus.

Os termos populares são identificados pela respectiva denominação científica. Em muitos verbetes há curiosas informações folclóricas.

Jucá, Candido (filho)

Língua nacional; as diferenciações entre o português de Portugal e o do Brasil autorizam a existência de um ramo dialectal do português peninsular?, Rio de Janeiro, 1937. 136 p.

Procura responder pela negativa, examinando variados fatos. Prende-se ao debate de 1935; cf. o nosso artigo introdutório. Falta ao livro uma compreensão serena e objetiva da língua popular. Recensão de Amado Alonso (q.v.).

Jucá, Candido (filho)

A pronúncia brasileira. Rio de Janeiro. Coeditora brasileira. 1939. 71 p.
Propõe-se a orientar os estrangeiros na elocução prática, através de explicações em três idiomas. Na p. 54, uma pequena transcrição fonética.

Laytano, Dante de

Os africanismos do dialecto gaúcho. Porto Alegre, 1936. 66 p.
Separata da *Revista do Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Sul*, 2.º trimestre do ano XVI; Porto Alegre, 1936.
Às vezes arrola como africanismos termos que não o são.

Laytano, Dante de

Vocabulário dos pescadores do Rio Grande Sul; etimologia dos termos praieiros usados na costa do Nordeste. Porto Alegre, 1937. 34 p.
Apresentado no 2.º Congresso de história e geografia sul-riograndense (Porto Alegre, 1937; Anais, v. III; p. 237-256).
Há recensão de Antenor Nascentes (q.v.).

Leda, João

A quimera da língua brasileira. Manaus. 1939. 152 p.
O autor sustenta a tese da unidade lingüística entre Portugal e o Brasil. Faz o histórico dos debates sobre essa unidade, e estuda os brasileirismos e a língua popular na literatura. Prende-se ao debate de 1935 (cf. o nosso artigo introdutório) e tem um tom meio polêmico.

Leite, Cassiano Ricardo

A Academia e a língua brasileira. (Revista da Academia brasileira de letras, v. 61, p.326-387; Anais de 1941)
Prende-se indiretamente ao debate de 1935 (cf. o nosso artigo introdutório). Tem o caráter de manifesto literário radical.

Leite, Solidonio Ático

A língua portuguesa no Brasil. Rio de Janeiro, J. Leite e cia., 1922. 116 p.
O autor é estritamente classicista; a parte interessante do livro é um averbamento de vocábulos usuais no Brasil que constam de obras e dicionários portugueses, p. 75-97. Esta parte saiu antes na “Revista da língua portuguesa”, n.º 4, p. 87-96 (Rio, 1920).

Lemos, José Virgílio da Silva

A língua portuguesa no Brasil. (Em Anais do 5.º Congresso brasileiro de geografia realizado na cidade de São Salvador, Estado da Baía, de 7 a 16 de setembro de 1916, v. I, p. 851-899; Baía. Imprensa oficial do Estado, 1917). Há separata. Tentativa de interpretação doutrinária; cf. o nosso artigo introdutório. A sua tese é que a língua se barbarizou de início no ambiente americano, para em seguida “procurar aproximar-se dos velhos e bons padrões metropolitanos” (p. 875).

Lemos, Miguel

Normas ortográficas tendentes a simplificar e ordenar a ortografia de nossa língua. Rio de Janeiro. Apostolado positivista do Brasil, 1901. 72 p. (Apostolado positivista do Brasil, n.º 203).

Estas normas são ainda seguidas pelos adeptos da Igreja positivista no Brasil; são mais radicais que as de Gonçalves Viana. Cf. o nosso artigo introdutório. Nas “Notas justificativas”, p. 17-48, há considerações de ordem teórica sobre a diferenciação lingüística brasileira.

Lima, Eugenio

Brasileirismos. (Em Almanaque Garnier, p. 473-475; Rio de Janeiro, 1914). Escreve sob o pseudônimo de Silva Romeiro. São peculiaridades regionais do sertão baiano, zona do São Francisco.

Lima, Herman

Notas. (Em Garimpos, p. 277-282. Rio de Janeiro, 1932).
Informações sobre a gíria dos garimpeiros baianos.

Lima, Hildebrando e Barroso, Gustavo,

Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa; organizado por Hildebrando Lima e Gustavo Barroso; revisto por Manuel Bandeira e José Baptista da Luz. 3.ª edição refundida, revista e aumentada. São Paulo. Editora nacional. 1942. 1212 p.

Houve redatores especiais para determinados grupos de termos. Os brasileirismos estão averbados com esta classificação sob a responsabilidade de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

Lima, José Francisco da Silva

Glossário médico: vocábulos, frases e locuções incorretas, ou variavelmente escritos, pronunciados e interpretados. (Gazeta médica, v. 24, p. 331,

475, 523, 570; v. 25, p. 46, 94, 139, 189, 238, 285, 577; Baía, 1893-1894).
Útil indicação sobre o tratamento da tecnologia médica na língua popular.

Löfgren, Alberto

Ensaio para uma sinonímia dos nomes populares das plantas indígenas do Estado de São Paulo. São Paulo, 1891. 115 p. (Boletim da Comissão geográfica e geológica do Estado de São Paulo, n.º 10).

Há no mesmo sentido um trabalho posterior de Gustavo Edwall (q.v.).

Macedo Soares, Antonio Joaquim de
vide

Soares, Antonio Joaquim de Macedo

Machado, Ayres da Matta (filho)

O dialecto crioulo de S. João da Chapada. (Em Miscelânea de estudos em honra de Manuel Said Ali (q.v.), p. 39-48).

Explica o ambiente; transcreve alguns **vissungos**, ou cantos de trabalho, e algumas palavras do vocabulário do dialecto.

Machado, Ayres da Matta (filho)

Escrever certo. 2.^a série. Rio de Janeiro, Editora ABC, 1938. 286 p.

Interessam, p. 60-75, as considerações sobre a linguagem popular e a etimologia do topônimo “Congonha”.

Machado, Ayres da Matta (filho)

Fraseologia diferencial luso-brasileira. (Em Miscelânea de estudos em honra de Antenor Nascentes, p. 57, Rio de Janeiro, 1941).

Comenta as frases feitas “em ponto de bala” e “pentear macacos”.

Machado, Ayres da Matta (filho)

O negro e o garimpo em Minas Gerais. (Revista do Arquivo municipal, ano 6, v. 62, p. 309-356, v. 63, p. 271-298; São Paulo, 1939).

São os capítulos de VIII a XII da obra, dedicados ao estudo da linguagem. No v. LXII, são transcritas e analisadas as cantigas de trabalho. No v. LXIII, é estudado o dialecto crioulo de São João da Chapada, com um amplo vocabulário, bem como os vestígios do dialecto crioulo no falar local.

Machado, Ayres da Matta (filho)

Problemas da língua. Belo Horizonte. Livraria rex, 1941. 228 p.

Interessam os estudos sobre “A dialectologia em Minas”, p. 170-177, que é um comentário crítico a “O falar mineiro” de José A. Teixeira (q.v.), e sobre “O português no Brasil” de Renato Mendonça (q.v.). Doutrina segura sobre essas duas questões.

Marques, Francisco Xavier Ferreira

Cultura da Língua nacional; com uma coleção de espécimens da língua escrita no Brasil. Baía. Livraria Progresso, 1933. 202 p.

Debata o problema da língua literária no Brasil, procurando um equilíbrio entre a solicitação da norma ultramarina e a da língua popular. Discute o plano do Dicionário da Academia brasileira de letras.

Marroquim, Mario

A língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco). São Paulo, Editora nacional, 1934. 239 p. (Biblioteca pedagógica brasileira – série 5 – Brasiliana, v. 25). Estudo bastante detalhado da fonética, morfologia e sintaxe da língua coloquial nessas regiões; muitos fatos abrangem áreas mais amplas. O autor assume uma atitude radicalmente hostil à norma literária e escolar. V. recensão de Antenor Nascentes.

Martinz de Aguiar

vide

Aguiar, Martinz de

Matta, Alfredo Augusto da

Flora médica brasiliense. Manaus. 1913. 309 p.

Copioso registro de nomes de plantas privativos da língua do Brasil.

Matta, Alfredo Augusto da

Vocabulário amazonense: contribuição para o seu estudo. Manaus, 1939. 316 p.

Distingue se é termo regional ou popular. Inclui também muitos termos técnico-científicos, fora do objetivo próprio da obra. Só dá significação.

Matta Machado Filho

vide

Machado, Ayres da Matta (filho)

Mattos, José Veríssimo Dias de

Palavras de origem tupi-guarani usadas pela gente amazônica e em prática corrente na região. (Em *Cenas da vida amazônica*. p. 38-55; Lisboa, 1886). Ensaio ainda útil; as explicações etimológicas devem ser lidas com cautela.

Mattos, José Verissimo Dias de

As populações indígenas e mestiças da Amazônia: linguagem, crenças e costumes. (Rev. inst. hist. geo. bras., v. L, parte 1.^a, p. 295-390; Rio de Janeiro, 1887).

Cf. José Verissimo, “Cenas da vida amazônica”.

Mattos, José Verissimo Dias de

Vocabulário das palavras de origem tupi usadas pelas raças cruzadas do Pará. (Em, *Primeiras páginas*, p. 71-141; Belém, 1878)

Cf. José Verissimo, “Cenas da vida amazônica”.

Mattoso Camara Junior

vide

Camara, Joaquim Mattoso (junior)**Mello, Francisco Manuel de, conde de Ficalho**

Nomes vulgares de algumas plantas africanas, principalmente angolenses. (Boletim da Sociedade de geografia de Lisboa. 2.^a série, p. 603-707, 1880; 3.^a série, p. 479-612, 1882).

Presta-se a um estudo comparativo com nomes de origem africana no Brasil.

Mello, Mario

Ensaio sobre alguns topônimos pernambucanos. (Revista do Instituto arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco, v. 30, p. 175-231; Recife, 1930).

Apresenta-se como uma reedição aumentada de “O tupi na corografia Pernambucana”, de Alfredo de Carvalho (q.v.). Obedece a mesma orientação.

Mello Moraes Filho

vide

Moraes, Alexandre José de Mello (filho)**Mendes, Amando**

Vocabulário amazônico: estudos. São Paulo, 1942. 154 p.
Só dá significação; às vezes inclui uma frase exemplificativa do alcance do termo.

Mendonça, Renato de

A influência africana no português do Brasil; prefácio de Rodolfo Garcia. 2.^a edição ilustrada. São Paulo, Editora nacional, 1935. 255 p. (Biblioteca pedagógica brasileira – série 5 – Brasiliana, v. 47)

Refundição de uma tese de concurso. Versa a complexa questão num tom às vezes excessivamente afirmativo. Termina por um vocabulário com étimo, área geográfica de emprego e abonação. V. recensão de Silva Campos, e a polêmica com Joaquim Ribeiro em “O negro brasileiro” de João Ribeiro.

Mendonça, Renato de

O português do Brasil: origens, evolução, tendências. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1936. 344 p. (Biblioteca de divulgação científica, v. 10). Tentativa de justificação doutrinária do conceito de uma “língua brasileira”. Prende-se ao debate de 1935; cf, o nosso artigo introdutório. Não é um estudo de serena objetividade. Teve recensões de Amado Alonso, Antenor Nascentes, Aires da Mata Machado Filho, S. Putnam. H. Tronchon (q.v.).

Meyer, Augusto

Gaúcho, gaudério, guasca. (Revista brasileira, ano 1, n.º 1, p. 207-219; Rio de Janeiro, 1941).

Estudo desses três regionalismos do Rio Grande do Sul, na origem e na evolução semântica.

Millardet, G.

Leme. (Em Jornal do comércio, de 19-III-1939; Rio de Janeiro).

Prende à influência da terminologia náutica a origem desse topônimo da cidade do Rio de Janeiro.

Miranda, Vicente Chermont de

Glossário paraense; ou, Coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à ilha de Marajó. Pará, Livraria maranhense, 1905. 120 p.

Houve a especial preocupação de consignar, além dos termos amazonenses em geral, os da linguagem pastoril de Marajó. A obra anuncia-se como parte de outra, não executada, sobre “A criação do gado no Marajó”.

Miscelânea de estudos em honra de Manuel Said Ali, professor do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1938. 142 p.

Interessam os estudos de Mata Machado Filho; Antenor Nascentes; Julio Nogueira; Otelio Reis; Serafim Silva Neto; A. F. de Sousa da Silveira (q.v.).

Monte, Oscar

Os nomes vulgares dos insetos do Brasil, coordenados alfabeticamente. (Almanaque agrícola brasileiro, p. 228-286; São Paulo, 1928).

A relação foi ampliada por Ernesto Ronna e pelo próprio Oscar Monte, no mesmo “Almanaque”, em 1930 e 1932, respectivamente.

Monteiro, Clóvis

O ensino da língua nacional; aula inaugural do ano letivo no Colégio Pedro II. (Em Jornal do Comércio de 21-III-1937; Rio de Janeiro).

Examina doutrinariamente e com serenidade a questão da diferenciação lingüística, e a conveniente atitude didática a respeito. Prende-se indiretamente aos debates de 1935; cf. o nosso artigo introdutório.

Monteiro, Clóvis

A linguagem dos cantadores, segundo textos coligidos e publicados por Leonardo Mota; contribuição para o estudo do português popular no norte do Brasil. Rio de Janeiro, 1933. 71 p.

Tese de concurso. Começa por uma lista léxica dos textos estudados, em que os termos são ordenados pela língua de origem (p. 7-41); só comenta e dá significação em casos especiais. Estuda ainda sumariamente as tendências fonéticas e as peculiaridades gramaticais. Cf. Leonardo Mota, Cantadores.

Monteiro, Clóvis

Nova antologia brasileira. Rio de Janeiro. F. Briguiet e cia., 1934. 436 p.

Obra didática. Interessam as seguintes notas: aboiado, aboio, p. 132; botar, p. 67; cornimboque, p. 180; crear, criar, p. 60; enfernizar, p. 178; “lhe” como acusativo, p. 384; jangada, p. 383; minguar, p. 189; pasmo – pasmado, p. 365; pegar de saia, p. 130; pelangas, pelancas, p. 66; surcar, p. 195.

Monteiro, Clóvis

Português da Europa e português da América; aspectos da evolução do nosso idioma. Rio de Janeiro, 1931. 254 p.

Refundição de duas teses de concurso. No final da primeira, “Da tendência analítica”, 98 p., examina sumariamente certos aspectos da língua popular no Brasil, como uma fase da evolução analítica que vem desde o latim. Na segunda, 99 p., “Da influência Tupi”, discute doutrinariamente a questão, e dá uma lista de vocábulos brasileiros de origem tupi, com significação e etimologia. Uma terceira parte versa sobre “O problema. Ortográfico”. – V. recensão parcial de Joaquim Ribeiro.

Moraes, Alexandre José de Mello (filho)

Os ciganos no Brasil: contribuição etnográfica. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1886. 203 p.

A 4.^a parte do trabalho é o “Vocabulário”, p. 159-172. Há ainda informação sobre as alcunhas, p. 66-69, e sobre a gíria secreta dos ciganos, p. 106-107.

Moraes, Luiz Carlos de

Vocabulário sul-riograndense. Porto Alegre, Livraria globo, 1935. 228 p. Em regra só dá a significação.

Moraes, Raymundo de

O meu dicionário das coisas da Amazônia. Rio de Janeiro, 1931. 2 v. 208, 204 p.

Amplio vocabulário de termos respeitantes a etnografia da região.

Motta, Arthur

História da literatura brasileira; época de formação (séculos XVI-XVII). São Paulo. Editora nacional, 1930. 496 p.

Interessam as considerações sobre o regionalismo, o vulgarismo e o purismo na língua literária do Brasil, p. 132-136.

Motta, Leonardo

Cantadores: poesia e linguagem do sertão cearense. Rio de Janeiro, Livraria Castilho, 1921. 399 p. ilus.

O autor estuda o tema como literato, e transcreve muitas poesias de cantadores populares, Há um “Elucidário” léxico, p. 361-389. As transcrições não visam ao rigor fonético, mas serviram de texto para “A linguagem dos cantadores” de Clóvis Monteiro (q.v.).

Motta, Leonardo

Linguagem. popular: notas a serem adicionadas aos capítulos “Elucidário” e “Modismos e adagiário” dos livros “Cantadores” e “Violeiros do norte”.

(Em Sertão alegre: poesia e linguagem do sertão nordestino, p. 239-284; Belo Horizonte, 1928)

Cf. Leonardo Motta, Cantadores.

Motta, Othoniel de Campos

Horas filológicas. São Paulo. Editora nacional, 1937. 263 p.

Interessam as nótulas sobre: degas, p. 107; rabricó, p. 190; tico-tico, p. 129.

Nascentes, Antenor

Carta ao Exmo. Sr. Jorge Guimarães Daupíás. (Revista de filologia portuguesa, ano I, n.º 7-8, p. 203-211; São Paulo, 1924).

Resposta à carta do destinatário (q.v.).

Nascentes, Antenor

Chorar pitanga. (Revista de cultura, ano XI, n.º 130, p. 209-211; Rio de Janeiro, 1937).

Histórico das explicações para a locução; proposta de uma nova explicação, fundamentada num fato anedótico teatral do Rio.

Nascentes, Antenor

Estudos filológicos; 1.ª série. Rio de Janeiro, Civilização brasileira. 1939. 158p.

Informações sobre a história externa do português no Brasil e sobre a história dos estudos filológicos no Brasil. Compreensivo debate doutrinário da questão da diferenciação lingüística brasileira, a propósito de um projeto de lei neste sentido (Cf. o nosso artigo introdutório). No estudo “Questões de fonética”, defende idéias suas anteriores em resposta a José Oiticica (q.v.).

Nascentes, Antenor

Um glossário luso-americano. (Revista de filologia portuguesa, n.º 18, p. 157-162; São Paulo, 1925).

Aprecia a necessidade e os planos de um glossário para o português no Brasil.

Nascentes, Antenor

O idioma nacional. São Paulo, Editora nacional, 1937.

Obra didática. Tem um capítulo sobre “Pronúncia normal brasileira”, p. 68-70, em que expõe por que deve ser ela a da capital do país. O estudo de “Fonética”, p. 18-42, e “Ortoepia”, p. 43-67, é baseado nessa pronúncia.

Nascentes, Antenor

O idioma nacional; v. 4: gramática histórica. 2.^a edição. Rio de Janeiro, 1933. 305 p.

Obra didática. Tem um capítulo especial sobre “O português do Brasil”, p. 240-263, no qual enumera as principais peculiaridades da língua no Brasil, dá um mapa dialectológico, não definitivo, do território brasileiro, p. 244, e transcreve foneticamente, mas sem rigor técnico, pois com o alfabeto comum, a pronúncia portuguesa e a brasileira de uma estância de **Os lusíadas**.

Nascentes, Antenor

José de Alencar e a língua brasileira. (Revista de cultura, ano XII, n.º 141. p. 180; Rio de Janeiro, 1938).

Transcreve um depoimento de Mário de Alencar, filho de José de Alencar, sobre as idéias e os escritos paternos a respeito desse tema.

Nascentes, Antenor

A língua do Nordeste. (Em O Globo, de 6-VIII-1934; Rio de Janeiro).

Recensão da obra de Mário Marroquim (q.v.), com retificações a ela.

Nascentes, Antenor

O linguajar carioca em 1922. Rio de Janeiro, 1922. 127 p.

Estudo da língua popular do Rio na época, com parte gramatical, 89 p. e vocabulário; cf. o nosso artigo introdutório. Considerações sobre a dialectação no Brasil. p. 11-21.

Nascentes, Antenor

O português do Brasil. (Em Jornal do comércio, de 6-VI-1937; Rio de Janeiro).

Recensão do livro de Renato Mendonça (q.v.).

Nascentes, Antenor

Português em boca de estrangeiros. (Em Miscelânea de estudos em honra de Manuel Said Ali. p. 61-72).

Cita as principais línguas trazidas com a imigração de ultra-mar, e procura fixar as deturpações e pronúncia no português dos imigrantes, conforme a correspondente língua materna.

Nascentes, Antenor

Recensões. (Revista de cultura, ano XI, n.º 131-132, p. 329-330; ano XII, n.º 134, p. 122-123; ano XII, n.º 141, p. 198; Rio de Janeiro. 1937-1938).

Tratam respectivamente dos seguintes trabalhos (q.v.) “Vocabulário dos pescadores do Rio Grande do Sul” de Dante de Laytano; “Em torno do problema da linguagem brasileira” de Antonio Sérgio; “Anais do primeiro congresso da língua nacional cantada.

Nascentes, Antenor

El tratamiento de “señor” en el Brasil. (Em Anales de la Faculdade de filosofia y educación. Universidad de Chile, año II, n.º 1, p. 29-35; Santiago de Chile, 1937-1938).

Saiu uma redação portuguesa em “Revista de cultura, ano XI, n.º 128. p. 65-70; Rio de Janeiro, 1937.

Neiva, Artur

Estudo da língua nacional. São Paulo, Editora nacional, 1940. xxxviii, 370 p. (Biblioteca pedagógica brasileira – série 5 – Brasiliana, v. 178)

Contém duas partes. A 1.^a trata “Dos vocabulários de brasileirismos” e dá uma resenha muito minuciosa dos vocabulários existentes, inclusive dos de termos da história natural e de línguas técnicas, p. 1-94. Na 2.^a “Da influência do Tupi-guarani no falar brasileiro”, há estudos sobre nomes próprios de origem tupi, nomes de animais, da mesma proveniência, e sobre trabalhos brasileiros referentes ao tupi.

Neves, Mauricio das

Expressões populares. (Em Revista da língua portuguesa, n.º 16, p. 37-42; n.º 22, p. 183-186; n.º 32, p. 21-24; Rio de Janeiro, 1922, 1923, 1924).

Arrola termos da língua popular, que foram aproveitados em livros brasileiros de leitura, citando a frase abonadora.

Nina Rodrigues, Raymundo

vide

Rodrigues, Raymundo Nina

Nobiling, Oskar

Brasileirismos e crioulismos. (Revue de dialectologie romane, v. 3, p. 189-192, 1911; reproduzido em Revista filológica. ano 2, n.º 7, p. 63-67; Rio de Janeiro, 1941).

Mostra a falta de fundamento científico na explicação sistemática dos brasileirismos pela influência indígena ou africana. Comenta a propósito o que diz Gonçalves Viana, nas “Palestras filológicas” (q.v.), sobre a colocação dos pronomes pessoais átonos no Brasil.

Nobiling, Oskar

Die Nasalvocale in Portugiesischen. (Die Neueren Sprachen, v. 11, p. 138 e ss., 1904).

Trata do caráter ditongado das vogais nasais em São Paulo.

Nogueira, Baptista Caetano de Almeida

Rascunhos sobre a gramática da língua portuguesa. Rio de Janeiro, 1881. 222 p.

É da autoria de Batista Caetano de Almeida Nogueira; cf. o nosso artigo introdutório. No debate, só versa a norma literária.

Nogueira, Julio

Os verbos imiscuir-se e emitir. (Em Miscelânea de estudos em honra de Manuel Said Ali, p. 73-76 (q.v.).

Debate como teriam surgido estes dois brasileirismos da nossa língua culta e de derivação latina erudita.

Nogueira, Paulino

vide

Fonseca, Paulino Nogueira Borges da**Oitica, José Rodrigues Leite e**

Estudos de fonologia. Rio de Janeiro, 1926. 79 p.

Tese de concurso. Fundamenta-se na observação da pronúncia padrão brasileira.

Oitica, José Rodrigues Leite e

Estudos dialectais. (Em Correio da manhã de 7 de outubro de 1922, Rio de Janeiro).

Recensão do “Linguajar carioca” de Antenor Nascentes (q.v.).

Oitica, José Rodrigues Leite e

Sistema fonético brasileiro. (Euclides, v. 2, tomo I, ns. 4 a 8; Rio de Janeiro, 1940).

É uma exposição da pronúncia-padrão brasileira, segundo o autor, em contestação a Antenor Nascentes, (q.v.).

Oliveira, Sebastião Almeida

Expressões do populário sertanejo: vocabulário e superstições. São Paulo, Civilização brasileira, 1940. 219 p.

Interessa o primeiro capítulo, p. 17-173, o qual é um “Vocabulário regional”, com significação apenas.

Paes, Elpídio Ferreira

Alguns aspectos da fonética sul-riograndense. Porto Alegre, Livraria Globo, 1938. 81 p.

É reprodução de um estudo publicado na Revista do Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Sul. Tem dois minuciosos capítulos sobre fonética, um sobre morfologia e observações finais sobre derivação.

Paes, Elpídio Ferreira

Dois séculos de linguagem portuguesa. (Em Anais do III Congresso sul-riograndense de historia e geographia, v. 4, p. 2517-2541; Porto Alegre. Prefeitura municipal, 1940).

Mostra a ainda lenta evolução da língua no Brasil, e acentua os traços arcaizantes e castelhanizantes na língua popular, do Rio Grande do Sul, bem como a influência da colonização estrangeira.

Pederneiras, Raul Paranhos

Geringonça carioca, verbetes para um dicionário da gíria. Rio de Janeiro, 1910. 50p.

Tentativa num âmbito quase inexplorado.

Pedra Branca, visconde da

vide

Barros, Domingos Borges de, visconde da Pedra Branca

Pereira da Costa, Francisco Augusto

vide

Costa, Francisco Augusto Pereira da

Peixoto, Afrânio

A língua comum. Lisboa, 1940. 12p.

Separata de Brotéria, v. XXXI, n.º I, Lisboa, 1940.

Sustenta a tese de que há satisfatória unidade lingüística entre Portugal e o Brasil.

Peixoto, Afrânio

Missangas, poesia e folklore. São Paulo, Editora nacional, 1931. 285 p.

Interessam os seguintes estudos “Notas sobre o vocabulário médico popular no Brasil”, p. 43-60; “Adágios brasileiros”, p. 61-106; “Brasileirismos”, p. 107-172. Este último estudo, anteriormente publicado na Revista de filologia portuguesa (São Paulo 1924), é um vocabulário em que cada verbete contém significação e uma abonação.

Peregrino, João da Rocha Fagundes (junior)

Vocabulários em “Pussanga”. Episódios e paisagens da Amazônia, p. 183-186, Rio de Janeiro, 1929; “Matupá”. Tipos e costumes da Amazônia, p. 181-209, Rio de Janeiro, 1933; Histórias da Amazônia: contos, p. 274-289; Rio de Janeiro, 1936.

Trata-se das línguas popular e crioula da Amazônia.

Piel, José

A propósito de três brasileirismos, Brasília, v. 1, p. 57-61.

Estuda a etimologia de aceirar, estumar e mojar.

Pinto, Joaquim de Almeida

Dicionário de botânica brasileira; ou, Compêndio de vegetais tanto indígenas como aclimados; revisto por uma comissão da Sociedade velosiana e aprovado pela Sociedade de medicina da Corte. Rio de Janeiro, 1873. 433 p. ilus., planchas fora do teto.

Obra clássica no seu gênero.

Pinto, Pedro Augusto

Brasileirismos e supostos brasileirismos de “Os sertões” de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, 1931. 139 p.

Cf. o nosso comentário ao vocabulário geral de “Os sertões” também de Pedro Augusto Pinto.

Pinto, Pedro Augusto

Notas de linguagem portuguesa: termos e expressões. (Em Revista de filologia portuguesa, ano I, n.º 11, p. 95-102; n.º 12, p. 247-253; ano II, n.º 13, p. 49-54; n.º 14, p. 149-154; n.º 15-16, p. 215-220; n.º 17, p. 31-42; n.º 1920, p. 59-66; n.º 21-24, p. 265-274. São Paulo).

Comenta especialmente termos e locuções tidos como brasileirismos e tira a sua conclusão a respeito.

Pinto, Pedro Augusto

Os sertões de Euclides da Cunha: vocabulário e notas lexicológicas. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1930. 315 p.

Euclides da Cunha usou muitos neologismos de tipo erudito, e muitos regionalismos para a descrição dos homens e coisas dos sertões.

Pires, Cornélio

Vocabulário: brasileirismos, arcaísmos e corruptelas empregados na Musa caipira, Cenas e paisagens da minha terra, Quem conta um conto..., Conversa ao pé do fogo e na presente obra. (Em *As estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho*, p. 157-219; São Paulo, 1924).

Língua popular de São Paulo, zona caipira. Cf. Amadeu Amaral (q.v.).

Programa de português para o ensino secundário: instruções para a sua execução. (Em *Suplemento do Diário Oficial do Governo Federal*, de 16-VII-1942).

Orienta os professores de português sobre a conveniente atitude didática de respeitar a língua coloquial no âmbito que lhe é próprio.

Putnam, Samuel

The Brazilian language, (Em *Books abroad*, p. 418-419; Oklahoma, 1938). É uma resenha de "O português do Brasil de Renato Mendonça (q.v.) e do opúsculo "A língua do Brasil" de Luiz Viana Filho.

Ramos, Eládio

O português arcaico e a linguagem popular no Brasil. (Em *Revista da língua portuguesa*, n.º 44, p. 17-40; Rio de Janeiro, 1926).

Procura reunir, os traços lingüísticos do português popular no Brasil aproximáveis do que havia no português arcaico. Apóia-se freqüentemente em Franco de Sã e João Ribeiro. Inclui no estudo, absurdamente, os erros de grafia mais comuns no povo.

Ramos, José Julio da Silva

Em ar de conversa. (*Revista de cultura*, ano I, n.º 1, p. 14-22; Rio de Janeiro, 1927).

Comenta com intuito normativo incorreções enraizadas no português coloquial do Brasil; no n.º 2, p. 118, vem uma corrigenda. O trabalho foi integralmente transcrito, p. 141-151, nos "Trechos Seletos" de Sousa da Silveira (q.v.).

Ramos, José Julio da Silva

Pela vida fora... Rio de Janeiro, Revista da língua portuguesa, 1922. 291 p. Em “Carta a Mário Barreto”, p. 115-120, antes publicada na Revista da língua portuguesa, tomo I, p. 107, censura a rigidez na disciplina gramatical. Em “Os pronomes átonos em português”, p. 217-225, explica pela diferença de fonética frasal entre Portugal e o Brasil a divergência na colocação desses pronomes.

Raymundo, Jacques

O elemento afro-negro na língua portuguesa. Rio de Janeiro, Renascença editora, 1933. 194 p.

Tese de concurso, em duas partes. Na 1.^a, 88 p. trata das línguas afro-negras e da ainda confusa questão da sua influência no português do Brasil. Na 2.^a, vem o vocabulário de origem-afro-negra, seguido de um toponomástico. O próprio autor fez retificações a esse vocabulário em “O negro brasileiro” (q.v.). Cf. ainda a crítica de Joaquim Ribeiro, em apêndice ao “Negro brasileiro” de João Ribeiro (q.v.).

Raimundo, Jacques

O elemento brasileiro no português. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934. 31 p.

Separata da Miscelânea científica e literária dedicada ao Dr. J. Leite de Vasconcelos.

Ensaio sobre os elementos indígenas no Português do Brasil. É de interesse a parte lexicográfica, em que se averbam os termos de origem tupi que entraram em frases feitas usuais brasileiras, p. 10-11, e os que se amoldaram aos processos portugueses de derivação, p. 16-20, e dá um sumário vocabulário de origem tupi, classificado em nomes de lugar, animais, utensílios, etc.

Raimundo, Jacques

A língua portuguesa no Brasil: expansão, penetração, unidade e estado atual. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1941. 119 p. (Comissão brasileira dos centenários de Portugal).

Preocupa-se especialmente com os fatos da história política, considerados pela repercussão na expansão da Língua portuguesa no Brasil. No cap. final, sobre a feição atual da língua, p. 89-119, comenta 39 traços lingüísticos típicos do Brasil, aproximando-os do que houve, ou há, de análogo no português europeu.

Raimundo, Jacques

O negro brasileiro e outros escritos. Rio de Janeiro. Record. 1936. 189 p.
Interessam as notas sobre a “Contribuição bântica”, p. 47-68, e o estudo “O elemento afronegro na língua portuguesa”, p. 111-179, em que faz muitas retificações e acrescentos ao vocabulário do seu estudo anterior com o mesmo nome (q.v.).

Reis, Othelo de Sousa

Hipocorísticos brasileiros e portugueses. (Em “Miscelânea de estudos em honra de Manuel Said Ali” (q.v.), p. 95-102).

Procura desenvolver, neste âmbito, a respeito dos nomes usados no Brasil, a Antroponímia portuguesa de Leite de Vasconcellos (q.v.).

Reis, Vicente

Os ladrões no Rio. Rio de Janeiro, Laemmert e cia. 200 p.

Vocabulário de gíria, p. 185-192; na p. 192, em “Conversa entre ladrões”, com tradução.

Ribeiro, João

vide

Fernandes, João Baptista Ribeiro de Andrade**Ribeiro, Joaquim**

A influência do tupi no português. (Em Diário carioca, 28 de out., 1931; Rio de Janeiro).

Recensão da segunda parte do livro “Português da Europa e português da América” de Clóvis Monteiro (q.v.).

Ribeiro, Joaquim

Origem da língua portuguesa: estudos. Rio de Janeiro; Record., s.d. 119p.

Trata de fatos da língua no Brasil, p. 176-213. Merecem menção o estudo de alguns africanismos, p. 199-213. e a contestação ao conceito, de unidade dialectal no Brasil e à hipótese de ter sido o tupi a língua coloquial dos bandeirantes paulistas, p. 176-189.

Ribeiro, Theotônio

Brasileirismos; vocábulos e frases em uso no Estado de Alagoas. (O Semeador, n.º 97-151; Maceió, 1915).

Vale como mero registro.

Ricardo, Cassiano

vide

Leite, Cassiano Ricardo

Rodrigues, Raymundo Nina

Os africanos no Brasil; revisão e prefácio de Homero Pires. São Paulo, Editora nacional, 1932. 412 p. (Bibliotheca pedagogica brasileira – série 5 – Brasiliana, v. 9).

É obra clássica da africanologia brasileira. Interessam as páginas 185 a 230, em que insiste na ainda confusa questão da influência das línguas africanas no português do Brasil. As informações sobre as línguas africanas estão hoje muito ultrapassadas.

Rohan, Henrique de Beaurepaire, visconde de Beaurepaire

Dicionário de vocábulos brasileiros. Rio de Janeiro, 1899. xvii, 147 p.

Dá: significação; etimologias, quando parecem razoáveis ao autor; e, frequentemente, a área geográfica de emprego; nas p. xi-xiii traz uma lista de pessoas idôneas que contribuíram com informações. Obra elogiada por Rodolfo Lenz no seu “Diccionario etimológico de las voces chilenas”, p. 81. Cf. o nosso artigo introdutório.

Romero, Sylvio Vasconcellos da Silveira Ramos

Estudos sobre a poesia popular do Brasil. Rio de Janeiro, 1888. 368 p.

Comenta as doutrinas de vários estudiosos nossos sobre a língua no Brasil, especialmente a que expõe José de Alencar em “O nosso cancionero” (q.v.), p. 156-168. No capítulo sobre “Transformações da língua portuguesa na América”, p. 308-339, expõe as suas próprias idéias de que essas transformações ainda são insignificantes, mas contêm o germe de uma cisão radical futura com a língua ultramarina.

Rubim, Braz da Costa

Vocabulário brasileiro para servir de complemento dos dicionários da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Emp. Tip. Dois de dezembro de Paula Brito, 1853. 80 p.

Só dá significação.

Rubim, Braz da Costa

Vocábulos indígenas e outros introduzidos no uso vulgar. (Rev. inst. hist. geo. bras. tomo 45, p. 363-390; Rio de Janeiro, 1882).

Cf. do mesmo autor, “Vocabulário brasileiro” (q.v.).

Sá, Felipe Franco de

A língua portuguesa: dificuldades e dúvidas. Maranhão, Imprensa oficial, 1915. 330 p. retrato do autor.

Trata da “ortofonia”, i.e., pronúncia correta, procurando estabelecer os fundamentos de uma pronúncia-padrão, assente na realidade brasileira. Cf. o nosso artigo introdutório.

Said Ali, Manuel

Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1930. 317 p.

Interessam, p. 87-92, as apreciações sobre as tendências brasileiras na colocação dos pronomes pessoais átonos, e o estudo sobre “O purismo e o progresso da língua por-tuguesa”, p. 281-315, no qual esboça uma orientação para a língua literária brasileira.

Said Ali, Manuel

As formas “quer” e “perguntar” e emendas. (Revista de cultura, ano XII, n.º 141, p. 171-176; Rio de Janeiro, 1938).

Contesta a legitimidade das formas **quere** e **preguntar**, prescritas pela atual disciplina gramatical ultramarina e que colidem com a norma brasileira.

Said Ali, Manuel

Meios de expressão e alterações semânticas. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1930. 235 p.

No estudo “Si em função de reflexivo, p. 217-234”, frisa que há divergência neste emprego entre a linguagem de Portugal e a do Brasil.

Said Ali, Manuel

vide

Miscelânea de estudos em honra de Manuel Said Ali

Sampaio, Alberto José de

Nomes vulgares das plantas da Amazônia. (Em Boletim do Museu nacional. v. X, p. 3-70; Rio de Janeiro, 1934).

O nome vulgar é posto em correspondência com a denominação científica, que identifica a planta.

Sampaio, Alberto José de

Nomes vulgares das plantas do Distrito Federal e do Estado do Rio. (Separata do “Boletim do Museu nacional”, v. XIII, n.º 12, 393 p. Rio de Janeiro, 1938).

Nos moldes do estudo supracitado (q.v.).

Sampaio, Theodoro

O tupi na geografia nacional. 3.ª edição correta e aumentada. Baía, 1928. xLii, 352 p.

É a obra mais geral sobre toponímia de origem tupi. Uma primeira parte, p. 1-141, trata do ambiente lingüístico do Brasil colonial e dos principais traços da língua tupi. Na segunda parte, p. 145-349, sobre o Vocabulário geográfico tupi, predominou a preocupação etimológica, com soluções, que, como em regra em relação ao tupi, devem ser aceitas a título precário.

Sanches, Edgard

Língua brasileira, 1.º tomo. São Paulo, Editora nacional, 1940. xLii, 340 p. (Biblioteca pedagógica brasileira – série 5 – Brasiliana, v. 179).

Prende-se ao debate de 1935; cf. o nosso artigo introdutório. Não é obra de cunho técnico, e obedece a uma idéia preconcebida. Útil pelas informações sobre o debate histórico do tema, pois dá os pontos de vista de filólogos brasileiros e portugueses desde o século passado.

São Paulo. Prefeitura. Departamento de cultura.

Anais do primeiro congresso da língua nacional cantada. São Paulo, 1938. 786 p.

Divide-se em: I. Atos do congresso – Introdução 3, Relatório das Sessões 5, Moções 46, Normas para boa pronúncia da língua nacional no canto erudito (q.v.) 49. II. Trabalhos do Departamento de cultura: Os compositores e a língua nacional, Mario de Andrade 95; Mapas folclóricos de variações lingüísticas, Sociedade de etnografia e folclore e Divisão de expansão cultural 169; Pronúncias regionais do Brasil, Discoteca pública e Manuel Bandeira 179; A pronúncia cantada e o problema do nasal brasileiro através dos discos, Discoteca pública 187; Vícios e defeitos na fala das crianças dos parques infantis de São Paulo, Nicanor Miranda e J. D. Bueno dos Reis (Seção de Parques infantis) 209. III. Teses de outros congressistas: Há certas informações nas seguintes: Ademar Vidal (Paraíba) – O sub-dialeto do Nordeste 283-294; Candido Jucá Filho (Rio de Janeiro) – Problemas da fonologia

carioca 327-340; Dante de Laytano (Rio Grande do Sul) – Notas da linguagem Sul rio-grandense 341-360; Elpídio Ferreira Paes (q.v.) (Rio Grande do Sul) – Alguns aspectos da fonética sul-riograndense 361-128; Florival Seraine (Ceará) – Contribuição ao estudo da pronúncia cearense – 437-484; Gastão Vieira (Pará) – Subsídio para estudo da língua nacional no Pará – 197-502; Graco Silveira (São Paulo) – Alguns traços do dialeto caipira e do sub-dialeto da Ribeira 503-510; Gen. José Candido da Silva Muricy (Paraná) – Algumas vozes regionais do Paraná do Extremo Oeste 573-588; José Mesquita de Carvalho (Rio Grande do Sul) – Traços gerais do linguajar nacional no Estado do Rio Grande do Sul 637-616.

São Paulo. Prefeitura. Departamento de cultura. Discoteca. Discos API a 12, 17 e 18.

O país foi dividido em sete zonas fonéticas e de cada zona se fixou a pronúncia de um indivíduo culto e outro inculto, mas alfabetizado. Estabeleceu-se um texto uniforme para facilitar o estudo comparativo e composto com o objetivo de apurar as diferenças regionais e sociais da pronúncia de certos sons. As zonas fonéticas foram: nortista, nordestina, baiana, carioca, paulista, mineira, rio-grandense do sul. (V. Anais do primeiro congresso da língua nacional cantada, p. 181-186).

São Paulo, Fernando

Linguagem médica popular no Brasil. Rio de Janeiro, 1936. 2 v. 474, 389 p. É talvez a melhor obra no gênero aparecida no Brasil ou em Portugal. Dá muitos brasileirismos com abonação e comentário.

Selma, Ernesto

Através do cárcere: Casa de detenção. Rio de Janeiro. Imprensa nacional, 1908. 61 p. ilus.

Cuidadosa descrição da vida dos sentenciados. Há um “Vocabulário” da gíria dos detentos, p. 48-52, e uma pequena amostra da gíria dos menores delinquentes, p. 7-8.

Senna, Nelson de

Africanos no Brasil: estudos sobre os negros africanos e influências afro-negras sobre a linguagem e costume do povo brasileiro. Belo Horizonte, 1938. 305 p.

Resenha de obras literárias que tratam direta ou indiretamente da linguagem e costumes dos negros. Listas de vocábulos e locuções, supostos, com ou sem razão, de origem africana.

Senna, Nelson de

Alguns estudos brasileiros, 1.^a série, Belo Horizonte, 1937. 118 p.
Nótulas sobre vocábulos de origem ameríndia, especialmente onomásticos.
Principais povos ameríndios que habitaram no território de Minas Gerais.

Senna, Nelson de

Toponímia geográfica brasileira. (Revista da língua portuguesa, n.º 26, p. 155-168; n.º 31, p. 187-194; n.º 37, p. 83-92; Rio de Janeiro, 1923-1925)

Sergio, Antonio

Em torno do problema da “língua brasileira”; palavras de um cidadão do mundo, humanista crítico, a um estudante brasileiro seu amigo. Lisboa. Seara nova. 1937. 35 p.

Defende o conceito da unidade lingüística entre Portugal e o Brasil, como expressão de uma língua de civilização comum, que deve existir acima dos falares locais. V. recensão de Antenor Nascentes.

Silva, I.

O linguajar paulistano. (Planalto, ano I, n.º 4, p. 4; n.º 6, p. 16; São Paulo, 1941).

Silva, José Jorge Paranhos da

O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil. Rio de Janeiro, 1879. 70 p.: 1.^a parte, 78 p.; 2.^a parte, 21 p. com notas e índice.

Silva, Manuel Pacheco da (junior)

O dialecto brasileiro. (Revista brasileira. tomo V, p. 487-495; Rio de Janeiro, 1880).

Cf. o nosso artigo introdutório. Discorda do conceito de um “dialecto brasileiro”. Estuda a origem de alguns brasileirismos, procurando reagir contra a tendência a exagerar a influência tupi.

Silva, Manuel Pacheco da (junior)

Gramática histórica da língua portuguesa. Rio de Janeiro, 1878. 154 p.
Obra didática obsoleta. Têm valor histórico as considerações sobre os fatos lingüísticos no Brasil, p. 131-133, 141-150.

Silva, Serafim (neto)

Diferenciação e unificação do português no Brasil. (Revista de cultura, ano 16, n.º 188, p. 63-70; n.º 189, p. 127-131; n.º 190-191, p. 185-191; Rio de Janeiro 1942).

Insiste, principalmente, e com muita informação, nas condições históricas do ambiente.

Silva, Serafim (neto)

Miscelânea filológica. Niterói, 1940. 62 p.

Interessam os estudos sobre “o português do Brasil”, p. 2-8, que é um comentário ao “livro de Silvio Elia (q.v.), e “O dialecto brasileiro, factores de diferenciação”, p. 37-41, que trata especialmente das condições históricas da língua no Brasil.

Silva, Serafim (neto)

O português quinhentista e o português brasileiro. (Revista filológica, ano 2, n.º 10, p. 61-65; n.º 12, p. 48-59; Rio de Janeiro, 1941)

Insiste nos traços arcaizantes dos falares regionais brasileiros, procurando enquadrá-los num fenómeno geral das línguas transplantadas.

Silva, Serafim (neto)

Relíquia da língua portuguesa. (Em Miscelânea de estudos em honra de Manuel Said Ali (q.v.), p. 103-136)

É um estudo do dialecto crioulo de Surinã, na Guiana holandesa, oriundo dos judeus emigrados de Pernambuco. Tem interesse indireto.

Silva Barros

vide

Barros, Silva

Silveira, Alvaro Ferdinando de Sousa da

Uma carta. (Revista de cultura, ano XI; n.º 122, p. 116-118; Rio de Janeiro, 1937).

Responde a críticas de Agostinho de Campos contra o seu estudo sobre “Brasileirismos” nos “Trechos seletos” (q.v.). Insiste na interpretação de certas peculiaridades linguísticas brasileiras como prolongamento de fatos da língua popular de Portugal no período clássico.

Silveira, Alvaro Ferdinando de Sousa da

O dialecto caipira. (Revista da língua portuguesa, n.º 11, p. 23-32; Rio de Janeiro, 1921).

Recensão do trabalho de Amadeu Amaral (q.v.); cf. nosso artigo introdutório. Faz de início considerações sobre a língua literária e a popular do Brasil.

Silveira, Alvaro Ferdinando de Sousa da

Lições de português. Edição melhorada. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1937. 389 p.

Obra didática. Interessa o capítulo sobre “A língua portuguesa no Brasil”; p. 347-361, com um sumário mas seguro estudo de conjunto acerca das peculiaridades fonéticas, mórficas e sintáticas, e suas repercussões na poesia brasileira.

Silveira, Alvaro Ferdinando de Sousa da

A língua nacional e o seu estudo. Rio de Janeiro, 1921. 16 p.

Separata da Revista da língua portuguesa, n.º 9, p. 18-32; Rio de Janeiro, 1921.

Conferência sob os auspícios de um colégio de curso secundário. Exame de peculiaridades fonéticas brasileiras, segundo a pronúncia carioca, e repercussão na linguagem e ritmo dos poetas brasileiros. Exame também de algumas peculiaridades mórficas e sintáticas.

Silveira, Alvaro Ferdinando de Sousa da

Mobilar e mobiliário. (Revista da cultura, ano IV, n.º 46, p. 157-159; Rio de Janeiro, 1930).

Aceita para a norma literária a forma coloquial brasileira mobiliário.

Silveira, Alvaro Ferdinando de Sousa da

Notas à linguagem e versificação de Casimiro; reproduzido de “Autores e livros”, suplemento literário de “A Manhã” (Rio de Janeiro) de 26-X-1941, com revisão e leves alterações feitas agora pelo autor. (Revista de cultura, ano XVI, n.º 189. p.103-107; Rio de Janeiro, 1942)

Complemento corroborativo aos comentários do autor na sua edição das “Obras de Casimiro de Abreu” (q.v.).

Silveira, Alvaro Ferdinando de Sousa da

Obras completas de Casimiro de Abreu; organização, apuração do texto, esboço biográfico e notas por A. F. de Sousa da Silveira. São Paulo, Editora nacional, 1940. 456 p. (Livros do Brasil, v. 3)

Cuidadoso estudo nas notas sobre os aspectos de uma língua poética espontânea e quase familiar.

Silveira, Alvaro Ferdinando de Sousa da

Ter usado impessoalmente. (Em “Miscelânea de estudos em honra de Manuel Said Ali” (q.v.), p. 137-142; reproduzido em Revista de cultura, ano XIII, n.º 151; Rio de Janeiro, 1939).

Mostra como esse vulgarismo brasileiro parece embrionário na língua popular de Portugal e pode explicar-se dentro do próprio sistema da língua portuguesa.

Silveira, Alvaro Ferdinando de Sousa da

Trechos seletos: complemento prático às Lições de português do mesmo autor. Com uma introdução histórico-gramatical e anotações. 3.^a edição. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1937. 457 p.

Obra didática. Interessa o capítulo sobre “Brasileirismos” (sintáticos), p. 42-50, relacionando-os à língua popular de Portugal no séc. XVI.

Silveira, Alvaro Ferdinando de Sousa da

O verbo “criar”. (Revista de cultura, ano IV, n.º 41, p. 192-305, n.º 42, p. 316-321; Rio de Janeiro, 1930).

Comenta um parecer da “Comissão do Dicionário” da Academia brasileira de letras e mostra a sem-razão da distinção que ali se procura fazer entre **crear** e **criar**.

Silveira, Waldomiro

Vocabulários em: “Os caboclos”, São Paulo, 1920, p. 187-231; “Nas serras e nas furnas”, São Paulo, 1931, p.223-265; “Mixuângos”, Rio de Janeiro, 1937, p. 237-258.

Língua popular de São Paulo, zona caipira. Cf. Amadeu Amaral (q.v).

Soares, Antonio Joaquim de Macedo

Dicionário brasileiro da língua portuguesa: elucidário etimológico-crítico das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos Dicionários da língua portuguesa, ou neles vêm com forma ou significação diferente, Rio de Janeiro, 1888. 147 p.

Separata dos “Anais da Biblioteca nacional, v. 13, 1888.

Cf. o nosso artigo introdutório, p.246. Cada verbete contém significação, etimologia, área geográfica do emprego, às vezes sinonímia e abonação. Detém-se no verbete **candeeiro**. Está em preparação a publicação da parte da obra.

Soares, Antonio Joaquim de Macedo

Obras completas. (Rev. inst. hist. geo. bras., v. 177; Rio de Janeiro, 1942. 264 p.

Da parte publicada nesse volume, interessam: “Estudos lexicográficos do dialecto brasileiro”, p. 21-122, publicados em 1880 – na “Revista brasileira”

sobre brasileirismos vários e especialmente afro-negrismos; “Notas lexicográficas”, p. 145-196, sobre topônimos brasileiros. Há ainda um “Índice remissivo de africanismos, indianismos e brasileirismos”, p. 237-264, usados nesses trabalhos. A publicação, dirigida pelo filho do autor, continuará com o “Dicionário brasileiro da língua portuguesa (q.v.)”.

Sousa, Sebastião de

Gíria maruja: termos e locuções usados na marinha de guerra. (O Mundo literário; v. VII, n.º XXI, p. 318-322; v. VIII, n.º XXIII, p. 180-184; n.º XXIV, p. 349-352; Rio de Janeiro, 1923-1924).

Detém-se no meio da letra M. Há muita coisa da língua comum.

Souza, Bernardino José de

Dicionário da terra e da gente do Brasil; 4.ª edição da Onomástica geral da geografia brasileira. São Paulo, Editora nacional, 1938.

xxi, 433 p. (Biblioteca pedagógica brasileira – série 5 – Brasiliana, v. 164).

É um copioso vocabulário, com significações e abonação de regionalismos de todo o Brasil.

Spitzer, Leo

“Malevo < maleva”, “engañõ < manulevare”. (Revista de filología hispánica, ano II, n.º 2, p. 177-179; Buenos Aires – Nueva York, 1940).

Etimologia e evolução de sentido do brasileirismo malevo, que passou para o espanhol da Argentina. O autor contesta Ángel Battistessa (Revista de filología hispánica, ano I, n.º 4, p. 378-382, 1939). V., ainda, Amado Alonso.

Studart, Guilherme, barão de Studart

Notas sobre a linguagem e os costumes do Ceará. (Revista lusitana, v. II, p. 272- 273; 1891).

Trecho de uma carta a Leite de Vasconcelos, que o publicou pelo interesse intrínseco. Acentua pontos de contacto entre a linguagem do Ceará e os dialectos lusitanos estudados por Leite de Vasconcelos.

Sylveira, O. da

A influência do espanhol no linguajar paulista do seiscentismo. (Planalto, ano I, n.º 12, p. 14-16; São Paulo:1941)

Taunay, Affonso de Escragnolle

Coletânea de falhas: reunião de cerca de mil e duzentas lacunas do Novo Dicionário da língua portuguesa por Cândido de Figueiredo. (Revista da língua portuguesa, n.º 45, p. 57-122; Rio de Janeiro, 1927).

Averba muitos brasileirismos.

Taunay, Affonso de Escragnolle

Inópia científica e vocabular dos grandes dicionários portugueses. São Paulo, 1932, 182 p.

Obra de crítica veemente aos dicionários portugueses mais em voga. De-tém-se no cômputo e apreciação de brasileirismos.

Taunay, Affonso de Escragnolle,

Insuficiência e deficiência dos grandes dicionários portugueses. Tours, 1928. 159 p.

Obra de crítica veemente ao Novo Dicionário de Cândido de Figueiredo. Os capítulos XIII, XIV, XV, p.112-132, versam sumariamente a questão dos brasileirismos.

Taunay, Affonso de Escragnolle

Léxico de lacunas: subsídios para os dicionários da língua portuguesa. Tours, 1914. 224 p.

Separata da Revista do Instituto histórico e geográfico de São Paulo, tomo XVI.

Consigna termos vulgares correntes no Brasil, sobretudo no Estado de São Paulo, bem como acepções de numerosos vocábulos não consignados nos grandes dicionários portugueses.

Taunay, Affonso de Escragnolle

Vocabulário de omissões: coletânea de milheiro e meio de palavras correntes no Brasil e em Portugal, não registadas na terceira edição do Novo Dicionário da língua portuguesa do Sr. Cândido de Figueiredo. Revista da língua portuguesa, n.º 30, p. 145-230; Rio de Janeiro, 1924).

Taunay, Alfredo de Escragnolle, visconde de Taunay

Filologia e crítica. São Paulo; Cia. Melhoramentos, 1921. 191 p.

São trabalhos da última década do séc. XIX. Interessam: “Neologismos”, p. 44-46, em que se trata do termo necrotério, proposto por Taunay, e “O português de Portugal e o do Brasil”, p. 59-71, onde são citadas especialmente certas diferenciações de vocabulário.

Teixeira, José A.

O falar mineiro. São Paulo, 1938. 104 p.

Separata da Revista do Arquivo municipal de São Paulo, n.º 45.

Estudo gramatical da língua popular de Minas. Recensão de Aires da Mata Machado, em *Problemas da língua*, (q.v.).

Teschauer, Carlos

Novo dicionário nacional; 2.^a edição das três séries de vocábulos brasileiros. Porto Alegre, 1928. 952 p.

O autor já fizera anteriormente coletâneas menos copiosas, inclusas nesta. Útil repositório, se bem registre, como brasileirismos, muitos termos que não o são.

Cf. a apreciação de João Ribeiro sobre – “O padre Teschauer” (q.v.).

Tronchon, Henri

(Em *Bulletin des études portugaises*, v. V, n.º 1, p. 117-119; Coimbra, 1938)
Recensão de “O português do Brasil” de Renato Mendonça (q.v.).

Vasconcellos, Alberto de

Vocabulário de ictiologia e pesca. Recife, 1938. 148 p.

Da p. 131 ao fim há um índice remissivo de denominações vulgares. Inclui nomes do Brasil e de Portugal.

Vasconcellos, José Leite de

Antroponímia portuguesa, Lisboa; Imprensa nacional, 1928. 659 p.

Interessam os comentários sobre a excentricidade dos nomes próprios no Brasil, p. 93-94; e sobre alguns nomes próprios no Brasil, p. 588. Tudo muito sumário e vago.

Vasconcellos, José Leite de

Dialecto brasileiro: ensaio glotológico precedido de algumas notas sobre tradições populares do Brasil. Porto. 1883. 30 p.

Extraído da “*Revista de estudos livres*”, 1883.

No cap. II, p. 13-30, estuda tecnicamente alguns fatos da língua popular brasileira, segundo os dados obtidos em trabalhos de literatura popular e regional.

Vasconcellos, José Leite de

Paris, 1901.

“*Esquisse d’une dialectologie portugaise*”, com um sumaríssimo estudo a respeito, p. 158-162.

Vasconcellos, José Leite de

Etnografia portuguesa: tentame de sistematização. Lisboa, 1933, Imprensa nacional, v. I.

Foi esta obra que fixou o conceito teórico de um “dialecto brasileiro”. 388 p. Interessam, p. 173-176; as considerações sobre a linguagem de “O Peregrino da América (séc. XVIII).

Vasconcellos, José Leite de

Opúsculo, v. 4: Filologia, parte 2.^a. Coimbra, Imprensa da Universidade. 1929.

Interessam, p. 493-895, as citações e rápidos comentários de trabalhos filológicos brasileiros.

Veríssimo, José

Vida

Mattos, José Veríssimo Dias de**Vianna, Aniceto dos Reis Gonçalves**

Exposição da pronúncia normal portuguesa; para uso de nacionais e estrangeiros. Lisboa, Imprensa nacional, 1892. 103 p.

O autor trata rapidamente da pronúncia brasileira, p. 94-96. Insiste na discutível doutrina de uma grande influência da fonética indígena, e nega, um tanto dogmaticamente, qualquer contacto estreito entre a pronúncia brasileira e a lusitana quinhentista., que procura reconstituir nas p. 90-91.

Vianna, Aniceto dos Reis Gonçalves

Ortografia nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas. Lisboa, Livraria editora viúva Tavares Cardoso, 1904. 454 p.

Nas ps. 39, 93, 97, 101, 115, 148 trata de peculiaridades da pronúncia brasileira. Nas ps. 87 e 116, de vocábulos brasileiros.

Vianna, Aniceto dos Reis Gonçalves

Palestras Filológicas. Lisboa, Livraria clássica editora. 1931. 291p.

Estuda a locução brasileira “chorar pitanga. p. 47-49 (v. ainda Antenor Nascetes). Comenta a colocação dos pronomes pessoais átonos, p.129-134, apresentando uma explicação insatisfatória.

Vianna, Arnaldo de Oliveira

Modo de falar; nomenclatura local do vale do Jequitinhonha. (Rev. inst. hist. geo. da Baía, n.º 53, p. 381-388; Baía, 1927).

Anota termos usuais com significações privativas da região.

Vieira, Carlos Octaviano da Cunha

Nomes vulgares de aves no Brasil, (Revista do Museu paulista, tomo XX, p. 437- 490, São Paulo, 1936)

Segundo Artur Neiva, é a mais completa monografia sobre este assunto particular.

Viotti, Manuel

Linguajar brasileiro: notas para o dicionário de brasileirismos. (Ciências e letras, ano I, n.º único, p. 30-52; ano II, tomo 1, p. 39-56, tomo 2, p. 140-155; ano III:, tomos 3 e 4, p. 81-96, tomo 5, p. 51-61; ano IV, tomo 6, p. 45-51, tomo V, p. 59-66; ano V, tomo 8 e 9, p. 97-104; ano VI, tomo 10, p. 88-95; São Paulo, 1937 em diante).

Não se circunscreve na gíria e no linguajar, e dá até muita coisa da língua comum.

Von Ihering, Rodolpho

vide

Ihering, Rodolpho von

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Professor Titular aposentado de Lingüística da UFF. Livre-docente em Lingüística pela mesma Universidade. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

CASTELAR DE CARVALHO. Professor Doutor em Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor dos livros *Para Compreender Saussure, Ensaíos Gracilianos e Noel Rosa, Língua e Estilo* (com o Prof. Antonio Martins de Araujo). Membro da ABF.

EDMILSON MONTEIRO LOPES. Membro efetivo da Academia Cearense da Língua Portuguesa e da Academia Brasileira de Língua Portuguesa. Graduado em Letras Clássicas pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará. Autor de várias obras na sua especialidade.

EVANILDO BECHARA. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense e Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Titular aposentado dos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da UERJ e UFF. Vice-Presidente da Academia Brasileira de Filologia. Membro da Academia Brasileira de Letras.

FERNANDO GIL V. RESENDE Jr. Engenheiro Eletrônico pelo IME/RJ, com Mestrado e Doutorado em Engenharia Eletrônica no Japão. Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da COPPE/UFRJ.

FILIPE LEANDRO BARBOSA. Engenheiro Eletrônico e de Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista PIBIC pela FAPERJ. Orientando do Prof. Fernando Gil V. Resende Jr.

HORÁCIO ROLIM DE FREITAS. Livre-docente pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Professor Adjunto da UERJ (aposentado). Membro da Academia Brasileira de Filologia. Entre outros trabalhos de filologia e lingüística, escreveu *Princípios de Morfologia* (4ed., Oficina do Autor, 1997).

JEDICAIA SABARÁ SILVA. Aluna do Curso de Letras da UFRJ, orientanda da Profa. Maria Carlota Rosa.

LEONOR LOPES FÁVERO. Professora Titular de Lingüística da USP e de Língua Portuguesa da PUC-SP. Autora de vários artigos e resenhas de sua especialidade. Entre os livros mais recentes, citem-se *Coesão e Coerências Textuais*, *Oralidade e Escrita* e *As Concepções Lingüísticas no Século XVIII: a Gramática Portuguesa*.

LUIZ M. M. DE BARROS. Doutor em Lingüística pela UFRJ. Professor Adjunto de Lingüística da Universidade Federal Fluminense.

MÁRCIA A.G. MOLINA. Doutora em Lingüística pela Universidade de São Paulo. Professora Titular de Língua Portuguesa nos cursos de graduação e pós-graduação em Língua Portuguesa da Universidade de Santo Amaro (SP). Autora de diversos artigos sobre sua área.

MARIA CARLOTA ROSA. Professora Adjunta do Departamento de Lingüística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-graduação Lingüística. Tem Mestrado e Doutorado em Lingüística pela UFRJ.

MARIA DA PIEDADE MOREIRA DE SÁ. Doutora em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE. Autora de diversos artigos na sua especialidade.

MARIANA REIS. Estudante de Comunicação Social/Jornalismo e bolsista PIBIC/CNPq/UFPE, orientanda da Profa. Nelly Carvalho. Desenvolve pesquisa sobre “A questão neológica na Linguagem Jornalística Pernambucana”.

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Aposentado como Titular de Filologia (Crítica Textual) da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

NILDA CABRAL. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. Autora de estudos de sua especialidade e de uma edição crítica dos *Princípios de Lingüística Geral* de J. Mattoso Câmara Jr.

OLGA COELHO. Doutora em Letras. Professora do Departamento de Letras da USP e da Universidade Mackenzie. Autora de textos de sua especialidade. Membro do GT de Historiografia Lingüística da ANPOLL.

RICARDO CAVALIERE. Professor Adjunto de Língua Portuguesa da UFF. Doutor em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de estudos de sua especialidade. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

ROSALVO DO VALLE. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Aposentado como Titular de Língua Latina da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

SEGISMUNDO SPINA. Catedrático de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Fundador e diretor da Revista *Camoniana* (1ª e 2ª séries) e autor de livros fundamentais sobre literatura portuguesa medieval e autores brasileiros e portugueses, e de crítica textual.

TEREZINHA BITTENCOURT. Doutora em Lingüística pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto de Lingüística da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

VALTER KEHDI. Doutor e Livre-docente em Letras pela USP. Professor aposentado da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de graduação e pós-graduação da USP. Licenciado em Lingüística Geral pela Université de Provence, autor de livros e artigos de sua especialidade. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

VIVIANE CUNHA. Professora Assistente de Filologia Românica da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Publicou vários trabalhos em anais de congressos nacionais e internacionais.